

MARCOS FÁBIO BELO MATOS
RONI CESAR ANDRADE DE ARAÚJO
ROSEANE ARCANJO PINHEIRO
(ORGS)

200 ANOS

DA IMPRENSA
NO MARANHÃO

(O VALOR SOCIAL DA IMPRENSA)

VOL 2


EDUFMA



200 ANOS

**DA IMPRENSA
NO MARANHÃO**

(O VALOR SOCIAL DA IMPRENSA)

VOL 02



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor
Vice-Reitor

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho
Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos



EDUFMA

EDITORA DA UFMA

Diretor
Conselho Editorial

Prof. Dr. Sanatíel de Jesus Pereira
Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni
Prof. Dr. André da Silva Freires
Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante
Prof^ª. Dra. Diana Rocha da Silva
Prof^ª. Dra. Gisélia Brito dos Santos
Prof. Dr. Marcus Túlio Borowski Lavarda
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães
Prof^ª. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues
Prof. Dr. João Batista Garcia
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior


Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

MARCOS FÁBIO BELO MATOS
RONI CÉSAR ANDRADE DE ARAÚJO
ROSEANE ARCANJO PINHEIRO
(ORGS)

200 ANOS

DA IMPRENSA
NO MARANHÃO

(O VALOR SOCIAL DA IMPRENSA)

VOL 02

São Luís



EDLIFMA

2023

Copyright © 2023 by EDUFMA

Projeto gráfico, diagramação e capa *Francisco Batista Freire Filho*

Revisão *Marcos Fábio Belo Matos*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

200 anos da imprensa no Maranhão / Marcos Fábio Belo Matos, Roni César Andrade de Araújo, Roseane Arcanjo Pinheiro (Orgs). — São Luís: EDUFMA, 2023.

v. 2

Conteúdo: v. 2: O valor social da imprensa.

410 p.

ISBN 978-65-5363-266-0

1. Imprensa – História – Maranhão. 2. Imprensa – Valor social. 3. Mídias. I. Matos, Marcos Fábio Belo. II. Araújo, Roni César Andrade de. III. Pinheiro, Roseane Arcanjo.

CDD 070.098 121

CDU 070(812.1)(091)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Marcia Cristina da Cruz Pereira CRB 13/418

Impresso no Brasil [2023]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

| EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma.sce@ufma.br

DEDICATÓRIA

Dedicamos esta obra a todas as pessoas que ajudaram a construir a trajetória bicentenária da imprensa no Maranhão.

AGRADECIMENTOS

À Reitoria da UFMA, na pessoa do reitor, professor Natalino Salgado Filho, pelo apoio a esta iniciativa.

À Editora da UFMA (EDUFMA), pela acolhida atenciosa ao projeto.

Aos autores e autoras que nos enviaram os artigos para a composição desta coletânea.

A todos que contribuíram para a concretização deste projeto.

APRESENTAÇÃO

As comemorações do Bicentenário da Imprensa no Maranhão, alcançado em 2021 e realizadas pela Universidade Federal do Maranhão, prosseguem neste segundo volume da série “200 Anos da Imprensa no Maranhão – o valor social da imprensa – Volume 2”, com dezesseis artigos.

O primeiro volume, sobre o campo histórico, foi lançado no dia 27 de julho de 2021, no Palacete Gentil Braga, como parte do projeto “200 anos da Imprensa no Maranhão”, que organizou uma série de atividades para celebrar a chegada da letra impressa no Estado. Além dos livros, foram produzidos um podcast em cinco episódios, uma webstorie, um documentário e uma reportagem longform sobre a temática. O ponto alto foi a entrega da Comenda “200 Anos da Imprensa no Maranhão” a 50 nomes escolhidos e que colaboraram para o progresso do jornalismo local. O evento ocorreu no dia 21 de dezembro de 2021, Centro Pedagógico Paulo Freire, em São Luís-MA.

Dando continuidade às comemorações, o segundo volume da série “200 anos da Imprensa no Maranhão” reuniu textos que homenageiam instituições, personagens e acontecimentos históricos que marcaram a atuação dos impressos maranhenses e das mídias, que se desenvolveram ao longo de dois séculos.

A pesquisadora Esmênia Miranda Ferreira da Silva assina o primeiro texto, em que apresenta uma relevante reflexão sobre a atuação da imprensa e o fim do tráfico de escravos entre os anos 1830 e 1850. Os jornais se configuram enquanto espaço de ideias e lutas políticas no Maranhão oitocentista.

O segundo artigo, de Sálvio Dino de Castro e Costa Junior e Allan Kardec Duailibe Barros Filhos, rememora a cassação de man-

dados de parlamentares na Assembleia Legislativa em 1964 e o papel da imprensa naquele contexto de ruptura política.

Como a imprensa maranhense abordou o tráfico de drogas na Colômbia é o tema do estudo seguinte, feito por Laura Santos Botelho. Através de análises quantitativas e qualitativas, a autora apresenta a cobertura dos jornais sobre o combate aos narcotraficantes e a conjuntura geopolítica no final dos anos 80.

O quarto texto foi produzido por Alexandre Ribeiro e Silva, o autor analisa a polêmica entre o intelectual Francisco Sotero dos Reis e a publicação *A Revista* durante o século XIX, no contexto da primeira reforma educacional realizada na província maranhense.

Natália Lopes de Souza, autora do quinto artigo, debate a imprensa maranhense como fonte histórica e apresenta as possibilidades investigativas sobre a atuação da poetisa Maria Firmina dos Reis na imprensa oitocentista. A pesquisa destaca os impressos como lugar de memória, problematizados com o intuito de conhecermos a trajetória de Maria Firmina dos Reis.

Ainda a respeito dos intelectuais no Maranhão, a professora Mariléia dos Santos Cruz discute, no sexto texto, a invisibilidade construída sobre o professor e jornalista negro Nascimento de Moraes na literatura maranhense do século XX. A abordagem constitui contribuição significativa para a análise das barreiras que atingiam os intelectuais negros, que enfrentam e enfrentaram o racismo.

Na sequência, o estudo elaborado pelo professor José Ferreira Júnior apresenta a atuação política do jornalista Bandeira Tribuzzi no movimento de resistência contra o golpe militar de 1964. O efêmero jornal *Bandeira Tribuzzi*, publicado no impresso *O Imparcial*, reuniu um material crítico a respeito da sociedade daquele tempo, marcada pela repressão às liberdades individuais.

Domingos de Almeida, Francisca Daniela dos Santos Souza, Idayane da Silva Ferreira, Izani Mustafá e Nayane Cristina Rodrigues de Brito seguem nos debates sobre a imprensa no século XX. Abordam os estudos sobre o jornal *O Progresso*, publicação mais antiga em circulação na cidade de Imperatriz-MA, e apontam as lacunas sobre as pesquisas, ao notarem a ausência de trabalho sobre a recepção dos conteúdos e as rotinas produtivas do jornal mais longo da região tocantina.

As representações sociais dos territórios, através da imprensa, é a temática do artigo seguinte, assinado por Glenda Almeida Matos Moreira, que discute as narrativas sobre os “bairros” e as “invasões” e a reprodução nos impressos de categorizações de espaços estigmatizados e as perspectivas de lugares “adequados e nobres” nos espaços urbanos.

Gerson Carlos P. Lindoso é o autor o décimo artigo da obra, a respeito do programa radiofônico *Axé Cultura*, apresentado pelo baladorixá Itabajara de Ogum. Através da proposta teórica decolonial, o autor apresenta a luta, por espaço e visibilidade, das comunidades tradicionais de origem africana e afro-brasileira nas mídias.

Sobre os conflitos do século XIX, Johny Santana de Araújo apresenta uma pesquisa, no décimo primeiro texto, a respeito dos discursos dos jornais maranhenses no início da Guerra do Paraguai, em 1865. A proposta teórica do autor possibilita compreendermos o processo de organização dos voluntários da Pátria do Maranhão, por meio da propaganda política a favor do conflito em jornais da época.

Jorge Luiz Feitoza Machado é o autor do artigo intitulado “Imprensa e representações: cobertura dos jornais maranhenses sobre a greve da meia passagem estudantil (1979)”. Ao problematizar a interpretação dos fatos pela imprensa, o estudo aponta os impressos como agentes de uma certa memória social, ancorada em representações tecidas em meio aos embates.

O décimo terceiro artigo aborda a imprensa alternativa na cidade de Açailândia-MA. Assinado por Michely da Silva Alves, Roseane Arcanjo Pinheiro e Nayane Cristina Rodrigues de Brito, analisa as notícias do jornal Nossa Voz sobre as ações da comunidade de Piquiá na defesa dos direitos socioambientais, ameaçados pela instalação de siderúrgicas no local. O impresso circulou entre 2006 e 2014 e foi uma estratégia para mobilizar a opinião pública e concretizar o exercício da cidadania e da atuação coletiva.

A política envolve a pesquisa seguinte, “Jornalismo, Política e Memória em Imperatriz-MA: análise da coluna Vitrinne, do jornal Capital”, de Gessiela Nascimento Silva e William Castro Moraes. O jornal, conforme os pesquisadores, é um ator político capaz de influenciar os resultados das eleições, no caso estudado são as eleições gerais no Brasil em 1998.

Yara Medeiros e Raysa Novakoski Carvalho também pesquisam sobre a imprensa da cidade de Imperatriz no décimo quinto artigo. Com o foco no designer de jornais diários, entre 1979 e 2013, esse trabalho de fôlego traça a trajetória dos impressos e os recursos visuais adotados na construção das narrativas sobre o cotidiano da cidade.

O último texto deste livro é de Diogo Azoubel que investigou a cobertura fotográfica nos jornais da capital São Luís-MA acerca do incêndio no cargueiro Maria Celestre, em 16 de março de 1954. O percurso teórico-metodológico aponta que o texto fotojornalístico é um artefato histórico, com pistas sobre o discurso difundido e os enquadramentos escolhidos para narrar os acontecimentos.

Por fim, neste segundo volume, as várias faces da imprensa em solo maranhense foram desnudadas, com destaque para a imprensa do interior. Foram dois séculos de intensos debates nos jornais, do surgimento de personalidades e de coberturas jornalísticas que marcaram época e influenciaram a sociedade. Novas páginas da história

da imprensa e do jornalismo estão por serem escritas nas próximas décadas e vão gerar pesquisas tão valiosas quanto as apresentadas aqui, notáveis também por mostraram minuciosamente as práticas jornalísticas e as marcas deixadas por elas para as lentes da história.

OS ORGANIZADORES

PREFÁCIO

Em um ano auspicioso para a imprensa no Maranhão - a propósito da efeméride do bicentenário desse considerado quarto poder – eis que é digna de aplausos a iniciativa dos organizadores e articulistas desta obra que tem o mérito, tal qual Ariadne, de permitir, em dois volumes, que um fio de esperança e resgate destoe de um labirinto de incertezas que se instaurou nesta era de instantaneidade.

Os dois volumes não só abordam diversos olhares da imprensa que vigorou na capital, mas também descortinam uma série de episódios interessantes. Em especial, faço menção aos artigos que se detiveram a analisar a importância de Maria Firmina dos Reis na moldura do jornalismo maranhense. Uma mulher notável, que ainda guarda muito a ser revelado, dada sua importância também para a história maranhense.

O leitor há de constatar que temos também uma rica contribuição sobre a história da imprensa brasileira para a informação globalizada. Aqui, a despeito da distância que um dia foi um entrave em relação aos grandes centros; dos equipamentos que destoavam do que já existia em outras redações país afora, conseguimos registrar, interpretar e analisar, com qualidade, fatos relevantes que precisam ser deixados como registro para a escrita da história. As grandes coberturas nas áreas política, esportiva e policial são provas incontestes. As gerações de jornalistas abnegados e devotados ao compromisso de bem informar compõem um singular panteão.

Esta publicação é mais que necessária. Sem produzi-la e publicá-la, correremos o risco de abandonar princípios e solapar verdades. Nada melhor do que o resgate histórico como luminar para nos lembrar de fatos e pessoas que um dia palmilharam este chão e puderam, muitas vezes com risco de vida ou perdas diversas, traçar uma

estrada plana de compromisso com a ética permeada de fidelidade aos fatos e de respeito ao leitor. Porque, segundo Stephen Ward, um grande pensador na área da comunicação, em obra datada de 2015, esse é o norteador da boa informação.

Dos quase obsoletos espaços onde eram produzidas as notícias que seriam lidas no outro dia – com o invulgar toque da boemia que intermediava redações e bares – a imprensa assistiu ao surgimento do binômio quase indissociável: tecnologia e pós-verdade. A democratização do acesso, o fim da fronteira emissor-receptor, a exigência do público que não mais se conforma com poucas fontes de informação foram conquistas inegáveis. Mas não se chega tão alto e tão longe sem os percalços naturais do caminho.

A grande questão é tentar, num exercício de futurologia, imaginar como será a nossa imprensa daqui a mais 200 anos. Confesso a dificuldade de tentar imaginar um novo mundo a admirar, quando somos surpreendidos com a rapidez das novidades que emolduram nosso cotidiano. Mas uma coisa é imutável: a imprensa é, em si mesma, uma guardiã de memórias, uma condutora de tendências, independente do suporte em que circula: seja nas amareladas páginas dos jornais, seja nos *gadgets* diversos ou na avançada tecnologia que apequena o mundo.

Assim esta publicação se define e expõe seu valor: é um arquivo de arquivos; uma caixa que guarda a dimensão histórica, um livro não só de informações sobre a imprensa em seus 200 anos no Maranhão.

Tanto quanto o tempo, os fatos se dissipam no ar e são capturados pelas palavras que não traduzem mais lembranças, porém compõem uma sinfonia de memórias de um lugar que registrou passos de jornalistas das ruas para os jornais. Nos jornais. Vozes no ritmo dos textos manuscritos. Gritos da cidade. Ideias possuídas pelo baru-

lho da força da escrita na máquina de escrever ou na agilidade e no silêncio do computador.

Esta publicação é da história que a imprensa maranhense tanto conta quanto faz. Diariamente. No decorrer de dois séculos.

NATALINO SALGADO FILHO

Reitor da Ufma

Membro da Academia Maranhense de Letras
e da Academia Nacional de Medicina.

SUMÁRIO

- 8 APRESENTAÇÃO
- 13 PREFÁCIO
- 19 O PAPEL DA IMPRENSA MARANHENSE NA
CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UMA PROVÍNCIA
EM TRANSE (1830-1850): O FIM DO TRÁFICO DE
ESCRAVOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E
ECONÔMICAS NO MARANHÃO OITICENTISTA
ESMÊNIA MIRANDA FERREIRA DA SILVA
- 45 A IMPRENSA MARANHENSE E A CASSAÇÃO
DE MANDATOS PARLAMENTARES NA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM 1964
SÁLVIO DINO DE CASTRO E COSTA JUNIOR
ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHOS
- 75 A AMÉRICA LATINA NA IMPRENSA MARANHENSE:
UMA ABORDAGEM DA QUESTÃO DAS DROGAS
NA COLÔMBIA E SUA REPERCUSSÃO NOS
JORNAIS MARANHENSES (1984-1993)
LAURA SANTOS BOTELHO
- 99 IMPRENSA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO MARANHÃO
IMPERIAL: SOTERO DOS REIS E A POLÊMICA N'A
REVISTA SOBRE REFORMAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA
ALEXANDRE RIBEIRO E SILVA

- 126 A IMPRENSA MARANHENSE COMO FONTE
HISTÓRICA: POSSIBILIDADES INVESTIGATIVAS
SOBRE OS RASTROS DE MARIA FIRMINA DOS REIS
NATÁLIA LOPES DE SOUZA
- 148 A PRODUÇÃO DA INVISIBILIDADE INTELECTUAL DO
PROFESSOR E JORNALISTA NEGRO NASCIMENTO
MORAES NA HISTÓRIA LITERÁRIA MARANHENSE, NO
INÍCIO DO SÉCULO XX
MARILÉIA DOS SANTOS CRUZ
- 178 BANDEIRA TRIBUZI E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA
DEMOCRÁTICA AO GOLPE DE ESTADO DE 1964
JOSÉ FERREIRA JUNIOR
- 188 JORNAL O *PROGRESSO*
COMO FONTE DE PESQUISA
DOMINGOS DE ALMEIDA
FRANCISCA DANIELA DOS SANTOS SOUZA
IDAYANE DA SILVA FERREIRA
IZANI MUSTAFÁ
NAYANE CRISTINA RODRIGUES DE BRITO
- 210 BAIRRO E “INVASÃO”: A MÍDIA E A
FABRICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL
DOS TERRITÓRIOS NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA
GLENDA ALMEIDA MATOS MOREIRA
- 231 PROGRAMA AXÉ CULTURA: DECOLONIZANDO A
HISTÓRIA DA MÍDIA EM SÃO LUÍS-MARANHÃO
GERSON CARLOS P. LINDOSO

- 268 A LINGUAGEM E DISCURSOS DOS JORNAIS
MARANHENSES NO INÍCIO DA GUERRA DO
PARAGUAI 1865: UMA POSSIBILIDADE DE
COMPREENSÃO TEÓRICA
JOHNY SANTANA DE ARAÚJO
- 286 IMPRENSA E REPRESENTAÇÕES: COBERTURA
DOS JORNAIS SOBRE A GREVE DA MEIA PASSAGEM
DOS ESTUDANTES EM SÃO LUÍS – MA (1979)
JORGE LUIZ FEITOZA MACHADO
- 313 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS SOBRE PIQUIÁ DE BAIXO
NO JORNAL NOSSA VOZ, DE AÇAILÂNDIA-MA
MICHELY DA SILVA ALVES
ROSEANE ARCANJO PINHEIRO
NAYANE CRISTINA RODRIGUES DE BRITO
- 334 JORNALISMO, POLÍTICA E MEMÓRIA EM
IMPERATRIZ-MA: ANÁLISE DA COLUNA
VITRINNE, DO JORNAL O CAPITAL
GESSIELA NASCIMENTO DA SILVA
WILLIAM CASTRO MORAIS
- 349 O DESENHO DE UMA TRAJETÓRIA:
DESIGN EDITORIAL NOS JORNAIS DIÁRIOS DE
IMPERATRIZ (MA), DE 1979 A 2013
YARA MEDEIROS
RHAYSA NOVAKOSKI CARVALHO
- 375 CARGUEIRO MARIA CELESTE:
PRÁXIS JORNALÍSTICA E
CONFORMAÇÃO SOCIAL EM 1954
DIOGO AZOUBEL

O PAPEL DA IMPRENSA MARANHENSE NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UMA PROVÍNCIA EM TRANSE (1830-1850): O FIM DO TRÁFICO DE ESCRAVOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS NO MARANHÃO OITICENTISTA

ESMÊNIA MIRANDA FERREIRA DA SILVA¹

1 Introdução

A instalação da imprensa no Brasil foi tardia, pois só ocorreu em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro que instalou a *Imprensa Régia*. Por isso também, segundo Lima Sobrinho, a história da imprensa periódica brasileira está vinculada à construção de uma ordem nacional, ao considerar seu surgimento ter sido quase que simultâneo à proclamação da independência do Brasil (LIMA SOBRINHO, 1923, p. 25).

No Maranhão, a imprensa se estabeleceu a partir da instalação da *Tipografia Nacional Maranhense*, em 1821, a qual publicou o primeiro jornal maranhense - *O Conciliador do Maranhão*. A partir de então, a imprensa, tal como a do Rio de Janeiro, vivenciou a historicidade local, em seus múltiplos aspectos, sensivelmente ligado às discussões em voga nas primeiras décadas do século XIX.

1 Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, Licenciada em História e Geografia, pela Universidade Estadual do Maranhão e Bacharel em Geografia pela mesma universidade. É pesquisadora da História do Brasil, com especialidade no período do Brasil Império. No mestrado, concentrou-se na linha de pesquisa "História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes". Com artigos publicadas em diversas produções científicas, aborda sobre temas relacionados às representações dos escravos no contexto maranhense durante o século XIX. Foi professora de História da Educação Básica durante dez anos na Rede Estadual de Ensino.

Na década de trinta do século XIX, as discussões acerca da abolição do tráfico de escravos perdiam espaço para assuntos que pareciam mais pertinentes ao momento político do Império e, especificamente, da Província que era a questão entre brasileiros e portugueses que, no ano de 1831, atingiu um ponto de guerra civil no Maranhão - o movimento que ficou conhecido, na historiografia maranhense, como Setembrada.²

Na segunda metade dos anos 1840, o comércio de africanos para o Brasil foi, aos poucos, se tornando uma “questão” e ganhando notoriedade na medida em que aumentava a pressão inglesa para a sua extinção. A imprensa jornalística apresentava esta questão como prenúncio de uma crise na economia agroexportadora do Império porque, assim como na Província maranhense, havia demanda de trabalhadores para a grande lavoura que era suprida com a importação de africanos escravizados, uma vez que as elites afirmavam ser a única mão de obra com que podiam contar. Por isso, a abolição do comércio internacional era apontada como uma das “Causas especiais da decadência do Maranhão”³.

Nesse contexto, a imprensa foi, a um só tempo, o meio difusor de ideias e espaço de tensão e de lutas políticas decorrentes da necessidade de manutenção da estrutura social escravista. Em decorrência disso, nos propomos a analisar como a imprensa maranhense

2 A Setembrada foi um levante urbano de caráter antilusitano, ligado à conjuntura formada com a abdicação do imperador D. Pedro, e que eclodiu em 13 de setembro de 1831, liderado pelos jovens liberais exaltados de São Luís, que contou com a participação da “tropa e do povo”. ABRANTES, Elizabeth Sousa. O “FAROL” MARANHENSE: atuação política do jornalista José Cândido de Moraes e Silva nos debates e lutas do pós-independência no Maranhão (1828-1831). In: COSTA, Yuri e GALVES, Marcelo Cheche (org). **O Maranhão Oitocentista**. 2ed. Revista e ampliada. São Luís: Café & Lápiz; Editora UEMA, 2015, p. 58.

3 Esse é o título de um longo artigo publicado no jornal *O Observador*, dia 24 de janeiro de 1849, que analisaremos em outro momento.

se posicionou diante do debate em torno do tráfico internacional de escravos para o Brasil entre 1830 e 1850.

2 O modo de fazer jornalismo na São Luís da primeira metade do século XIX

Entre os anos de 1830 e 1850, cerca de trinta e três periódicos circularam em São Luís. A maioria não passou de um ano de existência, pois muitos deles foram, no geral, jornais de existência efêmera e com periodicidade irregular. Em seus artigos – boa parte, transcritos de jornais de outras províncias, com destaque para os periódicos da Corte – as considerações relativas ao tráfico internacional de escravos se concentraram nos anos imediatamente anteriores à aprovação das Leis Feijó e Eusébio de Queiroz.

A imprensa maranhense deste período se encaixa nas características da *imprensa artesanal* nos termos de Sodré, devido às suas características técnicas e empresariais, isto é, os periódicos deste período ainda não eram meios de comunicação de massa, pois parte de suas publicações eram subsidiadas pelo poder público e os proprietários viviam de seus próprios recursos a partir da venda de assinaturas ou do espaço na seção de anúncios (PEREIRA, 2006, p. 86).

Os editoriais eram quase que, exclusivamente, dedicados a uma causa específica, indicada na escolha de temas e na linguagem empregada. A análise desta revela o posicionamento do jornal quanto aos acontecimentos ocorridos na província, assim como a influência e a participação ativa de intelectuais na vida pública maranhense.

Linguagem panfletária, o estilo incisivo na defesa de certas teses e o tom agressivo das críticas, em geral, endereçadas sem qualquer dissimulação a um determinado nome da administração pública ou

da alta sociedade; o uso de extenso cardápio de figuras de linguagem, o ataque claro e direto a outros periódicos de ideias divergentes e seus redatores, os artigos extensos e os discursos inflamados marcaram o modo de fazer jornalismo na São Luís oitocentista.

Em função de tais características, Galves (2015) salienta que a imprensa jornalística surgiu como uma nova fonte de legitimidade política, pois

Em São Luís, alguns desses publicistas assumiram a tarefa de defender a ordem instituída, outros na oposição, viveram sob vigilância, registrem-se também aqueles que tomaram a decisão de publicar após sofrerem prejuízos físicos, morais e financeiros. Ao participarem do debate político via imprensa alinhavaram a seu modo, as relações entre os impressos e a dinâmica política da província (GALVES, 2015, p. 93).

Desse modo, vale salientar que a imprensa não era independente do poder público. Ao contrário, se aliava com ele ou com a oposição de forma clara e inequívoca estimulando, como agravante, revoltas e atos de rebeldia armados.

A circulação das informações impressas, considerando a quantidade de tipografias em funcionamento e de periódicos circulantes no período (ver tabela abaixo), nos permite pensar sobre uma opinião pública em construção, tomada a partir da imprensa, como parte do contexto de transformações pelas quais passava a cidade de São Luís na primeira metade do século XIX.

| PERIÓDICO | PERÍODO DE CIRCULAÇÃO | TIPOGRAFIA |
|---|-----------------------|-----------------------------|
| O Brasileiro | 1830 – 1832 | Constitucional |
| O Semanário Oficial | 1830 – 1831 | Imperial e Nacional |
| O Jornal dos Anúncios | 1830 – 1831 | Constitucional |
| O Publicador Oficial | 1831 – 1841 | Liberal |
| Echo do Norte | 1834 – 1836 | Abranches e Lisboa |
| Farol Maranhense | 1827 – 1833 | Constitucional |
| Publicola Brasileiro | 1834 | Ricardo Ant. Roiz de Araújo |
| O Investigador Constitucional | 1836 | Monárquica Constitucional |
| O Investigador Maranhense | 1836 – 1837 | Constitucional |
| Cacambo | 1837 | Ignácio José Ferreira |
| Chronica Maranhense | 1838 – 1841 | Ignácio José Ferreira |
| O Bentevi | 1838 – 1849 | Constitucional |
| O Recreio dos Maranhenses | 1839 | Monárquica Constitucional |
| O Guajajara | 1840 | Ignácio José Ferreira |
| O Legalista | 1840 | Monárquica Constitucional |
| Jornal Maranhense | 1841 – 1842 | Ignácio José Ferreira |
| A Revista | 1842 – 1849 | Temperança |
| O Caboclo Maranhense | 1842 | De Ferreira |
| O Picapao | 1842 | Constitucional |
| Publicador Maranhense | 1842 – 1885 | Ignácio José Ferreira |
| A Malagueta Maranhense | 1844 – 1848 | Ricardo Ant. Roiz de Araújo |
| Correio d'annuncios e semanário comercial do Maranhão | 1845 | Temperança |
| Jornal de Instrução e Recreio | 1845 – 1846 | Maranhense |
| O Almazem | 1845 | Temperança |
| O Tribuna do Povo | 1845 | Constitucional |
| O Archivo | 1846 | Maranhense |
| Jornal da Sociedade Philomatica | 1846 – 1847 | Maranhense |
| O Arre e Irra | 1846 | Independente |
| O Observador | 1847 – 1861 | Temperança |
| O Progresso | 1847 – 1861 | Maranhense |
| O Estandarte | 1849 – 1856 | Temperança |
| O Volcão | 1849 | Amor da Pátria |
| A Marmota Maranhense | 1850 – 1851 | Ignácio José Ferreira |

Fonte: Catálogo de Jornais Maranhenses do Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite, São Luís, Edições SECMA, 2007.

Por fim, vale destacar que a imprensa jornalística era o principal núcleo dos intelectuais maranhenses na primeira metade do século XIX porque se utilizavam dela para expressarem o modo como viam ou percebiam a vida provincial. Desse modo, o papel do jornalista se confundia com o do intelectual engajado e movido por convicções políticas, incitando os debates num universo cultural escravista.

Alain El Youseff, ao analisar a relação entre imprensa e escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, destacando o debate em torno do tráfico de escravos no Parlamento brasileiro, considera a imprensa como imprescindível para a manutenção da mão de obra escrava durante a estabilização institucional do Estado imperial brasileiro. Dessa forma, a imprensa se tornou um espaço de interlocução entre os grupos políticos e sociais para fins da formação de uma “opinião pública” a respeito do futuro do cativo e do comércio de africanos, e os jornais do período, que deram legitimidade a determinadas práticas, decisões e projetos políticos, foram os responsáveis por potencializar os discursos em defesa da reabertura do contrabando (YOUSEFF, 2010).

3 A Questão do Tráfico

Marquese e Sales evidenciam o ano da transferência da família real portuguesa para sua colônia mais desenvolvida, 1808, para se compreender a expansão da escravidão africana nos quadros do Estado nacional brasileiro, imbricado à formação do mundo moderno e capitalista, pois a partir dessa data os produtos do Brasil foram conectados diretamente ao mercado mundial de artigos tropicais, acirrando a demanda por escravos nas mais variadas atividades e elevando significativamente os números do tráfico, além de que esse

ano também assinalou o início da internacionalização da pressão antiescravista britânica. Assim, a expansão do escravismo oitocentista ocorreu em um quadro mundial político e ideológico profundamente hostil à instituição (MARQUES e SALLES, 2016, p. 134).

Nesse contexto, o Estado nacional brasileiro, que ainda não tinha suas bases sociais plenamente estabilizadas, nascia sob a marca da pressão constante da Grã-Bretanha contra um dos fundamentos de sua riqueza nacional, o tráfico de africanos escravizados (*Ibidem*, p. 135).

Autores como Leslie Bethell (2012), Jaime Rodrigues (1994) e Beatriz Mamigonian (2017) analisam, a partir de diferentes pontos de vistas, o processo de abolição do tráfico, colocando sob perspectiva, além da pressão inglesa e a necessidade de reposição da mão de obra escrava, outros fatores internos que contribuíram para isso.

Assim, a assinatura de tratados e leis que culminaram com o fim do tráfico tem um contexto próprio marcado também pela necessidade de afirmação do Brasil enquanto nação independente, a preocupação com o tipo de povo que estava se formando – na perspectiva dos conceitos de civilização e cidadania – e o medo em relação às convulsões sociais devido à numerosa população escrava no país.

Ainda em 1810, D. João VI, após se fixar no Brasil desde 1808, assinara o *Tratado da Aliança e Amizade* com a Grã-Bretanha, o qual, dentre as suas determinações, proibia, definitivamente, o tráfico de escravos para além do império lusitano, na expectativa da gradual extinção do comércio internacional de escravos (CAMPOLLO, 2018, p.75).

Em 1815, enquanto o Brasil deixava oficialmente de ser uma colônia e se tornava um reino unido a Portugal, foi assinado um tratado que proibia o comércio de escravos ao norte do Equador. Dois anos depois, em decorrência do descumprimento das autoridades

portuguesas aos termos daquele tratado, foi firmada uma convenção adicional que, além de definir mais precisamente a parte do comércio português de escravos que continuava a ser legal, estabelecia o direito de visita recíproca dos navios mercantes ingleses e portugueses pela marinha das duas nações, ao passo em que criava comissões mistas no Rio de Janeiro e em Serra Leoa para o julgamento de navios apreendidos no comércio ilegal de escravos (RODRIGUES, 1994, p. 62).

Vale destacar que o compromisso de abolir o tráfico não significava que assim seria, além de que, naquele momento, só a marinha inglesa tinha condições de efetivação dessas medidas, sendo que, ao final, esses tratados tiveram pouco efeito prático.

Diante do cenário que se formou com a emancipação política do Brasil, a abolição do tráfico de escravos foi se tornando um tema cada vez mais relevante, tanto considerando a ansiedade das autoridades brasileiras em assegurar o reconhecimento internacional da independência do país quanto pela intensificação dos debates sobre a criação de uma identidade brasileira, fundamentada na constituição do seu povo e a extensão da cidadania. Outras questões que também animavam a discussão em torno da abolição do comércio ilegal de africanos para o Brasil eram a dificuldade de manutenção das forças produtivas do país – que se apoiavam quase que exclusivamente na mão de obra escrava – bem como o risco da desintegração territorial da ex-colônia e da própria estabilidade política do novo regime com a possibilidade de perda do apoio dos grandes fazendeiros.

Ponderando todos esses fatores, a chamada “geração da independência”, formada por nomes como José Bonifácio, Felisberto Caldeira Brant e o próprio Imperador Dom Pedro, adotou e renovou os tratados anglo-portugueses contra o comércio de escravos de 1815 e 1817. Dessa forma, o Brasil se obrigava, por tratado com

a Grã-Bretanha, a mover-se no sentido da completa abolição, e ao mesmo tempo se comprometia com a fixação de uma data para a sua abolição total e definitiva (BETHELL, 2002, p. 68).

Mas só em 1826, passados quatro anos desde a ruptura com Portugal, Brasil e Grã-Bretanha, após longas conversações, negociações e visitas recíprocas de representantes dos dois governos, finalmente chegaram a um acordo e assinaram um tratado contra o comércio de escravos, no qual o Brasil se comprometeu a aboli-lo totalmente no prazo de três anos a contar da troca de ratificações – que aconteceu em março do ano seguinte – e a prática, a partir daquela data, passaria a ser considerada e tratada como pirataria. Assim, o comércio de escravos africanos para o país estava com os dias contados, pelo menos pela lei, para ser suprimido completamente em 13 de março de 1830 (*Ibidem*, p. 83).

Quando o tratado de 1826 atingiu seu prazo, o governo brasileiro vivia uma crise de legitimidade que culminou com a abdicação do imperador em abril de 1831 e foi nesse contexto que o projeto de Felisberto Caldeira Brant, o marquês de Barbacena, se tornou Lei em 7 de novembro do mesmo ano. Assim, o comércio de escravos para o país, de acordo com o artigo 1º daquele tratado, passou a ser considerado pirataria, e assim foi tratado pelos ingleses.

De acordo com Bethell, a assinatura da Lei, apesar de aprovada a contra-gosto da Câmara dos Deputados, tal qual o tratado de 1826, se explica no âmbito externo, pelo fato de trazer para o governo brasileiro a responsabilidade de reprimir, por suas próprias autoridades, aos que continuassem com a prática do comércio ilegal de africanos, sujeitando-os à lei própria, em vez de deixá-los passíveis dos tribunais britânicos, ou seja, a responsabilidade pela supressão do comércio brasileiro de escravos como iniciativa do Brasil e não da Marinha britânica (BETHELL, 2002, p. 93-94).

Entretanto, devido à pouca eficiência no combate ao tráfico de escravos, esta lei, conhecida como Lei Feijó, é, tradicionalmente, apresentada na historiografia como letra morta, porque foi “uma lei para inglês ver” e aprovada “para salvar a decência nacional” diante da pressão britânica. A respeito da eficiência desta lei, Bethell ainda sublinha que

Sucessivos governos brasileiros mostraram-se incapazes de fazer cumprir a lei de 7 de novembro de 1831 e, portanto, de evitar o ressurgimento e expansão do comércio de escravos depois que ele se tornara ilegal. Eles foram, na sua maioria, fracos e de curta duração, desprovidos de recursos financeiros, militares e navais adequados e preocupados com os conflitos constitucionais e políticos que inevitavelmente se seguiram à abdicação de Dom Pedro e com a série de revoltas provinciais que ameaçavam destruir a unidade e estabilidade conseguidas na independência (BETHELL, 2002, p. 101).

A imprensa jornalística do Rio de Janeiro apresentava a questão do fim do tráfico de escravos como prenúncio de uma crise na economia agroexportadora do Império. Com essa justificativa, alguns periódicos cariocas desenvolveram intensa campanha contra a assinatura de novos tratados que limitavam o comércio de escravos para o país e contra a ação inglesa antitráfico, como é caso do jornal ministerial *O Brasil* e também do *Correio da Tarde*, que apoiavam a continuação do tráfico como um mal necessário para sustentar a agricultura (CARVALHO, 1996, p. 271).

Na imprensa maranhense, muitos dos artigos publicados que discutiram essa questão foram transcritos de jornais do Rio de Janeiro, como o *Jornal do Comércio*, o periódico de maior circulação na Capital do Império que publicava os atos, leis do governo e as discussões parlamentares, e que, embora não estivesse vinculado à máquina estatal, defendia a manutenção da ordem escravista e a

centralização do poder político sob o regime monárquico (SILVA; GONÇALVES, 2001).

Em alguns casos, eram transcritos só as ocorrências de abordagem ou os resultados dos julgamentos pelas comissões mistas, com dados como o nome das embarcações envolvidas e quantidade de escravos apreendidos. Em outros, publicizavam trechos considerados mais significativos – ou os que lhes interessava – da própria sessão do Senado ou da Assembleia Legislativa transcrevendo, literalmente, as considerações de senadores e deputados sobre o tráfico.

No Maranhão, o periódico contemporâneo a toda a discussão que culminou com assinatura de Lei de 1831 foi o jornal *Farol Maranhense*, mas expôs pouquíssimas considerações acerca dos limites impostos ao comércio de escravos africanos para o Brasil, se limitando a transcrever um longo artigo do jornal do Rio de Janeiro, *A Aurora*, no qual era feita uma espécie de profecia acerca do futuro de incertezas para o Brasil com a proibição daquela atividade, nos seguintes termos:

[...] Próximo, e bem próximo está por consequência o termo desse comércio, *cuja existência, ou cessação tanto devem influir na sorte de nosso país.*

[...] ninguém duvidará que *os efeitos imediatos serão o deslocamento de fortes capitais, transtornos de fortunas, e uma revolução mais ou menos violenta no andamento da nossa agricultura.* Os benefícios que podem provir-nos para o futuro, e cuja importância não se calcula hoje bem, são, contudo remotos: *os inconvenientes próximos e inegáveis preocupam os espíritos,* e a população quase toda do Brasil parece aterrorizada do transe, porque vamos passar [...] (FAROL MARANHENSE, 1830, p. 660).

O autor do artigo prossegue levantando questionamentos – alguns retóricos – sobre como o país estava se preparando para isso.

[...] mas no meio de tudo isto, *que cautela se tomam, para podermos neutralizar os danos, que nos estão impendentes*, ou de que modo mostramos a intenção de os arredar de nós? A providência é a mesma; a rotina cega, o *desperdício de braços, a carência de sistema no trato dos escravos existentes*, continua como antes [...] (FAROL MARANHENSE, 1830, p. 660).

É destacada a crítica aos costumes, à educação e aos vícios como obstáculos à adaptação à nova realidade que se impunha, além do argumento de que o único investimento feito pelos agricultores brasileiros era a compra sistemática de mais escravos. O autor sugere uma “mudança de sistema” no tratamento com os escravos, mas admite que isso não seria possível de se praticar em tão pouco tempo. A sensação de urgência que perpassa a escrita do autor do texto se dá pelo fato da proximidade do prazo e dos termos acordados no Tratado de 1826.

A mensagem é explicitamente direcionada aos agricultores, pois o autor admite que a agricultura é a principal fonte da riqueza do país, no entanto, lamenta que esta atividade esteja “habituada a fazer tudo brutaemente à força de braços, e sem ter outro norte” (*id*), e que “toda a arte seguida pelos nossos Lavradores, quanto às máquinas que empregavam no processo de sua indústria, quase se limita ao recrutamento periódico dos pretos Africanos” (*id*), sendo que “Lavradores” estão empenhados unicamente em aumentar sua escravaria.

As críticas também são direcionadas ao governo, acusado de apático e de negligenciar o país num momento tão importante, por não ter adotado medidas que pudessem minorar tanto a dependência da economia brasileira do braço escravo quanto as consequências desastrosas com a supressão do comércio de escravos.

[...] Desde então, que *o Governo deveria ter ido preparando as coisas para uma transição doce, e livre de comoções rudes de um choque re-*

pentino. [...] gastou-se, dissipou-se, pediu-se emprestado, pagaram-se enormes onzenas, e nada se aplicou para o nosso melhoramento industrial [...] e a nossa agricultura foi deixada aos cuidados da Providência [...] E com tudo é mister que o Governo acorde de sua apatia: a posição é grave, e reclama sérios cuidados [...] (FAROL MARANHENSE, 1830, p. 660).

Percebe-se ainda, na fala desse articulista, a importância que se dá ao comércio de escravos como repositores de mão de obra para a principal atividade econômica do Brasil e o quanto a economia vai se ressentir com sua supressão. Essa imagem projetada para o futuro do Império brasileiro esteve presente em outros artigos produzidos e publicados na década de 1840 pelos jornalistas maranhenses, pois, apesar de o comércio transatlântico de escravos ter se tornado ilegal com a Lei de 1831, a discussão em relação ao tráfico não se fez presente em jornais ludovicenses durante esse período, só se tornando uma “questão” e ganhando maior notoriedade quando também se tornou um tema mais recorrente nos debates dos parlamentares brasileiros e a pressão dos ingleses para acelerar esse processo se fez sentir com maior intensidade.

As críticas contidas nesse artigo eram compartilhadas por José Cândido de Moraes e Silva, redator do *Farol Maranhense*, que foi considerado o “escritor mais notável da sua época” e “mártir da liberdade da imprensa” (RAMOS, 1986, p. 67). Seu jornal, como afirmam Jorge (1987) e Serra (2001), que era um órgão liberal defensor dos “verdadeiros constitucionais” e delator de abusos da imprensa que defendia os interesses lusitanos no Maranhão, foi considerado de grande popularidade ao defender a garantia dos direitos individuais e alimentar o sentimento antilusitano, ganhando destaque no terreno do discurso liberal e nacionalista pregado por seu redator. Apesar disso, os interesses senhoriais foram plenamente expressados por esse periódico, que transcrevendo poucas considerações ou simplesmente

silenciando sobre o tráfico de escravos, não deixou de configurar cumplicidade com a manutenção da ordem escravista a partir das críticas em relação ao fim do comércio de escravos para o Brasil.

Um longo percurso ainda estava por vir até a supressão por completo do tráfico de escravos, cheio de percalços e incidentes em águas brasileiras, desgastando ainda mais as relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha, pois o tráfico se tornou cada vez mais intenso a partir de meados na década de 1830, completamente sem controle ou fiscalização, fazendo aumentar, também, o número de petições para revogação da Lei de 1831.

As discussões parlamentares acerca da questão do tráfico de africanos chegaram a um ponto crítico em 1837, com o projeto de autoria do senador Marquês de Barbacena, que, nesse período, figurava como importante nome da Política do Regresso. Nesse projeto, admitindo a inadequação da Lei de 1831 com os seus objetivos, o senador alertava ora para a ruína da economia do país ora para os riscos de africanização pelo “desequilíbrio racial”, mas tentava conciliar, “de forma realista”, os interesses dos britânicos e dos agricultores brasileiros.

[...] Por um lado, Barbacena compreendia os problemas de mão-de-obra dos fazendeiros, [...] sem o trabalho escravo, concordava ele, eles enfrentariam, pelo menos a curto prazo, a possibilidade de um declínio continua do da sua força de trabalho [...]. Ademais, Barbacena acreditava que não era razoável punir os fazendeiros por não examinarem mais cuidadosamente a origem dos escravos que compravam; nunca houvera uma infração à lei “com razões tão plausíveis para ser desculpada, se não perdoada” [...]. Por outro lado, ele estava mais convencido do que nunca de que o comércio de escravos era não apenas imoral mas que constituía, a longo prazo, uma séria ameaça à paz, à estabilidade e ao equilíbrio racial internos do Brasil. Se o comércio continuar no seu nível atual, disse ele ao Senado, “o Brasil em breve não será o imitador e rival de

nações civilizadas, mas o imitador e rival da costa da África [...] (BETHELL, 2002, p. 105).

Mais do que admitir a ineficiência da Lei de 1831, de sua própria autoria, o novo projeto apresentado ao Senado pelo Marquês de Barbacena que previa sua revogação carregava em si a preocupação em relação aos sujeitos passíveis de culpa pelo crime de contrabando previsto naquela Lei, pois nesse rol estavam incluídos os compradores, que, além de não terem nenhuma garantia pela propriedade que adquiriam, ainda podiam ser penalizados nos termos da lei. Assim, o projeto de 1837 previa a isenção dos fazendeiros de qualquer ação penal, no futuro, e ainda anistia para aqueles que já tinham infringido a lei ao submeter à escravidão os africanos livres que desembarcaram no Brasil (RODRIGUES, 1994, p.113).

Não é demais sublinhar que os interesses dos fazendeiros ainda dominavam a legislatura brasileira e encontravam na imprensa os seus interlocutores. Em jornais maranhenses se refletiam as angústias nacionais decorrentes da proibição do tráfico de africanos imposta pelo governo britânico e das “violências” cometidas por suas tripulações contra embarcações brasileiras. A questão se tornou mais latente após a aprovação do *Bill Aberdeen*, em 1845, que, considerando o tráfico de escravos como pirataria, ampliou as ações da marinha britânica, dando-lhe poder de prender e levar a julgamento, em tribunais britânicos, os envolvidos no tráfico.

Assim, entre 1845 e 1850, o aumento das importações de escravos em torno dos sessenta mil (*Ibidem*, p. 324); a intensificação de apreensões de navios negreiros que chegou ao número de 400 navios na costa oriental da África (*Ibidem*, p. 322) e a destruição de embarcações brasileiras envolvidas nesse comércio foram objetos de discussão nas casas legislativas do Brasil e da Inglaterra.

Nos jornais ludovicenses, as incursões inglesas em mares brasileiros e o apresamento de embarcações suspeitas de praticarem o comércio ilegal de africanos são apresentados em forma de documentos oficiais, que, apesar da linguagem mais sóbria característica, considera essas ações como uma injúria à Nação Brasileira, um desrespeito à autoridade do país, a qual, segundo esses periodistas, não negava esforços para que se fizesse cumprir a lei. No entanto, os ingleses sempre detectavam irregularidades e contravenções e, por isso, eram acusados de abuso de poder e contraventores das leis que regiam as relações internacionais entre os dois países.

A este respeito, João Lisboa se pronunciou nos seguintes termos:

Nós cremos que o motivo da violência foi a insolência que *tantas ocorrências semelhantes há produzido nas relações das nações poderosas com as mais fracas*, e que a satisfação, atenuando um pouco a gravidade do facto, não isenta os culpados das penas que lhes impõe as leis que eles quebraram (CHRÔNICA MARANHENSE, 1840, p. 868).

A violência à qual se refere o redator maranhense foi mais um dos constantes apresamentos de navios brasileiros suspeitos do comércio ilegal de escravos pela esquadra inglesa, que, por não terem sido confirmadas as suspeitas que deu ensejo à ação, deixaram os responsáveis pela missão em constrangimento pelo não cumprimento de normas que orientavam as formas de abordagens neste tipo de situação.

A ocorrência denunciada pelo redator do *Chrônica Maranhense* aconteceu enquanto ainda eram válidas as determinações do Tratado de 1817, o qual definia o direito de visita recíproco de embarcações britânicas e brasileiras e a instituição dos tribunais de comissão mista para o julgamento dos envolvidos no comércio de escravos.

O *Chrônica Maranhense*, considerado por Sodré “um dos jornais mais bem redigidos do país” e seu redator “um dos maiores

jornalistas de seu tempo” (SODRÉ, 1983, p. 184), era a base do *Partido Liberal* no Maranhão e, apesar de ter tido uma vida curta, foi muito agitada, pois sua publicação se deu em meio às questões, debates e dinâmica da vida provincial que gerou a “Balaiada” – um amplo e complexo movimento social de caráter popular com grande participação de sertanejos e escravos que se alastrou pelo sertão do Maranhão e as províncias limítrofes, entre os anos de 1838 e 1841, como descrevem Assunção (1998), Janotti (1981) e Santos (1983). Pela imersão nesse contexto, João Lisboa deixava transparecer em seu *Crônica* motivações e medos como expressões de uma sociedade envolta por contradições decorrentes de um sistema socioeconômico escravista e excludente.

Anos mais tarde, em 1847, o jornal *O Progresso* publicou um artigo intitulado *O tráfico de escravos: resultado das medidas de repressão* (O PROGRESSO, 1847, p. 1.), no qual o seu autor trata de um “suposto massacre de dois mil negros” pelo próprio negociante de escravos porque não queria acumular gastos com o sustento dos mesmos. Em vista disso, se viu sem saída diante do bloqueio promovido pela esquadra inglesa num certo ponto de embarque na costa africana. O texto é narrado de forma a pôr em dúvida o oficial inglês que foi o relator dos fatos, com expressões do tipo – ‘segundo se diz’, ‘segundo parece’, pois para o redator parecia impossível acreditar que um europeu, mesmo um traficante de escravos, pudesse cometer tal ato, ainda mais com uma justificativa tão improvável como o sustento de escravos, o qual segundo o redator era de um custo insignificante.

Para reforçar a sua tese de que não haveria motivos que levassem um europeu a tomar tal atitude, o redator termina o texto confirmando não só a continuidade do comércio ilegal de escravos como ainda demonstra a facilidade dos traficantes em burlar a legis-

lação vigente, sublinhando que “os negreiros sabem perfeitamente que podem embarcar os escravos em um abrir e fechar de olhos. Todas as notícias que temos nos dizem que malgrado os cruzadores continuam a fazer-se o tráfico com toda atividade e a dar grandes lucros” (*Id.*).

No que se refere à relação de efeito entre o comércio internacional de escravos e a lei de proibição deste, o autor do artigo salienta que era pouco “provável que a matança de dois mil negros nas *Gallinhas* fosse ato de um negreiro europeu” uma vez que os mesmos poderiam ser “decapitados por ordem dos chefes indígenas que não achassem meios de vendê-los”, pois, “essas cenas de carnagem repetem-se continuamente na costa d’África, e parece certo que se tornaram mais frequentes depois que a venda dos escravos se tornou mais difícil” (O PROGRESSO, 1847, p. 1.).

O *Progresso: Jornal político, literário e comercial* foi fundado em 1847, sob a ótica de liberal, sendo o primeiro jornal diário do Maranhão. Fundamentada no ideário da liberdade e da igualdade, a visão que os articulistas deste jornal tinham do mesmo era que se tratava de um periódico avançado e preocupado com a prosperidade e o progresso da Província. Os seus articulistas - *Fabio Alexandrino de Carvalho Reis, Alexandre Teófilo Carvalho e Antonio Rego*, teciam as suas considerações relativas a uma das questões fundamentais da época, isto é, o trabalho escravo com os seus desdobramentos sociais e econômicos na conjuntura criada pelos eventos da década de 1830.

Da leitura e análise de seus argumentos se verifica que o autor, por compartilhar da escravidão e o que a alimentava, isenta os comerciantes europeus de praticarem qualquer violência em relação aos escravizados em decorrência da inviabilidade da continuação do comércio internacional promovida pela lei. Mas, trata-se de uma contradição, na medida em que reconhecia que o comércio conti-

nuava, pois como asseverou “o tráfico não diminui sensivelmente, torna-se assim mais atroz. Tal o resultado mais claro do novo sistema de repressão, de que tanto se glorificou o nosso governo” (O PROGRESSO, 1847, p. 1).

Como vimos até aqui, os articulistas maranhenses também expressaram suas angústias em relação à questão do fim do tráfico. Em 24 de janeiro de 1849, quase dezoito anos após a assinatura da Lei Feijó, o redator do jornal *O Observador* publicou um artigo intitulado *Causas especiais da decadência do Maranhão* fazendo importantes considerações relativas à escravidão no Brasil e defendendo a continuidade do comércio de africanos para o país (O OBSERVADOR, 1847, p. 5). O redator do jornal começa seu texto apresentando um cenário de crise em que aponta a pouca movimentação dos portos, a queda do preço dos imóveis, a alta do preço dos escravos, a paralisia do comércio, da lavoura e da indústria na Província maranhense, destacando “a abolição, no Brasil, do tráfico da escravatura nas costas d’África” como responsável por todos os problemas apresentados.

[...] Fiel, e bem fiel é o quadro, que então apresentamos do estado de decadência que se acha atualmente esta província. Que causas têm contribuído para este estado? É o que vamos indagar.

Uma das principais causas da decadência do Maranhão foi a abolição no Brasil do tráfico da escravatura nas costas d’Africa (O OBSERVADOR, 1847, p. 5).

Ele, por fim, se eximindo de quaisquer julgamentos, sublinhou, “não seremos nós os que advogaremos a causa da escravidão, estamos expondo unicamente os efeitos produzidos pela abolição do tráfico da escravatura” (*Id.*). É de grande valia fazer alguma reflexão a respeito d’*O Observador* para melhor se compreender seu posicionamento. O primeiro número deste periódico foi publicado em meados do ano de 1847 e em seu Editorial fica esclarecido que era um

órgão do *Partido Saquarema* no Maranhão que viria para atender às necessidades de representação, na imprensa maranhense, desse partido que “é monarquista por convicção; quer e tem sustentado ordem a todo custo; combate ainda fora do poder as resistências armadas [...] e prefere o domínio das capacidades da gente grada ao da população” (O OBSERVADOR, 1847, p. 6).

Segundo Joaquim Serra, este jornal era um “órgão doutrinário do Partido Conservador” que durante o tempo de sua existência – até 1861 – teve como redatores os jornalistas *Cândido Mendes de Almeida*, *Sotero dos Reis* e *Dionísio Alves de Carvalho* (SERRA, 2001, p. 33).

Ainda se referindo aos problemas decorrentes da abolição do tráfico, o redator não poupa críticas à Inglaterra por ter contribuído com as limitações impostas ao comércio de escravos africanos, e ser a responsável por toda essa “trama”, e, apesar de alegar humanidade, justiça e civilização, e saber da necessidade do Brasil por “negros”, pressionou a assinatura de vários tratados por, simplesmente, não ver com bons olhos o florescimento das colônias portuguesas (O OBSERVADOR, 1847, p. 5).

O autor ainda usa o termo “colônias” porque faz lembrar, em seu texto, os Tratados de 1810, de 1815 e a convenção adicional de 1817, todos anteriores à independência do Brasil, mas conclui que o objetivo inglês foi atendido pelo Tratado de 1826, e pela Lei de 1830 e 1831, as quais são consideradas um grande golpe, trazendo graves males para o comércio e lavoura no país (*Id.*).

As considerações d’*O Observador* a respeito do fim do comércio de escravos, à época já ilegal, fazem parte do discurso da decadência da lavoura de agroexportação pelos idos de 1840, no Maranhão. Nesse contexto, entretanto, tal como adverte Faria, houve um rearranjo do sistema agroexportador, no Maranhão, marcado pela transferência de capitais e da mão de obra escrava da cotonicultura para

a agroindústria açucareira. Mas, a percepção da elite acompanhando de perto as flutuações do mercado agroexportador alimentou a ideia de “estado decadente” da lavoura maranhense (FARIA, 2012, p. 46).

No Brasil, os apelos e as considerações do ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, acerca de medidas para acabar, definitivamente, com o tráfico de escravos foram ganhando espaço em debates no Parlamento brasileiro e nas reuniões do Conselho de Estado, culminando, por fim, na assinatura, em 04 de novembro de 1850, da mais abrangente lei contra o tráfico internacional de escravos para o Brasil (BETHELL, 2002, p. 386).

Rodrigues destaca que, nesse período, o país vivia um contexto diferente de quando foi assinada a primeira lei antitráfico, em 1831. Segundo este autor, a maior coesão de parcelas da elite política, o esgotamento do projeto de construção do mercado de mão de obra baseado exclusivamente no escravo como alicerce da produção, a vinculação estreita entre ‘corrupção dos costumes’ e escravidão, a manutenção do direito de propriedade existente, a pressão inglesa e a necessidade de garantir a soberania perante ela, além do crescente medo das ações coletivas dos escravos contra o cativo foram os fatores que, relacionados, explicam o porquê do fim do tráfico de escravos ter se dado em 1850 (RODRIGUES, 1994, p.124-125).

Seguindo esta mesma premissa, Bethell destaca que, nesse período, não só era urgente, de todos os pontos de vista, uma lei mais rigorosa no combate ao contrabando de escravos, como de fato o sistema econômico-político brasileiro se apresentava estabilizado, a partir das reformas que vinham se sucedendo desde 1837, com vistas à centralização da autoridade imperial, o que possibilitou às autoridades brasileiras condições reais para uma política de repressão mais efetiva ao tráfico (BETHELL, 2002, p. 386).

4 Considerações Finais

Os discursos proferidos em defesa do tráfico, especificamente, e do regime escravocrata no geral, publicizados pela imprensa da Corte e reproduzidos pelos periódicos maranhenses, sob a capa liberal ou conservadora, sempre se alinharam com interesses oligárquicos e eram reveladores dos pensamentos dominantes da classe política brasileira.

Os jornais desse período integraram um discurso escravista, responsável pela constituição de representações, derivada da posição social dos jornalistas, da vivência pessoal e até mesmo da sua formação intelectual, e que incidiram na construção discursiva, porque os mais bem destacados jornalistas maranhenses mantinham relações institucionais com as estruturas de poder público e privado (CORRÊA, 1993).

Não podemos deixar de considerar que, nesse período, “o jornalismo periódico foi de suma importância na produção e circulação de proposições a respeito do que se concebia como fundamental para o desenvolvimento econômico e social da província baseada na agricultura mercantil de exportação e da base escravista” (PEREIRA, 2006, p. 94). Afinal, os articulistas dos jornais criaram representações, muito evidentes em suas falas, que deixaram transparecer os medos, as pretensões e expectativas que tinham, as quais não eram muito diferentes das do grupo dominante do qual faziam parte, ou seja, os proprietários rurais e os grandes comerciantes.

Mas, vale destacar que, nesse contexto, o Maranhão já não era um de seus maiores beneficiários, pois, mesmo antes da Lei de 1850, a importação de escravos para a província já havia diminuído bastante; até porque o comércio interno de escravos para as províncias do sudeste do Império animava a economia local.

O fim do tráfico internacional de escravos só passou a ser tratado por alguns jornalistas da província maranhense de forma mais incisiva quando eles perceberam a relação dessa questão com a extinção da escravatura, não só porque era único meio de aquisição de escravos, mas, sobretudo, pelo fim da cultura criada pela escravatura traduzida no luxo, prestígio e no poder de pouquíssimos.

Referências

ABRANTES, Elizabeth Sousa. O “FAROL” MARANHENSE: atuação política do jornalista José Cândido de Moraes e Silva nos debates e lutas do pós-independência no Maranhão (1828-1831). P. 58. In: COSTA, Yuri e GALVES, Marcelo Cheche (org). **O Maranhão Oitocentista**. 2ed. Revista e ampliada. São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohring. **A Guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. São Luís: SIOGE, 1998.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohring. **Estruturas de poder e evolução política, 1800-1841**. São Luís, [19??]. Mimeografado.

BETHELL, Leslie. **A Abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos 1807-1869**. – 2º ed. – Rio de Janeiro: Expressão; São Paulo: Ed. Da USP, 2012.

CAMPELLO, André Barreto. **Manual Jurídico da Escravidão**. Jundiaí, SP: Paco, 2018.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1994. (Coleção Repensando a História).

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; **Teatro de Sobras**: a política imperial. 2. ed. rev. *Rio de Janeiro*: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CORRÊA, Rossini. **Formação Social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993.

FARIA, Regina Helena Martins. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: Edufma, 2012.

FERREIRA, Esmênia Miranda. “**Os escravos e o imaginário social**: As imagens da escravidão negra nos jornais de São Luís (1830-1850)”. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2007.

GALVES, Marcelo Cheche. **Luzes na imprensa**: jornais ludovicenses no primeiro reinado. Ciências Humanas em Revista, São Luís: Edufma, v. 3, n. I, jul. 2005.

_____. “**Ao público sincero e imparcial**”: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). São Luís: Café&Lápis; Editora UEMA, 2015.

FRIAS, J. M. C. **Memória sobre a Tipografia Maranhense**. 3ª edição. São Paulo: Siciliano, 2001.

GONÇALVES, Alex Gerson e SILVA, Maurício José da Silva. **Um ensaio sobre a consolidação do Estado Nacional e o papel da imprensa**. 2001. Disponível em: www.klepsidra.net/klepsidra16/imprensa.htm. acesso em: 18 nov. 2019.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **A Balaiada**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Tudo é História)

_____. **João Francisco Lisboa**: jornalista e historiador. São Paulo: Atica, 1977.

JORGE, Sebastião Barros. **A linguagem dos pasquins**. São Luís: Lithograf, 1998.

_____. **Os primeiros passos da Imprensa no Maranhão, 1821-1841**. São Luís, PPPG/EDUFMA, 1987.

LIMA SOBRINHO, A J. Barbosa. **O problema da imprensa**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923 {2a. ed. Edusp, 1988}.

LOPES, Antônio. **História da Imprensa no Maranhão (1821-1825)**. Rio de Janeiro: DASP, 1959.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUES, Rafael; SALLES, Ricardo. **Escravidão e Capitalismo Histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 3ª ed. São Paulo: Siciliano: 2001.

MOREL, Marcos. Independência no papel: a imprensa periódica. In.: **Independência: história e historiografia**, São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 2005.

_____. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **“As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880”**, Tese de Doutorado (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em www.teses.usp.br/teses/.../tese_josenildo_jesus_pereira. Acesso em: 16 nov. 2019.

RAMOS, Clóvis. **Os primeiros jornais do Maranhão (1821-1830)**. São Luís: 1986. (Coleção “Opinião Pública Maranhense”).

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. São

Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão**. São Paulo: Ática, 1983.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001. (Coleção Maranhão Sempre)

SILVA, Maurício José da Silva; GONÇALVES, Alex Gerson. **Um ensaio sobre a consolidação do Estado Nacional e o papel da imprensa**, 2001. Disponível em: www.klepsidra.net. Acesso em 22 de janeiro de 2019.

SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1983.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1975.

YOUSEFF, Alain El. **Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)**. Dissertação de mestrado (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2010.

Periódicos:

Farol Maranhense (1827-1831)

Crônica Maranhense (1838-1841)

O Observador (1847-1861)

O Progresso (1847-1862)

Outros:

Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007. – São Luís: Edições SECMA, 2007.

A IMPRENSA MARANHENSE E A CASSAÇÃO DE MANDATOS PARLAMENTARES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM 1964

SÁLVIO DINO DE CASTRO E COSTA JUNIOR¹

ALLAN KARDEC DUAILIBE BARROS FILHOS²

Introdução

A ambiência de uma época, sem dúvida alguma, pode ser revisitada pela pesquisa nos acervos públicos sobre o trabalho da imprensa. Ao celebrar duzentos anos, a imprensa escrita do Maranhão merece homenagens. Para tanto, nada melhor que revisitá-la, focando as palavras e leituras que devem permanecer vivas na memória coletiva.

Em 1º de janeiro de 1964, o “Jornal do Povo”, dirigido por Neiva Moreira, publicou artigo do então deputado federal José Sarney em que anunciava um período de lutas e de vitórias para o nosso povo. Havia, como de costume nessa época do ano, grandes esperanças traduzidas nas letras do periódico local.

Noutro trecho, nessa mesma linha, dizia que “o mundo subdesenvolvido toma consciência de que o progresso científico e as possibilidades de conforto dele decorrentes constituem patrimônio da humanidade e não de nações privilegiadas.” – **imagem 1.**

Nem tudo seriam flores, contudo. Segundo o parlamentar, haveria ainda o “desenvolvimento de profundas tensões sociais”.

1 Mestre em Ciências Jurídicas. Universidade Autónoma de Lisboa, UAL/Portugal. Email: salvio@salviolino.com.br

2 Professor Titular/PhD/Universidade Federal do Maranhão, São Luís/Maranhão/Brasil. Email: allan@ufma.br

E concluía, após sublinhar a importância da paz e da democracia “como um estado de consciência capaz de extinguir as desigualdades sociais”, que seria “impossível evitar a participação cada dia maior das imensas massas marginais no processo político”, fortalecendo a luta por “dias melhores”.

Surgiam, assim, os primeiros raios do ano de 1964, conforme registro do “Jornal do Povo”. Era possível antever tempos conturbados à frente. O que não se imaginava era a brevidade e a violência do rompimento explícito com a ordem constitucional vigente, mergulhando as instituições republicanas numa avalanche de autoritarismos, abusos de toda ordem e comportamentos antidemocráticos de natureza civil-militar, refletindo-se também no Maranhão.

No presente artigo, por questões metodológicas, optamos por focar um marcante episódio na história do Maranhão para dialogar também com os tempos de hoje. Trata-se da cassação dos mandatos parlamentares dos deputados estaduais Sálvio Dino e Benedito Buzar, em abril de 1964, e as posturas revisionistas da história em torno da democracia.

Para tanto, diante da proposta da obra em apreço, delimitamos a análise exclusivamente à cobertura da imprensa escrita local³, no ano de 1964, sem prejuízo da continuidade dos estudos em outros momentos.

Ano de 1964. Do primeiro de janeiro ao primeiro de abril

Passados três meses desde o artigo do deputado José Sarney, como destacado no “Jornal do Povo”, o país amanheceu o dia pri-

3 Importante alertar o leitor que, em virtude das restrições da pandemia de covid-19, não foi possível ampliar a pesquisa de forma presencial, limitando-nos ao acervo disponível em meio digital na internet e à pesquisa disponibilizada pelo valoroso apoio da biblioteca da Biblioteca Pública Benedito Leite.

meiro de abril com a tomada do poder político federal pelos militares. Nesse dia, talvez pela brevidade e rapidez do evento, pouca ênfase foi dada sobre o episódio na imprensa local.

Todavia, por coincidência ou não, o “Correio do Nordeste” publicou artigo do poeta José Chagas – no mesmo dia primeiro de abril – intitulado “O Extremismo”. Mais uma vez, é possível verificar os ânimos que pairavam na sociedade. No intervalo de três meses, de grandes esperanças passamos ao desespero e ao medo anunciados. É o que podemos denotar a seguir:

(...)

Estamos vivendo uma época de inúmeros perigos. Melhor seria dizer que estamos sobrevivendo a uma época de profundas convulsões sociais. Um mundo de extremismos quebra ao meio a nossa unidade humana. (...) As religiões nos levam ao ódio, as ideias nos levam ao ódio, os sistemas nos levam ao ódio. A paz é o nosso grande pretexto para a guerra. Nada nos une, tudo nos separa. Por isso procuramos os extremos. Só aí nos damos bem. O homem não busca mais o seu semelhante, busca o seu contrário. O homem trabalha a inimizade do homem. Porque assim o deseja. O forte, exatamente por ser forte, poderia proteger o fraco, mas não o faz, talvez com medo de também tornar-se fraco. Quem inspira a revolta do pobre contra o rico é o próprio rico, pelo medo de deixar de ser rico. Eis em que dá o primado da matéria sobre o espírito. O homem não aprendeu a *dar de si* e por isso não pode também *dar do seu*. Faltando-lhe riqueza interior, tenta suprir tudo com a riqueza efêmera do mundo que o cerca. Usurpa os bens do mundo e êle próprio cria fatalmente uma condição oposta à sua. E se desespera.

(...)

Os latifundiários passam a ver logo em cada miserável lavrador um comunista perigosíssimo. Não vêem nele um homem insuflado pela fome. É um homem insuflado pelos ventos de Moscou. E mandam baixar o pau no infeliz.

(...)

Todos sabemos que é preciso fazer reforma agrária. Não é possível esperar nem mais um dia. Mas se se deixa ficar entendido que só quem cuida de reforma agrária são os comunistas, então melhor para os comunistas.

(...)

Ora, o comunismo é um bicho-papão que existe de fato. Ninguém vai negar. Mas acontece que êle tem sido usado como espantalho em certas ocasiões em que não vem ao caso, apenas para que, muito medrosas, as classes desfavorecidas continuem dormindo e não perturbem a boa vida dos donos do mundo. Uma vez que hoje o povo já se acha um tanto crescido mentalmente, muitos brasileiros começam a perder o medo e andam curiosos de ver se esse bicho-papão em que tanto falam é mesmo mais perigoso do que outro bicho que nos vem devorando aos poucos, desde longa data. Esta é a verdade. E eis a arrancada inconsciente de um extremo para outro. Daí por que o indivíduo que pondere as coisas sofre hoje um drama tremendo: o de saber como situar-se no panorama político do mundo, porque não raro passa por ser aquilo que não é sendo acusado injustamente. (...) – **imagem 2**

Vale destacar o caráter quase profético das palavras de José Chagas dados os inúmeros perigos que se avizinhavam no jogo da política nacional. Como bem frisado, o perigo maior não residia na suposta ameaça comunista, mas no que as forças reacionárias – representadas especialmente pelos latifundiários e ricos – poderiam perpetrar para a preservação de suas posições no tabuleiro.

Intuitivamente, o autor apontava para os riscos à democracia e, pior ainda, para os riscos ao exercício das liberdades individuais com as imputações injustas daquilo que não se era, mas que desejavam que fosse para racionalizar, em termos supostamente jurídicos e “legítimos”, uma perseguição.

Abril de 1964 e as consequências no Maranhão. O mês da ruptura constitucional.

Com a deflagração dos militares rumo à destituição do mandato presidencial legítimo de João Goulart, irrompeu-se uma nova ordem jurídica de exceção, conspurcando as garantias institucionais e democráticas asseguradas pela Constituição Federal de 1946, então vigente.

Vale sublinhar, a propósito, que o art. 87, inciso XI, da CF/46 determinava a competência privativa do Presidente da República para o exercício do comando supremo das forças armadas, administrando-as por meio dos órgãos adequados. Nada obstante, as forças militares da época subverteram a diretriz constitucional a ponto de destituir o Presidente da República a quem cabia, privativamente, o exercício do comando enquanto perdurasse o mandato popular.

Em 3 de abril de 1964, o “Jornal do Povo” destacava, em manchetes e letras garrafais, que “JANGO NÃO RENUNCIA” e que o “CONGRESSO NÃO VOTOU IMPEACHMENT DE JANGO” – **imagem 3**. Era nítida a diretriz editorial de resistência àquela subversão da ordem constitucional levada a efeito pelas forças militares no País. Naqueles dias, ainda pulsava algum lastro de esperança no interior do jogo político institucional, tanto civil quanto militar, com movimentações de resistência em favor do legítimo presidente João Goulart.

Contudo, gradativamente, os atos de subversão da ordem constitucional foram se consolidando a ponto de o Congresso Nacional declarar a vacância da presidência da República e, logo em seguida, escolher o Marechal Humberto Castelo Branco, um dos líderes do movimento militar, como presidente eleito, vindo a tomar posse em 15 de abril de 1964.

Interessante observar que as forças militares buscaram logo apresentar um engenho jurídico que pretensamente conferisse legitimidade aos atos perpetrados. Surgia, assim, o Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964, editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, “em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade”, destinando-se, alegadamente, “a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil”.

Referido ato institucional – figura jurídica inexistente na Constituição Federal então em vigor – declarava formalmente “mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições Estaduais” e disciplinava o novo processo de eleições indiretas da presidência da República que seria levado a cabo dias após sua edição. Mas, não só.

O AI n.º 1/64 suspendia por 6 (seis) meses as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade, permitindo a demissão dos titulares dessas garantias – entre eles, os membros do Poder Judiciário –, podendo ser demitidos ou dispensados, ou ainda, postos em disponibilidade ou aposentados, mediante investigação sumária, “desde que tenham atentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública”.

Curioso analisar um ato flagrantemente antidemocrático sendo praticado em defesa de um suposto “regime democrático” num giro de palavras causador de verdadeira mixórdia.

Veja-se, por evidência, que a clássica estatura constitucional da tripartição dos poderes como sistema de freios e contrapesos ao exercício e funcionamento do poder político foi absolutamente conspurcada. Previsão mais eloquente, de tal arte, foi a regra insculpida no art. 7º, § 4º, do AI n.º 1/64, que restringia o controle jurisdicional desses atos de suspensão de garantias limitar-se-iam apenas ao exame

das formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

Loewenstein (2018, p. 71), em suas lições sobre a teoria constitucional, pontua que o constitucionalismo não se restringe a um governo meramente baseado num Estado de Direito, mas pressupõe um governo no qual o exercício do poder político é distribuído e controlado por diversos detentores do poder.

A concentração do poder em torno apenas do Executivo representava, assim, indiscutível ruptura com os preceitos de legitimidade de um Estado Constitucional. Não se tratava, pois, de comunismo ou esquerdismo. Mas de respeito aos primados mais elementares das democracias ocidentais de cunho liberal clássico em que o poder deveria estar submetido a limites, controles e responsabilidades.

Nada disso foi legado pelas forças militares naquele ano de 1964, haja vista o empenho em participarem, diretamente, das disputas políticas com o aniquilamento das diferenças, do pluralismo de ideias e, especialmente, das reformas de base de cunho social anunciadas por Jango.

A propósito, Stoppino (1995, p. 373) descreve os regimes ditatoriais modernos, em oposição aos modelos da era clássica, ao dizer que

O governo ditatorial não é refreado pela lei, coloca-se acima dela e transforma em lei a própria vontade. Mesmo quando são mantidas ou introduzidas normas que resguardam nominalmente os direitos de liberdade, ou limitam de outra forma o poder do Governo, estas normas jurídicas são apenas um véu exterior, com escassa ou nenhuma eficácia real, que o Governo ditatorial pode ignorar com discricção mais ou menos absoluta, recorrendo a outras leis que contradizem as primeiras ou que criem exceções, utilizando poderosos organismos políticos subtraídos ao direito comum ou invocando diretamente pretensos princípios superiores que guiam a ação do Governo e que prevalecem sobre qualquer lei.

O regime implantado em abril 1964 não dá margem para dúvidas. Manteve a vigência da Constituição Federal de 1946 apenas como um véu exterior sem nenhuma eficácia real quanto aos direitos e garantias fundamentais. Além disso, invocou princípios pretensamente superiores, como esposado no preâmbulo do AI n.º 1/64, ao justificar a dita revolução para assegurar “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil”. Nesse sentido, o regime tratou de criar suas próprias leis, tendo por marco inicial o famigerado ato institucional de abril daquele ano.

As leis do regime ditatorial traziam, ainda, outra disposição draconiana. Tratava-se da possibilidade, como previsto no art. 10 daquela norma de exceção – o AI n.º 1/64, de os Comandantes-em-Chefe das forças militares suspenderem os direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar os mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

A partir de então, o mês de abril foi completamente preenchido pelas listas de parlamentares que teriam seus mandatos populares, discricionariamente, e sem possibilidade de revisão judicial, cassados por ordem das forças armadas.

Assim, com o novo regime dito revolucionário, o Poder Legislativo deveria ser amordaçado e o Poder Judiciário ameaçado e manietado. As deliberações de interesse público, agora, somente poderiam ser tomadas validamente pelas forças militares que capturaram, *manu militari*, o Poder Executivo, sob os aplausos de parte significativa da elite civil brasileira.

Nesse sentido, em 8 de abril de 1964, ou seja, na véspera da edição do AI n.º 1/64, o “Correio do Nordeste” destacava uma assembleia do Clube Militar, no Rio de Janeiro, em que foi antecipado o teor do próprio texto normativo ainda em elaboração, a saber:

RIO (Aéreo) - Com a presença de cerca de 1.200 oficiais das Forças Armadas, realizou-se o encerramento da assembléia do Clube Militar, ato a que não faltou a diretoria do Clube Naval, tendo a frente o presidente, Comandante Marcos Dias. Deliberaram os membros da assembléia, por unanimidade, indicar as providencias que deverão ser tomadas de imediato para que a vitória democrática sobre o comunismo não se torne uma vitória pela metade e perca totalmente a sua expressão. Assim, acordaram em definir-se, em nome das três Forças Armadas, pelos seguintes pontos julgados essenciais: 1 — cassação imediata de mandatos de deputados, senadores, governadores, prefeitos e vereadores comunistas e agitadores ou comprometidos com os desmandos que deram motivo a rebelião dos democratas; 2 — cassação imediata dos direitos políticos desses mesmos elementos e dos que, nos postos de mando, foram coniventes com as suas decisões; 3 — aposentadoria imediata para os funcionários civis e reforma imediata dos militares que se tenham revelado comunistas, comunizados e que, de qualquer forma, deram seu apoio ou se omitiram nos atentados que se fazia à Democracia no Brasil; 4 — a instituição urgente de uma operação de limpeza de quadros administrativos, políticos, sindicais e militares em todos os Estados e em todos os municípios do País (...).
[imagem 4]

No Maranhão, assim como em todo o país, a tônica passou a ser as cassações de mandatos parlamentares por ordem e mando do Comando Militar. Destaca-se, por ser importante, edição do “Jornal Pequeno”, em 17 de abril de 1964, em que apontava para a aprovação, pela Assembleia Legislativa, de regulamento que, na esteira do AI n.º 1/64, possibilitava a cassação sumária de mandatos de seus próprios pares mesmo sem saber quais seriam os “nomes visados”.
– **imagem 5**

Por sua vez, em 21 de abril, o “Correio do Nordeste” estampou manchete com o título “TERROR INJUSTIFICÁVEL”, destacando que “há cerca de seis ou oito dias, só se fala, em São Luís,

de numa possível cassação de mandatos com que estariam sendo ameaçados alguns membros da Assembléia Legislativa do Estado.”

Ao prosseguir na matéria, o periódico defendia a regulamentação interna do AI n.º 1/64 como “uma providência de rotina. É o Maranhão a integrar-se nas áreas político-administrativas de uma nova ordem estabelecida pelo Comando Revolucionário”. Na oportunidade, o jornal registrou, ainda, a cassação já realizada do vereador José Mário Santos, na Câmara Municipal de São Luís, “depois de exaustivamente comprovada, aqui, sua ostensiva participação no complô vermelho”. – **imagem 6**

Mas, aquele mês de abril de 1964 ainda guardava surpresas, dado que a onda de perseguições e cassações de mandatos parlamentares para silenciar o Poder Legislativo chegaria, sim, aos deputados estaduais.

A ordem foi emanada do Comando do IV Exército, com sede em Recife, e encaminhada por cabograma ao Presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão. Nessa esteira, após os atos preparatórios internos, a sessão extraordinária que marcaria o cumprimento da ordem militar foi designada para o dia 25 de abril de 1964. Uma manhã de sábado.

A edição de “O Imparcial” daquele mesmo dia já estampava o resultado antes mesmo de a votação a ser realizada. Tratava-se, pois, apenas de uma formalidade legislativa de caráter civil. E publicou a manchete: “ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA CASSARÁ MANDATOS DE DEPUTADOS, HOJE.” – **imagem 7**

Já não havia mais dúvidas sobre os nomes visados. Sabia-se, de antemão, que os escolhidos pela suposta prática de atos subversivos foram os deputados Sálvio Dino e Benedito Buzar, além dos suplentes Vera Cruz Marques, Joaquim Mochel, José Bento Neves, William Moreira Lima e Bandeira Tribuzi.

No domingo, 26 de abril de 1964, o “Jornal Pequeno” publicou capa histórica ao destacar a defesa pública dos parlamentares sobre as acusações do Comando do IV Exército, relatando todo o difícil transcorrer da sessão extraordinária da véspera. Enfatizou, então, o jornal: “SÁLVIO DINO AFIRMOU EM DISCURSO DRAMÁTICO: NÃO SOU COMUNISTA E A HISTÓRIA É QUE ME JULGARÁ. CASSAÇÃO DE MANDATOS PROVOCOU LÁGRIMAS NA CÂMARA DO ESTADO.”

Na citada matéria, registrou-se o forte clima de constrangimento na formação da vontade parlamentar diante da autêntica coação e do medo impostos em nome, supostamente, do “regime democrático”. É o que se vê dos seguintes trechos:

(...)

O Dep. Temístocles Teixeira afirmou que votava a favor, mas votava contrariado já que pessoalmente não via razões para aquelas cassações, mas que não ponha em dúvida a atitude do Exército, em classificar seus colegas como subvertedores da ordem.

O discurso do Dep. Bayma Serra, após a palavra do Dep. Temístocles, emocionou também o plenário e as galerias.

Ao votar afirmou em tom dramático: ‘Há 13 anos estou nesta casa. Nunca saí daqui, para não ter no meu lar o sono tranquilo dos que têm a consciência limpa. Mas não sei, se poderei ser um homem em paz comigo mesmo após votar contra brilhantes colegas meus nesta sessão histórica.’

(...)

Um a um, num clima de nervosismo os Deputados foram votando pela perda dos mandatos mas justificando que o faziam constrangidos.

Bernardo Almeida, ao justificar o seu voto, disse: “Tomo pra mim a responsabilidade deste voto. Isento as Forças Armadas desta minha atitude. Só desejo, porém ver também julgados os ladrões dos dinheiros do povo.

Absteve-se de votar o Dep. Nunes Freire, dizendo que era o beneficiado imediato com a perda do mandato do Dep. Sálvio Dino. (...)

Ao se despedirem dos seus ex-colegas, o pranto prorrompeu nas faces dos Deputados Buzar e Sálvio Dino e parlamentares de todas as correntes, emocionados despediram-se em lágrimas dos ex-companheiros de luta, no Palácio 11 de Agôsto.

Ao final de tudo, depois de lida a promulgação do ato do Legislativo, Deputados da oposição e do governo, desceram em silêncio as escadarias da Assembléia, como se acabassem de sair de um enterro onde no tumulto houvessem ficado os mais queridos amigos. – **imagem 8**

A votação foi unânime, havendo apenas a abstenção do Dep. Nunes Freire, como anotado no jornal. *A contrario sensu*, podemos dizer também que a contrariedade e o constrangimento no decorrer da votação foram unânimes, inexistindo liberdade na manifestação e no voto dos representantes eleitos pelo povo.

Os meses subsequentes: prisões, ameaças e revelação de provas

A um só tempo, o AI n.º 1/64 já havia retirado a autoridade civil do Judiciário e tolhido a liberdade essencial do Parlamento. Restava, agora, a liberdade individual dos ex-parlamentares acusados de agitadores comunistas.

Em maio de 64, Sálvio Dino foi preso em sua residência e levado à força para o cárcere no 24º Batalhão de Caçadores, em São Luís. Lá, as forças militares reuniram diversas personalidades políticas e culturais acusadas de promoverem movimentos subversivos e participação em atividades comunistas.

A esse respeito, em 13 de maio, o “Jornal do Dia” publicou que “30 PESSOAS ESTÃO DETIDAS NO 24º BC”, ressaltando

uma coletiva de imprensa promovida pelo comando da Guarnição Federal, em São Luís, na qual foram noticiados os trabalhos de inquéritos militares “sobre atividades subversivas” e “contrárias ao movimento revolucionário vitorioso”. Foi destacado, ainda, que “apenas quatro estão em alojamentos separados, que são eles os drs. William Moreira Lima, Maria José Aragão (médicos), José Mário Santos (advogado) e Bandeira Tribuzi (jornalista)”. – **imagem 9**

Tal episódio, entretanto, não adquiriu maiores destaques na imprensa maranhense, passando os dias no cárcere daquelas personalidades sem debates públicos mais intensos diante do receio de represálias que se pressupunham a todos que manifestassem contrariedade de caráter político.

Em 23 de agosto, por sua vez, o “Correio do Nordeste” destacou o prosseguimento da luta dos parlamentares cassados, realçando que “EX-DEPUTADOS QUEREM REAVER OS MANDATOS”.

A matéria se referia a mandado de segurança impetrado perante o Tribunal de Justiça do Maranhão pelo advogado Fernando Macieira, impugnando ato da Mesa da Assembleia Legislativa “que cassou o mandato dos deputados Benedito Buzar (PSP) e Sálvio Dino (PDC) e dos suplentes Joaquim Mochel, José Bento Neves, William Moreira Lima, Vera Cruz Marques e Bandeira Tribuzi.” – **imagem 10**

Como sabemos à luz dos acontecimentos históricos, tais mandatos parlamentares jamais foram devolvidos, salvo simbolicamente quase 50 anos depois.

Mas, naquele ano de 1964, houve ainda um grave episódio de ameaça velada à imprensa maranhense perpetrado por meio de nota oficial do Comandante da Guarnição Militar de São Luís.

Em 6 de setembro, o “Correio do Nordeste” editou a “Coluna do PSD” com o título “SURGE, ENFIM, A VERDADE”. Em suas linhas, defendeu abertamente o regime militar ditatorial implantado

desde abril daquele ano de 1964 e atacou, impiedosamente, o ex-deputado Sálvio Dino, apontando-o como “acabado subversor da ordem, um perigoso legionário das agitações insinuadas, esquematizadas pregadas, no Brasil inteiro pelo ato comando dos agitadores indígenas”. – **imagem 11**

Ao final, conclama a leitura de fatídica NOTA PARA A IMPRENSA lavrada, em 2 de setembro, pelo Comandante da Guarnição Militar de São Luís.

Tal nota, a propósito, consubstanciava-se numa resposta desmedida a comentários da colunista social Maria Inês Sabóia em seu programa na TV Difusora no dia 31 de agosto de 1964, em que ela considerou ter sido injusta a cassação dos mandatos de parlamentares a exemplo do ocorrido com o ex-deputado estadual Sálvio Dino.

Após alusões a supostas provas colhidas em sindicâncias militares, e dizer que a nota buscava esclarecer a opinião pública, o Comandante Militar encerrou com uma advertência própria e típica de regimes ditatoriais, como se vê:

Em face de tudo o que foi dito acima, o Comandante da Guarnição de São Luís adverte à cronista Srta. MARIA INÊS SABÓIA, para que evite comentários como o que fez, principalmente quando desconhece fatos ou atos que o motivaram. – **imagem 12**

Interessante, de todo modo, verificar o teor das supostas provas de atividades subversivas e comunistas que teriam justificado, no olhar dos militares, a cassação do mandato parlamentar, a prisão por mais de 15 dias e, seguidamente, a suspensão dos direitos políticos por 10 anos do ex-deputado Sálvio Dino. Eis as provas publicadas no jornal “Correio do Nordeste” em edição do dia 6 de setembro de 1964:

Como subsídio às Sindicâncias e IPM e, para melhor julgamento por parte do público, transcrevem-se abaixo 3 rádios passados pelo Sr. SÁLVIO DINO para esta Capital, nos teores seguintes:

‘IMPERATRIZ – 001 – ¼ – 16, 20h, SPEVEA S. LUIZ – JORNAL DO DIA – S/N – 01.04.64 – Estamos organizando movimento popular defesa mandato Presidente da República e reformas radicais pt Abraços Sálvio Dino pt’

‘IMPERATRIZ – 002 – ¼ – 16, 20h, SPEVEA S. LUIZ – JORNAL DO POVO – S/N – 01.04.64 – Estamos preparando luta popular defesa legalidade democrática e derrubada gorilismo pt Sálvio Dino’

‘IMPERATRIZ – 003 – ¼ – 16, 22,50h, SPEVEA S. LUIZ – JORNAL DO DIA – S/N – 01.04.64 – Realizamos hoje à noite grandiosa concentração pública em defesa da legalidade e reformas base ocasião falaram vários oradores aplaudidos grande massa popular povo região ir luta em defesa mandato Presidente pt Abraços Sálvio Dino pt. João M. Santana Pt’ – **imagem 12**

Ora, sendo essas as provas, o que denotamos é o comprometimento inarredável do parlamentar com a defesa da ordem constitucional então vigente e com os valores democráticos que conferiam legitimidade ao exercício do mandato presidencial por João Goulart, bem como asseguravam o exercício da liberdade e da livre manifestação do pensamento, nos termos do art. 141 da CF/46, de nada podendo extrair-se qualquer alusão à defesa do comunismo ou do bolchevismo.

Lembremos, por oportuno, trecho do artigo de José Chagas publicado na imprensa maranhense em 1º de abril daquele ano, como acima destacado, ao dizer que a ambiência vivida permitia um drama tremendo, qual seja, que, não raro, um indivíduo passasse a ser aquilo que não é, sendo “acusado injustamente”.

Sálvio Dino e Benedito Buzar jamais foram comunistas, embora tivessem o direito constitucional de serem com livre manifestação de suas opiniões.

Nesse sentido, Robert A. Dahl (2015, p. 29) leciona que um sistema verdadeiramente democrático deve pressupor pelo menos duas dimensões: contestação pública e direito de participação, sendo importante a ampliação – em qualquer regime ou momento histórico – dos mecanismos de inclusão e de competitividade no interior do quadro político. Constrói-se, assim, a noção de poliarquia como regime intensamente inclusivo e robustamente aberto à contestação pública, alcançando um estágio maior de democratização.

As provas historicamente produzidas e levadas às últimas consequências pelas forças militares da época, no ano de 1964, apontavam para o singelo desejo de o cidadão-parlamentar exercer as liberdades liberais clássicas como oportunidade de exercer oposição ou manifestar apoio ao governo (derrubado), formar organização política e manifestar-se sobre questões políticas sem temer represálias de qualquer espécie.

Em verdade, sob o olhar da história, as sobreditas provas deveriam servir para absolver sumariamente o ex-deputado Sálvio Dino e condenar, de modo irremediável, o regime político inaugurado em abril de 1964, que se estendeu até 1985, como uma autêntica ditadura de caráter civil-militar sem relativismos ou negacionismos.

Conclusão: o compromisso ético do resgate histórico e a força da esperança

O artigo suso referido do poeta José Chagas, publicado em 1º de abril de 1964, apresenta uma atualidade desconcertante. Quem olha o mundo ao seu redor, hoje, percebe que estamos vivendo uma época de inúmeros perigos, de profundas convulsões sociais, de proliferação de ódios, de inimizades e de dissensos quase irreconciliáveis.

Em 1964, tal ambiência nos custou a liberdade e a vida democrática por mais de 20 anos. Custou também centenas e centenas

de vidas humanas que foram ceifadas pelo arbítrio do poder. No presente, por outro lado, desde 2018, tem-nos custado milhares e milhares de vidas humanas, cujas mortes têm sido potencializadas pelos negacionismos que levam à recusa de tratamentos e de vacinas no enfrentamento da covid-19.

O pano de fundo – tanto lá quanto cá – permanece o mesmo: a falta de diálogo, de empatia e de amor ao próximo que se transmuda em maior escala para refletir suas consequências nas políticas públicas e nas diretrizes de organização do aparelho do Estado brasileiro.

Assim, o trabalho de resgate histórico deve exigir sempre uma reflexão e, tanto quanto possível, o apontamento de sinais para uma intervenção que aprenda com os erros do passado e busque dias melhores para o futuro.

Os climas de embate sem regras e de proliferação de ódios sem fim que antecederam ao golpe militar de 64 não podem nos contaminar novamente. É ruim. É nocivo. É triste.

O ex-deputado Sálvio Dino, aqui referenciado, foi vítima tanto lá quanto cá. Em abril de 1964, teve sua liberdade civil e política cassada. Teve seu direito de ir e vir tolhidos. Em agosto de 2020, foi vítima da covid-19. A vacina não chegou a tempo. Mas, conhecendo um pouco de seu coração, ele parafrasearia com sinais trocados seu confrade da Academia Maranhense de Letras, o poeta José Chagas, numa ode à esperança para dizer que agora

As religiões nos levam ao AMOR, as ideias nos levam ao OLIMPO, os sistemas nos levam ao ENTENDIMENTO. A paz é o nosso grande pretexto para a CONCILIAÇÃO. Nada nos SEPARA, tudo nos UNE. Por isso procuramos os CONSENSOS. Só aí nos damos bem. O homem não busca mais o seu CONTRÁRIO, busca o seu SEMELHANTE. O homem trabalha a AMIZADE do homem. Porque assim o deseja. O forte, exatamente por ser forte,

poderia proteger o fraco, mas não o faz, talvez PORQUE JÁ NÃO EXISTA MAIS FORTES E FRACOS. Quem INSPIRAVA a revolta do pobre contra o rico ERA o próprio rico, pelo medo de deixar de ser rico. Eis que DEIXOU DE HAVER o primado da matéria sôbre o espírito. O homem APRENDEU *a dar de si* e por isso SÓ PODE *dar do seu*. SOBRA-LHE riqueza interior, NÃO tenta suprir tudo com a riqueza efêmera do mundo que o cerca. PROTEGE os bens do mundo e êle próprio cria fatalmente uma condição DE IDENTIDADE à sua. E JÁ NÃO MAIS se desespera.

Imbuídos desse compromisso ético é que empreendemos esforços para que a história não seja esquecida e, mais ainda, não seja repetida. A defesa da democracia, a toda evidência, é um imperativo do passado e do presente.

Bibliografia:

Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964

Constituição Federal de 1946

DAHL, Robert. A. Poliarquia: participação e oposição. Trad. Celso Mauro Paciornick. 1ª ed., 3ª reimpressão, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, p. 29

LOEWENSTEIN, Karl. Teoria de la constitución. Trad. Alfredo Gallego Anabitarte. Barcelona. Editora Ariel, p. 71

STOPPINO, Mário. “Ditadura”. In: BOBBIO, Norberto et alii Dicionário de política. Trad. Carmen C. Varrialle et alii, sob a coordenação de João Ferreira. 7ª ed., Universidade de Brasília, 1995, p. 373.

Jornal Pequeno

Jornal O Imparcial

Jornal do Povo

Jornal Correio do Nordeste

Anexo:

SARNEY NO ANO NOVO: Frutos da luta de nosso Povo estão nascendo

[Leia o Artigo 64-Luta e Vitoria]

Coluna de Brasília

Perspectivas de 64

Neiva Moreira

O fim de 63 é posto em relevo a luz do primeiro aniversário de posse do presidente da República, João Figueiredo. Não é uma simples comemoração, mas uma avaliação da situação política e social do país. Com essa luz, são visíveis os frutos da luta que se iniciaram em 1964 e a velocidade com que se desenrola o processo de transformação social.



com a ação organizada do povo. Foi o primeiro passo para a realização da Revolução de 64. Hoje, o povo não só venceu a luta, mas também a luta pela democracia e a liberdade social.

A ação organizada do povo foi o primeiro passo para a realização da Revolução de 64. Hoje, o povo não só venceu a luta, mas também a luta pela democracia e a liberdade social.

Esperamos que neste ano não seja o primeiro, mas sim o primeiro de muitos outros. Esperamos que neste ano não seja o primeiro, mas sim o primeiro de muitos outros.

No plano do povo, a grande conquista de 64 foi a unidade interna do nosso povo. Em que medida essa unidade se refletirá no ano de 64, é o que veremos nos próximos meses.

50ª Rua - Marquês - (Quarta Fila) - 1.º de Janeiro de 1964

JORNAL do Povo

Diário Responsável: NEIVA MOREIRA

64: Luta e Vitoria

José S. May

Este dia de 64 é marcado por uma vitória decisiva do povo brasileiro. É a vitória da democracia e da liberdade social.



Este dia de 64 é marcado por uma vitória decisiva do povo brasileiro. É a vitória da democracia e da liberdade social.

Este dia de 64 é marcado por uma vitória decisiva do povo brasileiro. É a vitória da democracia e da liberdade social.

Este dia de 64 é marcado por uma vitória decisiva do povo brasileiro. É a vitória da democracia e da liberdade social.

Imagem 1

O Extremismo

JOSÉ CHAGAS

Meus amigos, sejam-lhe saúdes. Num mundo de plágio, acho a sociedade um tempo muito irritado. Mas experimentem-lhe. Sejam circunspetos, redondos, judiciais. Vamos fazer de conta que o mundo está só à espera de nossa palavra para se tornar um paraíso. Sejam-lhe como alguns escritores risados que escrevem em jornal. Ficticiosos como eles. Fictícios e carregados no lugar comum até o carapão extremo. Depois ficar pensando que se descobriu a quarta dimensão. Dito isto, comecemos.

Estamos vivendo uma época de intenso perigo. Muitas está a dizer que estamos sobrevivendo a uma época de profundas convulsões sociais. Um mundo de extremismos quebra ao meio a nossa unidade humana. Tempo de homens partidos, como Jôão a poeta. A alma está desarticulada do corpo, o coração está desarticulado da mente, o homem foi violentado em sua estrutura e já não pode receber os pedacos da si mesma para se recompor. Escrevem-se milhares de vezes nesse sentido. Mas quem está hoje em condições de ensinar e aprender? As religiões não levam ao ódio, as idéias não levam ao ódio, os sistemas não levam ao ódio. A paz é o nome grande prestado para a guerra. Nada nos une, tudo nos separa. Por isso procuramos ser extremos. Só aí nos damos bem. O homem não busca mais o seu semelhante, busca o seu contrário. O homem trabalha a intensidade do homem. Porque assim o deseja. O forte, exatamente por ser forte, poderia proteger o fraco, mas não o faz, talvez com medo de também tornarse fraco. Quem foge a respeito do pobre contra o rico é o próprio rico, pelo medo de deixar de ser rico. Ele em que agredido a dar de si e por isso não pode também dar de si. Faltando-lhe a segurança interior, tenta apagar tudo com a riqueza exterior do mundo que o cerca. Utopia ou bem do mundo e ele próprio cria fatalmente uma condição oposta à sua. E se desmorpa.

Sabemos o que está ocorrendo agora com os nossos latifundiários. Tão silenciosamente que viviam vivendo à certa distância de qualquer ato de repressão, esta latifundiária do Per que perguntaria lhes inocentemente. Que fizeram não de nada? Não estamos permitindo a riqueza do país? (Eles sempre pensam que só lhes fazem a vida). Por que não nos deixam em paz? Que é que estes comunistas desejam de nós?

Os latifundiários pensam a ver logo em cada miséria, um levante de uma comissão progressista. Não sabem mais um homem insatisfeito pela fome. E um homem insatisfeito refere vícios de Moscou. E mandam baixar o pão no inferno.

O lavrador, que em sua ignorância nunca soube o que diabo é comunismo e vive com sua família na mais humilhante das misérias, sem um pedacinho de terra cada um morto, acaba chegando à conclusão de que se ser comunista é apenas lutar para não morrer de fome, então ele faz questão de ser comunista. Essa mentalidade aguçada, essa visão sem racionalidade, é uma intervenção para os verdadeiros elementos da subversão. E isso quer dizer que os latifundiários não usam cada vez mais instrumentos de comunismo aqui dentro do país? Eles é que deviam estar na cadeia, por essas razões: porque exploradores do povo e porque são agentes do comunismo contra si.

Todos sabemos que é preciso fazer reforma agrária. Não é possível esperar nem mais um dia. Mas se se deixa fazer o tamanho que só quem cuida de reforma agrária são os comunistas, então malhar para os comunistas.

E o pior não é isso. O trabalho, aqui fora, dos portuários dizem latifundiários é que dá o que pensar a quem deseja ainda manter uma certa semelhança, procurando ver os problemas do país dentro dos limites que lhes são próprios, com relações ligadas por um conceito de nacionalismo puro. Em, por exemplo, considerar uma família as normas políticas sob as quais estamos vivendo. Considerar também o comunismo na infância. Com uma infância não se trata de casta. Mas, quando leio palavras como aquelas do sr. João Calmon, lido aqui por um jornal como "importantes esclarecimentos", fico certo de que alguma coisa de grave está ocorrendo: é que no Brasil quem são verdadeiramente patriotas aqueles que já tem de lutar de um lado ou de outro e combater certos indivíduos que o não são, porque dizem é que, vem o perigo maior. Inclinando em argumentos já muito manjados, o sr. João Calmon e outros "moderados" perdem a consciência até de que seja defender os seus próprios interesses uma vez que os do país nunca entraram em conta, e estão deixando que o litígio se volte contra o feticheiro.

Inclinamos a cabeça. Há mais que para adormecer os filhos pequenos assim o socorro de lhes fazer maldo como o bicho-papão. No lácio dá resultado. Mas eles sabem que o

é preciso não insistir muito porque podem acabar fazendo mal de duas maneiras: alguns garotos ficam mudros para o resto da vida; outros, porém, é propensão que vão crescendo, transformam o seu sonho em realidade e já agora

desenjam e ver mesmo esse bicho-papão de que tanto se fala. Se o bicho-papão não aparece a não passa por sua fúria.

Ora, o comunismo é um bicho-papão que existe e vive. Ninguém vai negar. Mas ocioso que ele tem sido usado como espantado em certas ocasiões em que não tem ao caso, apenas para que, muito mudros, as classes desfavorecidas cegamente dormindo e não perturbando a sua vida das doas do mundo. Uma vez que hoje o perigo já se acha um tanto criado mentalmente, muitos latifundiários começam a perder o medo e andam curiosos de ver esse bicho-papão em que tanto falam e mesmo mais por perto de que outro bicho que nos vem descendo nas páginas, desde longa data. Esta é a verdade. E ela é arranca inocências de um extremo para outro. Daí por que o indivíduo que pretende as coisas sofrer hoje um drama a respeito é de saber como situar-se no terreno político e mundial, porque não raro passa por ser aquilo que não sendo, quando latifundiários.

Nas condições em que vivemos, uma pessoa lógica não pode definir-se, declarando-se deste ou daquele lado. Isso era norma de antigamente, nos melhores sentidos. Em ambas as posições, essa pessoa se verá contra o mundo. Também o centro é suspeito. E a frustração advinda de não lutar e permanecer como um tempo de espera para a exploração de realidades. Que fazer, então, dentro de um tal "bicho-papão"? Como combater a situação de solidão para direita e para a esquerda sem perigo de se deixar cair e arrastar de centro? E tudo no complexo ainda me querendo viciados que, sob certos aspectos, os extremos se encontram. É interessante lembrar aqui esta observação de Leo Rosten: "Podemos entender melhor o "bom senso" político, se distribuímos as seguintes idéias em uma seta, mas em círculo, de maneira que a Extrema Direita e a Extrema Esquerda se encontrem — como na realidade acontece: uma vez que ambos acreditam na supremacia do ódio, no uso da violência, na inexistência de distinção entre sábios e heretas, entre templos e dissidência. A Extrema Esquerda e a Extrema Direita são mais em comum do que qualquer delas tem com o Centro."

Dizem, dizem, o que podemos fazer é combater com o poeta: "Mundo, mundo, vasto mundo, se eu me chamava Raimundo... Seria uma rima, não seria uma solução

PSD Para governador do Estado em 65



Renato Archer

Imagem 2

Rio informa-se que o Brigadeiro Anísio Botelho, ex-Ministro da Aeronáutica, o Brigadeiro Francisco Teixeira deixaram o Rio com destino ignorado

JANGO NÃO RENUNCIA

1944 - Março - 1944

Jornal do Povo

DIÁRIO DE NOTÍCIAS E OPINIÃO

DIRETOR RESPONSÁVEL: NIVAL MOREIRA



PORTO ALEGRE — O deputado Oreste Siqueira apresentou um projeto de lei e de resolução, que a Presidência João Getúlio Vargas, em seu despacho a 24 de março, não assinou e não deu a palavra.

Achegar admite que João Getúlio dispôs de boas forças

S. PAULO — O governador João Getúlio Vargas, em seu despacho a 24 de março, não assinou e não deu a palavra.

CONGRESSO NÃO VOTOU O IMPEACHMENT DE JANGO

BRASÍLIA — O Congresso Nacional não votou o impeachment de João Getúlio Vargas, presidente da República, em sessão realizada na tarde de ontem (23) no plenário da Câmara dos Deputados. O projeto de lei de impeachment, apresentado pelo deputado Oreste Siqueira, não foi votado.

Renato já no jogo das vantagens

S. PAULO — O deputado Renato de Almeida, em seu despacho a 24 de março, não assinou e não deu a palavra.

JANGO VISITA Santa Catarina

PORTO ALEGRE — O governador João Getúlio Vargas, em seu despacho a 24 de março, não assinou e não deu a palavra.

Povo exige volta de Badger: Poder

S. PAULO — O governador João Getúlio Vargas, em seu despacho a 24 de março, não assinou e não deu a palavra.

A Luz Sôbre o Lixo

JOSÉ CHAGAS

A praça, a praça é do povo,
como o céu é do condor!
E agora com banco novo,
que maravilha, doutor!

Essa mistura de Castro Alves e conversa antipática de vagabundo tem o seu sentido próprio ali na Praça João Lisboa, agora maravilhosamente iluminada com lâmpadas de aeródromo, que a tornam uma oásis de luz dentro do deserto de trevas em que continua mergulhada a cidade, esta cidade carnalosa de homens que primam pela escuridão de tudo, inclusive da alma.

As conversas sôbre política e sobre a vida alheia à luz daquelas lâmpadas talvez algumas seja um castelo no ar, mas e possuem as mentes dos desocupados taranteladas, já não digo encieradas, mas quando-vinda mais clara já era ser a verdade em si.

O diabo é que uma das verdades em si é o lixo, não os bancos e o fato de ligões de águas limpidas e frias de noite. Aliás, já dizia Paula Ney que os moléculas do ar sofrem da escuridão. Sim, mais precisamente, os moléculas que ali se praga-arrastam pela sujeira e pela sujeira a certeza de que somos um mero produto de escuridão social, uma degradação resultante de condições administrativas.

Acho que o prefeito, em lugar de sair de suas preocupações com os serviços internos da prefeitura para dar satisfação ao povo a respeito dos bancos da praça, em vez de ir às ruas, lista e pergunta, o que, dito apenas em jornal, não prova coisa alguma nem justifica nada, já devia ser ter largado o povo de mão e tratado de mandar limpar aquelas abrigos, arrastando pelo menos os inúmeros cartões sujos de políticos mais sujos ainda, que afetam o aspecto da cidade e causam mágoa a todos os que por ali passam.

Será que ele anda tão educado com sua própria iluminação que não vê as barbaquias das calçadas e os tocos de lixo que permanecem naquele logradouro a noite inteira? O prefeito éia realmente duas boas coisas: iluminar a praça e colocar nela confortáveis bancos. Até aí tudo muito bem. Nada mais elogioso. O prefeito merece umas apertadas frias demais que os talismãos esprezadores de terra sempre têm esmerilhadas. Mas que eu, um pobre diabo

não iluminado, jamais possa arrancar do cérebro, em virtude de minha escandalosa falta de talento e de mes-vergonhosas excessos de vergonha.

O prefeito, porém, não verificou ainda que aquelas coisas por enquanto estão servindo de instrumento contra ele próprio. Os bancos, servem para que o povo fale mais comodamente do governo e a luz põe à mostra o desleixo com que a cidade é administrada.

Faga-se a luz, mas desfaça-se a sujeira que iluminada passa a ser mais revoltante.

Ou será que o prefeito pensa de outra forma e considera que a luz é exclusivamente para evitar que caiamos nos buracos e tropeçemos nos montes de lixo?

Em verdade, isso já é um enorme passo para uma população sempre em trevas por fora e por dentro e que, agora, se arrisca a todos os abismos, inclusive aquele do qual o Brasil vive à beira, como costumam dizer.

Sabemos que a luz é para todos e todos a aceitam de bom grado. Mas nem todos querem o lixo, nem todos querem os buracos, nem todos querem a falta de ligões de águas cristalinas.

O prefeito pode dizer também que nem todos são de minha opinião e que ter luz é que é o bastante, principalmente quando a luz é muito boa e nos encandela e ofusca e cega.

Então o prefeito sabe o que faz. Ele é que talvez não saiba o que digo.

Imediata Cassação do Mandato dos Parlamentares Comunistas

RIO (Aérea) — Com a presença de cerca de 1.200 oficiais das Forças Armadas, realizou-se o encerramento da assembleia do Clube Militar, ato a que não faltou a diretoria do Clube Naval, tendo a frente o presidente, Comandante Marco Dias. Deliberaram os membros da assembleia, por unanimidade, indicar as providências que deverão ser tomadas de imediato para que a vitória democrática sobre o comunismo não se torne uma vitória pela metade e perca totalmente a sua expressão. Assim, acordaram em declarar, em nome das três Forças Armadas, pelos seguintes pontos julgados essenciais: 1 — cassação imediata de mandatos de deputados, senadores, governadores, prefeitos e vereadores comunistas e agitadores ou comprometidos com os desmandos que deram motivo a rebelião dos democratas; 2 — cassação imediata dos direitos políticos desses mesmos elementos a dias que, nos pontos de mando, foram concluídos com as suas decisões; 3 — aposentadoria imediata para os funcionários civis e reforma imediata dos militares que se tenham revelado comunistas, comunistas e que, de qualquer forma, deram seu apoio ao se constituíram nos atentados que se fazia à Democracia no Brasil; 4 — a instituição urgente de uma operação de limpeza de quadros administrativos, políticos, sindicais e militares em todos os Estados e em todos os municípios do País. Quase no encerramento da sessão, sobrito de prologações spleenicas, o Comandante Marco Dias comentou que a assembleia do Clube Naval, horas antes, resolveu por unanimidade, considerar ao Marechal Augusto Magessi, presidente do Clube Militar, o título de sócio benemérito. Com isso ilustro, os oficiais da Marinha não só homenagearam todos os seus companheiros do Exército, mas o bravo cidadão que, em hora difícil e representando os seus colegas de farda, levara ao homem de mar sua palavra de estímulo, esperança, apoio e solidariedade.

Leia e Prestígio

CORREIO DO NORDESTE

Imagem 4

Jornal Pequeno pede, em nome do povo sacrificado:

INTERVENÇÃO NA CEMAR

FATO REVOLTANTE Dois pesos e Alegando buracos na estrada do duas medidas Itaquí e interrupção no transporte de óleo, a famigerada Empresa fornecedora de energia deixa a cidade, mais uma vez, nas trevas causando intenso prejuízo ao Comércio, à Indústria e ao povo

Antigamente havia uma distribuição direta de energia nos três circuitos. Depois estabeleceram o sistema de chaves, por quartéis. Em consequência o Governo, a outro que serve o Palácio do Governo, a Rádio Difusora e o Diário da Manhã pode permanecer ligado durante toda a noite, como aconteceu de ontem para hoje ficando apenas de fora a linha que fornece energia para o Jornal Pequeno, Imparcial e Jornal do Povo. Para que isto aconteça basta o carro selo da CEMAR com a ordem de desligar e a chave de um transformador que fica situada na Avenida Magalhães de Almeida, esquina com Santana, o que aconteceu a partir das 22 horas de ontem (isto depois de termos ficado sem energia durante toda a tarde

JORNAL PEQUENO
Ano XIII - São Luis 17/4/1964 N. 53108

ABSOLUTA VIGILANCIA

Depois daquele brilhante discurso em que o heredeiro Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco prometeu dar melhores condições de vida ao povo brasileiro, não é justo fique uma CEMAR entregue às mãos de alguns sujeitos incapazes que nem sequer sabem resolver problemas de alguma importância como o caso do transporte de óleo de Itaquí para os depósitos da CEMAR. A hora é de vigilância e de trabalho, para que o ilustre Presidente possa cavar o bom termo sua espalhosa missão.

Cassação de mandato

A Câmara do Estado aprovou projeto que possibilita cassação sumária de mandatos de parlamentares. São desconhecidos, ainda, os nomes dos visados.

SABOTAGEM?

Não temos provas para endossar o que dizem na cidade.

A verdade, no entanto, é que esta sendo admitida a possibilidade de uma sabotagem por terem mudado os diretores da U.E.S. e da Associação Termo Elétrica.

Cabe ao Exército apurar a verdade

O Comércio e a Indústria não podem continuar sofrendo pesados prejuízos com a irresponsabilidade da administração da CEMAR, empresa que além de arrecadar grandes somas dos cofres públicos ainda vive sacrificando cada vez mais a bolsa popular com as constantes interrupções de suas tarifas.

Imagem 5

Jornal Independente — Informativo e de
Fuição Moderna

Correio do NORDESTE

O PERIÓDICO DO MOMENTO
Fundado em 1941 — Cr\$ 30,00
ANO III — 3.a-feira, 21 de Abril de 1964 — N.º CCVII
São Luís — Maranhão

Terror Injustificável

Há cerca de seis ou oito dias, só se fala, em São Luís, numa possível cassação de mandatos ceter que existiam sendo ameaçados alguns membros da Assembleia Legislativa do Estado.

Esses membros de rua têm origem no fato de haverem os deputados do PSD apresentados, por intermédio de seu líder, a aprovação do plenário, o projeto de lei indispensável à regulamentação exigida para que no Maranhão vigorassem e produzissem seus efeitos as medidas previstas no ATO INSTITUCIONAL.

Figura-se-nos isso uma providência de rotina. E o Maranhão a integrar-se nas áreas político-administrativas de novo ordem estabelecida pelo Conselho Revolucionário em todo o país e a cujas disposições preventivas não nos podemos omitir, a menos que já não fôssemos parte da Federação, o que não é, quer inverossímil, o mesmo caso...

Aliás, o contrário é que nos causaria estranheza: país e ser o Poder Legislativo acobde de fazer, aprovando a proposição em tela, nada mais signifiante do que uma consequência irrecorrível do ATO INSTITUCIONAL, que não deixa outra alternativa a nenhum Estado, nem mesmo às Câmaras Municipais, como se verificou, ainda há pouco, aqui mesmo, através do mandato do vereador José Mário Santos, que foi cassado, por unanimidade, depois de exaustivamente comprovado, aqui, sua substancial participação no complot verificado, como não é estranha a ninguém.

Fôrmosse nós deputados, eleitos sob qualquer legenda, e seríamos votado, sem discussão, o projeto de lei em referência, firmadas naquela multissícular soberania aximática de que "quem não deve não teme".

Não cremos, néem de tudo, se prevaleça o Chefe do Governo maranhense da maioria parlamentar que o apóia na Assembleia Legislativa, para dar vazão a violências do ordenamento, ou pessoal, até porque o óras de prova cabe a qual acena e não se pode semular o soberano exercício de um mandato popular por simples suspeita, ou denúncias improcedentes, muito especialmente nessa terra como a nossa em que, se têm os costumes alguma influência eleitoral, tal influência, até hoje, o grupo a Deus, jamais se uniu manifestar, a não ser através de alguns votos perdidos e isolados, que não bastam, sequer, sioger uma diretoria, em reunião de acionistas, ou clubes de futebol suburbanos.

Por todos óses motivos, achamos que são de todo em todo infundadas os receios dos que se dizem, sem motivos aceitáveis, ameaçados pela regulamentação, entre nós, do ATO INSTITUCIONAL, medida de emergência para um momento de exceção e sem a qual não seria possível nos áreas reconhecidas pela doutrina da República extirpar, pelo país, as articulações subversivas e criminosas dos traidores da pátria.

E a que nos parece. Salvo erro os amigos...

Imagem 6

Todas as reformas de base poderão ser feitas dentro do regime democratico



REUNIAO DA COMISSAO DE ORGANIZACAO DO GOVERNO FEDERAL...

Assuntos da reuniao ministerial

BRASILIA, 24 (AP) — Reunião de gabinete hoje e agenda ministerial, presidida pelo Ministro da Justiça...

SERAO ANULADAS NOMEACOES IRREGULARES PARA O SPFF

BRASILIA, 24 (AP) — Serão anuladas todas as nomeações irregulares para o SPFF...

Assembléa Legislativa cassará mandatos de deputados, hoje

Em sessão extraordinária realizada esta noite, a Assembleia Legislativa do Ceará...

Irregularidades na REFFSA serão apuradas

BRASILIA, 24 (AP) — O presidente da Comissão de Organização do Governo Federal...

Pintores maranhenses aprovados em concurso

BRASILIA, 22 (AP) — O Conselho Nacional de Artes e Ofícios aprovou em concurso...

Novo processo de nomeações de concursados maranhenses

BRASILIA, 24 (AP) — O processo de nomeação dos concursados maranhenses...

Código de Vencimentos dos militares Câmara aprovou

BRASILIA, 24 (AP) — Foi aprovado em votação o projeto de lei que estabelece o código de vencimentos...

Secretaria de Segurança

A Secretaria de Segurança, sob a direção do Sr. Cel. Antônio de Aguiar...

O Primeiro Fogueiro Civil

ASSIS CHATEAUBRIAND — Supunha a morte a grande honra de um cidadão...



MEMORIA DO DIA 24 DE ABRIL DE 1964

Salvio Dino afirmou em discurso dramático:

Revolução comunista e a História é que me julgará

Cassação de mandatos provocou Lágrimas na Câmara do Estado

Revolução de 1964 e a História é que me julgará... A Assembleia Legislativa... a mudança da Democracia Maranhense... em face da proposta de cassação de mandatos... do Dr. Evandro... do Legislativo... a ordem pública e o regime democrático...

Proposta de cassação de mandatos... do Presidente... do Estado... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Dep. Ricardo Rocha... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Dep. Ricardo Rocha... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Dep. Ricardo Rocha... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

uma manifestação... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Dep. Ricardo Rocha... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Dep. Ricardo Rocha... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Dep. Ricardo Rocha... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Dep. Ricardo Rocha... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

Ararós Costa afirmou... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Dep. Teófilo... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Dep. Ricardo Rocha... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Dep. Ricardo Rocha... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Dep. Ricardo Rocha... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...



SALVIO DINO

ANO XIII - 5 LUIS 20 DE ABRIL DE 1964 - Nº 2117

Gaudêncio deixa S. Luis

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...



RICARDO SOUZA

ANO XIII - 5 LUIS 20 DE ABRIL DE 1964 - Nº 2117

Gaudêncio deixa S. Luis

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

BERTO NEVES

Promulgação

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

4 Páginas 20,00

O Sr. Gaudêncio... a ordem pública e o regime democrático... a ordem pública e o regime democrático...

Imagem 8

30 PESSOAS ESTÃO DETIDAS NO 24º BC

Trinta pessoas estão encarceradas no quartel do 24º B.C., respondendo à investigação sobre participação subversiva em atividades comunistas. Não são os membros do Partido Comunista, mas sim, como da esquerda, Paulo Costa e Paulo. Do Interior do Maranhão destacaram-se alguns elementos principalmente da zona da Estrada de Ferro São Luiz-Terresitas, quase todos ex-ferroviários.

Na tarde de ontem, o comandante da Companhia Tática, na visita à imprensa de São Luiz para uma exploração sobre os trabalhos que estão sendo executados, por oficiais superiores, para apurar atividades comunistas no movimento revolucionário voltado, inicialmente, contra o comandante e major Mota, chefe de relações públicas da guarnição do Maranhão. Tinha em mãos os jornais e estações de rádio que estavam sendo utilizados e aquelas outras pôde apagar e que vem sendo feitas naquele quartel.

INCAUTOS
Os incautos foram ainda submetidos a exames para a identificação do capitão José Incauto, que se apresenta com o dia 2 de julho. 24 horas antes, como o caso de major Mota, das quais apenas uma mulher, a dra. Maria José Aragão, que está sendo alvo de duas perseguições, sendo enviadas para os seus parentes, cabendo fazer os julgamentos. Logo depois, o regime de tratamento especial, segundo acrescenta a mesma oficial.

RELACIONO
O batalhão, aqui, apenas apresenta as informações que acompanhadas de referências para que poderão ser tomadas providências quanto ao destino dos atiradores.

TRATAMENTO
Informações do major Mota, que se apresenta encarcerado e tratado com o mesmo respeito, como todos os outros, que vai a uma repaçariedade na administração do quartel do 24º B.C., inclusive a café na cozinha.

Contrabando de Café na Mira Do Exército

Ja está na tábua, no 24º contrabando, que já vinda do Maranhão de Capangar, e de sua sede, onde se encontra a população que se vive, inclusive, que em falta total de produtos.

Por isso, o Comandante está sendo

São Luiz será visitada no dia 13 por Monsiur Mondolini, Secretário Geral da Aliança Francesa no Brasil, que se fará acompanhar de sua Exa. Esposa. Pela Cruzado do Sul chegará em São Luiz no próximo dia 13 do corrente, M. Mondolini é de coordenação da Aliança Franco-Brasileira do Maranhão. Às 20:30 horas, a Aliança oferecerá ao visitante visitante e esposa, uma recepção em sua sede social, à rua Rio Branco n. 356.

No Maranhão O Embaixador Da Áustria

Está em São Luiz, desde as primeiras horas da noite do ontem e hoje, o Embaixador da Áustria, Albin Lehmann. B. Eberl, ex-rector do aeroporto do Tríplice pelo governador do Estado, de Berlim, e hoje Secretário, além de outras áreas antropológicas, históricas, estaduais e mantidas.

O embaixador Lehmann está em visita a vários Estados do norte e do nordeste, oportunidade que tem aproveitada, para entre ar, a cada mais com a Áustria.

Burlaram Preços Furtando no Peso

O inventor da máquina, capitão Henrique de Azevedo Mendes Calixto, contra a lei da firma Oliveira e Carvalho, a rua Henrique Leal. Afirma o militar à reportagem de 29 que houve em cada pacote, uma falha de 20 gramas e quase uma quarenta em quatro pacotes. Tal irregularidade foi comprovada porque assistiu em capitão Calixto, com o pacote de café, burlando em um momento de um dos sacos de ferro.

Deu No Soldado
Depois de várias dias de fuga, foi preso, ontem, o militar Antônio Nogueira, filho (Rua do Arroz — Palmar), que há vários dias andava a seu lado, no interior de um soldado que era o capitão Dário de Oliveira Paiva.

PREÇO DESTA EDIÇÃO
30 Cruzeiros

JORNAL do DIA

Dir. Resp.: Dep. ALBERTO ABOUD — ANO III — N.º 798
S. Luiz-Maranhão, — 13/5/61 (Quarta-Feira)

DOIS BEBERAM PARA DAREM UM

Os esculptores Raimundo Gregório de Oliveira e Tomás Moreira, há 16 horas de ontem, bancaram barbeiro no lugar Anáclatis, in front da ilha, deixando o seu barbeiro, residindo naquele lugar, e, consequentemente, permaneceram lá de igual maneira.

Agora você pode comprar o seu televisor

Visite a CASA INGLESA e conheça os seus revolucionários planos de venda do mês de maio. Ótima oportunidade para você apresentar a sua esposa, com um belíssimo e eficiente Televisor "SEMP". Dois modelos à sua escolha!

Maio! Mês das Flores, da Alegria e dos Amores!
Maio! Mês do OPORTUNIDADE na "CASA INGLESA".
E tem mais!

- Quem compra um televisor recebe de graça:
- 1 - Transformador;
 - 1 - Antena;
 - 1 - CARNET CASA INGLESA DA FORTUNA devidamente quitado.
- Não vacile e aproveite a oportunidade que a CASA INGLESA está lhe oferecendo.
CASA INGLESA - CRÉDITO IMEDIATO SEM DEMORA
Rua 14 de Julho - 93

FIO

O melhor e mais vendido "FIO DO MARANHÃO", é produzido pela Fábrica de Tecidos Santa Isabel S.A., que manufatura também, os seguintes tecidos afamados de Norte ao Sul do País

| | | |
|--|--------------------------------|--|
| XADRIZES — "Brigadeiro", "Carolina", "Tampas" e "Regatas" | ALGODÃO — "Ref. 77" e "Mearim" | ZEPIR — "Pérola" |
| BRINS — "Tiradentes", "Almas", "Recife", "Casuarina", Ref. 111 | LINON — "Imperador" | TELAS — "Gangs" e "Cascais" |
| LONAS — "L-2", "L-4" e "Lavrador" | ENTRELA — "T-4" | SACARIA — "Pars Arroz, Bahaçó, Farinhas, Açúcar, Trigo, Sal, Noz, Sal 40 — 60" |
| | MISCLA — "Rio-Mar" | FIO — "Gollari" |
| | LONITA — "L-2" | |

Imagem 9

Ex-Deputados Querem Reaver os Mandatos

Mandado de segurança assinado pelo advogado Fernando Macieira deu entrada em nome do Tribunal de Justiça contra o ato da Assembleia Legislativa do Estado que cassa e manda os deputados Benedito Buasi (PSP) e Sílvio Dino (PDC) e dos suplentes Joaquim Mochoel, José Luis Neves, William Moreira Lima, Vera Cruz Marques Bandeira Tribunal.

Lacerda Investe

O Governador Carlos Lacerda votou à carga contra o Governo Federal, atingindo desta vez com particular veemência o sr. Roberto Campos, Ministro do Planejamento e Realidade e super-ministro do atual Governo, responsável

O recurso, pela jurídica amplamente fundamentada, evidencia a ilegalidade do ato e impõe para a Justiça para que o declare nulo, devolvendo o mandato a aqueles esparlamentares que não tiveram seus direitos políticos cassados.

Resulta-se que pedidos semelhantes foram já encaminhados à Justiça de vários Estados que reparos muitas injustiças, cumprindo citar o caso do Prefeito Virgílio de Sena, de Salvador, que foi afastado do cargo por decisão da Câmara Municipal e obteve ganho de causa na Justiça para que lhe seja devolvido o mandato.

O pronunciamento da Justiça no presente mandado de segurança está sendo acompanhado com o mais vivo interesse por parte da opinião pública, face à independência que vem caracterizando as decisões do nosso Tribunal de Justiça.

Seriam

Jornal Independente

C do N

orreo

ordeste

O PERIÓDICO DO MOMENTO

Fundado em 1961

Cr\$ 50,00

ANO 3 — Domingo, 23 de Agosto de 1964 — N.º 241

São Luís — Maranhão

Desajustes na área militar

Imagem 10

Guarnição Federal Adverte Cronista Social

Do coronel Raimundo Rivas de Carvalho Lima, comandante da Guarnição de São Luís, recebemos para publicar, o seguinte:

"Ministério da Guerra
IV Exército

10a. Região Militar
GUARNIÇÃO FEDERAL DE SÃO LUÍS
NOTA PARA A IMPRENSA

A comentarista social, Srta. MARIA INES SABOIA, em seu programa na TV DIFUSORA, no dia 31 de agosto último, tendo comentários, aliás extemporâneos, sobre o episódio da prisão do filho do Exmo. Sr. Marechal Estevão Taurino de Resende, fez críticas injustas quanto à cassação dos mandatos de parlamentares, citando como exemplo da injustiça, o caso do ex-deputado estadual SÁLVIO DINO.

A cronista social em aprço, talvez levada por animosidade pessoal ou gratidão, demonstrou não ter conhecimento dos fatos subversivos em que aquele parlamentar esteve envolvido.

O Comandante da Guarnição de São Luís, com o objetivo de esclarecer a opinião pública quanto à justiça do ato que cassou o mandato do referido ex-parlamentar, informa que a referida cassação se justifica, plenamente, face aos atos pelo mesmo praticados e comprovados em uma sindicância realizada pelo 1.º Tenente MÁRCIO MATOS VIANA PEREIRA e por um IPM cujo encarregado foi o Capitão RAIMUNDO NONATO SILVA MIRANDA nos quais apuraram as atividades subversivas desenvolvidas pelo ex-deputado SÁLVIO DINO, no município de Imperatriz, juntamente com comunistas notórios daquela cidade.

Como subsídio às Sindicâncias e IPM e, para melhor julgamento por parte do público, transcrevem-se abaixo 3 artigos publicados pelo Sr. SÁLVIO DINO para esta Capital, nos termos seguintes:

"IMPERATRIZ — 001 — 1/4 — 16, 20h SPEVEA
S. LUIZ — JORNAL DO DIA — S/N — 01-04-64 —

Organizado movimento popular defesa mandato Presidente República e reformas radicais pt Abraços Sálvio Dino pt"

"IMPERATRIZ — 002 — 1/4 — 16, 20h SPEVEA
S. LUIZ JORNAL DO POVO — S/N — 01-04-64 — Ex-
tremos preparando luta popular defesa legalidade democrá-
tica e derrubada gorillismo pt Sálvio Dino"

"IMPERATRIZ — 003 — 1/4 — 22,50h — SPE-
VEA — S. LUIZ — JORNAL DO DIA — S/N — 01-04-

64 — Realizamos hoje à noite grandiosa concentração
pública em defesa legalidade e reformas base ocidente fa-
zemos vários orações aplaudidos grande massa popular
para repção ir luta em defesa mandato Presidente pt A-
braços Sálvio Dino pt João M. Santana Pt"

Em face de tudo o que foi dito acima, o Coman-
dante da Guarnição de São Luís adverte à cronista Srta.
MARIA INES SABOIA, para que evite comentários co-
mo o que fez, principalmente quando desconhece fatos ou
atos que o motivaram.

Guarnição de São Luís, 2 de setembro de 1964
Raimundo Rivas de Carvalho Lima — Coronel
Comandante da Guarnição de São Luís"

Imagem 12

A AMÉRICA LATINA NA IMPRENSA MARANHENSE: UMA ABORDAGEM DA QUESTÃO DAS DROGAS NA COLÔMBIA E SUA REPERCUSSÃO NOS JORNAIS MARANHENSES (1984-1993)

LAURA SANTOS BOTELHO¹

1 A imprensa como fonte: breve contextualização dos jornais *O Imparcial* e *O Estado do Maranhão*

Este artigo analisa como a imprensa maranhense abordou a atuação do Cartel de Medellín na Colômbia e a trajetória do principal líder dessa organização de narcotraficantes, Pablo Escobar, no período compreendido entre 1984 e 1993. Tomamos como fonte de estudo reportagens levantadas e selecionadas a partir dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, ambos disponíveis no acervo da Biblioteca Benedito Leite, em São Luís.

As discussões historiográficas são unânimes em apontar a importância dos jornais enquanto fonte histórica e meios de veiculação de opiniões, interesses, ideologias, etc. Dentre as opções teórico-metodológicas existentes, optamos por utilizar especialmente as formulações de Maria Helena Capelato como subsídio para a análise e interpretação dos jornais maranhenses.

1 Possui graduação em História pela UEMA, é Mestranda em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes pela UFMA (PPghis), é Especialista em Educação Especial e Inclusiva e estudante de Psicopedagogia e Docência no Ensino superior pela Centro Universitário Leonardo da Vinci, UNIASSELVI. Faz parte do Núcleo de Estudos de Histórias das Américas (NEHA). Atua nos campos de estudo da História da América Latina desenvolvendo a pesquisa sobre as recepções pelo estado brasileiro dos discursos estadunidenses de combate às drogas no jornal *O Estado do Maranhão* (1984 -1993).

O entendimento de que os periódicos são um espaço de disputa nos permite refletir sobre os interesses que levam esses aparelhos a veicularem determinadas temáticas. Esta compreensão se torna imprescindível para o entendimento do que significa a atuação desses periódicos, uma vez que os jornais maranhenses pertencem a grupos que abertamente, como é o caso do *O Estado do Maranhão* (OEM)² e de *O Imparcial* (OI), têm objetivos bem específicos: serviam exclusivamente como artifício de promoção política de seus donos e associados. Assim,

[...] os periódicos assumem a função de partidos políticos, que na perspectiva teórica de Gramsci, supera a função de legenda eleitoral, passando a se tornar elemento organizador da vontade coletiva em torno de um projeto político-ideológico elaborado por uma classe ou por uma coalizão de classes que visam controlar o Estado (CUNHA, 2018. p. 15).

Nesse sentido se faz necessária a discussão desses periódicos, já que os jornais estudados desempenham papéis semelhantes aos descritos acima. Tanto o jornal *O Estado do Maranhão* como *O Imparcial* nascem e assumem primariamente essa função: ajudar politicamente seus donos ou associados José Sarney e Assis Chateaubriand, respectivamente. A fundação e manutenção desses jornais é declaradamente política, uma vez que seus donos buscavam ou se eleger ou formar uma coalizão que tinha claramente objetivos partidários (COSTA, 2008). Partindo dessas observações, percebemos que tais implicações condizem com as informações sobre a história de cada jornal.

O processo de análise da imprensa como fonte histórica exige do historiador um olhar diferenciado sobre as fontes, levando em

2 Ao longo do texto utilizaremos a abreviação OEM e OI para nos referirmos ao jornal *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial* respectivamente, tanto no corpo do texto quanto nas referências.

consideração a necessidade de se fazer uma busca pelos personagens e uma análise dos acontecimentos do passado, procurando a interpretação dos homens e acontecimentos de acordo com o seu tempo. Pois os jornais ou as informações contidas neles não são imparciais ou neutras. Sua análise por parte do historiador enquanto fonte e objeto de estudo presume uma investigação crítica e sua desconstrução, além de um estudo detalhado do contexto em que foi produzido, interesses e artifícios utilizados pelos donos (CAPELATO, 2015, p.115). Tendo em vista essas ressalvas, adotaremos um posicionamento crítico que abrange diversos aspectos do campo historiográfico, procurando realizar uma interpretação dos fatos noticiados pautada num estudo aprofundado do contexto histórico em que se inseriram e também do estudo do próprio jornal tendo como foco identificar seus objetivos e interesses.

Recorremos ainda aos conceitos de *Imaginário Social*, conforme a formulação de Bronislaw Baczko (1985), e de *Representação*, na perspectiva de Roger Chartier (1991). Entendemos que esse aparato conceitual permite compreender os artifícios utilizados nos jornais para legitimar e criar consenso em torno de certas ideias em determinadas sociedades. Bronislaw Baczko concebe imaginário social como

Um aspecto da vida social, da atividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade de seus produtos. Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através da qual [...] ela se percebe, divide e elabora seus próprios objetivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código do “bom comportamento”, designadamente por meio da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito” “o guerreiro corajoso” etc. Assim é produzida, em

especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser. (BACZKO, 1985, p. 309).

Baczko ainda faz uma análise dos meios de difusão e sua relação com a construção dos imaginários sociais: “os novos circuitos e meios técnicos amplificam extraordinariamente as funções performativas dos discursos difundidos e, nomeadamente, dos imaginários sociais que eles veiculam” (BACZKO, 1985, p.313). Dessa forma, a leitura deste autor se tornou essencial para compreendermos o papel que os novos dispositivos midiáticos (nesse caso, a imprensa maranhense) desempenham para a construção de imaginários sobre o Cartel de Medellín e de Pablo Escobar.

Os meios de comunicação apresentam descrições e interpretações dos acontecimentos históricos conforme os valores e representações que o grupo que administra do jornal pretende legitimar na sociedade. Dessa forma, a escolha dos acontecimentos abordados, seus autores e a forma de apresentá-los ao público precisam ser desvendadas para uma melhor compreensão do discurso desses meios de comunicação e seu lugar no processo de legitimação de determinadas concepções de sociedade. A categoria *representação* torna-se assim central para este estudo e sua compreensão tomamos das formulações de Roger Chartier (1991), quando afirma:

As acepções correspondentes à palavra “representação” atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de pintá-lo tal como é (CHARTIER, 1991, p.184).

Para Chartier, as representações mascaram em vez de pintar o que é referente, manipulam os signos destinados a produzir ilusão. Segundo Capelato, as disputas pelo poder e a representação exercem uma relação de recíproca subordinação, ou seja, “[...] a instituição do poder se apropria da representação do poder como sua” (CAPELATO, 2000, p. 229). As representações expressam assim uma função estruturante na construção dos sistemas de comunicação.

Trataremos a seguir da breve história dos jornais estudados nesse trabalho. Segundo Teresa Cristina, no artigo “*Revolução e Evolução*”: O “*Milagre maranhense*” e o consenso do progresso no jornal *Do Dia/O Estado do Maranhão* (1973/74) (CRISTINA, 2015, p. 204), o jornal *OEM* é resultado do jornal *Do Dia*, fundado em 1959 por Albert About. Este expressava as ideias dos setores políticos conservadores do Maranhão ligados ao PTB e, posteriormente, ao PSD. José Sarney adquiriu o jornal em 1973, quando exercia o cargo de senador pela Aliança Renovadora Nacional do Maranhão (ARENA/MA) durante um período que vai de 1971 a 1979 e mudou o nome do jornal para *O Estado do Maranhão*.

Ao fazer um histórico do jornal *O Imparcial*, Drielle Sousa Bittencourt (2016) aponta que tal jornal surgiu em 1926, criado pelo jornalista José Pires Ferreira. Nasceu com o propósito de ser “imparcial” em suas notícias. Em 1944, Assis Chateaubriand o comprou anexando-o aos *Diários Associados*, que reunia um conjunto de jornais brasileiros sob sua posse e comando. Tal acontecimento marcou a história do jornal, pois este mudou sua estrutura incorporando “notícias internacionais, nacionais, regionais e locais, seguindo respectivamente em ordem de importância” (BITTENCOURT, p.26). Passou então a exercer influência política no Maranhão com o apoio a José Sarney e à Ditadura Militar implantada em 1964 no Brasil.

2 Pablo Escobar e o Cartel de Medellín

A história da Colômbia no século XX se confunde pelos olhares mais desatentos com a atuação do grande narcotraficante Pablo Escobar, visão essa proporcionada pelos veículos midiáticos como a imprensa. A história desse país é marcada por conflitos internos de tamanha complexidade que se torna impossível dar conta dentro dos limites deste trabalho. Desse modo, iremos nos ater apenas a um dos elementos marcantes e, em muitos casos, determinantes da história desse país: Pablo Escobar e sua atuação no narcotráfico.

O assassinato do Ministro da Justiça colombiano, Rodrigo Lara Bonilla, em 1984, é o marco cronológico inicial porque levou o Presidente da República, Belisário Betencur, a ceder à pressão exercida pelos Estados Unidos e a implementar a *Lei de Extradicação*¹. Esta medida significou o acirramento dos conflitos entre o governo colombiano e os narcotraficantes levando a uma onda de atentados nas cidades de Medellín e Bogotá dando início a um período de grande violência e enfrentamentos com o Cartel de Medellín. Essa difícil fase da história da Colômbia foi abordada pelos jornais maranhenses. Somente com a morte de Pablo Escobar, em 1993, deu-se o fim ao Cartel de Medellín e abriu-se caminho para que outros grupos assumissem a liderança do narcotráfico na Colômbia e no continente, como foi o caso do Cartel de Cali.²

1 A *Lei de Extradición* resultou do tratado subscrito entre Colômbia e EUA, no dia 14 de setembro de 1979 (Tratado Barco-Vance), e aprovado por intermédio da Lei 2 de 1980: "no que se tratava de um tratado más de extradición, sino del primero que rompía la tradición jurídica del país que, desde los comienzos mismos de la República, prohibía la entrega de ciudadanos a gobiernos extranjeros". Ou seja, permitia a extradição e julgamento dos narcotraficantes nos EUA (Cómo se cayó la extradición, *Semana*, Bogotá, 16 dez. 1986, p. 34) apud TUFANO, 2016, p. 94.

2 O Cartel de Cali ou "[...] Máfia calena-hacen alusión a un número indeterminado de medianos y pequeños focos mafiosos que tienen asiento en la mayoría de los municipios del departamento del Valle y que actúan em forma independiente, es decir sueltos o a

Do ponto de vista histórico, é importante ressaltar que Pablo Emilio Escobar Gaviria (1949-1993) foi um dos mais conhecidos traficantes de drogas da Colômbia no século XX, alcançando influência internacional devido a sua fortuna advinda do tráfico e envolvimento com a política³. Foi acusado de ser o mandante de diversos assassinatos como o do ministro da justiça Rodrigo Lara Bonilla e do candidato à presidência Luís Carlos Galán.

Sobre a origem do Cartel de Medellín encontramos poucas referências. Textos que abordam o tema de forma geral relacionam sua criação à união de narcotraficantes locais em uma associação de exportadores de cocaína com o objetivo de controlar toda a produção local e os seus principais centros de consumo. O Cartel de Medellín aparece como o primeiro grande cartel colombiano seguido do cartel de Cali. Ambos começaram suas empresas

[...] Importando clandestinamente la ‘base’ o ‘pasta’ (pasta básica) desde el sur de los Andes, especialmente desde la región del Alto de Huallaga em Perú (en donde se originaba 65 por ciento de la producción mundial de coca) y desde del Chapare en Bolívia (donde se producía 25 por ciento) hacia Colombia (BAGLEY, 2011, p. 306, 307).

Tudo indica que o cartel começou atuando localmente e depois se tornou uma grande empresa no ramo do contrabando, alcançando países vizinhos e por fim o mercado internacional como o dos Estados Unidos e Europa. Sobre o seu desfecho, as análises sugerem que o seu desmantelamento iniciou a partir de uma série de assassinatos e prisões dos membros do Cartel de Medellín por

manera de subnúcleos [...]" (BETANCOURT, D. **Tendencias de las mafias colombianas de la Cocaína y la amapola**. 1993, p. 05).

3 Agindo politicamente desde princípios da década de 1980 (Escobar chegou a ser eleito suplente de deputado, em 1982, pelo Partido Liberal, sendo logo depois cassado e expulso da agremiação) (RODRIGUES, p.56)

ações de cartéis concorrentes articuladas com agentes internacionais (SALAZAR, 2014).

Embora o cultivo da folha da coca seja muito antigo na Colômbia, remetendo ao período pré-colombiano (FRIEDE, 1944. p. 210 apud. CRUZ, RIVERA, 2008), destacam-se as décadas de 1970 e 1980 como marcos em que os governos combateram militarmente o tráfico de drogas, inicialmente a maconha e posteriormente a cocaína. Segundo Jorge Orlando de Melo (2017), os governos de Alfonso López Milchelsen (1974-1978) e César Turbay Ayla (1978-1982) ainda na década de 1970 foram marcados pelo auge dos movimentos guerrilheiros, o aumento da repressão militar aos cultivos de maconha e o impacto da realização do tratado de extradição firmado entre Colômbia e Estados Unidos em 1979 (MELO, 2017, p. 253).

Na década de 1980, os governos se elegeram com um discurso de paz. Belisário Bentencur, “seguiendo el discurso nacionalista, se negó a extraditar colombianos a Estados Unidos, lo que delibitó la capacítad para enfrentar el evidente auge del narcotráfico” (MELO, 2017, p. 256). No entanto, após o Ministério da Justiça tentar prender Pablo Escobar e ordenar a captura e destruição de grandes laboratórios voltados para produção de cocaína, Pablo Escobar respondeu com o assassinato do Ministro da Justiça Rodrigo Lara Bonillla. O governo então reagiu autorizando a primeira extradição:

Este era o desafio central para os traficantes: a possibilidade de intimidar ou comprar a justiça dos Estados Unidos era mínima e preferiam enfrentar seus problemas na Colômbia. [...] Por outro lado, o presidente começou uma negociação com a guerrilha [...] (MELO, 2017, p. 256).

O entendimento da temática em questão requer a compreensão de que esta se insere num contexto global e não somente atrelada aos EUA, mas como nas fontes analisadas aparecem mais referências

às intervenções e à participação estadunidense no combate ao narcotráfico na Colômbia, iremos nos ater a algumas interpretações de autores estudiosos dessa relação.

Segundo Procópio e Vaz, o narcotráfico na década de 1980 e, especialmente, após o fim da bipolarização mundial, em 1989, tornou-se a principal ameaça aos estados americanos que tentavam sustentar os recentes regimes democráticos conquistados na América Latina (PROCÓPIO; VAZ, 1997, p. 8). Assim, estava localizado na América Latina o maior produtor de cocaína do mundo e os EUA como maior consumidor. Nesse contexto foi lançada a campanha contra as drogas encabeçada pelos EUA. “O aumento do consumo e do tráfico de drogas ilícitas nos anos setenta levou à formulação, em 1982 e 1986, de uma Estratégia Internacional para a Fiscalização do Uso Indevido de Drogas [...] e de conferências celebradas em Viena em 1987 e 1988”⁴ (PROCÓPIO; VAZ, 1997, p. 5).

Adalberto Santana (1999), ao analisar a globalização do narcotráfico, chama a atenção para alguns fatos interessantes, dentre eles, a forma como o narcotráfico foi abordado na época, muitas vezes partindo de uma “lógica maniqueísta que pressupõe que [...] há um novo inimigo que atenta contra a segurança nacional norte-americana e que solapa os valores da democracia do mercado livre” (SANTANA, 1999, p. 104). Ainda segundo a análise deste autor, a presença de tal inimigo justificou o empenho em formar uma opinião pública de que o alto consumo interno não é um problema gerado no seio de uma economia capitalista e passa, assim, a ver o problema como uma ameaça de fora da sociedade desenvolvida e a partir dessa visão se estabelece a luta contra os traficantes nos países produtores, tendo a potência hegemônica como posto de con-

4 Trata-se do principal instrumento de cooperação multilateral: Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas.

trole central (ibidem, p.104). Tais informações concordam que as mudanças mundiais ocorridas na década de 1980 provocaram uma “nova” postura dos EUA com os países latino-americanos:

A situação mudou com o declínio da Guerra Fria, que segundo Martins “provocou uma carência de fundamento para a política de segurança nacional dos Estados Unidos” (2013, p.275), levando então a uma adaptação das políticas norte-americanas para a América Central e do Sul. Se antes o objetivo era conter o comunismo e as ideologias de esquerda de uma forma geral, usando para isso tanto da intervenção direta (Panamá, Haiti, República Dominicana, Cuba, Granada) como também da intervenção indireta (como no apoio a diversos golpes de Estado de direita em países como Chile, Brasil e Argentina). Esse objetivo, nas décadas de 70 e 80, voltou-se para a questão das drogas (RODRIGUES, 2012 apud SANTOS; RODRIGUES; RESENDE; Et al. p. 4).

Sara Tufano analisou, numa perspectiva semelhante, o processo de pacificação durante o governo de Virgílio Barco na Colômbia⁵ e aponta que “Os Estados Unidos substituíram o discurso anticomunista pelo da guerra contra as drogas” (TUFANO, 2016, p. 91). Essa análise se torna de extrema importância para essa pesquisa, pois demonstrou a relação direta entre os interesses da política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina, que usavam o discurso antidrogas para intervir em governos da região colocando-se como defensores dos interesses e bem-estar dessas sociedades. Com isso, procurava-se positivar a presença dos Estados Unidos na região. A revisão dos jornais, como veremos, demonstrou que durante o período estudado o discurso antidrogas preponderou, sobretudo, durante o governo de Virgílio Barco.⁶

5 Virgílio Barco governou a Colômbia de 1986 a 1990 como um representante do Partido Liberal.

6 Para uma melhor compreensão dos objetivos da política externa dos EUA para a América Latina e Colômbia no período do governo Barco, buscaremos para o segundo

3 A imprensa maranhense como combate ao narcotráfico e a perseguição aos narcotraficantes

Num primeiro momento, surpreendeu-nos o grande destaque atribuído pelos jornais maranhenses à perseguição aos narcotraficantes na Colômbia. Ao analisarmos a tabela abaixo, temos ao todo nos dois periódicos 369 notícias. Nesse quadro, o jornal OEM se destaca com o maior número de reportagens, chegando a publicar em 1989 104 manchetes.

Entretanto, tendo em vista o contexto histórico em que se insere o recorte, percebemos que não teria motivo para ser diferente, pois os anos finais da década de 1980 ficaram marcados pelo acirramento da guerra do Estado colombiano e estadunidense contra os narcotraficantes.

Com o fim da bipolarização geopolítica, em 1989, os Estados Unidos assumiram a hegemonia regional na América Latina. Sendo assim, políticas que antes estavam voltadas para combater os movimentos insurgentes comunistas nos países latinos se voltaram para a eliminação do tráfico de drogas nos países andinos, especialmente a Colômbia, Peru e Bolívia (GUZZI, 2008. p. 32). Porém, as medidas contra o tráfico de drogas são anteriores e remetem ao governo do presidente estadunidense Richard Nixon (1969-1974) que passou a utilizar o discurso antidrogas para intervir nos países produtores de drogas, embora na década de 1970 os EUA enfrentassem alguns problemas como a crise do petróleo e escândalos envolvendo o próprio Nixon (ibidem). Tal estratégia geopolítica foi retomada com força na década de 1980, durante os dois mandatos seguidos de Ronald Reagan (1982-1989) e o mandato de George Bush pai (1989-1993)

ano de pesquisa uma leitura completa da tese de Sara Tufano, já referenciada nesse trabalho, dentre outras leituras que nos ajudarão nesse processo.

que levaram ao recrudescimento do combate ao tráfico de drogas (GUZZI, 2008, p.27).

Dessa forma, o conhecimento da conjuntura geopolítica nas Américas e, principalmente, o conhecimento das relações entre Colômbia, EUA e Brasil mostram-se de extrema importância para a compreensão das temáticas encontradas nos jornais maranhenses.

Em termos comparativos, podemos observar que tanto o jornal OEM quanto OI apresentaram mais semelhanças no tratamento do tema do que diferenças. No geral, esses dois impressos abordaram as mesmas temáticas. Em ambos preponderaram abordagens sobre a perseguição implacável contra os traficantes de cocaína que atribuíram aos Estados Unidos o protagonismo nessa luta. Semelhante ao OEM, em que as notícias sobre esta temática são as que se referiram à intensificação da caçada aos traficantes na Colômbia após o assassinato do ministro da Justiça Rodrigo Lara Bonilla, OI ressaltou da mesma forma que “[...] desde o assassinato de Bonilla [o governo] tem intensificado seu controle sobre o tráfico de narcóticos no país. [...] vão prosseguir e intensificar essas ações em todo território nacional” (O Imparcial, 20/05/1984).⁷

O combate ao narcotráfico se intensificou também no sentido desestruturar os principais pontos de fabricação de drogas contando com grandes apreensões: “Seis meses depois, apesar de nenhum dos mais poderosos chefes das máfias de drogas colombianas haver sido preso, milhares de toneladas de cocaína e maconha foram apreendidas” (O Imparcial, 01/01/1985. p.06).

No jornal OEM, notícias sobre o combate ao narcotráfico na Colômbia foram recorrentes e apresentaram mais dados do que nos outros jornais estudados. O OEM enfatiza a determinação e

7 Em algumas referências deste trabalho não há a numeração da página devido às condições físicas dos jornais que impediram a identificação deste dado.

violência do governo colombiano na tentativa de barrar o *Cartel de Medellín*, Pablo Escobar e outros traficantes contemporâneos. Com base na documentação e historiografia revisadas podemos elencar os anos de 1988 e 1989 como ápice de uma luta sangrenta contra as drogas na Colômbia:

A percepção do seu agravamento e do fracasso da política adotada pela administração Reagan levou, já na administração Bush, ao recrudescimento da política antidrogas nos Estados Unidos e à promulgação de uma nova Lei Anti-abuso de Drogas ao final de 1988, prevendo medidas mais agressivas para conter o tráfico interna e externamente e instalando a maior cooperação dos Estados Unidos com outros governos [...] a essa lei, seguiu-se o anúncio, em setembro de 1989, da Estratégia para o Controle Nacional de Drogas estabelecendo, dentre suas prioridades internacionais, o desmantelamento dos cartéis de drogas, a redução da oferta de cocaína mediante o isolamento das principais áreas de cultivo da coca, ajuda econômica, militar e policial aos países andinos, a repressão ao tráfico de precursores químicos e a intensificação dos esforços de [interceptação] da droga antes de sua entrada nos Estados Unidos (PROCÓPIO; VAZ, 1997, p. 7, 8).

São diversas as notícias sobre as tentativas de prender os principais criminosos, cujas manchetes sempre evidenciam as grandes operações do Estado em “busca dos cabeças no tráfico [...] as operações desenvolveram especialmente em Medellín [...] onde se acredita que esteja vivendo clandestinamente alguns dos mais poderosos chefes dos grupos que controlam a nível mundial o tráfico de cocaína e maconha” (O Estado do Maranhão, 22/12/1986).

Percebe-se ainda que, para além de uma luta nacional com altos investimentos em termos de aparato policial, o governo colombiano alertou para uma luta internacional, cobrando responsabilidades também de países consumidores de drogas. De certa forma, isso também fazia parte dos objetivos do principal mercado consumidor,

o governo de Reagan adotou uma estratégia que buscava “[...] reduzir a oferta de drogas através de medidas de repressão ao tráfico no plano doméstico e à produção, ao processamento e ao tráfico no exterior, configurando o que o próprio presidente denominou de ‘guerras às drogas’” (PROCÓPIO; VAZ, 1997, p. 7). Assim destacam-se notícias que atestam tal afirmação

Bogotá- [...] Numa mobilização sem precedentes na luta contra o crime organizado e o terrorismo, foi criado um “Estatuto de defesa da democracia” [...] O “estatuto” prevê inclusive recompensas de até 43 mil dólares e redução de penas para aqueles que delataram ou deram informações sobre o narcotráfico.

O presidente colombiano, Barco Vargas, anunciou que o serviço militar obrigatório aumentou para 24 meses, e os soldados e todas as forças começaram a sair às ruas, patrulhando, em apoio à polícia, que por sua vez aumentará sua força em cerca de cinco mil homens. [...] fez um chamado a outros países “produtores” de drogas e especialmente aos “consumidores”, para que se juntem “de maneira decidida a luta frontal empreendida pela Colômbia contra o narcotráfico”. [...] o presidente colombiano disse que “este não é problema de um só país nem uma questão bilateral, mundial, pronta e eficaz, para erradicá-lo”. (O Imparcial, 1988, p. 10).

Ainda nas esferas internacionais se percebe uma ampla comoção em torno de grandes acordos internacionais envolvendo a ONU, os Estados Unidos e países produtores de droga em uma tentativa de combate ao tráfico de cocaína. Nessa perspectiva, destacam-se notícias sobre a “ajuda” oferecida pelos Estados Unidos para intervir na Colômbia, tais como: “O Fundo das Nações Unidas que conta com recursos orçamentários anuais da ordem de US\$ 40 milhões pretende investir, em 1985 e 1986, na América Latina cerca de US\$ 50 milhões, em projetos de substituição da cultura de cocaína” (O Imparcial, 23/11/1985. p. 06.); e no jornal OEM as notícias sobre esta preocupação internacional não passam despercebidas. “Diante

da crescente gravidade do problema da droga, os participantes da Reunião tentarão encontrar melhores formas de cooperação, especialmente no que diz respeito à extradição de traficantes [...]” (O Estado do Maranhão, 17/06/1987, p. 8). Como se pode observar, essa visão de combate e cobrança da atitude de outros países perante as drogas pode ser identificada tanto em OI como no OEM.

As estratégias de combate ao narcotráfico na Colômbia deram início a uma guerra entre o Estado e os traficantes. Há indícios da intensificação desse conflito a partir de 1989, ano em que os jornais mais noticiam a perseguição aos criminosos e também pelo aparecimento do Cartel de Cali que, após a extinção do Cartel de Medellín, assumiu a liderança do tráfico na Colômbia. “A Colômbia está em guerra. Sim, isto é uma guerra” [...] Virgílio Barco... Demonstrar aos colombianos que está disposto a levar o combate contra a máfia dos traficantes, ramificada em dois poderosos cartéis, até as últimas consequências” (O Imparcial, 28/08/ 1989, p. 02).

A guerra declarada aos traficantes teve como resultado uma onda de violência sem precedentes. A estratégia militar de combate às drogas nos permite observar que a partir de 1989 apareceram as primeiras derrotas do *Cartel de Medellín* nas páginas dos jornais:

[...] no front de guerra, o Exército colombiano já começou a comemorar o que chama de “o princípio do fim” do poderoso Cartel de Medellín, organização responsável por 80 por cento da cocaína que entra nos Estados Unidos. O motivo da festa foi a [prisão] de Freddy Rodriguez Celades filho do folclórico “el mexicano” Gonzalo Rodriguez Gacha [...].

Outro golpe duro contra os traficantes foi a prisão de Luís Fernando Galeano [...] aparentemente tem relações com peixes grandes do tráfico, como o mega-traficante Pablo Escobar Gaviria, provavelmente o homem mais poderoso da Colômbia que iniciou sua carreira com fortunas de automóveis (ibidem).

Note-se que, embora a organização principal do narcotráfico estivesse sofrendo consideráveis derrotas, tanto o Cartel de Medellín como a figura de Pablo Escobar aparecem nos jornais maranhenses, respectivamente, como responsável por 80% da produção de cocaína e como o homem mais poderoso da Colômbia.

No jornal *O Estado do Maranhão* as notícias seguintes sobre a questão do combate ao narcotráfico abordaram como temas centrais as extradições, prisões e assassinatos dos principais líderes do Cartel de Medellín, dentre eles Pablo Escobar, em 1993. As extradições estabelecidas em 1979 se tornaram, como dissemos, uma das principais estratégias para desestabilizar ou combater o narcotráfico e, ao mesmo tempo, um ponto de desavença entre os países sul-americanos e os EUA (GUZZI, 2008, p. 43). Nas páginas do OEM, o recrudescimento da violência por parte dos traficantes aparecia como uma tentativa de barrar o tratado de extradição para os EUA. À medida que ocorreram as extradições, prisões e mortes dos criminosos, o jornal narra um gradual deterioramento do cartel, no entanto os fatos apontavam que estavam longe de deixar de ser a principal ameaça à segurança nacional:

Eduardo Martinez Romero [...] “é um tubarão de tamanho médio”, segundo disseram autoridades norte-americanas, as quais enfatizaram que a extradição aprovada pelo governo da Colômbia foi “um importante triunfo na luta contra o narcotráfico”. Por outro lado, os cartéis da droga anteciparam que morrerão cinco cidadãos norte-americanos e 10 juízes colombianos para cada colombiano extraditado para os Estados Unidos sob acusação de narcotráfico (O Imparcial, 08 /09/1989, p. 02).

Ao longo do período analisado, detenções e perdas dos principais agentes do narcotráfico colombiano foram cada vez mais relacionadas ao Cartel de Medellín. As prisões demonstram que a grande potência do tráfico já não conseguia se manter intocável, muitos de seus expoentes morreram em confronto com a polícia, como é o

caso de “El Mexicano” e Ocampo, os principais aliados de Escobar (O Imparcial, 30 /12/ 1989, p. 02).

As ações isoladas de Pablo Escobar tornaram-se cada vez mais limitadas depois da fuga da prisão, em 1992. Nesse período, o governo colombiano, sempre com o apoio estadunidense, intensificou os esforços para sua captura, como se registrou em uma notícia que “O Departamento de Defesa dos Estados Unidos informou que enviou a Colômbia pessoal e equipamentos militares [...]” (O Imparcial, 01/08/1992, p. 07).

A liderança do tráfico de cocaína por Pablo Escobar e o *Cartel de Medellín*, associados às suas ações violentas, geraram inimigos entre os narcotraficantes e militares dando origem aos grupos paramilitares que se organizaram para tentar matá-lo. A organização criminosa que teve mais destaque e “sucesso” nos seus esforços foi a que se autodenominou *Los Pepes*:

[...] A polícia diz que o grupo já matou mais de 37 colaboradores de Pablo Escobar, além de ter destruído prédios pertencentes à família do traficante, desde que anunciou a formação em fevereiro.

Os Pepes prometeram atacar Escobar e sua família toda vez que o Cartel de Medellín promover atentados terroristas (O Imparcial, 25 /02/ 1993, p. 07).

No geral, as reportagens falam sobre as ameaças que Escobar e sua família receberam (O Imparcial, 05/06/ 1993, p. 10) e notificaram a morte de Pablo Escobar de forma sucinta e distanciada (O Imparcial, 03/12/ 1993, p. 01).

O OEM acompanhou a evolução do crítico contexto colombiano e a consolidação do narcotráfico como principal inimigo do governo. Em OEM, a princípio, as notícias frisaram a luta de Betencur para livrar a Colômbia do “terrorismo” vinculando-o a uma série de atentados cometidos por “elementos desconhecidos” e pela

guerrilha política. Somente com o assassinato do ministro da justiça Rodrigo Lara Bonilla, em fins de abril de 1984, o presidente colombiano aumenta as sanções na tentativa de achar os culpados (O Estado do Maranhão, 03/05/1984. p. 6.). Esse fato delimita o nosso recorte não por acaso, uma vez que a ameaça de um tratado de extradição para traficantes de drogas trouxe para a Colômbia uma onda de violência sem precedentes. E essa luta, segundo a cobertura registrada em OEM, foi enfática, dura e violenta.

No jornal *O Estado do Maranhão*, o tráfico representou o principal tema das notícias sobre a Colômbia, principalmente quando se aproximavam as eleições que levariam Virgílio Barco à presidência. Encontramos vinte e cinco reportagens que citaram direta ou indiretamente a guerra contra as drogas e a intenção de construir um esforço junto a outros países para restabelecer a paz na Colômbia. Esse foi, por exemplo, o teor do discurso do presidente Virgílio Barco quando participou de uma assembleia geral da ONU (Organização das Nações Unidas) em outubro de 1986. O discurso enfatizou sua disposição para fortalecer a luta contra o terrorismo e o tráfico de drogas unindo-se aos esforços por uma solução pacífica conjuntamente a países da América Central (O Estado do Maranhão, 02/10/1986. p. 06.).

O jornal OEM, ao tratar do narcotráfico, apresenta a posição das forças policiais e dos traficantes detalhando as “reivindicações” destes últimos. Muitas das reivindicações ligavam-se ao questionamento da extradição. Uma das tentativas de negociação dos traficantes com o governo colombiano foi a “Carta-Aberta” direcionada ao governo e assinada por sessenta e cinco líderes do tráfico de drogas da Colômbia, na qual se comprometiam a investir seus recursos financeiros no país se as autoridades os livrassem do tratado de extradição. De acordo com o jornal:

[...] pediram ao governo que lhes conceda o “direito de sermos julgados na Colômbia, por juízes colombianos e que se convoque um plebiscito nacional para que o povo se pronuncie sobre o tratado de extradição subscrito com o governo dos Estados Unidos (sic) que se converteu no mais poderoso instrumento de luta contra este tipo de delito. Os traficantes asseguraram [...] que nada tiveram a ver com o assassinato de Rodrigo Lara Bonilla [...] Embora um dos subscritores da Carta-aberta, Pablo Escobar Gaviria, esteja citado para responder a julgamento [...]

Assinalam que lhes deve garantir “o direito de trazer para o país nossos capitais, que atualmente estão em países estrangeiros” para que possam “gerar empregos, impostos e divisas que ajudariam a aliviar nossa tão debilitada economia”.

Em 1984 os cabeças do tráfico de tóxicos haviam proposto pagar a dívida externa que então era de 11 bilhões de dólares em troca da derrogação do tratado de extradição (O Estado do Maranhão, 01/10/ 1986. p. 6).

Destacamos a menção à Carta Aberta no jornal maranhense porque ela demonstra a importância dos impasses gerados pelo tratado de extradição, fio condutor da abordagem da questão do desenvolvimento do tráfico de drogas, do Cartel de Medellín e da figura de Pablo Escobar na Colômbia. Em outras palavras, o tratado de extradição aparece, até o presente momento da pesquisa, como a base explicativa para todas as ações dos traficantes, tais como a ameaça aos juízes e autoridades em geral, sequestros, atentados a bomba, ameaças contra a imprensa etc.

Percebe-se que tanto no OI quanto no OEM a temática sobre o combate ao narcotráfico na Colômbia foi recorrente e ambos enfatizaram a luta sem precedentes do governo contra tais criminosos. No entanto, em OEM verificamos uma maior atenção ao tema. Nesse periódico, as reportagens recorrentemente trazem trechos de falas de autoridades colombianas e também de traficantes como Pablo

Escobar, demonstrando uma preocupação com o problema. Já em OI a abordagem é mais sucinta, embora também apresente muitas reportagens enfatizando tal luta.

Portanto, podemos concluir que a imprensa maranhense consegue desempenhar um papel bastante surpreendente, uma vez que dissemina centenas de notícias sobre o narcotráfico e o perigo das drogas, levando a sociedade brasileira e maranhense a interiorizarem um imaginário que orquestra seu comportamento, levando-os a terem um tipo de postura diante da coisa representada.

Referências

BASCZKO, Bronislaw. A Imaginação Social. In: Leach, Emund et Al. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. Disponível em: Acesso: www.scielo.br. Acesso em: 20/05/2019.

BETANCOURT, Darío. Los Cinco Focos de la *máfia colombiana (1968-1988) elementos para uma história*. **Red Académica**, 1991. Disponível em: <http://revistas.pedagogica.edu.co>. Acesso: 20/05/2018.

BETANCOURT, Darío. Tendencias de las *máfias colombianas de la cocaína y la amapola*. **Nueva Sociedad**, 1993. Disponível em: <http://nuso.org/articulo>. Acesso: 01/03/2019

BITTENCOURT, Drielle Sousa. Histórico do jornal O Imparcial. In: O jornal O Imparcial: o poderoso aparelho privado de hegemonia na ascensão política de Sarney (1964-1966). 2016. Monografia (Graduação em História) Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: Acesso: [www.historia.uema.br › uploads › 2016/11 › 7.-drielle-souza-bittencourt.pdf](http://www.historia.uema.br/uploads/2016/11/7.-drielle-souza-bittencourt.pdf). Acesso em: 30/09/2019

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O Reconhecimento de um conceito

na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). **Representações:** contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, São Paulo: Papirus, 2000.pp. 227-365.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs.). **História das Américas:** fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015. p.114-136. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view>. Acesso: 20/06/2019

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, n.11, 1991. Disponível em: www.scielo.br/scielo/pid=S0103-40141991000100010. Acesso: 30/08/2019

COSTA, Ramom Bezerra. As origens do jornal O Estado do Maranhão. In: Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. São Luís, 2008.

CRUZ, L. A. Adolfo, RIVERA, M. R. Marcela. El Narcotráfico em Colombia. Pioneros y Capos. **Revista Historia y Espacio**, Vol. 04 n. 31, 2008. Disponível em: bibliotecadigital.univalle.edu.co. Acesso em: 20/03/2019.

CRUZ, L. A. Adolfo, RIVERA, M. R. Marcela. El Narcotráfico em Colombia. Pioneros y Capos. Vol. 04 No. 31, 2008 /**Revista Historia y Espacio**. Disponível em: bibliotecadigital.univalle.edu.co. Acesso em: 11/05/2019.

CUNHA, Manoel Afonso Ferreira. **História, Historiografia e Imprensa:** revisitando João Goulart através dos jornais maranhenses no cotidiano escolar. 2018. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

D:\Documentos sel. maestr\https:\revistas.usb.edu. Acesso: em 25\11\2018.

FILHO, Argemiro Procópio. VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. *Rev. Bras. Polít. Int.* n.40. p. 75-122, 1997. Disponível em: Acesso: [www.scielo.br › scielo › pid=S0034-73291997000100004](http://www.scielo.br/scielo/pid=S0034-73291997000100004). Acesso em: 30/08/2019.

GLEYS, Bruce. Carteles de la droga: de Medellín a Sinaloa. **Criterios** (Cuadernos de Ciencias Jurídicas y Política Internacional), Vol. 4, n.1, pp. 233-247. Disponível em: Acesso:

GUZZI, André Cavaller. O combate ao tráfico de drogas nos governos Reagan e Bush. In: **As relações EUA-América Latina: medidas e consequências da política externa norte-americana para combater a produção a produção e o tráfico de drogas ilícitas**. São Paulo-PUC-SP/UNESP/UNICAMP, 2008. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br › bitstream › handle › guzzi ac me mar](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/guzzi_ac_me_mar). Acesso: 21/09/2019 [https://es.scribd.com › document](https://es.scribd.com/document). Acesso: 30/09/2019 <https://revistas.usb.edu>. Acesso: em 25/11/2018.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154. Disponível em: [gephisnop.weebly.com › uploads › fontes_historicas_carla_bassanezi_pinsky](https://gephisnop.weebly.com/uploads/fontes_historicas_carla_bassanezi_pinsky). Acesso: 20/05/2019.

MACHADO, Rodrigo Vasconcelos. Mito e imagem em *The memory of Pablo Escobar*. **Revista Lumen et Virtus**. Vol.03, n.6. Paraná. ISSN 21772789. Disponível em:

[D:\Documentos sel. maestr\https://es.scribd.com %E2%80%BA document](https://es.scribd.com/document). Acesso: 30\09\2019

MELO, Jorge Orlando. *História mínima de Colombia*. Turner Publicaciones S.L, 2017.

OLIVEIRA, Teresa Cristina Freitas. “Revolução e Evolução”: O “Milagre Maranhense” e o consenso do progresso no jornal do Dia/O

Estado do Maranhão (1973/1974). In: PICOLLO, Monica; SULIDADE, Mariana da. **Maranhão republicano em foco: estado, imprensa e historiografia**. São Luís: Editora Shalom/EDUEMA, 2015. pp.193-212. Disponível em: [nupehic.net.br › wp-content › uploads › 2017/10 › Textos-completos-2017](http://nupehic.net.br/wp-content/uploads/2017/10/Textos-completos-2017). Acesso: 05/07/2019.

PINTO, Evandro da Cunha. Jornais em foco. In: **Plano Real: uma análise da imprensa maranhense (O Estado do Maranhão, O Imparcial e Jornal Pequeno) no período de 1994-1995**. 2018. Monografia (Graduação em História) Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

PINTO, Pâmela Araújo: Jornal o Imparcial: o embrião do fotojornalismo maranhense. Revista Cambiassu, In: **Publicação Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão - UFMA**, São Luís, Vol. 17, n. 3, 2007. Disponível em: http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2007/pamela.pdf. Acesso em: 25/11/2019

RODRIGUES, Thiago M. S. A infindável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. **São Paulo em Perspectiva**, 16(2) 2002. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 05/04/2019.

SALAZAR, Alonso. **Pablo Escobar: ascensão e queda do grande traficante de Drogas**. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2014.

SANTANA, Adalberto. A globalização do narcotráfico. **Rev. Bras. Polít. Int.** 1999, vol.42, n.2, pp.99-116. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73291999000200006>. Acesso em: 23/10/2019

SANTOS, Marcelo. A política de segurança dos EUA para a América Latina no pós Guerra Fria. In: **O poder norte-americano e a América Latina no pós Guerra Fria**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. Disponível em: [www.funag.gov.br › Página Principal › Teses](http://www.funag.gov.br/Página_Principal_Teses). Acesso: 13/09/2019.

SANTOS, RODRIGUES, RESENDE, Et al. **A Questão do Narcotráfico no Brasil a partir da Experiência Estadunidense**: uma Síntese. XII Congresso Acadêmico da Defesa Nacional. Disponível em: www.defesa.gov.br. Acesso em: 24/11/2018.

TUFANO, Sara. Nuestra guerra no es de palabras: a política de paz durante o governo de Vírgilio Barco. In. **Crise política, abertura democrática e processos de paz na Colômbia dos anos 1980**, São Paulo, 2016, p. 90-141. Disponível em: www.teses.usp.br/teses. Acesso em: 25/11/2018.

IMPrensa, POLÍTICA E EDUCAÇÃO NO MARANHÃO IMPERIAL: SOTERO DOS REIS E A POLÊMICA N'A REVISTA SOBRE REFORMAS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

ALEXANDRE RIBEIRO E SILVA¹

Introdução

O objetivo deste texto é explorar as relações entre imprensa e reformas educacionais no Maranhão oitocentista, debruçando-se, em particular, sobre a atuação do político, professor, latinista e jornalista Francisco Sotero dos Reis no jornal *A Revista*. Em fins de 1850, uma lei de instrução pública foi alvo de um artigo virulento saído naquele periódico. Sancionada em 28 de novembro de 1850, a Lei n. 282 tinha como objetivo revogar sua antecessora em termos de regulamentação da instrução pública na Província.

Onze meses antes, entrava em vigor a Lei n. 267, mais precisamente em 17 de dezembro de 1849. Chama atenção o curto espaço entre as duas legislações, fator já bastante mobilizado por determinada corrente da historiografia educacional brasileira – dominante por certo período – para construir a ideia de atraso no passado educacional do país nos tempos imperiais (FARIA FILHO, 2016). Tal crítica, já relativizada por pesquisas mais recentes (GONDRA;

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão, (UFMA) campus de Imperatriz. Mestre e doutorando em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Bolsista de Doutorado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo FAPESP n. 2020/11928-8). Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE) e do Grupo de Estudos em Filosofia e História das Ideias Pedagógicas (GEFHIPE).

SCHUELER, 2008), vinha na esteira de uma outra, concernente a certo grau de descentralização política conferida pelo Ato Adicional de 1834 que, ao criar as Assembleias Legislativas Provinciais, incluiu entre suas atribuições a administração da instrução primária e secundária.

Nesse sentido, este texto envolve a história política da província maranhense, especificamente em fins da primeira metade do século XIX, entrelaçando-a com a história de sua imprensa. Situa-se, portanto, em uma díade característica da gênese mesmo do jornalismo maranhense e, com vistas a expandi-la e torná-la uma tríade, introduz, como elemento de ligação, a instrução pública. Para tanto, consideramos que o indivíduo em questão, bem como o episódio no qual tomou parte, revela-se fonte privilegiada, uma que Sotero dos Reis integrava o cenário tanto político, quanto educacional e intelectual da Província, sendo um dos nomes responsáveis pela construção do mito da Atenas equinocial² (BORRALHO, 2009).

Mobilizações políticas em torno da primeira reforma da instrução pública maranhense no século XIX

Viveiros (1953) afirma que a Lei n. 267 de 1849 foi a primeira reforma da instrução pública maranhense. Amorim, Manzke e Coelho (2011) destacam que o então Presidente da Província, Honório Pereira de Azevedo Coutinho, havia assumido o cargo em 7 de novembro daquele ano, portanto, apenas um mês antes de sancionar a lei. Afirmam também que essa legislação foi um avanço na constituição do sistema escolar maranhense.

2 Para mais informações sobre a vida e trajetória de Francisco Sotero dos Reis, além do referido estudo de Borralho (2009), consultar a biografia – a propósito, analisada por aquele – contida no primeiro tomo da obra *Pantheon Maranhense* (LEAL, 1873). Sobre sua atuação específica no jornalismo maranhense, ver Serra (1883) e Martins (2010).

Porém, outros estudos não atribuem tanta importância a essa legislação. Cabral (1984), por exemplo, dentre suas disposições destaca apenas a relativa ao salário dos professores primários e afirma que com ela foi efetivada a obrigatoriedade do ensino, o que, como veremos, é um equívoco, pois nenhum dos artigos da lei trata desse tema. Saldanha (2008), ao reconstruir a trajetória do ensino primário maranhense no século XIX, nem sequer cita a Lei n. 267. Acreditamos que isso se deve à sua já indicada curta duração, ou, ainda, ao fato de se tratar de um ato proveniente da Assembleia Legislativa, dada a tendência observada na historiografia educacional maranhense de priorizar iniciativas do poder executivo. O que se percebe é que, em geral, conferiu-se ao regulamento de 2 de fevereiro de 1855 a qualidade de primeira ação sistematizadora, ou reorganizadora, da instrução pública do Maranhão³.

A análise mais cuidadosa da polêmica envolvendo a lei n. 267 e sua futura revogação pela lei n. 282 torna imperativo recuar ao ano de 1847, tendo como pano de fundo a constituição dos grupos políticos provinciais ou, mais especificamente, as disputas pelo poder ocorridas na segunda metade daquela década. Isso porque entendemos que ambas as leis estão intimamente relacionadas à dinâmica da elite política da Província. Com efeito, o curto espaço de tempo entre uma e outra deve-se aos conflitos desenrolados na Assembleia Provincial (SILVA, 2018).

A remissão a 1847 se justifica por uma série de elementos interligados. Naquele ano, a Província era administrada por Joaquim Franco de Sá, que a assumira em 27 de outubro do ano anterior. Meireles (1980, p. 286, grifo do autor) informa que o presidente iniciou

3 Para uma análise detalhada da produção do Regulamento de 2 de fevereiro de 1855, consultar a dissertação de mestrado do autor Silva (2018), de onde o presente artigo foi extraído.

sua gestão “[...] com uma circular a todas as autoridades comunicando que pretendia um governo de justiça e progresso, *com melhoramentos morais e materiais*”.

O segundo ponto a ser destacado é que a elite maranhense, já dividida entre liberais e conservadores, buscou, no contexto pós-balaiada, se reorganizar em torno dos presidentes da Província com o objetivo de retomar a influência na disputa política (SANTOS, 2016). É nesse cenário que ocorreu, em 1846, a fundação de um dos partidos da política maranhense no século XIX, a chamada Liga Liberal, “[...] formada por dissidentes dos dois partidos (bemtéis e cabanos, liberais e conservadores, ou progressistas e ordeiros), insatisfeitos com a condução da política provincial maranhense” (SANTOS, 2016, p. 75). Esse partido, montado sob a inspiração de Franco de Sá, serviu-lhe como base de sustentação, tendo como chefes, segundo Meireles (1980), Fábio Alexandrino de Carvalho Reis, Teófilo Alexandre de Carvalho Leal e Antonio Rêgo.

O programa da Liga era caracterizado por seus integrantes como realizador de melhoramentos morais e materiais na Província. Nesse sentido, uma das grandes vitórias da administração de Franco de Sá teria sido a criação da Diretoria de Obras e Trabalhos Públicos Provinciais por meio da lei n. 234, de 20 de agosto de 1847 (SANTOS, 2016). É importante destacar, também, que esse presidente, como saída para a crise do comércio algodoeiro, incentivou a plantação de cana e a indústria de açúcar, inaugurando um segundo ciclo na economia maranhense (MEIRELES, 1980).

A relação do presidente Franco de Sá com a instrução pública foi exposta em seu relatório apresentado na abertura da Assembleia Provincial, em 3 de maio de 1847. A partir dele, é possível afirmar que a intenção de reformar o ensino na Província surgia como um dos elementos integrantes do chamado programa de melhoramen-

tos materiais e morais do qual a Liga se dizia defensora. Essa ideia ganha embasamento se atentarmos para um artigo que o *Publicador Maranhense* de 26 de outubro de 1847 extraiu d' *OProgresso*⁴. Note-se que a reforma da instrução pública, embora ainda não tivesse sido oficialmente promulgada, já figurava entre as realizações do governo Franco de Sá, ajudando a compor um quadro que o diferenciaria das administrações anteriores:

O progresso material e moral da provincia, que assignala a nova politica, que é o seu pensamento predominante, não desmente por certo o programma da administração, nem a doutrina do jornalismo do partido que a apoia.

As economias nas despezas superfluas, o melhoramento da renda publica, a reorganisação já, em parte, realisada nas repartições fiscaes, e *projectadas na instrução publica*, a directoria das obras publicas quasi definitivamente estabelecida, formam notavel contraste com a vida de expediente das administrações anteriores, com a vida de puros enredos e tramas politicos dos partidos, que outr'ora se disputavam o mando. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1847, p. 3, grifos nossos).

Após expor seu programa reformista para a instrução pública, Joaquim Franco de Sá alegou que, pelo curto tempo de sua administração e também por ter que dividir seu olhar com as várias outras necessidades da Província, não dispusera do tempo necessário para formular satisfatoriamente todas as disposições e apresentá-las na forma de um regulamento. Então, fez o seguinte anúncio:

Para proceder com todo conselho, e segurança nomeei uma comissão de pessoas profissionaes, e instruídas, encarregando-a de elaborar um systema geral sobre o ensino publico, corrigindo, e complementando a legislação ainda manca, e desconexa, porque ac-

4 A transcrição mútua de textos era prática comum entre jornais que militavam no mesmo lado, evidenciando a constituição de redes entre seus redatores.

tualmente se regula: tenho esperança de que no decurso da vossa presente sessão⁵ vos seja apresentado o resultado do trabalho da Comissão com as modificações ou observações, que por ventura me pareçam convenientes (MARANHÃO, 1847, p. 43).

Note-se que, mesmo delegando a tarefa, Franco de Sá não abria mão de dar a última palavra sobre o projeto ao reservar-se o direito de modificar o resultado do trabalho da comissão. O ofício pela qual esta foi nomeada é datado de 18 de março e foi veiculado no jornal *Publicador Maranhense* de 25 de março de 1847:

- Ao Inspector da Instrução Publica. – Sendo de grande utilidade organizar mais regularmente as funções do Magisterio Publico da Provincia, para o que fora conveniente codificar a legislação existente sobre a instrução primaria e secundaria, com as correções, e complementos que se julgarem necessários: nomeio a Vmc. e mais aos Cidadãos Francisco Sotero dos Reis, João Francisco Lisboa, e o Doutor Francisco de Mello Coutinho Vilhena para que hajão de encarregar-se d'esse trabalho, esperando de seu reconhecido zelo pelo interesse geral da Provincia, e pelos especiaes da instrução publica que de bom grado se prestarão á esta Comissão.

Iguaes officios se expedirão aos de mais cidadãos mencionados acima, escolhidos para formar a Comissão nomeada (PUBLICADOR MARANHENSE, 1847, p. 01).

Naquele momento, quem ocupava interinamente o cargo de Inspetor da Instrução Publica era Alexandre Theofilo de Carvalho Leal⁶, sendo, portanto, o quarto membro da comissão. A esperança do presidente Joaquim Franco de Sá parece não ter se concretizado, pois no Índice dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do ano

5 Aqui o termo se refere ao biênio 1846 -1847, sexta legislatura da Assembleia Provincial (COUTINHO, 1981).

6 De acordo com Viveiros (1953, p. 20): "Em dezembro de 1844 tem o Liceu o seu terceiro diretor, com anomeação interina do dr. Alexandre Teofilo de Carvalho Leal, que exerceu o cargo até junho de 47".

de 1847 consta apenas a apresentação do relatório produzido por Alexandre Theofilo de Carvalho Leal na condição de Inspetor Interino da Instrução Pública (MARANHÃO, 1847). Cabral (1984) afirma que aquela comissão não chegou a realizar o trabalho para o qual foi designada.

Se as intenções reformistas apresentadas por Franco de Sá permitem estabelecer uma ligação entre a instrução pública e o projeto preconizado pela Liga Liberal, os sujeitos nomeados para aquela comissão se apresentam como um segundo elemento que reforça tal ideia. Nesse sentido, conquanto o grupo não tenha realizado sua tarefa, é válido observar sua composição. Como apontado por Silva (2018), trata-se de quatro trajetórias que se distinguem em alguns aspectos, como formação e atuação profissional e mesmo política. Lisboa e Vilhena, por exemplo, diferentemente dos outros dois, não chegaram a exercer cargos formais na administração da instrução pública, embora o segundo tenha sido professor do Liceu entre 1838 e 1843. Já Theophilo de Carvalho, atuando como Inspetor interino, não foi professor público, mas sim particular.

Em comum, o reconhecimento por seus pares como intelectuais habilitados para tratar de assunto tão importante quanto uma reforma da instrução pública. Retomando o ofício que os nomeou para a comissão que o auxiliaria nesse projeto, vê-se que o presidente Franco de Sá atribuía a eles o fator comum do zelo pelo interesse geral da Província e, em especial, pela instrução pública. O que não foi dito, por outro lado, é que todos partilhavam de sua visão política e que três deles eram explicitamente seus aliados. Pode-se concluir, portanto, que o partido denominado “Liga Liberal” se constituiu como uma rede de sociabilidade da qual Franco de Sá retirou a maioria dos escolhidos para pensar uma nova forma de organizar o ensino na Província. Mais do que confiança na capacidade intelectual dos

comissionados, a manobra parece expressar o desejo de que a missão resultasse em um trabalho afinado com as medidas que o presidente desejava ver concretizadas (SILVA, 2018).

No cerne dessa rede se encontrava Francisco Sotero dos Reis. Cerca de três anos após ter sido nomeado por Franco de Sá para a comissão, o professor do Liceu Maranhense usaria seu jornal para se posicionar no debate público acerca da legislação educacional na Província.

Polêmica na imprensa: o artigo n'A Revista e a Lei n. 282 de 1850

Como indicado anteriormente, a Lei n. 267 foi sancionada em 17 de dezembro de 1849. De acordo com o índice da obra *Collecção das leis, decretos e resoluções da Província do Maranhão* relativa àquele ano, o objetivo dessa legislação era reorganizar a instrução pública. Ressalte-se que o vocabulário utilizado nos relatórios dos presidentes, na imprensa e em registros parlamentares apresenta o uso intercalado dos termos *reorganização* e *reforma* com o mesmo sentido.

Nesses termos, é possível afirmar que consistia em uma reforma da instrução pública, presumivelmente a primeira, pois o termo não aparecera em nenhuma lei anterior. Porém, apresenta um matiz interessante: diferente do que Franco de Sá planejara, não foi uma iniciativa do poder executivo. O principal elemento que permite caracterizá-la como uma iniciativa do poder legislativo é exatamente o fato de ter sido formalizada como uma lei, visto que apenas os presidentes tinham a atribuição de expedir regulamentos.

Todavia, a análise da Lei n. 267 fica comprometida, pois nem seu projeto original nem as atas das sessões legislativas ocorridas no

ano de sua criação foram localizadas. O único indício relativo ao seu contexto de produção é uma proposta descrita sucintamente no *Índice dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial*:

Projecto do Snr. Manoel Rodrigues Nunes, dispondo que o lente mais antigo do Liceu fosse o Inspector da Instrucção Publica; elevando a 1:000\$ reis o ordenado daquelles lentes; determinando a perda dos vencimentos nas faltas sem excusa justa e participada; creando gratificações addiconnaes para os lentes que por espaço de 14 e de 21 annos, não interrompidos, se distinguissem pelo aproveitamento de seus alumnos; dispondo que nos concursos abertos para provimento em empregos provinciaes fossem preferidos, em identidade de circunstancias, os alumnos do Liceu, que exhibissem carta de aprovação plena nas matérias – Outras disposições sobre á matéria da epigraphie. Livro de Propostas, segunda parte pg 101 v. a 102 (MARANHÃO, 1849).

Por ser apenas um resumo do projeto, não chegam a ser enumeradas todas as suas disposições, tampouco indicou-se quando foi apresentado e se resultou em aprovação ou rejeição. Porém, levando-se em consideração que, ainda de acordo com o *Índice dos Anais*, somente esse e mais um projeto relativo à instrução pública foram apresentados no ano de 1849, trabalhamos com a hipótese de que se trata do embrião da Lei n. 267.

Silva (2018) identificou aspectos em comum entre a letra da lei e algumas das propostas reformistas expressadas alguns anos antes por Franco de Sá, o que pode indicar certo ressoar de suas ideias. De toda forma, o ano de 1849 havia trazido um novo presidente para a política maranhense. Honório Pereira de Azevedo Coutinho assumiu a Província em 7 de novembro, pouco mais de um mês antes de sancionar a lei que reorganizava a instrução pública. Na instalação da Assembleia Provincial, em 7 de setembro de 1850, o administrador apresentou seu relatório de governo.

Iniciou a parte relativa à instrução pública com um tom bem mais otimista que seus antecessores. Embora acreditando que o ensino na Província ainda não alcançara o desejado estágio de *perfeição*, não deixava de reconhecer os esforços dos legisladores provinciais, bem como de seus antecessores na Presidência, concluindo que a esses fatores “[...] não pequeno melhoramento se deve neste importante ramo do serviço publico; e se mais se não tem feito, a razão é sem dúvida por que as circunstancias da Provincia o não permitem” (MARANHÃO, 1850, p. 24).

Ao apresentar estatísticas da frequência escolar na Província, apurava uma diferença para mais em relação ao ano anterior, embora reconhecendo ainda a pequenez do número. Nesse ponto, reproduzia a opinião do Inspetor da Instrução Pública, que atribuía a melhora exatamente à Lei n. 267, de 1849. O ocupante do cargo no momento era justamente Sotero dos Reis, então nomeado pelo Presidente. Localizamos no Arquivo Público do Estado do Maranhão um de seus relatórios, produzido no dia 24 de julho de 1850. Apesar do documento não estar completo e com diversos pontos danificados, é possível distinguir os trechos em que o Inspetor afirma que, com a “reforma da instrução primária operada pela Lei sobredita”, somada ao fornecimento de mobília para as escolas dos distritos mais populosos, a Província conseguiria satisfazer o preceito do parágrafo 32 do artigo 179 da Constituição, ou seja, garantir a oferta de instrução gratuita. É evidente que Sotero dos Reis via de maneira bastante positiva a legislação que regia a instrução pública da Província naquele momento.

O combate de Sotero dos Reis n’*A Revista* em torno da Lei n. 267 começou antes mesmo da celeuma gerada pela revogação. Em artigo de 28 de maio de 1850, lê-se o seguinte:

O Progresso e o Porto Franco quando não podem refutar as nossas razões, dizem que bajulamos o poder para nos conservarmos no emprego, ou que levamos a mira em interesses pessoais. O Porto Franco principalmente põe isto ainda em trocos mais miudos, dizendo que suspiramos por que S. Ex. faça effectiva a nosso respeito a disposição do art. 25 da lei n. 267 de 17 de dezembro de 1849, jubilando-nos com o ordenado por inteiro, para depois de jubilado continuarmos a servir com mais meio ordenado; isto é, que suspiramos por aquillo a que a lei nos dá direito, e que não temos todavia requerido! Pouco serve oppôr a isto os factos que nos são honrosos, e provão o nosso desinteresse, assim como mostrar que *nenhuma parte tivemos na emenda que produzio o art. 25 da citada lei*, porque como os contemporaneos estão apostados em vêr um fim pessoal em nossos artigos, hão-de enxergal-o sempre, apesar de tudo. Digão pois o que quizerem que os não refutaremos nesta parte senão com a nossa vida publica (A REVISTA, 1850, p. 4, grifo nosso).

Sotero dos Reis, portanto, ao rebater as acusações de seus adversários⁷, revela ter participado, enquanto deputado provincial, da elaboração da lei que no ano seguinte elogiava na qualidade de Inspector da Instrução Pública. Seu otimismo, entretanto, não foi suficiente para impedir a revogação da Lei n. 267 somente onze meses após ter entrado em vigor. Viveiros (1953), sem dar muitos detalhes, levanta a hipótese de que a curta duração dessa reforma deveu-se à novidade em estabelecer três métodos diferentes para a instrução primária. No entanto, parece ter havido outros fatores que podem explicar esses acontecimentos.

Com isso, retomamos a polêmica encetada pela Lei n. 282. Em artigo publicado na edição n. 573 d'*A Revista*, publicada em

7 Essa não era a primeira vez que Sotero dos Reis recebia acusação semelhante. Em 1838, havia se envolvido em uma disputa desse tipo, e também por meio da imprensa, com um rival político, Estevão Rafael de Carvalho, que o acusou de ter sido conservado em um cargo – professor substituto de uma cadeira no Liceu Maranhense – unicamente por ser apoiador do governo (SILVA; VIDAL, 2019).

22 de novembro de 1850, Sotero dos Reis atacou veementemente a legislação que acabara de tomar forma:

Passou finalmente em 3ª discussão na assembléa provincial a lei do Sr. Tavares, ou *a lei contra a instrução publica*: revoga in totum a lei n. 267, de 17 de dezembro de 1849, e extingue 7 cadeiras de ensino secundário e 1 de ensino primário, que se achão providas e cujos professores são vitalícios sem fazer menção dos ordenados a que eles têm direito [...] (A REVISTA, 1850, p. 01, grifo nosso).

Em seguida, é relatado o processo de aprovação do projeto de lei, cujo objetivo não teria sido melhorar a instrução pública. Sotero dos Reis acreditava, muito pelo contrário, que “[...] seus authores não tiverão outras vistas senão vingar-se de alguns inimigos pessoais ou políticos, esbulhando-os dos empregos que exercião sob a garantia solemne dos provimentos vitalícios” (A REVISTA, 1850, p. 01).

Na argumentação de Sotero dos Reis, aparece em primeiro plano a questão das demissões de um conjunto de professores a partir da extinção de seus cargos, que deveriam ser vitalícios. O grupo distribuía-se da seguinte maneira: “[...] 1 de commercio no lyceu desta cidade, 6 de latim e 1 de 1.^{as} letras no interior” (A REVISTA, 1850, p. 1). Além destes, o projeto aprovado exonerava três professores do Seminário Episcopal, que davam aula de latim, lógica e retórica, respectivamente, e que, navisão de Sotero, deviam ser conservados no emprego enquanto tivessem desempenho satisfatório. A lei, em contrapartida, deu a justificativa de que essas matérias eram ensinadas no Liceu.

O outro fator que contribuía para a gravidade do caso, de acordo com Sotero, era o modo tortuoso como o projeto fora aprovado em definitivo na Assembleia Provincial. A “medida de cólera”, ou seja, a demissão dos onze professores, chegara a ser preterida na se-

gunda discussão, o que ocasionou uma manobra por parte dos defensores da proposta original:

Essa medida de cholera chegou mesmo a frustrar-se na 2.^a discussão, pois foram restabelecidas outra vez as cadeiras extinctas, determinando-se unicamente quanto ás de latim das villas o mesmo que se acha disposto na lei n. 267; isto é, que serão suprimidas por morte, demissão ou jubilação dos respectivos professores (A REVISTA, 1850, p. 1).

Consideramos útil, antes de prosseguir, transcrever o texto inicialmente apresentado pela Comissão de Instrução Pública, estampado no *Publicador Maranhense* de 19 de outubro de 1850, número 1024:

Projecto da Comissão de Instrucção Publica.

A Assembléa Legislativa Provincial – Decreta:

Art. 1.º Fica revogada a Lei Provincial n. 267 de 17 de Dezembro de 1849, e d'ora em diante regular-se-ha a Instrucção Publica pela Lei Provincial n. 256 (sic) com as alterações marcadas nos artigos seguintes:

Art. 2.º Fica suprimido o lugar de Delegado da Instrucção Publica na Capital, ficando o Inspector obrigado a fazer as suas vezes.

Art. 3.º Fica extincta a cadeira do Lyceu de calculo mercantil, e escripturação por partidas dobradas.

Art. 4.º Ficão suprimidas todas as cadeiras de latim do interior da Provincia.

Art. 5.º Ficão extinctas todas as cadeiras do Seminario Ecclesiastico, cujas materias se ensinão no Lyceo.

Art. 6.º Fica desde já reduzido a 740\$000 por anno o ordenado dos Professores do Lyceo.

Art. 7.º Os substitutos para quaesquer das cadeiras do ensino publico serão nomeados como determina a Lei Provincial n. 18 de 19 de Maio de 1836 e vencerão o ordenado dos Professores a quem substi-

tuirem durante todo o impedimento destes, no caso porem de serem Professores Publicos só vencerão metade alem dos seus ordenados.

Art. 8.º O provimento das cadeiras do Lyceo será feito em concurso, examinados os pretendentes perante o Governo por tres arguentes que tenham as habilitações necessarias e que serão nomeados pelo Presidente da Provincia sob proposta do Inspector da Instrucção Publica.

Art. 9.º Os actos de exames destes pretendentes serão oficialmente remettidosao Governo para os ter em consideração no provimento das cadeiras.

Art. 10. Os Professores Publicos de primeiras letras da Provincia servir-se-hãono ensino da mocidade do methodo que mais adequado julgarem ao numero de Alumnos que tiverem.

Art. 11. Os Professores de primeiras letras da Capital, Caxias, e Alcantara, vencerão o ordenado de 500\$ por anno.

Art. 12. Os Professores de primeiras letras do Itapecurú mirim, Guimarães, Rosario, Vianna, Brejo, e o da Caza dos Educandos Artifices, vencerão o ordenado de 450\$000 por anno.

Art. 13. Todos os outros Professores de primeiras letras da Provincia, vencerãoo ordenado de 350\$000 por anno.

Art. 14. As Professoras de primeiras letras da Capital e das Cidades de Caxias e Alcantara, vencerão o ordenado de 500:000 por anno.

Art. 15. As Professoras do Itapecurú-merim, Vianna, Rosario, e Brejo, vencerão o ordenado de 400.000 por anno.

Art. 16. Todas as demais Professoras da Provincia inclusive a do Recolhimento de N. S. d'Annuniação e Remedios vencerão o ordenado de 350:000 por anno.

Art. 17. O Provimento das cadeiras de primeiras letras será feito da mesma maneira que ficou designado nos arts. 3.º e 9.º.

Art. 18. As disposições desta Lei não prejudicão as gratificações, que os Professores Publicos de primeiras letras tiverem obtido na forma do artigo 10 da Lei de 18 de Outubro de 1827.

Art. 19. O Presidente da Província poderá mandar inspecionar as Escolas do interior por pessoa de sua confiança á quem arbitrará uma gratificação razoavel, quando assim o julgue necessario.

Art. 20. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Salla das Sessões da Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão 14 de Outubro de 1850. – *José Maria Barreto Junior.* – *José Esteves da Serra Aranha.* – *Antonio Joaquim Tavares.* (PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, p. 1).

Em relação às demissões, observa-se que de acordo com os artigos 2º, 3º e 4º a supressão das cadeiras de cálculo mercantil e escrituração por partidas dobradas do Liceu, das de latim no interior e das três do Seminário já eram previstas desde o início pelos elaboradores do projeto. Segundo a ata das sessões da Assembleia Provincial, veiculada na edição n. 1032 do *Publicador Maranhense*, a primeira leitura foi realizada em 14 de outubro, mesma data que consta na assinatura do projeto. A ata do dia 17 do mesmo mês, publicada no número seguinte, informa: “Foi julgado objecto de deliberação, e mandado á imprimir o projecto da commissão de instrucção publica sobre a instrucção primaria, e secundaria [...]” (PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, p. 3).

O número 1038 do *Publicador Maranhense* indica que, no dia 29 de outubro, ocorreu a primeira discussão, na qual o projeto foi aprovado para passar à segunda. Em 4 de novembro, teve início o segundo debate, como se constata na edição 1041 desse jornal. Nessa fase, como se apreende no relato feito por Sotero, os deputados acabaram modificando o projeto no sentido de manter as aulas que originalmente seriam extintas. É possível acompanhar esse movimento por meio das atas das sessões parlamentares, que registram as emendas enviadas durante os debates. Naquele primeiro dia, foram discutidos os quatro primeiros artigos; o terceiro deles, que dizia

respeito à extinção da cadeira de cálculo mercantil e escrituração por partidas dobradas, componente do quadro de aulas oferecidas no Liceu, obteve aprovação sem o envio de nenhuma emenda. Já o artigo 4º, por sua vez, não gozou da mesma unanimidade entre os deputados.

Sua redação inicial previa a supressão de todas as cadeiras de latim então existentes no interior da Província. Logo de início, uma emenda enviada por um deputado chamado Nogueirarequeria a supressão do artigo. Em seguida, o deputado Martins Ferreira sugeriu que a palavra “interior” fosse retirada da redação do artigo. Jorge Junior, por sua vez, propôs que todas as cadeiras de instrução secundária existentes no interior fossem suprimidas, e, depois de Nunes Gonçalves requerer que as palavras “interior da Província” fossem seguidas da expressão “com exceção de Caxias”, o debate ficou adiado por findar o tempo previamente estipulado para esse projeto (PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, p. 3).

A discussão sobre o artigo 4º se arrastou pelos três dias seguintes – 5, 6 e 7 de novembro, cujos registros das atividades parlamentares encontram-se, respectivamente nas edições 1041, 1042 e 1049 do *Publicador Maranhense* –, durante os quais diversas emendas continuaram a ser enviadas. Em meio a esse movimento, destacamos que, nasessão do dia 7, quando finalmente cessou o envio de emendas, a primeira delas – a que suprimia o artigo – foi rejeitada. Em seguida, votou-se o artigo substitutivo que havia sido proposto pelo deputado Cerqueira Pinto na sessão do dia 5 de novembro, cujo teor era o seguinte: “[...] as cadeiras d’ensino secundario do interior da provincia ficão supprimidas, por morte, demissão aposentadoria, ou qualquer impossibilidade fisica ou moral dos respectivos professores”. (PUBLICADOR MARANHENSE, 1850, p. 3). A sugestão foi aprovada, anulando, dessa forma, a redação original do artigo e

também todas as outras emendas apresentadas. Essa foi a aproximação observada por Sotero dos Reis ao que a Lei n. 267 determinara sobre as cadeiras de latim no interior da Província.

Ainda de acordo com a narrativa de Sotero, essa modificação do projeto original descontentou o deputado Antonio Joaquim Tavares, um de seus redatores. Em consequência, as “ovelhas desgarradas” foram repreendidas, causando uma nova reviravolta na trama:

Isto porem descontentou a alguns membros da casa. O Sr. Tavares amou-se, e dizem que tão bem o Sr. João Juliano. Nomeou-se então, segundo corre, uma comissão secreta para chamar ao redil a essas ovelhas desgarradas; e o resultado de tudo foi a assembléa concordar por fim com as vinganças propostas, votando por ellas na 3.^a discussão muitos deputados que lhes tinham sido oppostas na 2.^a! (A REVISTA, 1850,p. 1).

Após a queda do artigo 4º, a segunda discussão do projeto enveredou pelas três sessões subseqüentes, ocorridas nos dias 8, 9 e 11 de novembro, quando foi então aprovado para passar à etapa posterior. A terceira discussão – a última, de acordo com as regras da casa – diferentemente das anteriores, foi realizada somente em um dia. Nas palavras de Sotero dos Reis, eis o desenrolar dos fatos no dia 15 de novembro, na Assembleia Legislativa Provincial:

O projecto approved em 2.^a discussão, como fica dicto, foi, quando menos se esperava, e contra o regimento, substituído por outro novo que restabellecia a proposta do Sr. Tavares com o acréscimo da extinção da cadeira de 1.^{as} letras do Sr. Pinheiroem Caxias. O Snr. Antonio Marcellino Nunes Gonçalves, relator, ao que parece, da comissão secreta, foi quem apresentou o projecto substitutivo na 3.^a discussão; e depois do Sr. Tavares, a elle por justo titulo deve caber o maior quinhão de gloria nessa obra de iniquidade (A REVISTA, 1850, p. 1).

O redator d'*A Revista*, após denunciar a manobra legislativa, fez questão de reproduzir na íntegra o famigerado projeto substitutivo, cujo conteúdo também foi registrado na ata da sessão legislativa realizada naquele dia, que pode ser conferida no número 1068 do *Publicador Maranhense* (1850, p. 3):

Art. 1.º Fica revogada a lei provincial n. 267 de 17 de dezembro de 1849, e em vigor a de n. 156 com as alterações seguintes:

Art. 2.º Ficão supprimidas as cadeiras de Grammatica Philosophica da língua Portuguesa, de calculo, e escripturação por partidas dobradas do Liceo desta cidade, e as de latim das villas da provincia.

Art. 3.º Ficão igualmente supprimidas as cadeiras de latim, retorica, e philosophia do seminário episcopal, cujas materias se ensinão no Licêo.

Art. 4.º Fica restabelecido o ordenado de 740\$000 reis, que percebão os professores do Licêo.

Art. 5.º Os substitutos para as cadeiras do ensino publico serão nomeados como determina a lei provincial n. 18 de 19 de Maio de 1836, e vencerão durante a substituição a gratificação de exercicio, de que trata o art. 11.

Art. 6.º O Provimto de quaesquer cadeiras será feito em concurso, examinados os pretendentes perante o governo por 3 arguentes que tenham as habellitações necessarias, nomeados pelo presidente da provincia sob proposta do inspector da instrucção publica.

Art. 7.º Os Professores de primeiras letras da provincia no ensino da mocidadeempregarão o methodo, que mais adequado julgar o inspector da instrucção com approvação do presidente da provincia.

Art. 8.º Os Professores, e Professoras de primeiras letras perceberão os ordenados constantes da tabella junta.

Art. 9.º As disposições desta lei não prejudicão as gratificações que os Professores tiverem obtido em virtude da lei de 15 de outubro de 1827.

Art. 10. Fica supprimida uma das duas cadeiras de primeiras letras da cidade de Caxias, sendo conservado o Professor, cujo provimento for mais antigo.

Art. 11. Os vencimentos decretados por esta lei para os Professores da instrução publica serão divididos em duas partes iguais, das quaes uma é considerada ordenado, e outra gratificação de exercício.

A comparação entre os dois projetos demonstra que o substitutivo é mais enxuto que o original pois, enquanto este contava com vinte artigos, o novo apresentava apenas onze. O artigo 2º, além da já mencionada supressão da cadeira de cálculo mercantil e escrituração por partidas dobradas, determinava o mesmo destino para a de Gramática Filosófica e também reafirmava a extinção das aulas de latim no interior. As cadeiras do Seminário Episcopal também foram postas novamente em cena, sendo inclusive especificadas.

De fato, como observado por Sotero, tratava-se de um retorno dos objetivos iniciais da comissão que haviam sido derrubados no segundo debate sobre o projeto. Havia, no entanto, uma novidade, também apontada pelo articulista: o artigo 10, que decretava a supressão de uma das cadeiras de primeiras letras da cidade de Caxias, alegando como critério o tempo de exercício dos professores, sendo que o efeito deveria recair sobre o mais recente. Como os discursos não tenham sido publicados, é necessário mais uma vez recorrer ao artigo escrito por Sotero dos Reis:

Oração larga e concludentemente contra o projecto substitutivo os Srs. Jorge Junior, Corrêa, José Ascenço e Florencio Mattos, sem que ninguém se levantasse para defendel-o, nem mesmo o seu author: tão reconhecida era a sua iniquidade! Houve um orador, o Sr. Florencio Mattos, que não só poz patente o vergonhoso motivo de tal projecto, mas até chegou a dizer que era obra de uma oligarchia de 3 ou 4 individuos que querião impôr seus ódios a assembléa, dando a entender que quem o apresentava não era senão um mero porta-

dor. A nada disto se movêo o Sr. Gonçalves confirmando com seu silencio tudo quanto disse o Sr. Mattos (A REVISTA, 1850, p. 2).

A tônica, portanto, era a de que o projeto consistia na expressão de vinganças pessoais desferidas por um determinado grupo contra determinados professores por meio da supressão das cadeiras em que estavam empregados – voltaremos a esse ponto mais adiante. Como apontou Sotero, houve resistência por parte dos deputados que discordavam da nova, ou nem tanto assim, proposta. Dos 26 legisladores presentes naquela fatídica terceira discussão, 19 votaram a favor do projeto substitutivo, enquanto sete fizeram oposição ao “parto de odio”, cujos nomes o redator fez questão de registrar: Frederico José Corrêa, Florencio Manuel de Mattos, João Bernardino Jorge Junior, João Possidonio Barboza, José Assenço Costa Ferreira, João Ignacio Botelho de Magalhães e José Mariano Gomes Ruas, sendo este último professor de primeiras letras na cidade de Alcântara.

Vê-se pela já mencionada ata do dia 15 de novembro do *Publisher Maranhense* que o deputado Costa Ferreira requereu adiamento da matéria até que a proposta substitutiva fosse impressa, em uma tentativa, talvez, de ganhar tempo. No entanto, levado a votação, o requerimento foi denegado. Iniciada a discussão, o mesmo Costa Ferreira apresentou uma emenda supressiva aos artigos 2º, 3º e 10, exatamente aqueles que decretavam as supressões das cadeiras. Jorge Junior, por sua vez, enviou três emendas, sendo que uma delas tentava extirpar do artigo 2º o trecho relativo à cadeira de cálculo e escrituração. Porém, as tentativas foram infrutíferas, não resistindo à votação.

Houve também uma emenda aditiva enviada pelo próprio relator do projeto. Nunes Gonçalves, assim que se abriu a discussão, requereu que fossem incluídas na redação do artigo 10 as seguintes

palavras: “ficando o governo auctorizado a empregar o professor, cuja cadeira for supprimida em outra qualquer que vagar na provincia”. Essa acabou sendo a única emenda aprovada pelos deputados; para Sotero dos Reis, a modificação, sugerida por quem arquitetara o projeto, era o reconhecimento do delito pelos próprios criminosos:

De todas quantas emendas se oferecerão no sentido de modificar taes violências nenhuma foi approvada, senão uma do mesmissimo Sr. Gonçalves, additiva á disposição que demitte o Sr. Pinheiro. [...] Essa espécie de compensação proposta a favor do Sr. Pinheiro pelo proprio author do projecto substitutivo que demitte a outros⁷ professores igualmente vitalicios, é uma prova ou antes uma confissão de que o Sr. Gonçalves estava convencido de que offendia aquelles em seus direitos, restabellecendo a proposta do Sr. Tavares (A REVISTA, 1850, p. 2).

Dessa forma, a Assembleia teria caído em contradição ao aprovar a emenda de Nunes Gonçalves, pois referendava o *mea culpa* nela implícito. Recorrendo à ironia, Sotero comenta: “Não admira porem que se cahia em contradicções semelhantes, quando se fazem leis, sem attenção ao interesse publico, e unicamente para satisfazer paixões particulares (A REVISTA, 1850, p. 2). Mais uma vez, o choque entre os âmbitos público e privado reverberava na produção de leis.

Discutiam-se também os próprios limites do poder legislativo provincial, pois, na interpretação de Sotero dos Reis, ao ferir o princípio da vitaliciedade com que aqueles professores tinham sido providos em seus cargos, os deputados incorriam em um ato ilegal:

Pois a assembléa que pode crear, não pode suprimir cadeiras? Pode, sim; não se lhe nega um tal direito; nem nisso consiste a questão. *O que a assembléa não pode é supprimir cadeiras cujos professores são vitalicios, sem conservar a esses professores ordenados a que têm direi-*

to, ou por outra, podendo supprimir cadeiras, não pode supprimir as obrigações que o governo contrahio para com taes professores por força de seus provimentos vitalicios. Esta é que é a questão. Mas, supprimidas as cadeiras, não ficão supprimidas as obrigações do governo para com os professores, assim como ficão as dos professores para com o governo? Não, que a vitaliciedade refere-se, não ás cadeiras que se supprimem, mas aos provimento dos professores que subsistem, porque a lei não olha para traz, nem destroe direitos adqueridos (A REVISTA, 1850, p. 2, grifos nossos).

A vitaliciedade representava, pois, um acordo entre governo e professor que conferia estabilidade ao segundo, garantindo-se o recebimento de ordenados pelo resto da vida. Era algo, portanto, para além dos poderes da Assembleia Provincial e que feria os princípios legais que regiam o Império. Em suma, era “[...] uma revoltante violação da fé publica, é um acto de effeitoretroactivo, e por conseguinte inconstitucional e exorbitante” (A REVISTA, 1850, p. 2).

Para compor sua argumentação contra a medida recém-aprovada pela Assembleia, Sotero reiterou a opinião emitida em seu relatório como Inspetor da Instrução Pública confeccionado em 24 de julho de 1850: “A medida de que nos occupamos [...] é tãobem má porque revoga as sabias disposições da lei n. 267 sobre o ensino primario, disposições em virtude das quaes o numero dos alumnos das escollas de 1.^{as} lettras elevou-se logo a um quarto mais sobre o do anno anterior” (A REVISTA, 1850, p. 2). Acrescenta, ainda, que o projeto suprimia todos os estímulos para que os professores se esforçassem no desempenho das atividades e também acabava com o Seminário Episcopal, avaliado por ele como um importante estabelecimento de instrução religiosa cuja existência não seria possível sem a cadeiras que lhe eram retiradas.

Ao final do artigo, Sotero dos Reis apresenta uma lista dos professores que haviam sido demitidos pela Assembleia Legislativa Pro-

vincial. Entre os atuantes no Liceu, o demitido era Luiz José Joaquim Rodrigues Lopes, professor da cadeira de cálculo mercantil e escrituração por partidas dobradas. Sotero salientou que se tratava do irmão de José Joaquim Rodrigues Lopes, um major de engenheiros que era inimigo do deputado Tavares – justamente aquele apontado como redator do projeto.

Considerações finais

Este texto buscou aproximar política, imprensa e instrução pública tendo como mote a primeira reforma educacional realizada na Província do Maranhão, em fins de 1850. A medida foi fortemente combatida e polemizada por Francisco Sotero dos Reis, nome de peso na cena política, intelectual e educacional maranhense oitocentista, por meio da publicação de um artigo no jornal por ele conduzido àquela altura, *A Revista*.

O periódico servia-lhe de púlpito tanto para responder a ataques de opositores quanto para lançar seus próprios golpes contra medidas parlamentares que lhe pareciam injustas, como, nesse caso, a revogação de uma legislação educacional. De maneira ampla, sua contestação abrangia desde a tramitação da lei até seu conteúdo final, destacando-se a exoneração de um grupo considerável de professores públicos em São Luís e no interior.

Contudo, para além d'*A Revista*, jornal que serviu para articular as reflexões aqui apresentadas, é necessário chamar atenção para outro periódico igualmente importante, o *Publicador Maranhense*. Como se percebe, foi por meio dele que se pôde ter acesso a detalhes das discussões realizadas no âmbito da Assembleia Legislativa Provincial, lugar por excelência de atuação dos grupos políticos locais. Nesse sentido, a imprensa revela-se fonte de extrema relevância para

perscrutar elementos ainda pouco estudados da história do Maranhão, como é o caso da dinâmica parlamentar na produção de reformas educacionais no século XIX.

Referências

- AMORIM, Elisângela Santos de; MANZKE, José Fernando; COELHO, Joseilma Lima. A constituição do sistema escolar maranhense no contexto regencial e de início do Segundo Reinado oitocentista (1831-1850). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Espírito Santo. **Anais eletrônicos...** Espírito Santo: UFES, 2011. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/livro/files/page/503.swf>>. Acesso em: 18 jun. 2016.
- A REVISTA, São Luís, n. 548, 28 maio 1850. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
- _____, São Luís, n. 573, 22 nov. 1850. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas equinocial: a fundação de um Maranhão no Império brasileiro.** 2009. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e educação no Maranhão (1834-1889).** São Luís: SIOGE, 1984.
- COUTINHO, Milson. **O poder legislativo no Maranhão (1830-1930).** São Luís: Assembleia Legislativa do Maranhão, 1981.
- FARIA FILHO, Luciando Mendes de. A instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 135-150.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LEAL, Antonio Henriques. **Pantheon Maranhense**: ensaios biographicos dos maranhenses illustres já fallecidos. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873. t. 1. <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/518661>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

MARANHÃO. Falla dirigida pelo exm. presidente da provincia do Maranhão, Joaquim Franco de Sá, á Assembléa Legislativa Provincial, por ocasião de sua installação no dia 3 de maio de 1847. Maranhão, impresso na Typ. Const. de I.J. Ferreira, 1847. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

MARANHÃO. Falla dirigida pelo exm. presidente da provincia do Maranhão, Honorio Pereira de Azeredo Coutinho, á Assembléa Legislativa Provincial, por ocasião de sua installação no dia 7 de setembro de 1850. Maranhão, impresso na Typ. Const. de I.J. Ferreira, 1850. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. Breve panorama histórico da imprensa literária no Maranhão oitocentista. **Animus**, Santa Maria, v. 18, p. 107-129, jul./dez. 2010,

MEIRELES, Mario. **História do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

PUBLICADOR MARANHENSE, São Luís, n. 482, 25 mar. 1847. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____, São Luís, n. 1024, 19 out. 1850. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____, São Luís, n. 1032, 7 nov. 1850. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____, São Luís, n. 1033, 9 nov. 1850. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____, São Luís, n. 1038, 21 nov. 1850. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____, São Luís, n. 1041, 28 nov. 1850. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____, São Luís, n. 1042, 30 nov. 1850. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____, São Luís, n. 1049, 17 dez. 1850. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

_____, São Luís, n. 1068, 4 fev. 1851. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

SALDANHA, Lília Maria Leda. **A instrução pública no Maranhão na primeira década republicana**. São Luís: Ética, 2008.

SANTOS, Arthur Germano dos. **Uma história de partidos: organização e atuação da elite maranhense a partir da Assembleia Provincial e da Presidência da Província (1842/1857)**. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Garulhos, 2016.

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão (1820-1880)**. Rio de Janeiro: Faro & Lino, 1883. Disponível em: <http://www.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20140827_2226381409189198_61811409189198_6181.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2016.

SILVA, Alexandre Ribeiro e. **Este interessante ramo do serviço público: produção de reformas da instrução pública no Maranhão Imperial (1838-1864)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

_____; VIDAL, Diana Gonçalves. “Um jogo de partidos”: educação pública e política no Maranhão Imperial. **Almanack**, Garulhos, n. 23, p. 316-365, dez. 2019.

VIVEIROS, Jerônimo de. Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão. **Revista de Geografia e História**, São Luís, ano IV, dez. 1953.

A IMPRENSA MARANHENSE COMO FONTE HISTÓRICA: POSSIBILIDADES INVESTIGATIVAS SOBRE OS RASTROS DE MARIA FIRMINA DOS REIS

NATÁLIA LOPES DE SOUZA¹

Introdução

“Sob qualquer ponto de vista que se pretenda estudar, os jornais são os melhores testemunhos da história de uma época”².

A citação acima pertence ao livro *“Sessenta anos de jornalismo. A Imprensa no Maranhão (1820-1880)”* publicado em 1883 por Joaquim Serra (1838 – 1888)³, professor e jornalista. Como ele bem nos fala, os jornais podem ser instigantes fontes de pesquisa, atuando

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduação e mestrado na mesma instituição. Interesse de pesquisa nos temas: Gênero, trajetórias, imprensa, tendo como enfoque principal a trajetória de Maria Firmina dos Reis no século XIX, sobretudo sua presença na imprensa maranhense do período. É pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP – UFJF) atuando na linha “Mulheres e a escrita da História”. Email: natalia.lopes@estudante.ufjf.br

2 SERRA, Joaquim. *Sessenta anos de jornalismo A Imprensa no Maranhão (1820-1880)*. Rio de Janeiro: Faro e Lino, 1883, p. 15.

3 Foi jornalista, professor, político e teatrólogo. Iniciou-se muito moço no jornalismo e na poesia. Em 1862, com alguns amigos, fundou o jornal *Coalição*, que advogava em política pelo Partido Liberal. Em 1867, fundou o *Semanário Maranhense*. Foi professor de Gramática e Literatura, por concurso, no Liceu Maranhense, deputado provincial (1864-67), secretário do Governo da Paraíba (1864-67) e deputado geral (1878-1881). Para mais informações, acesse: <http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-serra/biografia>.

do como um veículo de reconstrução do passado, sendo ao mesmo tempo objeto e sujeito da história brasileira⁴.

Ancorado na percepção de objeto histórico, este trabalho se propõe a delinear possibilidades analíticas, através da estreia e inserção da poetisa Maria Firmina dos Reis (1822 – 1917) no cenário da imprensa maranhense do século XIX. Para isso, partiremos do princípio de que o espaço dos jornais se constituía como um lugar de diálogo, no qual ecoavam as vozes dos mais variados segmentos da sociedade⁵.

Tendo como fio condutor a imprensa, buscamos traçar a circulação de Maria Firmina dos Reis nos jornais maranhenses na década de 1860, período em que a mesma adentrou o universo da imprensa e buscou se manter atuante como literata. Além disso, nos propomos adentrar as entrelinhas dos jornais maranhenses em busca de relações estabelecidas, uma vez que a imprensa era “marcava e era marcada por vozes, gestos e palavras”⁶.

A imprensa imperial gerou uma “proliferação de novos espaços de sociabilidade”⁷, desde a sua instalação⁸, que transformou o cotidiano da sociedade. Nesse sentido, a sua expansão ocasionou uma

4 LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

5 BARBOSA, Socorro de Fátima Pacifico. *Jornal e literatura: a imprensa periódica no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

6 MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 26.

7 GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre o público e o privado: A construção do Feminino no Brasil do Oitocentos, 1827-1846*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009, p. 11.

8 A Imprensa Régia do Rio de Janeiro foi criada pelo Decreto de 13 de maio de 1808 para dar continuidade na nova sede do Império Português. Criou-se, então, uma tipografia, que atuou na legitimação e sustentação de uma função política e cultural de difusão do conhecimento das luzes na nova sede da Coroa. Sobre isso, ver mais em: BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. *A Imprensa Régia do Rio de Janeiro e a colonização dos sertões na construção do novo império português na América (1808-1822)*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 442-464, jul-dez, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2015000200442. Acesso em: 31 out. 2019.

circulação de ideias que, direta ou indiretamente, chegavam a variados segmentos sociais⁹. Segundo Morel e Barros, existem indícios de que não eram apenas os membros da elite os consumidores de periódicos, e que, mesmo com a taxa alta de pobreza e analfabetismo, a imprensa era importante e presente na vida das classes mais baixas¹⁰. Isso porque os periódicos eram lidos em saraus e leituras do dia a dia, “quando era comum ler coletivamente e em voz alta”¹¹.

Nesse sentido, Maria Firmina dos Reis participou de um contexto em que a imprensa, sobretudo maranhense, se proliferou e disseminou variados sujeitos sociais e suas vozes¹². O primeiro jornal da província do Maranhão foi o *Conciliador do Maranhão*¹³, depois deste, houve uma profusão de folhas noticiosas e de tipografias que apareceram, sobretudo, na segunda metade do século XIX. De acordo com Odaléia Costa, entre os anos de 1848 a 1882, existiam dezenove tipografias no Maranhão o que auxiliou no desenvolvimento, estruturação e intensificação da imprensa propiciando novas relações políticas, econômicas, sociais e culturais na sociedade maranhense¹⁴.

9 PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal, o leitor e a leitura no Oitocentos brasileiro. *Labirintos: Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Portugueses*, Feira de Santana, n. 8, p. 1-14, 2010.

10 MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

11 FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. *Gênero, Niterói*, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2005, p. 3.

12 A imprensa tipográfica maranhense surgiu em 1821, em meio à agitação política da Revolução do Porto. A primeira apareceu sob o nome de Tipografia Nacional Maranhense, controlada pela administração provincial. A finalidade desse espaço era imprimir as publicações oficiais da província e opúsculos de natureza didática. Ver mais em: GALVES, Marcelo Cheche. “Ao público sincero e imparcial”: *Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

13 Segundo Joaquim Serra (1883), o *Conciliador do Maranhão* ocupava-se de assuntos próprios, dava notícias resumidas do exterior, fazia algumas transcrições e apresentava anúncios de caráter oficial. Ver mais em: Serra, Joaquim, op. cit.

14 COSTA, Odaléia Alves da. *O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861 – 1881)*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Desse modo, os impressos passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas, sendo suas ideias propagadas e circuladas por todos os espaços da sociedade. Desse modo, tanto o desenvolvimento do parque tipográfico maranhense quanto esta evolução tornaram-se benéficos para a produção de impressos na província.

Com tudo isso, houve uma intensificação e valorização da presença literária nas folhas, que aconteceu, especificamente, a partir da segunda metade da década de 1830¹⁵, culminando com uma diversificação de periódicos que possuíam vínculos com a literatura. Podemos citar como exemplo *O Recreio dos Maranhenses* (1839), *Jornal de Instrução e Recreio* (1845 – 1846) e outros¹⁶, que ajudaram a disseminar a literatura e outras ciências, promovendo o aumento significativo do incentivo às letras na província.

Segundo Abrantes, “a imprensa e a literatura foram canais privilegiados no debate das questões ligadas às mudanças de costumes, especialmente os periódicos e obras literárias destinadas ao público feminino”¹⁷. E foi neste ambiente de aproximação entre imprensa e literatura que Maria Firmina dos Reis conseguiu buscar um lugar para si, estabelecendo-se e tornando-se assídua colaboradora.

Como temos visto, a construção da imprensa como um todo foi feita por sujeitos que se relacionavam dentro dos espaços da imprensa. Nesse sentido, pensar a imprensa como um objeto é também pensar nas pessoas que a constituíam, por isso, a proposta deste tra-

15 Todos os jornais analisados estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital. Entre eles, há uma predominância de jornais políticos, que contêm, contudo, artigos literários. É o caso, por exemplo, do periódico *Minerva* (1828 – 1829), *Minerva Brasileira* (1843-1845), *O Ostensor Brasiliense* (1843-1846), *Íris* (1848), *O Beija Flor* (1849).

16 Podemos citar como exemplos a *Revista Universal Maranhense* (1849 – 1850), *Estrela da Tarde* (1857), *A Marmotinha* (1852 – 1853), *O Jardim das Maranhenses* (1861 – 1862) e *Semanário Maranhense* (1867-1868).

17 ABRANTES, Elizabeth Sousa. “O Dote é a moça educada”: *Mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010, p. 64.

balho procura dimensionar a partir de um indivíduo social, no caso Maria Firmina dos Reis, as nuances e as entrelinhas da fonte impressa que pode nos ajudar a ter percepções históricas investigando aspectos do passado.

A imprensa como lente para o passado: problematizações a respeito da estreia e consolidação da carreira letrada de Maria Firmina dos Reis

O romance brasileiro que se vai dar ao prelo, sob a denominação de – ÚRSULA – é todo filho da imaginação da autora, jovem maranhense, que soltando as azas a sua imaginação, estreia a sua carreira litterária, offerecendo ao Ilustrado Público da sua nação as paginas talvez por demais vazias d’um estylo apurado, como o é do seculo, mas simples; e os pensamentos, não profundos, mas entranhados de patriotismo. Todo elle resente-se de amor nacional, e de uma dedicação extrema a liberdade [...]

Recolhida ao seu gabinete a sós comsigo mesma, a autora brasileira, tem procurado estudar os homens e as couzas, e o fructo d’esses exforços de sua vontade é - ÚRSULA. [...]

Subscreve-se para esta obra na typ. Do Progresso, do Observador, do Diário e do Publicador – preço por cada exemplar broxado – 2\$000rs¹⁸.

Trechos como esse, retirado do periódico maranhense *A Imprensa* (1857 – 1862), em 1857, permeiam toda a produção impressa veiculada no século XIX. Sob forma de notícia ou anúncios, esses textos serviam como informativos daquilo que estava sendo circulado na sociedade, pois a imprensa não se especializava apenas em política, mas também nos fatos da vida cultural da província¹⁹.

18 *A Imprensa*. São Luis, nº 40, do dia 17 de outubro de 1857.

19 ARAÚJO, Johny Santana de. A Imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. *Dimensões*, Piauí, v. 33, p. 360-383, 2014, p. 369

O prospecto apresentado acima diz respeito à estreia da “carreira literária” de uma jovem maranhense que traria a público Úrsula, romance escrito pela mesma. Entretanto, a nota não diz quem era esta jovem literata, apenas nos diz sobre o esforço da mesma na escrita de Úrsula. Quem era esta jovem maranhense? Essa é a principal pergunta que nos vem à mente, contudo, essa não é a única problemática possível de análise. Este trecho específico pode nos revelar muito a respeito da sociedade maranhense e do cotidiano da imprensa e a relação destes com os literatos.

Começemos pela subscrição, no trecho, destaca-se que ela seria realizada nas tipografias dos jornais *Progresso*, *Observador*, *Publicador* e *Diário*. As subscrições de um modo geral, conforme Barbosa, eram uma prática “recorrente no século XIX [...] uma forma de garantir o número suficiente de compradores para determinado livro”²⁰. Nesse aspecto, segundo Souza, as subscrições resultavam em [...] um tipo de venda baseado na confiança que se estabelecia entre o proponente e os leitores, posto que a princípio não envolvia dinheiro, apenas o compromisso de algumas pessoas que prometiam pagar as obras, quando fossem recebê-las²¹.

Ancorados nessa perspectiva de confiança entre proponente e leitores, podemos considerar que as tipografias em que Úrsula estava sendo subscrita possuíam relativo prestígio na sociedade, uma vez que existia uma relação de compromisso e confiança de que as impressões feitas seriam compradas por quem as assinasse. E, por isso, a nota acima trouxe uma descrição dos principais personagens da trama, como a protagonista, que dá nome ao livro, os escravos Túlio

20 BARBOSA, Socorro, op. cit., p. 79.

21 SOUZA, Antônia Pereira de. *A prosa de ficção nos jornais do Maranhão oitocentista*. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017, p. 227 e 228.

e Suzana e o mocinho, Tancredo²². Toda a exaltação do conteúdo a ser vendido fazia parte da maneira como os anúncios do século XIX eram concebidos²³ e funcionavam como recurso para angariar assinaturas para a futura impressão de Úrsula.

No ano de 1859, veio a público a obra Úrsula, escrita por “uma maranhense” impresso pela tipografia Progresso, dois anos depois do lançamento de sua subscrição. Isso pode evidenciar que a obra teve baixa procura na sociedade maranhense, uma vez que, mesmo aceitando subscrições em quatro tipografias diferentes, ainda levou dois anos para a impressão do romance.

Como já vimos, a obra veio a público sob o pseudônimo “uma maranhense”. Segundo Cecília Helena Lorenzini²⁴, o anonimato poderia permitir a participação política do autor sem comprometer sua posição social ou suas eventuais ligações com os sujeitos, assim como favoreceria uma leitura mais imparcial, sem a vinculação da obra com seu autor, além do mais, o anonimato era uma prática e estilo predominante no século XIX²⁵. No caso da autora de Úrsula, o ato de não revelar seu nome pode ter sido uma estratégia para a preservação de sua imagem, pois, em seu romance, aparecem tramas referentes à escravidão e a determinada forma de representar a mulher.

22 A história da obra é protagonizada pelo casal, Úrsula e Tancredo, ambos brancos, que se apaixonaram e precisaram lidar com o tio da garota, o Comendador P, que desejava desposá-la. Entretanto, o que chama atenção no romance é a forma com que a autora lida com a temática da escravidão, tecendo críticas ao sistema, além de demonstrar a agência negra dos personagens Túlio e Susana.

23 BASTOS, Ana Karine Pereira de Holanda; REBOUÇAS, Ângela Cláudia Rezende do Nascimento. Os anúncios publicitários do século XIX e XX: tradições discursivas nos jornais do Recife. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LINGUAGENS E GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2017, Campina Grande. *Anais [...]*. Campina Grande: Realize editora, 2017. p. 1-12.

24 OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Sales. Na Querela dos Folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 55-65, 1984.

25 J JINZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escritas femininas no século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 38, p. 367-394, jan.-jun. 2012.

O mistério de quem seria a autora de Úrsula nos é revelado na edição nº 61, de 4 de agosto de 1860 do *Jornal do Commercio*, nele lemos:

OBRA NOVA – Com o título ÚRSULA publicou a Sra. D. Maria Firmina dos Reis um romance nitidamente impresso que se acha a venda na tipografia do Progresso. Convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, que, conquanto não seja perfeita, revela muito talento na autora, e mostra que se não lhe faltar animação poderá produzir trabalhos de maior mérito. O estilo fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes neste belo ensaio dotes que devem ser cuidadosamente cultivados. E pena que o acanhamento mui desculpável da novel escrita não desse todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes, como as da escravidão, que tanto pecam pelo modo abreviado com que são escritas. A não desanimar a autora da carreira que tão brilhantemente ensaiou, poderá para o futuro, dar-nos belos volumes²⁶.

Neste fragmento de 1860 o jornal em questão já nos diz que a autora do romance é a maranhense Maria Firmina dos Reis²⁷. Em um outro periódico, intitulado *Espírito Santense* (1870 – 1889), notamos uma transcrição de um jornal maranhense que mencionava a autora em questão: “Lê-se na Esperança do Maranhão: com o título cantos a beira-mar, vai publicar um volume de poesias a exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, inteligente professora pública da Villa de Guimarães, nesta província”²⁸.

26 *Jornal do Commercio*. São Luís, nº 61, de 4 de agosto de 1860.

27 Maria Firmina dos Reis (1822 – 1917) foi professora, poetisa e escritora maranhense, filha de mãe forra, publicou romances, contos e poesias na segunda metade do século XIX, dentre eles: *Úrsula* (1859), *Gupeva* (1861) e *A Escrava* (1887). Além disso, publicou expressivos artigos na imprensa maranhense. Sobre isso ver mais: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*. São Luís: governo do Estado do Maranhão, 1975, s/p e COELHO, Nelly Novais. *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras: (1711 – 2001)*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

28 *O Espírito Santense*, Vitória, nº78. 4 novembro de 1871.

A partir desta transcrição, ficamos sabendo que Maria Firmina dos Reis foi uma professora pública, ou seja, foi aprovada para uma cadeira de instrução pública para o sexo feminino na Villa de Guimarães. Só com este trecho tivemos acesso também ao fato de que a autora morava na Villa de Guimarães. Desse modo, um fragmento de três linhas transcrito nos jornais nos permite abrir um leque de possibilidades analíticas.

Outro ponto de destaque: o trecho acima faz parte de um periódico da província do Espírito Santo. Como isso aconteceu? Teria Maria Firmina dos Reis tido certa relevância na literatura e imprensa no Maranhão que a permitiu transpor a imprensa maranhense ganhando novos espaços em outras localidades? Revelado o primeiro mistério, que se pautava em descobrir quem era a jovem maranhense que estreava na imprensa, retornamos à publicação de Úrsula em 1859 para elucidarmos as questões propostas acima.

Dentre as seis tipografias que existiam em São Luís²⁹ no período de impressão de Úrsula, por que Maria Firmina dos Reis optou pela Tipografia Progresso? Ancorado nestas questões, rastreamos então a tipografia Progresso³⁰. Essa pertencia ao tipógrafo Belarmino de Mattos³¹, que de acordo com Santos³², tornou-se reconhecido em seu tempo por sua dedicação à atividade tipográfica,

29 Dentre as seis tipografias que existiam em São Luís no período de impressão de Úrsula, Maria Firmina dos Reis optou pela Tipografia Progresso, pertencente a Belarmino de Mattos. Ver mais em: MARTINS, Ricardo André Ferreira. *Atenienses e Fluminenses: a invenção do cânone nacional*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

30 A Gráfica Belarmino de Mattos funcionou de 1860 a 1868. Ver mais em: SANTOS, Carla Sampaio dos. *A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

31 Belarmino de Mattos (1830 - 1870) quando tinha dez anos, começou a trabalhar como aprendiz de tipógrafo na Tipografia Temperança de Manuel Pereira Ramos d'Almeida. Em 1863, abriu sua própria oficina tipográfica. Fundou, juntamente com outras pessoas, a Associação Tipográfica Maranhense. Ver mais em: COSTA, Odaleia, op. cit., p. 79 e 80.

32 SANTOS, Carla Sampaio, op. cit.

visto que superou a de outras gráficas em quantidade de pessoal e equipamentos. Esse reconhecimento pode ser vislumbrado no fato de que esta gráfica, juntamente com a Tipografia de Frias³³, destacava-se na província, possuindo recursos para viagens ao Rio de Janeiro e angariando prêmios na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, em 1866³⁴.

A tipografia Progresso imprimia vários periódicos, dentre eles, o jornal *A Imprensa* (1857 – 1862), primeiro a mencionar Úrsula e sua autora, bem como foi o primeiro a informar sobre a subscrição da obra. Nesse sentido, delineamos dois motivos possíveis para Maria Firmina dos Reis ter publicado seu romance nesta tipografia.

O primeiro deles é pelo fato de essa gráfica incentivar produções locais. Sobre isso, o oitocentista Henriques Leal indicou que B. de Mattos sempre facilitava

[...] aos editores e autores todos os meios para darem à luz da publicidade suas obras, quer aceitando longos prazos nos pagamentos, quase sempre em pequenas e desiguais parcelas; quer recebendo exemplares por conta destes, ou tomando a seu cargo a venda da edição³⁵.

Como a gráfica estava se consolidando na sociedade, se constituindo como um espaço de “publicação das produções locais (jornais, livros, relatórios) e de até outras províncias, assim como das traduções das obras estrangeiras”³⁶, Maria Firmina dos

33 José Maria Correia de Frias (1828 – 1903) foi editor, escritor e jornalista, fundador do Diário do Maranhão, benemérito e fundador do Hospital Português do Maranhão e ainda diretor da Sociedade Humanitária Primeiro de Dezembro. Além disso, dedicou-se ao aperfeiçoamento e desenvolvimento da sua tipografia. Ver mais em: CARVALHO, Roberto Sousa. *A atividade editorial em São Luís do Maranhão – memórias do passado, realidade presente*. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Editoriais) - Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2011.

34 MARTINS, Ricardo, op. cit.

35 LEAL, [18--?] apud FRIAS, José Maria Correia de. *Memória sobre a tipografia maranhense*. 2. ed. São Luís: SIOGE, 1978, p. 44-45.

36 COSTA, Odaleia, op cit., p. 34.

Reis provavelmente percebeu que, como literata estreante, a gráfica B de Mattos poderia ser um espaço que a ajudasse na empreitada literária.

Outro motivo da escolha pela tipografia Progresso pode ter ligação com relações de parentesco da autora com o redator da Gráfica B de Mattos, Francisco Sotero dos Reis³⁷. A bibliografia que versa sobre Maria Firmina dos Reis afirma que Francisco Sotero dos Reis era primo da autora. Sendo assim, acreditamos que tal relação de proximidade tenha sido significativa na decisão de Reis em favor daquela tipografia. Presumimos, então, que a escolha de imprimir *Úrsula* na Tipografia Progresso tenha ocorrido pelo fato de Sotero dos Reis ser um dos redatores da folha e também porque a gráfica incentivava e providenciava recursos para que autores pudessem dar publicidade a suas obras.

Nos anos 1860, Maria Firmina dos Reis, além de publicar seu romance naquela tipografia, colaborou, em sua maioria, em jornais e coletâneas impressos por ela³⁸. Nesse sentido, apoiamos na ideia de que a Tipografia de Belarmino de Mattos foi um espaço importante para a aproximação e o fortalecimento de laços entre intelectuais, auxiliando na consolidação da carreira literária da escritora.

37 Francisco Sotero dos Reis (1800-1871) nascido na cidade de São Luís (MA), filho de Baltasar José dos Reis e Maria Teresa Cordeiro. Descrito como poeta, crítico literário, gramático, jornalista, professor, parlamentar, Comendador da Ordem da Rosa e da de Cristo. Ele é lembrado como o grande erudito do grupo Maranhense, cultivador das letras clássicas e representante oitocentista das ideias linguísticas e da historiografia literária brasileira. Produziu o famoso Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira para a formação de nosso grupo de histórias literárias românticas. Além disso, influenciou diretamente na criação e organização da instrução pública maranhense, trabalhando como inspetor de ensino. Ver mais em: SANTOS, Carla Sampaio, op. cit., p. 32 e 33.

38 Referimo-nos ao *Semanário Maranhense* (1867 – 1868), ao *Echo da Juventude* (1864 – 1865), ao *Parnaso Maranhense* (1861) e ao *Almanach de Lembranças Brasileiras* (1862 – 1868), por exemplo.

Chegamos a tais conclusões pelo fato de as tipografias funcionarem como espaços de sociabilidade³⁹,

[...] habitualmente frequentadas por redatores e leitores: conversas, contatos, laços de solidariedade política, local de fazer compras. Pontos de venda dos impressos, leituras coletivas e cartazes e papéis circulando de maneira intensa pelas ruas incorporam-se ao cotidiano da população⁴⁰.

Portanto, poderia ser vantajoso para uma estreante na literatura tecer relações com editores e redatores, pois, como eles decidiam o conteúdo dos periódicos e auxiliavam na propaganda de determinado produto, se aproximar desses sujeitos poderia facilitar o trânsito de Maria Firmina dos Reis no meio impresso.

Estas possíveis relações que delineamos acima podem ter ocorrido, principalmente por já existir no Império o intercâmbio intelectual através da criação de redes, diálogos e amizades literárias, das quais as mulheres também participavam ativamente, possibilitando a criação de vínculos propiciada pelas tipografias⁴¹ e da qual certamente Maria Firmina dos Reis fez parte.

A questão que gira em torno da presença de Maria Firmina dos Reis na imprensa e seu relativo reconhecimento ainda é uma área pouco explorada neste texto. Para tentarmos exemplificar como se deu sua circulação na imprensa maranhense após a estreia de *Úrsula*, escolhemos três periódicos ao longo da década de 1860, impressos na tipografia Progresso que demonstram a circulação de Maria Firmina dos Reis nestes espaços. São eles: *O Jardim das Maranhenses*

39 SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

40 MOREL, Marco, 2008, op. cit., p. 38.

41 DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti. A mulher de letras: no rastro da história. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 11-19. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19180>. Acesso em: 27 abr. 2020.

(1861 – 1862), *Echo da Juventude* (1864 – 1865) e o *Semanário Maranhense* (1867 – 1868).

O *Jardim das Maranhenses* (1861-1862)⁴², periódico voltado para o público feminino, se intitulava como um semanário literário, moral, crítico e recreativo, impresso na Tipografia Commercio, de Augusto Vespúcio Nunes Cascaes⁴³. A estreia da colaboração de Maria Firmina dos Reis n' *O Jardim das Maranhenses* ocorreu em 20 de setembro de 1861, no mesmo ano de estreia da folha naquela sociedade. No periódico, lemos: “Recomendamos aos nossos leitores a poesia que abaixo vem estampada da Exma. Sra. D Maria Firmina dos Reis, distinta literária maranhense. De coração agradecemos a S. Exc.^a pela honra que dá ao nosso Jornal, colaborando-o”⁴⁴.

Apresentada como distinta literária, a folha incentivava o consumo da produção de Reis. Isso pode ser percebido pois, no período em que o jornal circulou, Maria Firmina dos Reis assinou ali mais seis poesias e charadas⁴⁵, tornando-se a segunda pessoa a ter mais

42 O periódico custava mil réis por bimestre ou oito números, e possuía uma estrutura composta por quatro páginas em cada número, e seus artigos eram apresentados como romances, geralmente nas primeiras páginas. Em seguida, vinha a crônica do editor, acompanhada por poemas e charadas nas últimas folhas. Havia, igualmente, uma seção de correspondências, a qual era assinada pelo leitor “cachorinho das belas”, sem, contudo, existir uma troca entre leitoras. Esse formato seguia o mesmo padrão dos primeiros jornais para mulheres, que preferiam como tema a literatura, a correspondência de editores e leitoras e as crônicas sociais. Ver mais em: BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

43 Temos disponibilizadas as imagens microfilmadas pela Biblioteca Pública Benedito Leite, mas ali não constam todas as edições do periódico. Aquelas encontradas serão utilizadas no decorrer do texto: são os números 18, 21 a 25, 27 a 29. No que se refere à primeira edição do jornal, constatamos que sua circulação teve início em janeiro de 1861. Isso porque, na edição de número 24, do dia 30 de setembro de 1861, encontramos uma passagem que afirma que o jornal contava, à época, com oito meses de existência.

44 *O Jardim das Maranhenses*. São Luís, 20 de setembro de 1861.

45 No ano de 1861, a autora publicou as poesias *Ao amanhecer* e *o pôr do sol* e *A vida*, em setembro, além de um logogrifo e uma charada. A poesia *Não me acreditas*, por sua vez, foi publicada em outubro e, em novembro, saiu a poesia *A Meditação*. Já em dezembro, Reis publicou outra charada. As edições estão disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital.

publicações neste jornal – ficando atrás apenas das produções de JR, pseudônimo utilizado na folha. Além do mais, a autora em questão foi a única mulher declarada a publicar em uma folha escrita por homens, em um contexto em que eles controlavam as leituras ao alcance das mulheres⁴⁶.

Em outras edições do *O Jardim das Maranhenses*, verificamos que autora publicou, em formato folhetim⁴⁷, o conto Gupeva⁴⁸. Este, como podemos constatar na leitura do periódico, não foi publicado integralmente nesta folha, entretanto, o mesmo foi transcrito no periódico *Porto Livre* em 1864 e no *Echo da Juventude* em 1865. Neste último, segundo Souza⁴⁹, o conto apareceu com fonte maior do que as outras matérias do corpo do jornal, fazendo a história sobressair-se em suas páginas.

No *Echo da Juventude*⁵⁰ podemos ler:

Começamos hoje a estampar o romance Gupeva, trabalho da talentosa maranhense, Maria Firmina dos Reis, cuja tenacidade nos labores literários, e amor ao estudo são bem conhecidos do público [...] foi-nos ofertada pela mesma, que cuidadosamente a corrigiu para ser publicada neste jornal. Seja a publicação do Gupeva um estímulo às mais senhoras, que cultivam as letras, porém uma mo-

46 MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. A leitura de romances no XIX. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 19, n. 45, jul. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000200005. Acesso em: 30 abr. 2020.

47 Os romances-folhetins consistiam em capítulos de obras literárias publicados nas páginas dos periódicos. Ver mais em: VIEIRA, Martha Victor. História, literatura e circulação das ideias antiescravistas de Joaquim Manuel de Macedo. In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; et al. *Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos*. 1ed. São Paulo, Alameda, 2016.

48 Este romance foi publicado entre 25 de novembro de 1861 e 13 de janeiro 1862, n'º Jardim das Maranhenses. Gupeva foi publicado pela primeira vez no periódico O Jardim das Maranhenses sob o título de "romance brasileiro".

49 SOUZA, Antônia Pereira de, op. cit.

50 Era impresso pela Gráfica Belarmino de Mattos e custando dois mil réis por trimestre, este periódico possuía oito páginas, sendo a última dedicada à publicação de poemas.

déstia condenável as tem conservado no silêncio e obscuridade. Aos ilustrados leitores recomendamos que o leiam, e sejam indulgentes para as lacunas, que por ventura encontrem⁵¹.

Esse fragmento acima nos mostra que o conto precisou passar por uma correção, tal fato isolado pode não nos chamar a atenção, mas quando nos debruçamos sobre o periódico, que tinha como objetivo reunir um conjunto “expressivo de literatos que ocupavam o cenário das belas-lettras maranhenses”⁵², figurando como um meio de consolidação da literatura na província, podemos entender o porquê de tanta exigência para a publicação. Elencado a isso, o fato de Maria Firmina dos Reis colaborar tanto com o conto como com outras poesias⁵³ conferia a ela uma consolidação da sua imagem enquanto literata.

Neste mesmo trecho, nos chama atenção também o incentivo para que outras mulheres saíssem da obscuridade e trouxessem à tona seus trabalhos. De forma alguma tal clamor e incentivo a produções locais femininas feito pelo jornal se apresentava como algo inovador, principalmente porque neste mesmo período ocorria uma intensa movimentação feminina no âmbito da imprensa e nos espaços públicos⁵⁴.

51 *Echo da Juventude*. São Luís, nº 14, 1865, p. 3.

52 MARTINS, Ricardo, op. cit., p. 449.

53 Maria Firmina dos Reis publicou, entre janeiro e maio de 1865, no *Echo da Juventude*, as poesias Hosana, “T”, O canto do Tupi e Melancolia.

54 Antes dele, existiram periódicos que tinham como público-alvo as mulheres, como *O Espelho Diamantino* (1827), no Rio de Janeiro e *O Espelho das Brasileiras* (1831), no Recife. Depois do *Jornal das Senhoras*, primeiro que contava com uma redação de mulheres, publicado em 1852, outros surgiram, como a *Revista Belo Sexo* (1862), *O Domingo* (1874), *Eco das Damas* (1879), no Rio de Janeiro e *O Sexo Feminino* (1873), em Minas Gerais. Nesse sentido, a década de 1850 foi importante na remodelação da imprensa como um todo, propiciando um clima favorável para inserção de mulheres neste espaço. Deste modo, o surgimento de uma imprensa dita feminina, feita por e para mulheres, contribuiu para que os escritos de mulheres fossem lidos e comentados no espaço público. Em São Luís, no século XIX, não houve o aparecimento de um jornal dirigido e escrito por mulheres, embora muitos periódicos fossem destinados a esse público, entretanto, em Caxias na década de 1880, apareceu um jornal redigido por mulheres, sob o nome de

Por fim, Maria Firmina dos Reis colaborou também em outro jornal prestigiado pela sociedade da província do Maranhão, o *Semanário Maranhense* (1867 – 1868)⁵⁵. Este, fundado por Joaquim Serra, foi um importante meio para publicação e reconhecimento da produção de toda uma nova e importante geração de intelectuais e literatos maranhenses⁵⁶, mesmo tendo durado apenas um ano. Contudo ainda com uma gama de redatores, importantes literatos do período, como Sabbas da Costa, Sousândrade, César Marques, Sotero dos Reis, Celso Magalhães e Gentil Braga⁵⁷, se propôs a cultivar as belas letras e a cultura maranhense⁵⁸.

Em uma seção de 3 de novembro de 1867 do *Semanário Maranhense* podemos ler:

Em outro lugar deste jornal estão publicados alguns versos de uma senhora maranhense, que cultivava as belas letras com assiduidade e muito bom gosto. Não são estes os primeiros versos da autora de Úrsula e o *Semanário* sente especial prazer arquivando os trabalhos de tão talentosa colaboradora⁵⁹

Na passagem, podemos perceber a valorização da escrita de Maria Firmina dos Reis, endossando Úrsula como a obra que tor-

O Chrisálida: Publicação mensal – Redacção de Meninas, de 1884. Ver mais em: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 67 e 68 e ABRANTES, Elizabeth Sousa. *A educação do "bello sexo" em São Luís na segunda metade do século XIX*. São Luís: UEMA, 2013, p. 3.

55 Nas oito páginas do *Semanário Maranhense*, o conteúdo era voltado para prosas de ficção, história, poesias, artigos sobre literatura, notícias, biografias, transcrições e variedades. Além disso, eram publicados ali cursos bíblicos, textos sobre a história do Maranhão, sobre indústrias e cartas dos leitores. O periódico contava ainda com uma seção de crônica interna, escrita por Pietro de Castellamare (Joaquim Serra), e uma de crônica externa, escrita por Flávio Reimar (Gentil Homem de Almeida Braga). Ver mais em: SOUZA, Antônia Pereira de, op. cit.

56 MARTINS, Ricardo, op. cit.

57 SOUZA, Antônia Pereira de, op. cit.

58 MARTINS, Ricardo, op. cit.

59 *Semanário Maranhense*. São Luís, 3 de novembro de 1867

nou a autora conhecida, além de evidenciar e elogiar o trabalho da mesma para com a literatura local e para com o referido periódico⁶⁰. Para além das linhas do jornal, se torna nítido que durante a década de 1860 Maria Firmina dos Reis foi solidificando sua imagem na imprensa maranhense, uma vez que passou a colaborar com folhas prestigiadas pela sociedade maranhense.

Enfatizamos aqui novamente a importância da gráfica de Belarmino de Mattos na trajetória na imprensa de Maria Firmina dos Reis, pois, como vimos, tanto Úrsula quanto os três jornais, exemplificados acima, em que a autora mais colaborou, como outras produções e antologias de que participou, como o *Parnaso Maranhense*⁶¹ (1861) e o *Almanach de Lembranças Brasileiras*⁶² (1862/1863), também saíram dos prelos da tipografia Progresso. Desse modo, através da fonte impressa conseguimos delinear possibilidades analíticas a respeito da circulação e produção impressa de Maria Firmina dos Reis na imprensa maranhense da década de 1860.

Considerações finais

Através de um olhar detido na imprensa como fonte histórica, procuramos esboçar possibilidades analíticas a respeito da trajetória de Maria Firmina dos Reis e seus possíveis trânsitos e aproximações no espaço da imprensa maranhense do XIX. Para isso, buscamos ao longo deste trabalho demonstrar como a fonte impressa, suas entrelinhas e seus contextos impactam as análises e auxiliam nas problemáticas a respeito de um dado tema de pesquisa.

60 Poesia Meditação (nº 10 - 1867) e Poesia Lua Brasileira (nº 271 - 1868).

61 DIAS, Antônio Gonçalves et al. *Parnaso maranhense: Coleção de poesias*. São Luís: Tipografia do Progresso, 1861.

62 ALMANAK HISTÓRICO DE LEMBRANÇAS BRASILEIRAS. São Luís: Typ. do Frias, n.1. 1862-1868. 1863.

Nesse sentido, ao nos centrar nos rastros da imprensa deixados pela escritora e poetisa Maria Firmina dos Reis, nos deparamos com uma vasta possibilidade de problematizações, que pode nos levar a infinitas possibilidades analíticas. No caso específico deste objeto de pesquisa, e o recorte proposto, discorreremos sobre o trânsito de Reis dentro do espaço da imprensa e, ao nosso ver, a importância da Gráfica Belarmino de Mattos no momento em que a autora maranhense estreava na carreira literária.

Como nos diz Morel, “as tipografias e as primeiras livrarias eram [...] frequentadas por redatores e leitores: conversas, contatos, laços de solidariedade política, local de fazer compras, pontos de venda dos impressos, leituras coletivas”⁶³ e, por causa disso, Maria Firmina dos Reis pode ter aproveitado deste espaço para se firmar como escritora e poetisa na imprensa maranhense.

Por fim, nos propomos demonstrar na prática algumas perspectivas de investigação da fonte histórica impressa. Nesse sentido, a análise da imprensa nos permite ter vislumbres, mesmo que fragmentados das nuances do cotidiano de uma dada sociedade, no caso desta pesquisa, da inserção e circulação de Maria Firmina dos Reis no espaço da imprensa maranhense oitocentista.

Referências Bibliográficas

Fontes:

A IMPRENSA. São Luís: Tipografia do Progresso, 1857-1862. 1857-1861.

ALMANAK HISTÓRICO DE LEMBRANÇAS BRASILEIRAS. São Luís: Typ. do Frias, n.1. 1862-1868. 1863.

63 MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 38.

DIAS, Antônio Gonçalves et al. *Parnaso maranhense: Coleção de poesias*. São Luís: Tipografia do Progresso, 1861.

ECHO DA JUVENTUDE. São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1864-1865. 1864-1865.

JORNAL DE INSTRUÇÃO E RECREIO. São Luís: Tipografia Maranhense, 1845. 1845.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comercio, 1875-1952. 1928.

O CHRYSALIDA: publicação mensal – redacção de meninas. Caxias: Tipografia do Comércio de Caxias, 1884. 1884. *O ESPÍRITO SANTENSE*. Vitória: Tipografia Espírito Santense. 1870-1889. 1871.

O JARDIM DAS MARANHENSES. São Luís: Tipografia do Comércio, 1861-1862. 1861-1862.

SEMANÁRIO MARANHENSE. São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1867-1868. 1867-1868

SERRA, Joaquim. *Sessenta anos de jornalismo A Imprensa no Maranhão (1820-1880)*. Rio de Janeiro: Faro e Lino, 1883.

Bibliografia:

ABRANTES, Elizabeth Sousa. “*O Dote é a moça educada*”: Mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. *A educação do “bello sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX*. São Luís: UEMA, 2013.

ARAÚJO, Johnny Santana de. *A Imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da*

guerra do Paraguai para um público leitor. *Dimensões*, Piauí, v. 33, p. 360-383, 2014.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornal e literatura: a imprensa periódica no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. A Impressão Régia do Rio de Janeiro e a colonização dos sertões na construção do novo império português na América (1808-1822). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 442-464, jul-dez, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2015000200442. Acesso em: 31 out. 2019.

BASTOS, Ana Karine Pereira de Holanda; REBOUÇAS, Ângela Cláudia Rezende do Nascimento. Os anúncios publicitários do século XIX e XX: tradições discursivas nos jornais do Recife. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LINGUAGENS E GÊNEROS TEXTUAIS, 4., 2017, Campina Grande. *Anais [...]*. Campina Grande: Realize editora, 2017. p. 1-12.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.

CARVALHO, Roberto Sousa. *A atividade editorial em São Luís do Maranhão – memórias do passado, realidade presente*. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos Editoriais) - Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2011.

COELHO, Nelly Novais. *Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras: (1711 – 2001)*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

COSTA, Odaleia Alves da. *O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861 – 1881)*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti. A mulher de letras: no rastro da história. *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p.

11-19. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/ipotesi/article/view/19180>. Acesso em: 27 abr. 2020.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2005, p. 3.

FRIAS, José Maria Correia de. *Memória sobre a tipografia maranhense*. 2. ed. São Luís: SIOGE, 1978, p. 44-45.

GALVES, Marcelo Cheche. *“Ao público sincero e imparcial”*: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre o público e o privado: A construção do Feminino no Brasil do Oitocentos, 1827-1846*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

JINZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escritas femininas no século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 38, p. 367-394, jan.-jun. 2012.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. *Atenienses e Fluminenses: a invenção do cânone nacional*. 2009. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*. São Luís: governo do Estado do Maranhão, 1975, s/p.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. A leitura de romances no XIX. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 19, n. 45, jul. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000200005. Acesso em: 30 abr. 2020.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Sales. Na Querela dos Folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 55-65, 1984.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. O jornal, o leitor e a leitura no Oitocentos brasileiro. *Labirintos: Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos Portugueses*, Feira de Santana, n. 8, p. 1-14, 2010.

SANTOS, Carla Sampaio dos. *A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOUZA, Antônia Pereira de. *A prosa de ficção nos jornais do Maranhão oitocentista*. 2017. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

VIEIRA, Martha Victor. História, literatura e circulação das ideias antiescravistas de Joaquim Manuel de Macedo. In: BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; et al. *Cultura escrita e circulação de impressos no oitocentos*. 1ed. São Paulo, Alameda, 2016.

A PRODUÇÃO DA INVISIBILIDADE INTELLECTUAL DO PROFESSOR E JORNALISTA NEGRO NASCIMENTO MORAES NA HISTÓRIA LITERÁRIA MARANHENSE, NO INÍCIO DO SÉCULO XX¹

MARILÉIA DOS SANTOS CRUZ²

Carlo Ginzburg (1987) apresenta uma explicação para o interesse vigente de historiadores em ressuscitar sujeitos que ficaram ocultos por não pertencerem a grupos detentores de poder político ou econômico, conforme a tradição historiográfica tradicional. Segundo o autor da história do moleiro Menocchio:

No passado, podia-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as “gestas dos reis”. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. Quem construiu Tebas das sete portas? - perguntava o “leitor operário” de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo o seu peso (GINZBURG, 1987, p. 15).

Foi a partir da relativização da concepção de verdade histórica, em grande parte influenciada pela *Escola do Annales*, que as possibili-

1 O presente texto foi publicado em 2016 com o título *A PRODUÇÃO DA INVISIBILIDADE INTELLECTUAL DO PROFESSOR NEGRO NASCIMENTO MORAES NA HISTÓRIA LITERÁRIA MARANHENSE, NO INÍCIO DO SÉCULO XX*, pela Revista Brasileira de História (v. 36, nº 73, <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472016v36n73-011>). Algumas informações contidas no artigo original foram alteradas nesta publicação, o que será indicado em notas explicativas, gerando a necessidade de acréscimos na lista de referência.

2 Pós-Doutorado e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- UNESP\ARARAQUARA-SP, professora de história da educação brasileira do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia. Imperatriz, MA, Brasil. euluena@hotmail.com

dades historiográficas se ampliaram e passaram a dar suporte teórico a novas gerações de historiadores.

A história de que vamos no ocupar neste artigo não tem a pretensão de rememorar a vida de algum anônimo, como fez Ginzburg, ao se reportar ao moleiro Menocchio. Nem tampouco se deterá a fazer visível uma personalidade do meio popular para quem não se pode contar com fontes oficiais, indo ao encontro de fontes privadas e fazendo emergir os relatos orais. Mesmo tendo sido originária de um grupo social marginalizado, por se tratar de um professor negro, pobre e filho de libertos, a personagem da nossa história não foi anônima, pois sobre ela não faltam fontes oficiais em acervos públicos do Maranhão.

Trata-se, então, de dispor os leitores a conhecer um pouco das experiências de vida de um professor negro chamado José do Nascimento Moraes, que marcou espaço na imprensa maranhense, desde os primeiros anos do século XX, manifestando-se por meio de contos, poesias, crônicas, além de, por muitas vezes, ter se envolvido em polémicas literárias e raciais. Era um defensor da promoção, pelos poderes públicos, da escolarização para os pobres e constantemente debatia os problemas políticos, sociais e educacionais maranhenses. Foi considerado, durante o Estado Novo, o inspirador da criação de um tipo escolar exclusivo para crianças pobres, denominado “escola dos pés descalços”. Essas escolas foram criadas no Maranhão logo no início de 1938, por meio do decreto nº 27, de 21 de janeiro e deveriam funcionar nas modalidades isolada e mista³. Diferenciavam-se de outras escolas periféricas por franquearem a frequência a crianças com qualquer vestimenta e até descalças (MARANHÃO, 1939, p. 135).

3 Escola isolada foi o nome dado a escolas precárias que funcionavam com apenas um professor, em salas improvisadas e alunos em diferentes níveis de conhecimento e idades. Foi o tipo escolar dominante do século XIX, mas se manteve em grande número até a primeira metade do século XX, sobretudo nos lugares mais pobres do Brasil. Escolas mistas eram as que reuniam no mesmo espaço crianças do gênero masculino e feminino (Cf. ARAÚJO *et alii.*, 2012).

A trajetória escolar e profissional de José do Nascimento Moraes foi representativa das dificuldades vividas pela imensa maioria dos intelectuais negros que buscaram, pelo meio escolar, superar as discriminações e desfrutar de notoriedade, em contexto social regado por preconceitos e estratégias segregacionistas. Sua história coaduna-se com a de outros que se destacaram nacionalmente no século XIX, e no período da Primeira República, a exemplo de Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro, tão bem retratados por Pinto (2014), ao demonstrar em sua tese as experiências de vida desses intelectuais e evidenciar como buscaram de “diferentes modos conquistar e manter seus espaços no debate público sobre os rumos do país. Indo de encontro às cotidianas práticas de ‘preconceito de cor’” (PINTO, 2014, p.25-26). As situações vividas por esses intelectuais de procedência pobre e negra colocam em evidência a fragilidade da função equalizadora atribuída à escola, quando essa instituição é fruto de uma sociedade marcada pela desigualdade e exclusão.

José do Nascimento Moraes viveu os seus primeiros seis anos de vida durante a escravidão. Embora por pouco tempo, o período escravista, associado ao racismo que conheceu, exerceu grande influência sobre a sua personalidade, colocando-o numa posição de combate às desigualdades e de defensor da inclusão social e escolar dos pobres. Nascimento Moraes, como era conhecido, foi um dos mais ativos intelectuais maranhenses da primeira metade do século XX e deixou, nas páginas dos jornais da primeira metade desse século, uma extensa obra composta por crônicas, poesias e artigos. Grande parte dos seus textos foram assinados por pseudônimos, a exemplo de João Paulo, no jornal *A Imprensa*, em 1906; Braz Cubas, no mesmo jornal, em 1907; Um Maranhense, no jornal *O Maranhão*, em

1908 (ARAÚJO, 2011), além de outros, cuja identificação ainda carece de estudos. Publicou quatro livros: *Puxos e repuxos*, em 1910, o romance *Vencidos e degenerados*, em 1910⁴, *Neurose do Medo*, em 1923, e *Contos de Valério Santiago*, obra póstuma, de 1972, a partir de material publicado pela *Revista Athenas*, na década de 1940 (ARAÚJO, 2011, p.42; BRAS, 2014, p. 26).

Grande parte do conteúdo literário, político, antirracista e pedagógico dos textos produzidos por Nascimento Moraes ainda aguarda estudos aprofundados e muito pode contribuir para melhor conhecimento de diversos aspectos da história maranhense. Não fosse o seu esforço de viver não evitando polêmicas que envolviam a sua condição racial, teria Nascimento Moraes passado como mais um intelectual sem cor e acomodado com as relações sociais e humanas decadentes que pairavam sobre o Brasil, desde a escravidão até períodos posteriores à Proclamação da República. Ele, além de ter tido uma intensa atividade intelectual, desempenhando funções de destaque em muitas associações da sua época, ocupou vários cargos públicos. Na imprensa, foi editor e redator do *Diário Oficial do Estado*, diretor e/ou colaborador de outros impressos como *A Imprensa*, *Pacotilha*, *Diário do Maranhão*, *O Maranhão*, *Diário de São Luiz*, *O Jornal e A Hora*. Foi também membro da Academia Maranhense de Letras, eleito em 1934⁵, assumindo a função de presidente da casa, por três anos, em 1941, 1946 e 1947 (BRAS, 2014, p. 26). Dos poucos trabalhos que fazem menção a Nascimento Moraes (MARTINS,

4 Até a publicação deste artigo em 2016 todas as referências ao livro *Vencidos e Degenerados* indicavam que foi uma obra publicada pela primeira vez em 1915, a segunda, em 1968, a terceira em 1982 e a última em 2000. Trabalho recente (CRUZ, 2018) demonstra que a obra foi publicada pela primeira vez em 1910.

5 Quando este trabalho foi publicado em 2016, com base em BRAS (2014), afirmava-se que Nascimento Moraes foi eleito para Academia Maranhense de Letras em 1935. Em pesquisas recentes descobrimos que ele foi eleito em setembro de 1934, mas que a sua posse só se efetivou em 12 de outubro de 1938, quando passou a ocupar a cadeira de número 11.

2002; ARAÚJO, 2011; NASCIMENTO, 2012; BRAS, 2014), a maior parte se reporta à análise de suas obras literárias (ARAÚJO, 2011; NASCIMENTO, 2012; BRAS, 2014).

O que teria colocado um intelectual negro, que alcançou tanta projeção social no período pós-abolição, no ostracismo histórico? O esquecimento de Nascimento Moraes deveu-se a sua origem racial e é produto da ação intencional de outro intelectual seu contemporâneo, Antônio Francisco Leal Lobo, que, motivado por racismo, minimizou a sua participação na história literária maranhense, ao publicar o livro *Os Novos Athenienses: subsídios para história literária do Maranhão* (1909).

No presente artigo, apresenta-se um pouco da trajetória familiar, escolar e profissional de José do Nascimento Moraes, dando ênfase às dificuldades encontradas durante a consolidação da sua vida profissional, quando esteve envolvido em debates na imprensa maranhense. Destacam-se aspectos ligados à polêmica travada com Antonio Lobo, que, ao produzir a escrita sobre a terceira fase da história literária do Maranhão, omitiu a importância e a relevante contribuição desse professor negro para a efervescência cultural do período. As fontes primárias utilizadas foram obtidas em três acervos: Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite e acervo digital da hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional (FBN).

Trajetória escolar e profissional de José do Nascimento Moraes

O professor, catedrático de Geografia do Liceu Maranhense, José do Nascimento Moraes, era filho de Manoel Nascimento Pereira com Catharina Maria Victória, nascido em 1882. Ele não foi apenas

um negro que, por meio da instrução escolar, teria alcançado sua inserção social e se destacado no cenário literário, político, jornalístico e educacional maranhense. Foi, acima de tudo, um membro de uma família negra que pode ser identificada por uma intensa vivência intelectual e política, desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX.

Seu pai, Manoel do Nascimento Pereira, consta no *Publicador Maranhense* (2 maio 1876, p. 3) como cidadão apto para votar nas eleições primárias que elegeriam vereadores e juizes de paz, no biênio de 1876 a 1877. Nesse jornal, informa-se que ele possuía 30 anos, era sapateiro, solteiro, filho de Lourença Rosa, morador da Rua da Cruz. Declarava-se também que ele se tratava de um liberto, pertencente ao primeiro quarteirão da paróquia de Nossa Senhora da Conceição⁶, do qual se desconhecia a condição de alfabetizado. Em 1884, Manoel do Nascimento Pereira declarou publicamente, por meio da *Pacoti-lha* (26 agos. 1884, p. 3), que, para evitar problemas com seu nome, passaria a assinar Manoel do Nascimento Moraes, mas desconhecemos os motivos que o levaram a essa opção⁷. Morreu em 1919, aos 86 anos. Além de sapateiro, também exerceu a função de vigilante do Tesouro Estadual (*O Jornal*, 2 jan. 1919, p. 4), tendo sido ainda ex-combatente da Guerra do Paraguai (ARAÚJO, 2011, p.16).

José do Nascimento Moraes foi uma daquelas crianças negras que ocuparam os bancos escolares maranhenses durante o século

6 A igreja de Nossa Senhora da Conceição era também denominada igreja dos Mulatos, abrigou diversas irmandades de pretos durante o século XIX, até seu fechamento por problemas entre o pároco e membros dessas irmandades, no início do século XX (CRUZ, 2008, p. 78).

7 Em trabalho mais recente (CRUZ, 2020), demonstro que o sobrenome "Moraes" foi tomado do irmão mais novo de Manoel, o tio de Nascimento Moraes, José Alípio de Moraes, o qual possuía uma condição econômica e social superior ao que destrutou seu irmão mais velho. A padronização do último sobrenome de um irmão com o outro pode ter sido a consequência da afirmação do laço familiar no espaço público. Pelo sobrenome igual ficavam mais evidentes para a sociedade os laços de parentesco e sanguíneo que existiam entre os dois irmãos, contrariando a tendência recorrente no século XIX de diferença de sobrenomes entre membros da mesma família negra.

XIX e que, no processo de pesquisa, passariam despercebidas entre outras crianças brancas, pelo fato de os mapas escolares da segunda metade do século XIX, em sua grande maioria, omitirem a condição racial dos alunos. Sua escolarização, segundo ele próprio relatou em artigo do *Diário Oficial*, foi realizada toda no Maranhão. Os anos iniciais foram cursados em casas particulares, sendo discípulo de professores bastante conhecidos no estado, como Mariano Cesar de Miranda Leda, Coqueiro, no Colégio de D. Branca e no Seminário das Mercês (MORAES, 1941, p.1-2).

Nascimento Moraes frequentou o ensino primário particular, tendo a sua família, provavelmente, arcado com valores exigidos por essas escolas. Sua escolarização primária, realizada em cinco anos, é descrita por ele como uma fase difícil, conforme registrado em artigo nomeado *O Melhor Aluno da classe*, publicado no *Diário Oficial*, (2 abr. 1941). Nesse artigo, ele relatou um encontro com um antigo companheiro dos tempos de escola primária, considerado, à época, o melhor aluno da turma. Tratava-se de Ozório, colega que, de tão inteligente e bem-sucedido nas lições, causava-lhe inveja, pois seu desempenho era inverso ao do companheiro, conforme segue:

Enquanto ele recebia elogios, eu recebia palmatórias e raro era o dia em que não ficava de castigo [...]. Melhorei quando no Seminário das Mercês porque o padre José Hemeterio não tinha em boa conta os decuriões, e por isso a disciplina da aula estava inteiramente a seu cargo. Mas nos argumentos, sofria muito, porque eram rápidos, vertiginosos (MORAES, 1941, p. 2).

O fato é que Ozório se empenhava em decorar, conforme havia declarado a Nascimento. Quando saiu do Maranhão e foi para Recife, não obteve nenhum progresso nas disciplinas do secundário, sendo punido por seu pai com a troca da matrícula nas cadeiras do secundário pelo emprego no ramo de vendas, levando mercadorias

de um lugar a outro. Ozório teria desempenhado essa atividade até a vida adulta. Vendo a realidade do amigo, Nascimento encerra o artigo alegando sentir saudade da sua época de palmatórias e da ausência de elogios durante o seu ensino elementar.

No secundário, foi aluno do Liceu Maranhense e prestou exames gerais, sendo aprovado plenamente em várias cadeiras, a exemplo de Francês, Inglês, Geografia, História Universal e do Brasil, Química, Física, Latim, Geometria e Trigonometria.

Pela trajetória escolar de Nascimento Moraes, entende-se que não foram apenas os seus méritos particulares que o teriam elevado ao nível que chegou. Apesar de ter sido procedente de uma família negra, de tão pouco poder aquisitivo, o papel dessa família como provável promotora financeira dos seus estudos teria sido primordial para a efetivação da sua permanência na escola, sobretudo no momento da sua escolarização primária, quando a escola elementar pública era tão escassa no Maranhão. A escassez de escolas primárias do Maranhão fez parte da realidade da província em todo o período imperial. Em 1882, quando ele nasceu, havia apenas 117 escolas primárias no Maranhão. Em 1896, houve um crescimento de mais 43 unidades, chegando a 160 escolas (FERNANDES, 2003, p. 236), seguindo todo o final do século XIX com um crescimento muito pequeno, de tal forma que, em 1900, de uma população de 499.308 pessoas, apenas 99.919 sabiam ler e escrever, quando 188.175 eram consideradas analfabetas e 210.814 eram sem declaração de instrução (MOTTA, 2012, p. 83).

A análise sobre a trajetória escolar de Nascimento Moraes confirma o que vem sendo investigado por pesquisadores que trabalham com a temática da escolarização dos negros, quando constatam que esse segmento também esteve, mesmo que não de forma massiva, no sistema formal de ensino, durante o século XIX. Esses trabalhos de

História da Educação, produzidos no Brasil nos últimos anos (SILVA, 2000; FONSECA, 2007; CRUZ, 2008; VEIGA, 2010) indicam que os negros construíram trajetórias peculiares em relação a outros grupos humanos, sendo os esforços particulares do grupo uma marca determinante para a garantia do acesso e da permanência na escola do século XIX.

Comprovação do importante papel da família de Nascimento está no fato de não ter sido ele o único a se destacar socialmente, por meio da educação escolar, pois um irmão dele mais velho, Raimundo do Nascimento Moraes, também foi professor do ensino secundário e foi membro de agremiações literárias da época. Raimundo foi diretor do Externato Gomes de Sousa, que funcionava na residência da família, na Rua da Cruz, n. 62. Foi nomeado, em primeiro de janeiro de 1904, a *Praticante de Segunda Classe da Administração dos Correios do Estado do Amazonas*, estado onde residiu desde o período anterior, sendo também professor e participante de diversas bancas de exame, falecendo em 1915.

Após concluir o nível secundário, José do Nascimento Moraes passou a lecionar preparatórios do ensino secundário, na mesma casa da família, declarando usar “método sistemático e practico” (*Diário do Maranhão*, 8 maio 1901, p. 2). Ainda ocupou um cargo público, como colaborador da intendência municipal, sendo dispensado no ano de 1902. A demissão tratou-se de uma punição impetrada pelo intendente municipal Nuno Pinho, que se incomodou com um conto de Nascimento Moraes, denominado *O moleque*, publicado na primeira página de *A Campanha*, um jornal que criticava o poder do partido da situação e que abominava o domínio político de Benedito Leite. No conto, o autor relatava o clima festivo vivido pela cidade com a chegada de um chefe político à sua terra natal, em meio a aplausos, bandeirinhas, banquetes e discursos. Ao ser inicia-

do o principal discurso da noite, em meio ao barulho produzido pela multidão que acompanhava entusiasmada a fala daquele eminente líder, o discurso foi interrompido pelo grito de um “negrinho seco” que disse: “- Cala a boca, farofa! Eh! Cavalgadura!”. Tal frase teria deixado o ilustre orador boquiaberto, e embora os soldados tenham tentado prender o moleque, não o encontraram. (*A Campanha*, 6 maio 1902, p.1-2).

Segundo retratado pela *Pacotilha*, “a perspicácia do sr. intendente municipal descobriu uma alusão ao ‘eminente estadista’ que do Rio nos comunica para serem obedecidos, as suas vontades e os seus caprichos” (*Pacotilha*, 12 maio, 1902, p.2). O estadista tratava-se de Benedito Leite, chefe do Partido Federalista, que, apesar de ter assumido o governo estadual apenas de 1906 a 1908, interrompendo o mandato por morte, era quem de fato, por 15 anos, “ditava a política do Estado” (MEIRELES, 2001, p. 286). A autoridade municipal considerou uma provocação inconcebível para um funcionário do governo e “uma afronta ao seu prestígio de chefe” (*Pacotilha*, 12 maio 1902, p. 2) e, por isso, resolveu demiti-lo.

Além das polêmicas em que esteve envolvido, quando se consultam páginas da imprensa local, não passa despercebida a sua adesão à vida cultural maranhense, sobretudo após a criação da Oficina dos Novos. Em 1900, quando essa agremiação literária foi criada, ele consta como sócio fundador e seu primeiro presidente (*Diário do Maranhão*, 30 jul. 1900, p. 3). No ano seguinte, em 1901, ainda como presidente da Oficina dos Novos, publicou no *Diário do Maranhão* (7 mar. 1901, p. 2) a sua saída dessa agremiação e a criação de outra agremiação denominada Renascença Literária (*Pacotilha*, 13 mar. 1901, p. 1).

Em 1904, Nascimento Moraes migrou para Manaus, onde esteve auxiliando a direção do Colégio Atheneu Amazonense. Sua

chegada é registrada na imprensa, naquele mesmo ano em que seu irmão Raimundo foi nomeado como funcionário da Administração dos Correios da Amazônia (*Jornal Quo Vadis*, 9 mar. 1904, p.1). Retornou ao Maranhão no ano seguinte, a pretexto de tratamento de saúde. Em São Luís, continuou as aulas que ministrava em sua “residência e em casas particulares” (*Pacotilha*, 10 jul. 1905, p. 1).

José do Nascimento Moraes viveu até 1958, tendo casado com Ana Augusta Mendes Moraes, no ano de 1908, aos 26 anos. No ano seguinte, tornou-se membro da Maçonaria e pai do seu primeiro filho, Áppio Cláudio (*Diário do Maranhão*, 30 jul. 1909, p. 2). Em 1910, nasceu seu segundo filho, Paulo Augusto (*Diário do Maranhão*, 3 dez. 1910, p. 2), seguindo nascimentos de outros, a exemplo de João José, Raimundo, José do Nascimento Moraes Filho e duas filhas, Nadir e Talita. Ana Augusta Mendes Moraes também foi professora e lecionava a secção primária do Colégio do seu esposo, usando método criado por ele mesmo, do qual declarava na imprensa ser “superior ao antigo método de soletração e ao que substituiu com alguma vantagem, o de associação de sylabas pela associação dos Phonemas” (*Diário do Maranhão*, 17 mar. 1909, p. 2).

Em 1910, com a ascensão de Luís Domingues ao governo estadual, foi criada a Inspeção Geral da Instrução Pública, sendo nomeado como Inspetor Geral, Antônio Francisco Leal Lobo, amigo de Domingues e um dos membros da Oficina dos Novos. Antonio Lobo foi o principal desafeto de Nascimento Moraes, com quem travou acirrado debate acompanhado pelos leitores do *Correio da Tarde*, *Pacotilha* e *Diário do Maranhão*, durante o ano de 1910. Em 1911, no Governo de Luiz Domingues, Nascimento Moraes foi nomeado interinamente para reger a cadeira de Aritmética, Álgebra e Geometria da Escola Normal e, em 1914, ele se tornou Professor Catedrático de Geografia do Liceu Maranhense, após submeter-se a concurso.

Polêmicas, racismo e a exclusão de Nascimento Moraes da história literária maranhense

O professor jornalista esteve envolvido em muitas polêmicas que foram acompanhadas pelos leitores da imprensa maranhense do início do século XX. De todas elas, a que foi travada com Antonio Lobo, Inspetor da Instrução Pública, em 1910, é a mais marcante, sobretudo porque envolveu a história de uma fase da literatura maranhense e porque a ação de Antonio Lobo, de minimizar a importância de Nascimento Moraes daquele momento histórico, reflete-se até os dias atuais. A história literária maranhense do período Imperial até o início dos anos 1930 foi classificada em três fases. A primeira chamava-se Grupo Maranhense (1832-1868), formada por intelectuais filhos de senhores rurais. A segunda foi denominada Atenien-ses (1868-1894) e a terceira, conhecida como Decadentismo (1894-1932), engloba os Neo-Atenienses: grupo voltado para o resgate do prestígio literário que o Maranhão havia conquistado pelo Grupo Maranhense e que corresponde à fase que foi registrada por Antonio Lobo em seu livro (LINCAR, 2012, p. 123; ARAÚJO, 2011, p. 30).

Antonio Lobo nasceu em São Luís, em 1870. Foi professor, jornalista e escritor. Além do grande esforço que fez voltado para a recolocação do Maranhão no cenário brasileiro como um terreno fértil para o nascimento de intelectuais com projeção nacional, a “Atenas Brasileira”, também foi um desses historiadores que se esforçaram para narrar a história alterando as informações contidas em suas fontes. Foi um dos principais responsáveis pelo quase anonimato do professor José do Nascimento Moraes, que, embora tenha se destacado como um dos principais protagonistas da história literária do período, não foi incluído devidamente no registro dos aconte-

cimentos sucedidos. Antonio Lobo exerceu o ofício de historiador, atribuindo fatos e destacando a ação dos seus amigos mais próximos, da mesma forma que aproveitou para premiar Nascimento Moraes com o anonimato intelectual.

A polêmica travada entre Antonio Lobo e Nascimento Moraes pode ter tido origem na saída deste da Oficina dos Novos, mas tomou corpo publicamente em dois momentos sucessivos, em 1908 e 1910. No primeiro momento, foi consequência da publicação de uma carta de Antonio Lobo a Sebastião Sampaio, na *Pacotilha* de 17 de junho (p.1), na qual fez um balanço sobre os literatos maranhenses. Sebastião Sampaio esteve em São Luís como redator da *Gazeta de Notícias* e solicitou a Antonio Lobo que lhe informasse sobre o movimento literário do Maranhão (ARAÚJO, 2011). Na carta publicada por Lobo, ele classifica os literatos do Maranhão em poetas, prosadores e historiadores, sendo que Nascimento Moraes não aparece em nenhuma dessas categorias. Em resposta, Nascimento critica as informações dadas por Lobo usando o pseudônimo *Um Maranhense*, por meio do jornal *O Maranhão*, acusando o seu rival de querer chamar para si “as honras de Pontífice das mentalidades maranhenses” (*Pacotilha*, 25 jun. 1908, p. 1). Críticas rebatidas por Antonio Lobo por sucessivos números da *Pacotilha* (nº. 17, 19, 20, 22, 27) do mês de junho de 1908, nas quais foi reforçada a exclusão do nome de Nascimento Moraes como literato maranhense.

O auge dessa polêmica ocorreu em 1910, quando Nascimento Moraes se utiliza de várias edições do *Correio da Tarde*, na seção que escrevia com o pseudônimo Valério Santiago, para corrigir a obra de seu principal opositor. Antônio Francisco Leal Lobo havia publicado, em 1909, *Os Novos Athenienses: subsídios para história literária do Maranhão*, e mais uma vez minimizou a importância do nome de Nascimento Moraes para a história literária maranhense. Antonio

Lobo, com o pseudônimo Gonçalves Galliza, escrevia os editoriais da *Pacotilha* em resposta a Nascimento Moraes. A coluna de Moraes, denominada *Fluxo e refluxo*, passou a ser chamada, nas edições que exploraram a polêmica, *Puxos e repuxos*, tornando-se um espaço utilizado para corrigir informações sobre a história literária maranhense escrita por Lobo, além da revisão rigorosa da língua escrita e do conteúdo teórico.

Sua saída da Oficina dos Novos não foi algo fácil de ser digerido e, provavelmente, não ocorreu espontaneamente. Enquanto um dos seus fundadores e seu primeiro presidente, conforme consta em *Os Novos* (nº 5, ago. 1900), Nascimento Moraes se destacava como um dos intelectuais mais atuantes da época, mas se via desprestigiado, no que diz respeito à sua inclusão entre os literatos maranhenses do período, além de não ter participado da criação da Academia Maranhense de Letras, em 1908, e ter sido ignorado naquela fonte de informação que, na posteridade, poderia servir para o conhecimento daquela fase da história maranhense.

Além de ser corrigido por Antonio Lobo pelos jornais *Pacotilha* e *Diário do Maranhão* e corrigir textos do seu oponente, pelo *Correio da Tarde*, Nascimento Moraes concentrou-se principalmente em fazer a crítica das informações publicadas no livro *Os Novos Athenienses*. Sobre esta obra, declarava que Antonio Lobo havia mentido ao se referir à “Officina dos Novos” tanto no tocante à história da origem da agremiação quanto no que diz respeito ao desligamento de um grupo de jovens um ano após a criação da mesma. Segundo ele:

Fala o homem no seu celebrado livro em uma dissidência literária e então explica que um grupo de moços se desligou da Oficina para formar a Renascença Litterária, e diz mais que esses moços foram: Xavier de Carvalho, Nascimento Moraes, M. George Cronwell, Octávio Galvão, Rodrigues de Assunção, Leôncio Robrigues e

Octávio de Souza. Perguntamos: que membros ficaram na Officina dos Novos? Três, apenas João Quadros, Astolfo Marques e Francisco Serra, porque todos fugiram do contacto de um estragado que chegava, e que Lobo, sem nada ser na Officina, simples amigo e colega de Francisco Serra, queria impor como a sabença das sabenças (*Correio da Tarde*, 3 ago. 1910, p.1).

Nascimento Moraes explicava a saída do grupo de dissidentes como uma forma de protestar à entrada do Lobo e de Fran Paxeco, que chegavam desfrutando de todo prestígio e poder. Fran Paxeco foi um cônsul português no Maranhão, que chegou no ano da criação da Oficina dos Novos, em 1900, o qual é considerado, junto com Antonio Lobo, referência ilustre no meio intelectual maranhense. Antonio Lobo, em sua obra, ignorava a importância do grupo dissidente e ainda contava uma história bastante suspeita para a origem da Oficina, segundo consta abaixo a versão publicada por ele:

Em seguida às conferências do Centro Caixerai, surgiu a ideia diretamente inspirada de Fran Paxeco, da fundação de uma agremiação literária, destinada a congregar, em uma harmonia completa de vistas e de esforços, todos os jovens espíritos maranhenses que se sentiam inclinados ao cultivo das letras. Essa agremiação, instalada 28 de julho, de 1900, sob o patronato de Gonçalves Dias, por Francisco Serra, João Quadros e Astolfo Marques, foi a Officina dos Novos [...] e a cuja direção ficou assim composta. Presidente, Francisco Serra; vice-presidente Luiz Carvalho; Secretário Geral, Astolfo Marques; Tesoureiro, Monteiro de Souza; 1º Secretário e Bibliotecário, Maranhão Sobrinho (LOBO, 1909, p. 44-45).

No *Correio da Tarde* (2 ago. 1910, p.1), Nascimento Moraes conta outra versão sobre a ideia da criação da Oficina:

Conta uma história de onça sobre a fundação da Officina dos Novos com o maior descaro desse mundo, porque todos os rapazes desse tempo sabem que a Officina dos Novos, nasceu de uma ideia

de João Quadros que nos convidou para escrever um jornal humorístico. Seu distinto irmão Costa Gomes foi quem nos lembrou que escrevêssemos um jornalzinho literário, e foi assim que convidamos Astolfo Marques e Francisco Serra para fazermos uma sociedade de letras. E daí nasceu a *Officina dos Novos*.

Na versão de Nascimento Moraes, Fran Paxeco e Antonio Lobo não faziam parte do grupo quando esse foi criado. Sua versão é confirmada quando é consultado o primeiro número de *Os Novos* (5 agos. 1900), pois lá está registrado que os dois intelectuais só entraram na agremiação, como sócios honorários indicados pelo membro Corrêa Pinto, na sessão do dia anterior à publicação do jornal, portanto no dia 4 de agosto, enquanto a agremiação já havia sido criada desde o dia 28 de julho. A condição de sócio honorário era atribuída a membros ilustres, ao passo que a de sócio fundador era uma prerrogativa desfrutada apenas pelos fundadores da entidade. No mesmo número de *Os Novos*, constam também os nomes do corpo administrativo eleito com a fundação da Oficina, os quais foram: José Nascimento Moraes, como presidente; Otávio de Almeida Galvão, como Secretário, e Raul Astolfo Marques, como tesoureiro. O mesmo aparece no jornal *Diário do Maranhão* do dia 30 de julho (p. 3), que registrou tanto a criação da agremiação literária quanto o nome do corpo administrativo, coincidindo com o que Nascimento afirmou.

Além de atribuir a Fran Paxeco a ideia da criação da Oficina, Antonio Lobo declarava que o primeiro presidente havia sido Francisco Serra, apresentando uma composição de membros da administração da agremiação não identificada nem na segunda gestão da Oficina, a qual se iniciou em março de 1901, mesmo mês em que grande parte dos sócios fundadores e membros da administração abandonaram a agremiação literária. Na segunda gestão da Oficina, apesar de Francisco Serra constar como Presidente e Raul Astolfo

Marques, como tesoureiro, todos os demais membros diferem da composição descrita por Antonio Lobo em seu livro, a exemplo de Caetano de Souza, vice-presidente, George Cromwell, bibliotecário, João Gomes e Otávio Galvão, como secretários⁸.

Nascimento Moraes, bastante insatisfeito com as afirmações de Lobo, denunciava a intenção do oponente de retirar seu nome da história literária maranhense, conforme as palavras transcritas do *Correio da Tarde*:

Continuemos a análise dos Novos Athenienses. Quando trata do Francisco Serra diz:

Presidente da Officina dos Novos desde a sua fundação. Mentira! Sempre mentira! Fomos nós o primeiro presidente da Officina dos Novos.

Ainda temos os primeiros números do Jornal Os Novos pelos quais os leitores poderão chegar a evidência do quanto Lobo mente. Para enaltecer os serviços de Serra não precisa mentir. Sabem todos que ele muito trabalhou e que presidiu a Officina, mas não é preciso avançar uma mentira cujo fim é fazer com que o nosso nome não apareça!! Vejam a preocupação!! Vejam a pequenez do espírito tacanho do homem! (*Correio da Tarde*, 5 agos. 1910, p. 1).

Além de denunciar uma intenção de omitir a sua importância na literatura maranhense, Nascimento Moraes, com base nas declarações racistas que Antonio Lobo fazia na imprensa e nos diálogos cotidianos, denunciava que o preconceito racial era o sentimento que motivava o seu oponente. Alegava que insultos apelativos para condição racial consistiam num recurso utilizado pela incapacidade do oponente de enfrentá-lo pelo conhecimento. Na edição de 4 de agosto de 1910, do *Correio da Tarde*, Nascimento Moraes respondeu a Antonio Lobo da seguinte forma:

8 OS NOVOS. Boletim da oficina dos novos. São Luís; Typ. Teixeira, nº. 9; 1901

[...] Negro! Eis aí o insulto, a palavra com que eles pensam que nos esmagam, que nos reduzem à última expressão! [...].

Negro! É o grito de temor, de medo e de ódio, é o grito do vencido, do nulo, do inabilitado que não pode discutir e nem sabe fazer o que todo mundo sabe - insultar! Negro! Repetem tomados pela cólera, possuídos da mais idiota indignação! [...]. Estamos satisfeitos com esta amostra que deram com seu elevado preparo e grandeza intelectual e moral. Na verdade, é digno de nota, que um homem talentoso e de muito saber escreva versos ameaçando de chicote, relho cru, etc. o adversário!!! Nada mais edificante, majestoso e eloquente para quem brilha como estrela de primeira grandeza literária, para quem guie espíritos de moços inexperientes que lhes seguem as lições... (*Correio da Tarde*, 4 agos. 1910, p. 1).

Denunciando o comportamento racista do Inspetor da Instrução Pública nos enfrentamentos e embates contra seu nome, Nascimento Moraes registrou que Antonio Lobo não gostava de nenhum negro e privilegiava alunos brancos durante ensino, conforme consta abaixo:

Nada mais falta a Lobo para completar. Professor, ensina os discípulos brancos e despreza os negros, mulatos e cafuzos e etc. Diz mesmo aos discípulos que entre o branco e o negro há um abismo intransponível, afirma-lhe que o negro é um condenado, a quem se deve tratar com desprezo. Na verdade não pode haver educador da mocidade republicana que se lhe compare. Estamos convencidos de que assim, ele preparará uma geração supimpa!

Jornalista, prega as mesmas ideias: julga que insulta o adversário lançando-lhe em rosto a cor, e não satisfeito, ameaça de surra de relho cru! Edificante! Literato, mente, com o maior sangue frio possível. Mente por quantas juntas tem (*Correio da Tarde*, 5 agos. 1910, p.1).

O racismo e a opção por excluir o nome de Nascimento Moraes da história literária maranhense foram comportamentos que o próprio Antonio Lobo fez questão de assumir, conforme consta nos escritos do próprio Inspetor da Instrução Pública. No dia 28 de ju-

lho de 1910, Antonio Lobo, na secção Intervenção Pacífica do jornal *Pacotilha* (p. 2), que assinava com o pseudônimo Gonçalves Galliza, antes mesmo de responder ou corrigir os textos de Nascimento Moraes, assinados pelo pseudônimo Valerio Santiago, apresentou a seguinte quadrinha: “A ponte do Aracape / É feita de Gerigonça, / Taca é comê de negro / Negro é comê de onça”. Poesia completada no mesmo jornal, na edição do dia 9 de agosto, conforme segue:

O casco do Nascimento/ É feito de Geringonça, / Taca é comê de nêgo/ Nêgo é comê de onça. É mais duro que o pau-ferro, / É mais duro que o cimento/ É duro como ele mesmo / O casco do Nascimento. Diz a gente, preta ou branca/ Gente franca e gente sonsa/ Que o casco do tal moleque/ É feito de geringonça.

Casco sim... cabeça dele?! Só cabeça de algum prego... / Por isso prepara o lombo, / Que taca é comê de nêgo. Ele é negro e sujo / Como sua prosa chilra e insonsa... / Onça eu sou, por isso chegue, / Que nêgo é cumê de onça... (*Pacotilha*, 9 ago. 1910, p. 2).

Nesta mesma edição do impresso, o Inspetor da Instrução Pública, exaltado, além dos habituais ataques racistas a Nascimento Moraes, confirmava a intencionalidade da não inclusão dos trabalhos do seu oponente no livro que abordou a história da literatura maranhense, conforme se pode observar na citação abaixo:

Mas v. é besta! V. tem, lá isso é verdade, o direito de ser burro. Direito porém, que não assiste é o de abusar desse direito. / É para que v. não venha dizer amanhã, que você não pode ser as duas coisas a um tempo só, explico logo: v. é uma alimária de dois sexos. É besta e burro misturadamente. / Olhe, v. nesse andar, se põe qualquer dia a quatro e sai relinchando pela rua, eis um *professó* feito *quarláu*. O diabo é que cavalo preto quando sua, catinga tal qual ninho de xexé!... / Aquele *foié* dos *Puxos* que v., como bom mina, que é, serviu ontem, esse português da Costa d’ África, aos *habitués do fregre* intitulado “Correu já Tarde”, onde o mestre cuca de avental e gorro

branco, esturra o feijão furado dos Laços Frouxos, está em vastidão de sandice, comparável unicamente ao Guanabara. / Então v. queria, ó coisa, figurar no livro do Lobo, como quê? Gramático? Jornalista? Ora vá se lavar, a ver se descasca. / Aquele soneto que o Lobo por extraordinária benevolência, incluiu no livro, lá entrou contra a opinião de toda a gente. E só v. figurou aquela casquinha porque o soneto foi emendado pelo Corrêa de Araújo. Se não, v. figurava nem como *etcetera*. (*Pacotilha*, 9 ago. 1910, p. 2).

Antonio Lobo se reportava à única referência que fez a Nascimento em seu livro, a qual consta na página 83, no item tratado quase ao final do impresso denominado “Outros poetas” (LOBO, 1909, p. 79-98). Após relacionar vários autores que publicavam poemas na imprensa maranhense, reservou o último espaço da relação para citar Nascimento Moraes e duas poetisas: Laura Rosa e Leonete Oliveira. Em referência a Nascimento Moraes, declarou: “autor de produções poéticas inspiradas”. Posteriormente, entre os poemas dos “Outros Autores”, registrou o soneto “Mãe”, de Nascimento Moraes, na página 98, seguido dos poemas das duas únicas mulheres que constam na história literária maranhense escrita por Antonio Lobo.

Nascimento Moraes, na edição do dia 9 de agosto, do *Correio da Tarde* (p.1), atacou Antonio Lobo, ao contar como todos os grandes projetos do mesmo foram fracassados, incluída uma tentativa de se tornar membro da Academia Brasileira de Letras, o que teria deixado Lobo em completo desespero, a ponto de declarar o que pensava sobre a educação escolar para os negros. Na edição do dia 10 de agosto, o Inspetor da Instrução Pública respondeu ao seu adversário, descrevendo seu pensamento de que a educação para negros deveria estar relacionada ao desempenho de atividades manuais, considerando que atividades intelectuais, como as desempenhadas por Nascimento Moraes, não lhes eram apropriadas, conforme pode ser conferido abaixo:

Diz v., ó pulha, que quis o Lobo um lugar naquela corporação e que as “suas obras não mereceram a honra de uma discussão”. / [...]. / Lobo nunca concorreu a lugar na Academia. Apenas jornais daqui noticiaram constar que ele seria candidato a uma das vagas a preencher. / [...]. / Você é cretino, que nem ao menos teve coragem de mandar à impressão aquele choldra intitulado Vencidos e degenerados, que as suas formigas tanto apregoavam? / Vencido tem sido v. por mim; degenerado é, porque, em vez de estar na Escola dos Aprendizes Artífices aprendendo a ser sapateiro, mete-se a discutir com branco (*Pacotilha*, 10 ago. 1910, p. 2).

Nascimento Moraes é chamado de “degenerado” por ter seguido caminho diferente do que se esperava para um negro, que era ir para uma escola de artífices para se qualificar profissionalmente. Nesse caso, o ofício de sapateiro, sugerido por Lobo, pode ter sido uma alusão à profissão de Manoel, pai de Nascimento. Além da associação infeliz feita pela autoridade máxima da instrução pública maranhense, observa-se também a tentativa de calar o oponente com o argumento de que, como preto, não deveria se meter a “discutir com branco”. O mesmo pensamento já havia sido defendido pelo Galizza, em 2 de agosto de 1910 (*Pacotilha*, nº. 180, p. 2), quando ele escrevia que era atrevimento de Nascimento Moraes tratá-lo pela segunda pessoa (tu), pois afirmava que “negro não chama branco por tu. ‘Sinhô Lobo’, é que é, que ele nunca comeu na cuia com você”. Como se não bastasse, Antonio Lobo ainda advertia seu oponente de que a lei de 13 de maio ainda poderia ser revogada, e Nascimento seria comprado, sendo aproveitado como engraxate para, quando sujar de graxa as meias dos membros do seu grupo, ser surrado para pagar todo o atrevimento.

A obra de Nascimento Moraes a que Lobo se referia, *Vencidos e Degenerados*, foi publicada em 1910⁹, e foi considerada uma das

9 Conforme declarado anteriormente, a primeira edição desta obra é de 1910, na primeira versão do texto tínhamos registrado 1915, com base em dados registrados em outras obras citadas neste mesmo parágrafo.

principais obras naturalistas produzidas no Maranhão, comparável apenas a *O Mulato*, de Aluísio de Azevedo (MARTINS, 2002, p. 191). Araújo (2011, p. 16) e Nascimento (2012, p.34) afirmam, baseados em declarações de Nascimento Moraes na apresentação do seu livro, na primeira edição 1915, que o mesmo teria sido terminado dois anos antes de sua publicação, mas que o teria iniciado nos seus primeiros anos de vida literária. Contudo, parece-nos, conforme comentário de Lobo, que em 1910 tal livro já estava aguardando ser mandado à impressão. *Vencidos e Degenerados* foi caracterizado como um romance-crônica, no qual o autor se reportou à sociedade maranhense decadente do final do século XIX e começo do XX, demonstrando as dificuldades de um negro para se equilibrar e acender socialmente como intelectual, numa sociedade conservadora, formada por uma classe média empobrecida acostumada às facilidades propiciadas por uma pequena escravaria e sem costume de trabalhar (MORAES, 2000).

No final dessa polêmica, um segundo nome aparece na defesa de Antonio Lobo. Tratava-se de Corrêa de Araújo, o poeta que teria “emendado” o soneto de Nascimento Moraes, e que, segundo Antonio Lobo, teria contribuído para que tal soneto merecesse aquela única referência a Nascimento Moraes, em se tratando da história literária do Maranhão. Nascimento Moraes, na edição do *Correio da Tarde*, (10 ago. 19010, p.1), negava que Corrêa de Araújo tivesse alguma condição de corrigir qualquer poesia, pois, além de não ter cursado estabelecimento de ensino secundário, não se tinha conhecimento de ter ele sido submetido a exame do ensino primário. Afirmava que ele havia sido procurado por Corrêa para prefaciar um de seus livros (*Harpas de Fogo*, 1903), além de, posteriormente, solicitar-lhe a revisão de uma segunda obra (*Evangelho de Moço*, 1906).

Em consequência das declarações de Nascimento, foi nos números 190 e 193 da *Pacotilha*, dos dias 13 e 16 de agosto, que Corrêa de Araújo demonstrou-se implacável com o professor Moraes, quando, além de confirmar que havia pedido ajuda ao adversário, explicava que só recorreu a Nascimento por ter se enganado sobre sua capacidade e competência, o que, após análise dos poemas realizada pelo professor, teria percebido a limitação do mesmo. Não podendo voltar atrás sobre o convite do prefácio para não envergonhar Nascimento e lhe ferir a vaidade, deixou que tal ocorresse, embora se sentisse arrependido. Pior do que se desfazer da colaboração recebida foi uma associação utilizada por Corrêa de Araújo entre a origem racial do professor Nascimento e sua falta de qualidade intelectual e literária:

Nascimento Moraes, um pretinho pernóstico e apresentado, que vive a atassalhar a reputação de todos aqueles que, por higiene moral e mental, fogem do seu contato, salpicou ontem as minhas botas com algumas das sujidades que lhe encham alma e lhe dão aquela cor escura à pele. / [...] / . As suas críticas são falhas como os seus bigodes, anêmicas de ideias como os seus olhos brancos de linfático, e cheios de arestas (de asneiras) como o seu rosto é cheio de espinhas. Os seus versos são mal feitos como a sua alma, tenebrosos (nefelibatas) como a sua pele e encarapinhadas como os seus cabelos. / Os seus contos são sujos no tema como as suas unhas, chatos na forma como o seu nariz, mais compridos do que o seu pé e mais tortos e mais defeituosos do que os dedos do dito. (*Pacotilha*, 13 ago. 1910, p. 2).

Após completa desqualificação do professor Nascimento Moraes, Corrêa de Araújo se pôs a exaltar Antonio Lobo, fazendo a comparação entre os dois adversários. Em sua comparação, colocava-os em dois extremos, ocupando o primeiro, a posição inferior e primitiva, e o outro a posição superior e civilizada; aspectos que, para o autor, eram considerados diretamente representativos do per-tencimento racial de cada um, conforme segue:

Junto de Antonio Lobo, o Nascimento é como uma vela de carnaúba perto de um astro, como um urubu dos matadouros, como um habitante indolente da Hotentotia, de rosto escuro, de olhos ferozes e de gestos felinos, vibrando o machado de pedra ou o arco primitivo perante o habitante civilizado do ocidente, elegante, forte, espiritualizado, irradiando inteligência e energia dos olhos, pronto a brandir uma espada ou a escrever uma canção de amor. Como o hotentote, o sr. Moraes tem a barbaria que se revela em sua linguagem, o instinto sanguinário que explode no seu ódio, a covardia que grita nos seus olhos e todas as paixões inferiores que lhe animalizam o espírito. E Antonio Lobo tem, como a raça caucásica, a que pertence a predisposições hereditárias que dão ao povo do ocidente o papel superior que desempenham no mundo (*Pacotilha*, 13 ago. 1910, p. 2).

Na edição do *Correio da Tarde* do dia 17 de agosto (p. 2), Nascimento respondeu às colocações atribuídas a Corrêa de Araújo, afirmando que o verdadeiro autor dos textos era o Antonio Lobo, que desta vez tomara o nome de Corrêa como mais um pseudônimo. Desta vez, Nascimento não se reportou às colocações racistas e associações pejorativas atribuídas a suas características e as de sua obra literária. Antes, fez correções no conteúdo do texto do oponente, destacando que os “hotentotes” têm o rosto pardo e amarelado e não preto. Também alega que não possuem olhos ferozes e que vivem de cuidar de seus rebanhos, alegando que Lobo não conhecia o assunto sobre o qual escrevia (MORAES, 1910, p. 82).

Analisando a questão racial e a polêmica em que Nascimento esteve envolvido no ano de 1910, fica explícito que a mentalidade vigente, bastante impregnada entre os intelectuais procedentes de camadas com alto poder aquisitivo e seus aliados, não aceitava divisão de poder e prestígio com os sujeitos procedentes daqueles por quem a força de trabalho lhes sustentava as vaidades e a própria sobrevivência. Era preciso deixar clara a linha divisória entre os que

nasceram para servos e os que nasceram para o mando. Nascimento Moraes não era apenas considerado incompetente, mas o era por ser negro, e isso encerrava qualquer possibilidade de debate.

Antonio Lobo “dispunha de um aparato institucional que garantia a notoriedade do seu nome” e fazia parte de um “grupo que possuía articulações políticas desde antes da Proclamação da República” (ARAÚJO, 2011, p.49-50). Seu grupo de intelectuais era formado por alguns escritores experientes e por jovens rapazes iniciantes nas letras que “autodenominava-se *O Sistema*”, sendo ele considerado o sol, em torno de quem os demais deveriam girar (LINCAR, 2012, p. 126). Em contrapartida, Nascimento Moraes estava à frente de um grupo de jovens escritores, encontrando-se entre eles elementos de origem racial e/ou econômica semelhante à dele. Além de Antônio Nascimento Moraes e José do Nascimento Moraes, encontravam-se outros mestiços¹⁰, embora até o momento essa identidade racial só tenha sido confirmada para Inácio Xavier de Carvalho e para o próprio Corrêa de Araújo, que era caboclo, e, em 1903, constava entre os membros da renascença Literária (*A Campanha*, 4 maio, 1903, p.1).

O objetivo de Antonio Lobo, assim como dos seus seguidores, era se tornar, na posteridade, importante referência para aquele momento da história da literatura maranhense, de tentativa de reerguimento cultural da Atenas Brasileira, já decadente. De fato, tal intento se realizou, conforme se observa em Martins (2002), ao se referir à importância da contribuição de Lobo para a ressurreição cultural do Maranhão, quando afirma que ele “foi a figura de mais

10 Outro intelectual negro que participou da fundação da Oficina dos Novos e que não ficou com o grupo dissidente que acompanhou Nascimento Moraes foi Raul Astolfo Marques. Segundo Jesus (2013), ele nasceu em 14 de abril de 1876, em São Luís do Maranhão, e morreu em 28 de maio de 1918. Foi bibliógrafo, tradutor, contista, cronista, folclorista, romancista e jornalista.

expressão do movimento de ressurreição cultural promovido pelos novos atenienses”, e que a periodização fundada por ele nos seus estudos sobre a trajetória literária maranhense é seguida “desde então, pela maioria dos analistas dessa temática, sem maiores controvérsias” (MARTINS, 2002, p. 86).

Segundo Martins (2002), Lobo foi um “agitador cultural em luta permanente contra a atmosfera refratária à concretização de projeto não alinhado com a expectativa de uma sociedade tradicional, *preconceituosa* e decadente” (MARTINS, 2002, p. 87, *grifo nosso*). Por certo que, no projeto de modernidade defendido por Lobo, não estava incluído o rompimento com as posturas reacionárias que sustentaram a escravidão, incluindo aí os sentimentos preconceituosos que separavam o homem pela origem, de forma determinista. Para Nascimento Moraes, Lobo não merecia se destacar dessa forma, pois, segundo ele:

Lobo e o Mano nada ensinaram a ninguém. A verdade é esta! Não sabemos em que consistiu o trabalho, o esforço, e a dedicação do Lobo e do Mano, para o reerguimento literário do Maranhão. O que o Lobo queria fazer com a Oficina dos Novos, e o que conseguiu depois, era um grupo de rapazes que o apoiasse, que lhe batesse palmas (*Correio da Tarde*, 3 de agosto de 1910, p. 1).

O Mano a que Nascimento se referia era Fran Paxeco, o qual, junto com Antonio Lobo, esteve envolvido em várias iniciativas de difusão cultural na história do Estado, como a criação da “Academia Maranhense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e da Faculdade de Direito”¹¹. Faziam parte de uma elite

11 As duas últimas instituições foram criadas após a morte de Antonio Lobo, mas contaram com os esforços de Fran Paxeco, conforme consta em: COSTA, J. E. B. OLIVEIRA, A. J. Revista maranhense: a linguagem científica do primeiro veículo de divulgação científica no estado do Maranhão. In: FARIA, R. H. M.; COELHO, E. M. B. (Orgs). *Saberes e fazeres em construção: Maranhão séc. XIX-XXI*. São Luís: EDUFMA, 2011, p.107.

intelectual que desfrutava de prestígios e que conseguiu congregiar em torno de si outros jovens escritores.

Considerações Finais

Os textos produzidos no bojo das polêmicas com Nascimento Moraes, via imprensa maranhense, nas primeiras décadas do século XX, constituem-se como importante fonte histórica para a análise das barreiras enfrentadas por intelectuais negros, que, após vencerem as dificuldades de acessar a escolarização, permaneceram ainda em enfrentamentos para os quais a competência não funcionava como principal requisito para conquista de reconhecimento. A origem racial, lembrada sempre em tom jocoso, alegada como elemento comprobatório da inferioridade dos negros e servindo como argumento impeditivo para o reconhecimento do mérito, constitui-se como estratégia usada para exclusão dos mesmos. Essa estratégia, ou o racismo, como sentimento balizador desse tipo de comportamento, tem se mantido de forma supratemporal, não podendo ser simplesmente demonstrado como comportamento individualizado de alguns sujeitos ao longo da história. Passam-se os homens, e o sentimento racista se reinventa a cada tempo na memória coletiva, como uma prática cultural que se reproduz, de geração a geração.

Referências

ARAÚJO, J. C. S; SOUZA, R. F.; PINTO, R. N.(orgs); *Escola primária na primeira república (1889-1930)*, Araraquara-SP: Junqueira&Marin, 2012.

ARAÚJO, A. G. de. *Em nome da cidade vencida*. A São Luís republicana em José do Nascimento Moraes (1889 a 1920). Universidade

Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História (Dissertação de Mestrado). Natal, 2011.135 p.

BRAS, Helayne Xavier. *Os marginalizados pela república: o discurso sobre modernidade e cidadania na obra de José Nascimento Moraes*. Programa de Pós- Graduação em História-UFMA. São Luís, 2014.

COSTA, J. E. B. OLIVEIRA, A. J. Revista maranhense: a linguagem científica do primeiro veículo de divulgação científica no estado do Maranhão. In: FARIA, R. H. M; COELHO, E. M. B.(Orgs). *Saberes e fazeres em construção: Maranhão séc. XIX-XXI*. São Luís: EDUFMA, 2011, p. 97-112.

CRUZ, Mariléia dos Santos. *Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no Século XIX*. Tese (Doutorado em Educação Escolar), Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar/UNESP, Araraquara-SP, 2008.

CRUZ, M. S. Nascimento Moraes e seu pensamento educacional inclusivo com as escolas para crianças pobres. *Outros Tempos* (Online), v. 15, p. 1-23, 2018.

CRUZ, M. S. A trajetória social da primeira geração de uma família negra escolarizada do Maranhão no século XIX. In: ARANTES, Adlene Silva; LUZ, Itacir Marques da; SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos Santos (Orgs.). *Território negro: percepções históricas e educacionais sobre relações étnico raciais no Nordeste brasileiro*. Recife: UFPE, 2020, p. 26-39.

FERNANDES, H. C. *Administrações maranhenses: 1822-1929*. São Luís: Instituto Geia, 2003.

FONSECA, Marcus Vinicius. *Pretos pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

JESUS, Matheus Gato de. Astolfo Marques e as festas populares maranhenses. *Afro-Ásia*, 48, 337-360, 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/afro/a/qrC97z4dRgNHghnhBLvfz8s/?lang=pt>
Acesso em: 15 jan 2020

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LINCAR, Ana Caroline Neres Castro. “*Escrita Rudimentar*”: uma polêmica entre Antonio Lobo e Barbosa de Godóis. São Luís: Café e Lápis; FAPEMA, 2012.

LOBO. A. *Os novos anthenienses: subsídios para história literária do Maranhão*. São Luís: Typ. Teixeira, 1909.

MARANHÃO, E. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Sr. Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, interventor federal do Maranhão*. São Luís: Imprensa Oficial, 1939.

MARTINS, M. de Jesus Barros. *Rachaduras solarescas e epigonismos provincianos - sociedade e cultura no Maranhão neo-ateniense: 1890 – 1930*. (Dissertação de Mestrado). Recife; Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

MORAES, N. O melhor aluno da classe. *Diário Oficial*. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, nº 197, 1941.

MORAES, N. *Vencidos e degenerados*. 4ª ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

MORAES, N. *Puxos e Repuxos*. São Luís: Typographia dos Artistas, 1910.

MOTTA, D das G. *et. alii*. O estado do Maranhão e a institucionalização da escola graduada na primeira república. In: ARAÚJO, J. C. S; SOUZA, R. F.; PINTO, R. N.(orgs); *Escola primária na*

primeira república (1889-1930), Araraquara-SP: Junqueira&Marin, 2012, p.78-99.

NASCIMENTO, Dorval. Representações de Intelectuais em Vencidos e degenerados, de Nascimento Moraes. In: *Outros Tempos*, vol. 09, n.14, 2012. p. 32-46.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado em História) – IFCH, Unicamp, 2015.

REINALDO, Telma Bonifácio dos Santos. VAZ, Leopoldo Gil Dulcio (orgs.). *IHGM. Perfil dos sócios, patronos e ocupantes de cadeiras*. São Luís: IHGM, 2013.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Editora Plano, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras e mestiças, Brasil, século XIX. *Educação em Revista*, 2010, v. 26, n. 1, p. 263-286.

Jornais

Correio da Tarde, Diário do Maranhão, Jornal Quo Vadis, Pacotilha, Publicador Maranhense, Diário de São Luís, Folha do Povo, A Campanha, e O Jornal

BANDEIRA TRIBUZI E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA AO GOLPE DE ESTADO DE 1964

JOSÉ FERREIRA JUNIOR¹

1 Introdução

A passagem curta do jornalista Bandeira Tribuzi pelo jornal *O Imparcial*², publicação hoje quase centenária, sendo que em 1971 já era o diário mais antigo em circulação na capital maranhense (de propriedade dos Diários Associados desde meados dos anos 1940), proporcionou a emergência de opiniões do intelectual acerca do momento pelo qual o país vivia no plano cultural, econômico e, de certa maneira, também político, no auge da repressão do governo militar, instalado em 1964.

Com formação marxista e, naquele momento, um passado de militância política, no cargo de diretor de redação do *Jornal do Povo*, extinto logo após o golpe civil-militar e uma espécie de porta-voz, no Maranhão, da ideologia nacional-desenvolvimentista e das reformas de base do governo do presidente João Goulart (1961-1964), José Tribuzi Pinheiro Gomes, o Bandeira Tribuzi, encontrava-se no início da década de 1970 sem espaço na imprensa local em função de vicissitudes pelas quais passava o grupo político liderado pelo senador José Sarney,

1 Jornalista. Mestre e Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Pós-Doutorado em Literatura Brasileira pela USP. Professor Titular da UFMA. Docente da graduação em Jornalismo e da pós-graduação em Comunicação (mestrado profissional) e em Cultura e Sociedade (mestrado acadêmico). A pesquisa, da qual este texto se derivou, recebeu financiamento do CNPq e da FAPEMA.

2 Este artigo foi, originalmente, publicado pelos anais do XV Congresso Ibercom - 2017.

do partido do governo (Aliança Renovadora Nacional - ARENA), rompido na ocasião com o governador do Estado, Antônio Jorge Dino, seu vice na chapa vitoriosa na eleição direta de 1965.

Tribuzi atuava, politicamente, como intelectual orgânico, na acepção desse conceito atribuída ao filósofo italiano Antonio Gramsci, dos sarneystas. Essa liderança ainda não havia atingido o protagonismo de que desfruta até os dias atuais, tendo conduzido o país durante a redemocratização nos 1980, em consequência do falecimento do presidente eleito Tancredo Neves, em 1985, do qual José Sarney era vice, num arranjo político que resultou no fim do regime militar.

Durante o mandato de José Sarney, no governo do Maranhão (1966-1970), Tribuzi foi um planejador de políticas públicas, reportando-se aos conhecimentos adquiridos durante sua formação em Ciências Econômicas, pela Universidade de Coimbra, na década de 1940. Essas atribuições lhe seriam confiadas também pelo governador Pedro Neiva de Santana, durante a passagem deste pelo executivo estadual de 1971 a 1975.

O paradoxo com qual se trabalha, na análise sobre a breve colaboração de Tribuzi para o jornal *O Imparcial*, empreendida nesta investigação, é dimensionado pelo esforço em se compreender as estratégias utilizadas, no Brasil, pelos segmentos democráticos diante de regime político fechado, sendo que, no exemplo destacado nesta oportunidade, estão colocados também os meandros da política regional, nem sempre em sintonia com as configurações do cenário político em âmbito nacional.

O farol a iluminar esta pesquisa foi a conceituação de Antonio Gramsci sobre o papel dos intelectuais, associando-se esta perspectiva analítica à abordagem de Roger Chartier, segundo o qual toda história é uma história cultural, argumentação que vem ao encontro da trajetória de vida do ator social Bandeira Tribuzi, indivíduo com

atuação política, artística (um poeta de obra vasta) e técnica (um planejador de Políticas Públicas) durante três décadas no Maranhão.

2 O Governo Militar e Política no Maranhão

Para entender o posicionamento político de atores sociais, cujo exemplo emblemático é Bandeira Tribuzi, no caso do Maranhão pós-golpe militar de 1964, é preciso retroceder ao período anterior à intervenção dos militares. No intervalo democrático entre a ditadura do Estado Novo (1937-1945), com Getúlio Vargas, e a militarização do poder central (1964- 1985) pelo qual o Brasil passou entre 1946 e 1964, a liderança política hegemônica, na esfera do poder local, era o senador Victorino Freire, cuja agremiação partidária, o Partido Social Democrático (PSD), foi protagonista no cenário nacional, sendo a ela filiados dois presidentes da República no período: Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek de Oliveira. A ascensão de Freire na cena estadual se deveu aos laços de amizade com militares, entre os quais o general Dutra, ministro da Guerra durante o Estado Novo e presidente de 1946 a 1951 (FREIRE, 1978). O sociólogo José Caldeira situou a atuação Victorino Freire na chave do coronelismo e do mandonismo, expressões políticas resistentes até os dias correntes, sobretudo no que se costuma denominar de grotões (regiões longínquas dos grandes centros urbanos):

O vitorinismo foi, com efeito, um coronelismo. E foi um coronelismo por propender sempre a controlar o poder político através do exercício de um mandonismo sobre as forças superestruturais do sistema de poder do Estado. Das suas formas de ação, exclui-se a propensão para a dominação econômica. [...] O vitorinismo, no caso, foi uma das formas de mandonismo político que teve, no coronelismo, uma de suas modalidades de manifestação. (CALDEIRA, 1978, p. 60-61).

A trajetória profissional de Bandeira Tribuzi foi marcada pela resistência a esse mandonismo antes e depois do golpe civil-militar de 1964. No início da década de 1970, o combate ao vitorinismo se desenrolava nos bastidores políticos do partido de apoio ao regime, do qual José Sarney era senador pelo Maranhão e Victorino Freire, ex-senador, mas ainda influente por se manter no diretório nacional da Arena, além de manter antigas relações de amizade na área militar. A seção Jornal de Bandeira Tribuzi em *O Imparcial* traduzia um momento da política maranhense.

3 Por uma ancoragem teórica na história cultural

O entendimento, com o qual se trabalha, é de que toda história, seja ela econômica, política, demográfica é sobretudo cultural.

Essa é uma importante proposição de Roger Chartier (2009), que carrega por si só um forte argumento hierarquista, porque coloca economia, política, demografia e outras disciplinas na condição de subsistemas da cultura.

Impõe-se, de modo categórico, o ponto de vista, esposado neste texto, de avaliar que se trata de explorar as estratégias de resistência diante do governo autoritário, cuja marca foi, quase sempre, sufocar as liberdades democráticas e cercear a livre manifestação do pensamento.

Os questionamentos críticos aos textos tribuzianos, há exatas cinco décadas posteriores à publicação em tela, devem levar em conta o papel intelectual de Tribuzi na sociedade maranhense. Tomando-se por empréstimo a conceituação de jornalismo integral gramsciana, é possível compreender que Tribuzi pretendia, além de informar o público de *O Imparcial*, ampliar o discurso qualificado do referido público.

De certo modo, adequa-se a argumentação de Robert Darnton, nesse contexto sobre o qual se está a debruçar, segundo a qual se necessita “auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas” (DARNTON, 1989, p. 7).

4 O Jornal de Bandeira Tribuzi: Ideias e debates

Foram cinco edições do Jornal de Bandeira Tribuzi: 21/02/1971; 28/02/1971; 07/03/1971; 21/03/1971 e 11/04/1971. Para esta análise, tomou-se por *corpus* principal a edição de 21 de fevereiro de 1971 (Figura 1), a primeira da série, cuja temática sintetiza o pensamento do intelectual.

Figura 1 – Página Jornal de Bandeira Tribuzi.



Fonte: *Jornal O Imparcial*. 21 de fevereiro de 1971.

Nela se encontram, no plano da cultura, por exemplo, algumas sugestões de obras de compositores da Música Popular Brasileira que despontaram para o sucesso na década anterior:

Podemos destacar hoje três compositores, cada um de seu gênero mas de qualidade bem definidas: Jesus Cristo, de Roberto Carlos; Madalena, de Ivan Lins e Apesar de você, de Chico Buarque de Holanda. A primeira nos moldes dos *spiritual* norte-americanos é um grito de angústia religiosa moderna. Em Madalena, um compositor da novíssima geração que vem de grupo musical universitário afirma uma viva personalidade. E finalmente, Chico Buarque volta num sambão tão legítimo e marcante como há muito tempo não compunha.

Ouçá-os. Neles está a boa música brasileira de nosso tempo, da melhor qualidade.

A música de Chico Buarque ficou proibida de ser executada no Brasil pouco depois do lançamento, passando oito anos para ser liberada pela censura do regime militar, o que ocorreu, somente em 1978, durante o período da distensão política do governo Geisel.

Um brinde aos leitores, de uma cidade que naquele momento não tinha sequer DDD (Discagem Direta a Distância), é a referência à obra de Gabriel García Marquez, *Cem anos de solidão*, cuja importância estava no fato de o romance ecoar a cultura latino-americano para o mundo inteiro.

Este extraordinário escritor colombiano realiza nessa obra prima um modelo perfeito de regionalismo universal, ao escrever um romance que é minuciosamente colombiano como verdade de toda nossa América Latina, em seu colorido natural e humano, em suas paixões, em suas tragédias, em seu potencial de riquezas e sua inominável miséria [...] Continente onde o impossível é pão nosso de cada dia para massas cada vez mais numerosas mergulhadas nos charcos da subvida e morando vizinhas de metrópoles suntuosas e parasitas.

O crítico de arte convivia bem com o jornalista que, às vezes de modo sutil, respondia as demandas da política local, sendo que a oposição ao sarneysmo não era exclusividade do senador Victorino Freire, porque incluía antigos aliados de jornadas políticas como foi o caso de alguns arenistas destacados no cenário regional e nacional, apresentando-se como exemplos o então deputado federal Henrique de La Roque (senador a partir de 1975) e o senador Clodomir Millet, além do também desafeto da ocasião, o governador Antonio Jorge Dino.

Com a retranca Convidado Especial (Figura 2), Tribuzi publicou trechos de um sermão do padre Antonio Vieira. O religioso português residiu no Maranhão no período colonial. Em razão de sua retórica contra os poderosos do seu tempo, tornou-se uma referência para alguns segmentos intelectuais quando se trata de atacar supostas inoperâncias e apontáveis desmandos dos governantes. Destaque-se uma provocação implícita do jornalista, valendo-se da verve do padre jesuíta:

[...] se veem com perpétuo clamor da justiça, os indignos levantados as dignidades abatidas, os talentos ociosos e as incapacidades com mando, a ignorância graduada e a ciência sem honra, a fraqueza com bastão, e o valor posto a um canto, o vício sobre os altares, os milagrosos réus.

Figura 2 – Página Jornal de Bandeira Tribuzi.

Convidado Especial

“As paixões do coração humano, como as divindades, são Amas; mas todas se reduzem a duas capitais, amor e ódio. E entre dois afetos cegos não os dois polos em que se resolve o mundo, que não são mal governado. Eles são os que pensam os incrementos, eles são os que qualificam as ações, eles os que avaliam as prendas, eles os que reparam as faltas; eles são os que enfrentam ou descompõem, eles os que fazem e aniquilam, eles os que dirigem ou despiram os objetos, dando e tirando a seu arbítrio, a vida, a figura, a medida, e ainda o incenso ser e substância, sem outra distinção ou julgo, que aborrecer ou amar. Se os olhos vêm com amor, o corvo é branco; se com ódio, o cisne é negro; se com amor, o demônio é formoso; se com ódio, o anjo é feio; se com amor, o pigmeu é gigante; se com ódio, o gigante é pigmeu; se com amor, o que não é, tem ser; se com ódio, o que tem ser é nem que seja, não é nem será jamais. Por isso se vêem com perpétuo clamor da justiça os indignos levantados e as dignidades abridas, os talentos ocultos e as incapacidades com maodo, a ignorância graduada e a ciência sem honra; a fraqueza com bastão, e o valor posto a um canto; a virtude sobre os alicerces dos milagrosos reis”.

padre ANTONIO VIEIRA

Ponto de Vista

Razão de obra, teve o Sr. Guimarães e Souza ao comentar recentemente em artigo publicado por este jornal como o sistema privado de crédito que nos últimos anos multiplicou suas agências em nosso Estado com alguns raríssimas exceções, se constituindo numa variação de ação da poupança Maranhense para aplicação nas áreas mais desenvolvidas do país. O fato, com tudo que tenha de lamentável, não deve constituir-se motivo de espanto ou surpresa: bancos não são instituições filantrópicas à procura de dificuldades para fazerem valer sua boa ação — são instrumentos capacitados de poupanças para aplicação em negócios rentáveis. E ninguém pode, num sistema capitalista cuja regra principal é o lucro, condená-los por isso. Descobriram que havia poupanças no Maranhão e vieram aqui colhe-las para serem aplicadas onde melhores lhes convinha.

Se porém, isto é bom para os bancos não se segue que a seja para o povo Maranhão, tão interessado nos frutos do desenvolvimento que, obviamente, não se lograria exportando a poupança imprescindível aos investimentos e a expansão do crédito em nível que permita um funcionamento normal do organismo econômico que se quer expandido. Tudo isto constitui uma fonte de preocupação, que não pode e não deve deixar de ser objeto de estudo e análise dos produtores de crédito, muitas vezes

Fonte: Jornal O Imparcial. 21 de fevereiro de 1971.

A disputa estadual, vista com olhos de hoje e ancorando-se no pensamento de Chartier (mais culturalista), traduzia as ambições da então liderança emergente, mas com pouca visibilidade no cenário nacional, tanto política quanto culturalmente. No final da década de 1970, quando Tribuzi já havia falecido, José Sarney chegou à cobiçada presidência do Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena na condição de braço político do regime militar. O jornalista Elio Gaspari, no seu último livro da série sobre a ditadura pós-1964, acentua o papel coadjuvante de Sarney no período, registrando um comportamento prudente porém, sempre longe das crises do regime militar (2016).

Estiveram presentes, também, na retransmissão Especial, o economista John Kenneth Galbraith, em 28/02/1971; o escritor e jornalista Norman Mailer, em 07/03/1971; o ativista da não-violência Michael Harrington, 21/03/1971; e José Sarney, em 11/04/1971. Este último assinava um texto, com abordagem histórica, sobre a Amazônia, referindo-se ao fato de o Maranhão ter parte do seu território pertencente a essa área geográfica, à época já vista com atenção especial, sobretudo, pelo potencial das riquezas minerais.

5 Aspectos a Pontuar

O efêmero Jornal de Bandeira Tribuzi, hospedado pelo diário maranhense *O Imparcial*, pode ser visto, cinco décadas depois de sua publicação, na chave das estratégias possíveis para, num ambiente repressivo das liberdades democráticas, poder ter uma atuação política e profissional. Tratava-se de um jornalista, circunstancialmente sem espaço na imprensa, mas com vasto repertório cultural, razão pela qual explorar essas páginas demanda um olhar sobre o militante

político, o intelectual orgânico, o homem de letras; e, talvez o aspecto mais importante, o mediador das demandas de conhecimento acerca da cultura de seu tempo para aqueles pouco proficientes em bens simbólicos que encontraram, naquela página-seção, pontos de vista críticos e contemporâneos daquele momento histórico.

Referências

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 46, 1978, p. 55-101.

CHARTIER, Roger. **A história ou leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução**. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FREIRE, Victorino. **A laje da raposa: memórias**. Rio de Janeiro: Guavira, 1978.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

JORNAL O PROGRESSO COMO FONTE DE PESQUISA

DOMINGOS DE ALMEIDA¹

FRANCISCA DANIELA DOS SANTOS SOUZA²

IDAYANE DA SILVA FERREIRA³

IZANI MUSTAFÁ⁴

NAYANE CRISTINA RODRIGUES DE BRITO⁵

- 1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Integração Contemporânea da América Latina (ICAL) e Especialista em Relações Internacionais Contemporâneas, pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Especialista em Língua Portuguesa e Literatura. Faculdade São Marcos (FASAMAR). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Graduado em Letras Português e Espanhol pela Faculdade IBRA de Brasília (FABRAS). É membro do grupo de pesquisa Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência (EMERGE/UFF). E-mail: domingosaa@id.uff.br
- 2 Jornalista, formada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA-CCSST/Imperatriz-MA). Pós-graduada em Assessoria de Comunicação Empresarial e Institucional. Interessa-se pela área de Comunicação Social com ênfase em Comunicação comunitária (mídias alternativas); Comunicação institucional; jornalismo de terceiro setor e jornalismo ambiental. Tem experiências em assessoria de comunicação, social mídia e redatora. Atualmente é administradora do Portal de notícias chamado Portal Assobiari (portalassobiari.com.br), sem fins lucrativos, junto com mais uma colega de profissão. No Portal é redatora, repórter, editora chefe, correitora e coordenadora. E-mail: dhanielda_f@hotmail.com
- 3 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP). Especialista em Assessoria de Comunicação Empresarial e Institucional pela UFMA. Jornalista e ilustradora, co-fundadora do Portal Assobiari (portalassobiari.com.br), site de jornalismo regional e colaborativo da região Tocantina. Diretora de registros da Editora Balaiada do Centro de Cultura Negra Negro Cosme. Tem interesse pelos temas: Jornalismo científico, Jornalismo ambiental, Jornalismo de dados, LAI, Negritude, Direitos Humanos e Literatura. E-mail: idayaneferreira@gmail.com
- 4 Professora adjunta da graduação e da Pós-Graduação de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutora em Comunicação Social (PUCRS), coordena o Grupo de Pesquisa Rádio e Política no Maranhão (RPM), é Diretora Regional Nordeste da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (Alcar). Integra também os Grupos de Pesquisa NER – Núcleo de Estudos de Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Convergência e Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, Rádio e Mídia Sonora da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação e da Rubra – Rede de Rádios Universitárias do Brasil. E-mail: izani.mustafa@gmail.com.
- 5 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJor/UFSC). Mestra em Jornalismo pela Universidade Estadual de

Introdução

Ao ler um jornal podemos verificar e refletir sobre alguns temas divulgados e também sobre certos silêncios a respeito de determinados assuntos. Conforme enfatiza Pinheiro, o “jornal não é espelho da realidade” (PINHEIRO, 2018, p. 9). Os jornais guardam memórias da cidade, das pessoas e dos contextos social, político e histórico. São, por isso, importantes fontes de pesquisa científica para a academia, e essenciais para se reconhecer a história de um local, de uma comunidade, de uma região ou de uma personalidade. Como salienta Assunção, “sejam escritos à mão, datilografados ou impressos, os jornais têm a capacidade de nos transportar para os tempos de outrora, fazem com que imaginemos o cotidiano [...]” (ASSUNÇÃO, 2018, p. 11).

Os impressos apresentam aos pesquisadores uma riqueza de informações a serem exploradas, descobertas e aprofundadas, correlacionando com outros aspectos mais amplos. Em circulação desde a década de 1970, o jornal *O Progresso* é utilizado por pesquisadores como fonte de pesquisa para a verificação do seu conteúdo, de maneira a apreender os contextos sócio-históricos abordados, o conteúdo jornalístico, as imagens e, ainda, como base para pesquisas históricas relacionadas à cidade de Imperatriz, situada no Sul do Maranhão.

Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de verificar os estudos do campo da comunicação que tiveram o impresso *O Progresso* como objeto empírico. Como estratégias metodológicas realizamos um levantamento dos trabalhos científicos publicados até o primeiro semestre de 2019 (artigos, monografias e dissertações), tendo o jor-

Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Docência do Ensino Superior pelo ESEA. Membro dos seguintes grupos de pesquisas: Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (GIRAFÁ), Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP) e Grupo de Pesquisa Rádio e Política no Maranhão (RPM). E-mail: nayanebritojornalista@gmail.com.

nal como objeto de estudo; fizemos também uma análise descritiva de oito artigos publicados em periódicos e 12 em anais de eventos científicos.

As buscas começaram no Acervo Setorial do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz, local onde estão arquivados os Trabalhos de Conclusão de Curso dos acadêmicos, livros, revistas e jornais impressos da região. Foram registradas 16 monografias com diferentes abordagens, algumas somente citando o jornal *O Progresso* e a maioria analisando o conteúdo produzido pelo impresso.

A partir desse registro inicial pesquisamos na Plataforma Lattes o currículo dos 16 autores dos TCCs encontrados no acervo, partindo da hipótese de que esses poderiam ter apresentado os resultados do trabalho final do curso em eventos científicos, publicado em revistas ou livros. Para a nossa surpresa, somente seis estudantes deram continuidade aos estudos e transformaram as monografias em outros trabalhos científicos ou elaboraram novos estudos sobre o jornal *O Progresso*.

Na Plataforma Lattes também verificamos os currículos dos professores do curso de Jornalismo da UFMA/Imperatriz atuantes em 2019. Alguns artigos encontrados nos currículos deles também estavam registrados nos dos discentes. Deste modo, consideramos somente um trabalho. Além disso, fizemos buscas no Google Acadêmico para verificarmos possíveis estudos de pesquisadores de outras instituições.

A partir dessa Plataforma encontramos projetos de pesquisas desenvolvidos por alguns docentes do Curso de Jornalismo da UFMA/Imperatriz que tiveram *O Progresso* como o principal ou um dos objetos empíricos. Entre eles: *Produção das notícias nos jornais de Imperatriz e região entre as décadas de 70 e 90*, coordenado pela pro-

fessora Roseane Arcanjo Pinheiro; as pesquisas da docente Denise Cristina Ayres Gomes - *Mitologias do real: o jornalismo como promotor do imaginário da cidade de Imperatriz* e *A construção da loucura nos jornais Folha de S. Paulo e O Progresso*; o projeto *Discurso Visual: a fotografia de Jackson Lago nas capas do jornal O Progresso*, coordenado pelo professor Marcus Túlio Borowiski Lavarda; e as pesquisas do professor Marcos Fábio Belo Matos com *O Papel do Progresso: uma análise de discurso sobre a implantação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz-MA*, *Discurso e Identidade: a Construção do Discurso do Maranhão do Sul na Mídia Impressa de Imperatriz* e *Os contradiscursos sobre a implantação da fábrica Suzano de papel e celulose em Imperatriz*. Ambos os estudos colaboraram para a quantidade de produções de artigos que abordam o impresso.

No levantamento final registramos 64 trabalhos com distintos formatos: artigos para eventos, revistas, livros, monografias e dissertações. Para uma análise mais contundente, os resultados foram analisados separados, a partir dos seus diferentes formatos. Para este artigo, por exemplo, selecionamos apenas os 12 artigos publicados em anais de eventos científicos e oito artigos divulgados em periódicos. Na verificação elencamos as seguintes categorias de análise: locus de apreensão dos objetos empíricos dos artigos e metodologias, para todos os trabalhos; qualis dos periódicos somente para artigos publicados em revistas; e abrangência dos eventos científicos para os estudos apresentados em eventos e verificados nos anais.

O texto foi organizado inicialmente com a Fundamentação Teórica focada na historiografia de *O Progresso* e abordagens sobre impressos como fontes de pesquisas. Em seguida foi apresentado o mapeamento dos trabalhos com as respectivas análises descritivas dos artigos verificados.

Jornal O Progresso

O Jornal *O Progresso* é um dos mais antigos periódicos em circulação na cidade de Imperatriz. Foi fundado em 3 de maio de 1970 pelo empresário José Matos Vieira e pelo advogado e jornalista Jurivê de Macêdo. Inicialmente possuía quatro páginas e formato 32 x 43, e era semanal, circulando aos domingos. O slogan do impresso, “semanário noticioso e independente”. Atualmente, possui a dinâmica de circulação diária, exceto às segundas-feiras.

O veículo surge na década do pujante desenvolvimento econômico de Imperatriz, marcado ainda no final dos anos de 1960 e alavancado pelos diversos ciclos econômicos de exploração, como da madeira, gado, arroz, minério e de terras, bem como pelo início das obras de construção da rodovia Belém-Brasília, que interligou a cidade às principais vias de escoamento da região.

O momento econômico da época, que coincide com a descoberta do garimpo da Serra Pelada, teve influência direta na fundação e na nomenclatura do impresso, conforme nos explicam Brito e Pinheiro: “O jornal recebeu este nome pelo desenvolvimento acelerado em que a cidade se encontrava” (BRITO e PINHEIRO, 2011, p. 10). Nesse período a que se referem as autoras, Imperatriz era a cidade com o maior número de habitantes que estavam trabalhando no garimpo (ASSUNÇÃO, 2018). Sobre a dinâmica pela qual a cidade atravessava, Gomes *et. al* (2018) explicam:

A cidade passava por um intenso processo de expansão, resultado dos projetos desenvolvimentistas iniciados em 1960 na Amazônia Legal que atraíram grandes fluxos migratórios. A região se transforma radicalmente e perde o caráter rural para dar lugar à explosão demográfica, à urbanização desordenada e, conseqüentemente, à violência (GOMES *et. al.*, 2018, p. 663).

Assim como a cidade de Imperatriz, ao longo dos anos, *O Progresso* também sofreu vários processos de transformações. O primeiro, em outubro de 1975, quando passa a ter circulação diária, de terça a domingo e triplica o número de páginas para 12. Depois mudou para 16, quantidade que mantém nos dias atuais. Em 1986, “torna-se um dos primeiros jornais do Maranhão e do interior do Norte, Nordeste e Centro-Oeste a informatizar o seu setor de pré-impressão. Isso tudo altera profundamente sua feição gráfica” (FRANKLIN, 2015, p. 2). No ano de 2019, conforme explicam Matos e Almeida (2012), o jornal *O Progresso* apresenta os seguintes aspectos estruturais:

a) sua tiragem é de 5.350 exemplares nos dias úteis, passando para 6.450 aos domingos; b) sua impressão é feita com máquina própria, em offset; c) formato tabloide francês, capa colorida e páginas interiores em preto e branco e 16 páginas, distribuídas por 9 editoriais: Política, Cidade, Regional, Polícia, Esportes, Social, Geral, Tocantins e, aos domingos, Cultura, editada pela Academia Imperatrizense de Letras. (MATOS; ALMEIDA, 2012, p. 5).

Além disso, o impresso é o terceiro mais antigo do Maranhão e o único em circulação na versão impressa em Imperatriz. Com o slogan, “Expressão Regional”, *O Progresso* é também o principal veículo impresso do interior do estado do Maranhão. A cobertura ultrapassa as fronteiras de Imperatriz e abrange cidades do Sul do estado do Pará, parte do Sul e Sudoeste maranhense, São Luís e Norte do Tocantins (FRANKLIN, 2015).

Com mais de meio século de existência, *O Progresso*, embora sem concorrência local, mantém-se como referência para consultas sobre os processos histórico-econômico-social-político-culturais pelos quais atravessou Imperatriz e regiões vizinhas. Os profissionais do jornal, além de escreverem para a versão impressa, também ali-

mentam o site e o perfil mantido na rede social *Facebook*. Ambas as plataformas foram incorporadas recentemente pelo veículo.

Jornal O Progresso como fonte de pesquisa

Jornais, documentos, fotografias, vídeos, cartas e áudios são materiais que trazem consigo rastros e vestígios da existência de um passado, com memórias e histórias (BARBOSA, 2019). São objetos que ficam à disposição de pesquisadores que desejam interpretá-los e reconstituir uma parte do passado. Segundo Barbosa, “os vestígios do passado, sejam eles um testemunho ou um documento só se transformam em fontes históricas no momento em que o pesquisador lhes atribui essa qualificação” (BARBOSA, 2019, p. 15). A fonte existe por causa da pergunta e do olhar do pesquisador.

Muitos investigadores científicos tentam acessar o passado por meio da análise dos documentos existentes no passado e que tenham alguns vestígios, observa Barbosa (2018). De acordo com ela,

[...] essa interpretação eivada da subjetividade do pesquisador tem a marca da época em que foi produzida e está permanentemente sujeita a novas interpretações, revisões, reformulações. É com base nessa suspensão constante e nesse aspecto provisório que o conhecimento científico pode avançar (BARBOSA, 2018, p. 22).

Um documento, um jornal, traz consigo uma intencionalidade e tem uma relação direta com o seu presente histórico. Quando um jornal se constitui em fonte, explica Barbosa (2018), ele produz uma “fala memorável em que o passado é apresentado como portador de significâncias que dizem respeito muito mais a um ideal presumido do que deve ser fixado no futuro” (BARBOSA, 2018, p. 23). E é nessas entranhas da fonte, completa a autora, que é possível extrair significados sobre o mundo daquela época.

O jornal, como outros meios de comunicação, utilizando as suas narrativas, atestam com fidedignidade o que se passou porque “produzem uma articulação textual baseada na noção de testemunho” (BARBOSA, 2015, p. 14). Para a autora, os meios de comunicação, entre eles o jornal impresso, produzem “uma memória presumidamente válida e comum, inserindo-a na história e não na memória” (BARBOSA, 2015, p. 14).

Com base nessas observações, compreendemos que os jornais contêm em suas narrativas e descrições a representação de uma época da sociedade, transformando-se, nesse aspecto, numa importante fonte de pesquisa. As notícias mostram as relações de poder estabelecidas em determinados períodos e revelam os contextos social e político, importantes para compreender porque certos temas ganham destaque, alguns quase não aparecem e outros são ignorados.

Análises dos trabalhos sobre o jornal *O Progresso*

Verificamos que o jornal *O Progresso* é citado em diversos estudos científicos, entre monografias, dissertações, livros, artigos em periódicos e anais de eventos. Para esta pesquisa, com a finalidade de obter análises mais precisas, focamos nos trabalhos que foram publicados em periódicos e anais de eventos. A seguir, em dois tópicos, apresentaremos as análises de 20 estudos sistematizados em gráficos e seguidos de análises descritivas. Desses, 12 apresentados em eventos científicos e oito publicados em periódicos.

Artigos apresentados em eventos científicos

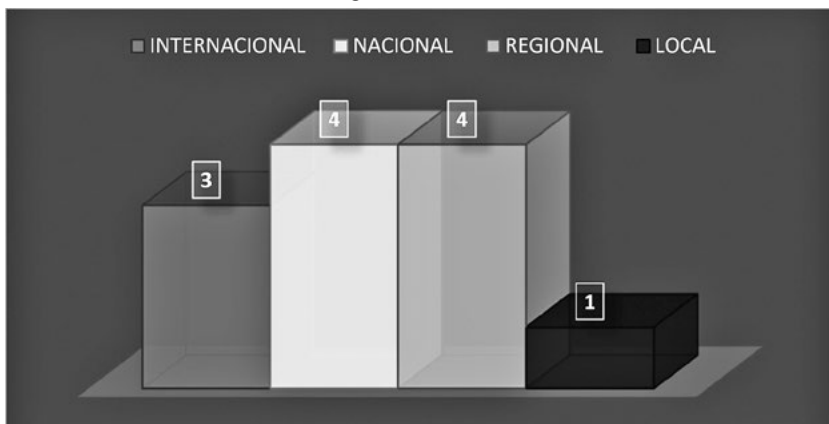
Na verificação dos artigos apresentados em eventos científicos foram registrados 28 trabalhos. Entretanto, contabilizamos apenas

um quando o mesmo artigo estava registrado em diferentes publicações. Desse total tivemos acesso *online* somente a 12. Pelas buscas feitas nos sites dos eventos e por conhecermos alguns seminários e congressos, verificamos que a falta de acesso aos demais 16 artigos está relacionada aos seguintes fatores: determinados anais de eventos, mesmo registrados nos currículos lattes dos pesquisados, ainda não estão disponíveis para acesso; alguns trabalhos foram disponibilizados somente em anais em formato de CD; nove estudos foram apresentados nos Simpósios de Comunicação da Região Tocantina (SimCom), organizados pelo curso de Jornalismo da UFMA de Imperatriz, e ainda não estão no ciberespaço; um trabalho apresentado no 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBP-Jor) não pode ser observado porque na página do encontro os anais não estão disponíveis.

No entanto, constatamos que alguns artigos apresentados nos eventos que não foram acessados pela web, posteriormente, foram publicados em periódicos ou livros, o que facilita o acesso para outros pesquisadores interessados nos estudos do jornal *O Progresso* e para a nossa pesquisa.

Assim, somente 12 trabalhos foram analisados a partir das seguintes categorias: Abrangência dos eventos – uma verificação quanto ao alcance do evento em nível internacional, nacional, regional e local, concomitantemente com o estudo; locus de apreensão dos objetos empíricos dos artigos – produto, produção e recepção; e as metodologias utilizadas. O Gráfico 1, a seguir, disponibiliza os quantitativos da abrangência:

Gráfico 1 – Abrangência dos eventos científicos.



Fonte: Autores.

As pesquisas sobre o jornal *O Progresso* ultrapassam as fronteiras da cidade de Imperatriz e são conhecidas em eventos da região Nordeste, no sul do país, em encontros nacionais e internacionais. Os três eventos internacionais ocorreram no Brasil com discussões sobre semiótica, ciberjornalismo e educação, como o V Colóquio Semiótica das Mídias, o VIII Fórum Internacional de Pedagogia e o 7º Congresso Internacional de Ciberjornalismo.

Os investigadores estiveram em quatro encontros nacionais e quatro regionais. Entre eles, uma pesquisa foi apresentada no 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), ocorrido em Curitiba, em 2002; dois trabalhos foram localizados no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, em 2016; um estudo teve espaço no 11º Encontro Nacional de História da Mídia (Alcar), ocorrido em 2017.

Todos os congressos regionais registrados são referentes às edições do Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Intercom Nordeste, em diferentes anos e locais. Encontramos dois

textos publicados nos anais do Intercom Nordeste de 2017, um em 2010 e outro em 2016. Registramos somente um trabalho publicado nos anais do XII Simpósio de Comunicação da Região Tocantina (SimCom), em Imperatriz, em 2018.

O levantamento dos artigos em eventos locais teria sido superior se as edições do Simpósio de Comunicação (SimCom) de anos anteriores também tivessem os anais publicados *online* e se outros eventos com anais em CD também pudessem ser acessados em páginas da internet. Na sequência apresentamos a categoria locus de apreensão.

Gráfico 2 – Locus de apreensão do objeto empírico dos artigos.



Fonte: Autores.

Dos artigos verificados, todos têm o jornal *O Progresso* como objeto de pesquisa. Constatamos que 10 das pesquisas estão focadas na verificação do produto tratando especificamente no texto publicado no impresso. Consideramos o artigo, *O consumo cultural dos jornalistas do jornal O Progresso*, elaborado por dois ex-alunos do curso de Jornalismo da UFMA, William Morais e Thays Reis (2016), com apreensão aproximada da produção. A partir da aplicação de um questionário com 15 questões a três repórteres e ao editor do jor-

nal, os autores identificaram o consumo cultural desses profissionais envolvidos na produção do impresso.

O trabalho com foco na Recepção foi realizado pelo professor do curso de Jornalismo da UFMA Marcos Fábio e com a, na época, bolsista Letícia Holanda, intitulado, *O leitor invisível: análise da presença do leitor no material publicado sobre a implantação da fábrica Suzano papel e celulose, no jornal 'O Progresso' e em blogs informativos de Imperatriz-MA*. Eles selecionaram 10 matérias (entre notícias e reportagens) que veiculavam informações sobre a implantação da Fábrica Suzano de Papel e Celulose em Imperatriz, para observarem a presença do leitor nas páginas do jornal *O Progresso* e de oito blogs informativos imperatrizenses. O artigo foi resultado de um projeto de pesquisa do docente com o título, *O Papel do Progresso: a midiaticização da implantação da Fábrica Suzano Papel e Celulose em Imperatriz*.

Também resultado de uma pesquisa mais ampla denominada, *Identidades e Mediações: interfaces entre a mídia e a cultura em Imperatriz – MA*, coordenada pela docente do curso de Comunicação Social da UFMA de São Luís, Letícia Cardoso, o artigo mescla a análise da produção e do produto. A professora, em parceria com a acadêmica Denise Silva, no período de bolsista PIBIC, elaboram um texto a partir da verificação de 30 edições do impresso publicadas entre 22 de novembro e 31 de dezembro, e 22 edições entre 15 de abril e 15 de maio, com o objetivo de compreenderem como se dava o agendamento da cultura local pelo discurso jornalístico no jornal.

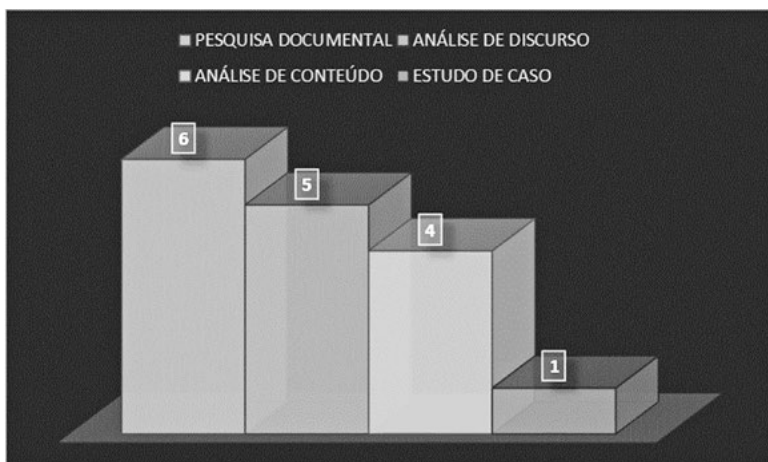
Além da análise dos textos divulgados pelo impresso, as pesquisadoras entrevistaram três profissionais para entender quais eram “os critérios de noticiabilidade usados pelo jornal *O Progresso* para a divulgação de matérias de cunho artístico-cultural” e como se dava “o processo de produção das pautas destinadas à temática” (CARDOSO, SILVA, 2010, p. 2).

Na perspectiva de Silva (2008), a predominância das pesquisas com textos jornalísticos é decorrente de acesso mais fácil aos materiais, melhores custos e tempo:

[...] é mais viável gravar telejornais e radiojornais, guardar exemplares de revistas, recortar jornais impressos ou arquivar páginas da internet do que conseguir autorização das empresas para se pesquisar dentro das redações ou mesmo a disponibilidade dos profissionais para entrevista e do que também entrevistar leitores; custos da pesquisa – é mais barato investigar produtos do que processo de produção ou modos de recepção, posto que muitos dos resultados divulgados em congressos ou publicados são fruto de trabalho individual e não do de equipes; tempo de duração da pesquisa [...] (SILVA, 2008, p. 6-7).

Conforme o exposto, a autora destaca que ainda falta uma tradição de pesquisas nos campos da produção e da recepção de produtos jornalísticos. Na continuação dessa investigação apresentamos o Gráfico 3 que aborda os dados da categoria de análise referente às metodologias utilizadas para a elaboração dos artigos estudados.

Gráfico 3 – Metodologias utilizadas pelos pesquisadores.



Fonte: Autores.

Condizente com os resultados do Gráfico 2, em que nove artigos têm como *locus* empírico a verificação do texto produzido e divulgado no jornal *O Progresso*, as metodologias utilizadas relacionam-se diretamente com as análises do conteúdo produzido para o impresso. Ao averiguar os trabalhos percebemos que nem todos os autores deixam explícito o método adotado. Assim, optamos por indicar no Gráfico 3 as estratégias metodológicas indicadas pelos autores. Alguns artigos utilizam mais de uma abordagem metodológica para obter os resultados da pesquisa. Por isso os quantitativos no gráfico ultrapassam o número de trabalhos analisados.

A pesquisa documental, análise de discurso e análise de conteúdo, respectivamente (6), (5) e (4), estão entre as metodologias mais usadas, um reflexo dos métodos utilizados nas pesquisas dos professores do curso de Jornalismo da UFMA de Imperatriz que estudam sobre o jornal *O Progresso*. Por ser um impresso em circulação desde a década de 1970, seis estudos fazem uso da pesquisa documental, geralmente como uma técnica para conseguir o material a ser analisado. Afora os métodos visualizados no gráfico, em dois artigos foram feitas entrevistas como técnicas de pesquisa e em um houve a aplicação de questionário.

Por meio dos trabalhos foram discutidos temas como o cotidiano do município de Imperatriz, o crescimento econômico, as problemáticas sociais, a violência de maneira geral representada nas páginas do impresso, as abordagens sobre a cultura local, o consumo cultural dos produtores de notícias. As análises e reflexões dos artigos, sobretudo por meio dos discursos e conteúdos, fornecem contestações sobre o conteúdo jornalístico do impresso estudado.

Artigos publicados em periódicos

O mapeamento aqui descrito se refere aos artigos publicados em revistas científicas, observando a publicação de pesquisas relacionadas ao jornal *O Progresso* citadas no currículo lattes de cada docente do curso de Comunicação Social/Jornalismo, campus Imperatriz (MA). Os trabalhos encontrados foram publicados em periódicos de Goiânia, Palmas, Rio de Janeiro, João Pessoa e Florianópolis, entre os anos de 2012 e 2018. Para esta Análise descritiva foram encontrados oito trabalhos.

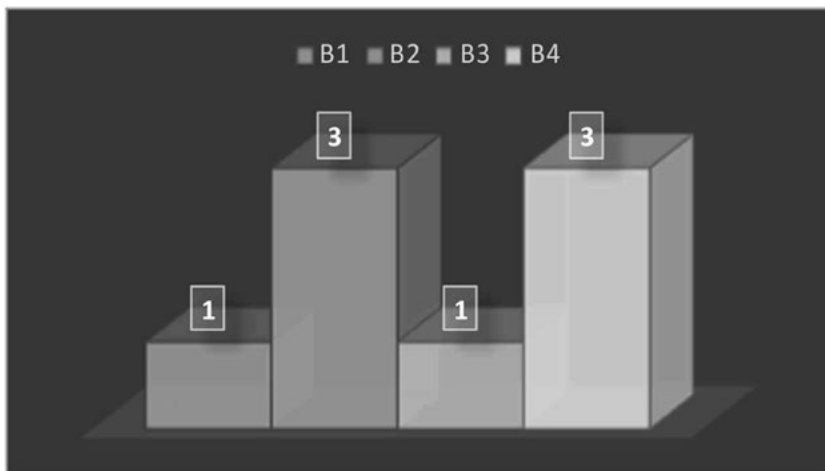
Por ser um impresso que se mantém “vivo”, desde a década de 1970, e de ter aproximadamente 16 mil edições disponibilizadas em formato digital, *O Progresso* possui abertura para diversas pesquisas acadêmicas para o curso e região. Atualmente, o jornal tem a versão online disponibilizada em arquivo digital em formato PDF. As pesquisas publicadas em periódicos analisam os diferentes discursos presentes nas matérias jornalísticas do impresso, além de uma análise das fotografias de capas, como é o caso do estudo intitulado *De candidato a governador: as fotografias de Jackson Lago no jornal O Progresso*, disponível no site da Revista Brasileira de História da Mídia (2013), que utilizou como métodos análise de conteúdo, análise das imagens e análise de discurso.

Dos oito exemplares verificados, sete têm o jornal *O Progresso* como único objeto empírico. Em um dos artigos, o impresso é analisado com mais dois jornais de nível estadual. As pesquisas tiveram análises que retratam aspectos políticos da cidade: as fases de campanhas eleitorais, instalação da empresa Suzano no município e a violência.

Entendemos ser necessário também destacar que as pesquisas possuem registros em revistas científicas de qualis B1 (1); B2 (3); B3 (1) e B4 (3), respectivamente, de acordo com apresentação do

Gráfico 4. Os trabalhos foram publicados nas seguintes revistas: Revista Observatório; Littera Online; Revista Brasileira de História da Mídia; Comunicação & Informação; Revista Latino-Americano de Jornalismo; Mídia e Cotidiano e Estudos de Jornalismo e Mídia.

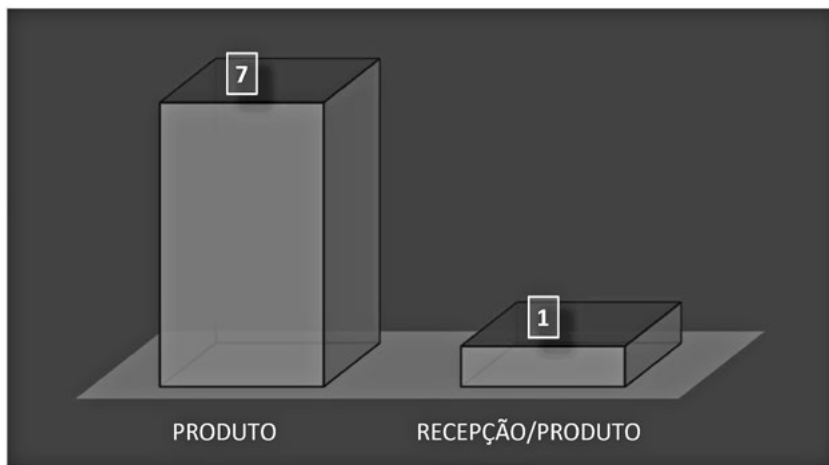
Gráfico 4 – Qualis dos periódicos.



Fonte: Autores

A qualificação dos periódicos onde os artigos foram publicados evidencia a qualidade das pesquisas. A seguir apresentamos o Gráfico 5, no qual destacamos que sete pesquisas têm como *locus* de apreensão o produto e uma mescla com verificação da recepção e produto. Além disso, os pesquisadores delimitaram o corpus a partir do objetivo de cada estudo.

Gráfico 5 – Locus de apreensão do objeto empírico dos artigos.



Fonte: Autores

A pesquisa que analisa recepção e o produto está nomeada de *A produção dos atores culturais de Imperatriz na internet e suas interações com o Jornal 'O Progresso'*, artigo publicado na revista *Mídia e Cotidiano* (2017), em que os pesquisadores fizeram um levantamento das redes e mídias sociais do impresso e analisaram o conteúdo e a interação do jornal com o público.

Esse estudo foi realizado pela então doutoranda do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Thays Assunção Reis, e pelo Doutor em Comunicação e professor do Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Sérgio Luiz Gadini. Eles averiguaram as interações entre a informação produzida e publicada pelo Jornal *O Progresso* na primeira quinzena do mês de agosto de 2015.

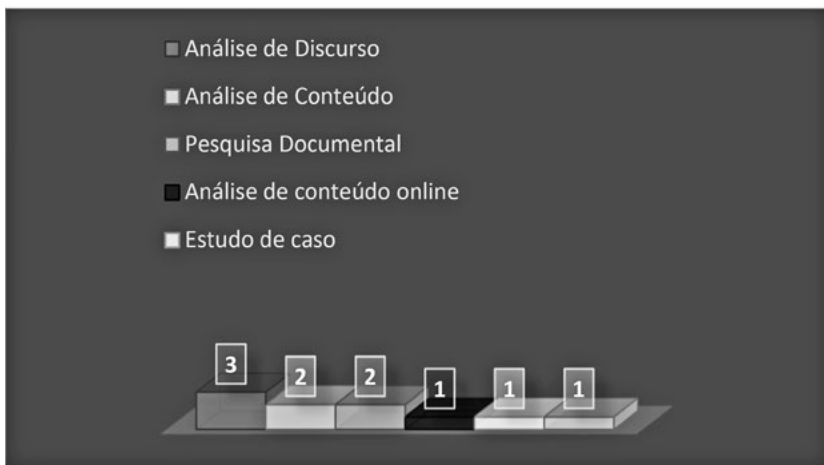
No trabalho eles identificaram os pontos de presença do jornal na internet, periodicidade das publicações; a origem do conteúdo

(próprio ou compartilhado de outros usuários) e a interação com outros usuários. Os pesquisadores também realizaram a análise do jornal, sobretudo, na identificação das matérias culturais, para compreender os sentidos de cultura constituídos pelo impresso.

Por fim, observaram que os atores culturais ainda fizeram uso incipiente da web como canal de difusão e que os poderes político e econômico de Imperatriz são apontados pelo jornal como os principais produtores culturais. Sendo que os demais atores culturais praticamente não aparecem ou são minimizados.

São perceptíveis no Gráfico 6 os variados tipos de metodologias utilizadas pelos pesquisadores: Análises discursivas (3); Análise de conteúdo (2); Pesquisa documental (2); Análise de conteúdo online (1); Estudo de caso e proposta (1) e Abordagem qualitativa das teorias do imaginário (1).

Gráfico 6 – Metodologias utilizadas pelos pesquisadores.



Fonte: Autores

Vale ressaltar que as pesquisas publicadas nos periódicos resultam de monografias, grupos de pesquisas, dissertações e uma das publicações analisadas foi resultado do Trabalho de Conclusão de Curso/Peça prática, *Virando a página: uma proposta para renovar o único caderno de literatura em circulação na imprensa de Imperatriz (MA)*. As autoras, Diana Costa e Hyana Reis, propuseram a reformulação do caderno literário do jornal *O Progresso* utilizando como técnica a entrevista aberta com o editor da página, um escritor do caderno, o editor-chefe responsável e a presidente da Academia Imperatrizense de Letras.

Considerações Finais

O jornal *O Progresso* é o único veículo impresso imperatrizense e completou 50 anos em 2020. Atravessou diversas gerações, resistiu a mudanças de conjunturas sociais, políticas e econômicas. O periódico carrega as histórias e memórias de Imperatriz desde a década de 1970 e registrou as principais mudanças ocorridas na região, como o desenvolvimento provocado pela chegada da multinacional Suzano e a construção da BR-010, mais conhecida como Rodovia Belém-Brasília. Essas e outras abordagens tratadas nas matérias jornalísticas do impresso são importantes fontes de pesquisas científicas. O que o torna relevante para o campo jornalístico e comunicacional, porque nele estão guardados por meio de informação muitos registros do cotidiano de uma cidade e de uma região.

Os estudos que foram apresentadas nos âmbitos da UFMA, em monografias e grupos de pesquisas, ultrapassam os muros da academia porque são apresentados em eventos científicos internacionais, nacionais, regionais e locais e passam a ser disponibilizados nos anais dos congressos, seminários, encontros e nos sites dos periódicos, geralmente *online*.

Neste primeiro mapeamento dos trabalhos, a partir de uma análise descritiva, averiguamos que a maioria dos estudos, cerca de 90%, têm como *locus* de apreensão o produto, o conteúdo do jornal. Pouco sabemos sobre os leitores do veículo impresso e, menos ainda, como ocorre a rotina de trabalho que envolve a apuração e a produção dos textos jornalísticos de *O Progresso*. Logo, reforçamos serem necessárias mais pesquisas para examinar a recepção deste produto e como se dá o processo de produção do informativo.

Nem todos os artigos verificados apresentam de maneira evidente as metodologias adotadas. Alguns destacam as teorias utilizadas como um dos aspectos metodológicos. Com o mapeamento e a análise descritiva também percebemos a predominância de metodologias paralelas com o *locus* de apreensão - produto. O que nos leva a pressupor que estudos focados na produção e na recepção exigirão outras estratégias metodológicas e diferentes abordagens teóricas.

Infelizmente, algumas das pesquisas não apresentaram de forma objetiva os caminhos metodológicos adotados no empreendimento dos estudos realizados, impedindo que a nossa pesquisa realizasse uma análise com abrangência mais significativa. O que, no nosso entender, demanda o desenvolvimento de outras investigações que adotem como território de pesquisa o mapeamento dos trabalhos sobre *O Progresso*.

Referências

ASSUNÇÃO, Thays. **História da Imprensa em Imperatriz**. São Luís, EDUFMA, 2018.

BARBOSA, Marialva. **Meios de comunicação: lugar de memória ou na história?** *Contracampo*, V. 35, Nº 01, Niterói, 2016.

_____. **Comunicação, história e memória:** diálogos possíveis. Revista Matrizes, V. 13, nº 1, São Paulo, 2019.

_____. **Uma história da imprensa (e do jornalismo):** por entre os caminhos da pesquisa. Intercom – RBCC. V.41, n.2, São Paulo, 2018.

BARROS, Rosana Ferreira; LAVARDA, Marcus Túlio Borowiski. De candidato a governador: as fotografias de Jackson Lago no jornal O Progresso. **Revista Brasileira de História da Mídia.** V. 2. Nº 2. Porto Alegre/São Paulo. Alcar: Sociocom, 2013.

BUENO, Thaisa; ALVES, Marcelli; COSTA, Diana; REIS, Hyana. ‘Virando a página: uma proposta para renovar o único caderno de literatura em circulação na imprensa de Imperatriz (MA)’. **Revista Comunicação & Informação.** V. 20, Nº. 3, Goiânia, 2017.

CARDOSO, Letícia Conceição Martins; SILVA, Denise de Sousa da SILVA. A cultura noticiosa do Jornal O Progresso no agendamento da cultura em Imperatriz. In: **XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, 2010, Maceió. Anais do Intercom Nordeste.

GOMES, D. C. A. et. al. IMPERATRIZ, O POVO E A FAMA: a violência imaginária no jornal O Progresso (MA). **Revista Observatório**, V. 4, Nº. 4, Palmas, 2018.

MATOS, Marcos Fábio Belo; SOUSA, Letícia Holanda de SOUSA. O Papel do Progresso: uma Análise da Presença da Fábrica Suzano de Papel e Celulose em O Progresso. In: **XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 2016, São Paulo. Anais do Intercom Nacional.

MORAIS, William Castro; REIS, Thays Assunção. O consumo cultural dos jornalistas do jornal O Progresso. In: **XXXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 2016, São Paulo. Anais do Intercom Nacional.

PINHEIRO, R. A. **Jornalismo, campo cultural e poder:** notas sobre um jornal regional. Revista Culturas Midiáticas, Ano IX. Nº. 17, João Pessoa, 2016.

REIS, Thays Assunção; GADINI, Sérgio Luiz. A produção dos atores culturais de Imperatriz na internet e suas interações com o Jornal O Progresso. **Revista Mídia e Cotidiano**, V. 11, Nº 2. Rio de Janeiro. 2017.

SILVA, Gislene. **Problemática metodológica em jornalismo impresso.** Revista Rumores, V. 2, Nº. 3, 2008.

BAIRRO E “INVASÃO”: A MÍDIA E A FABRICAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA

GLENDALMEIDA MATOS MOREIRA¹

1 Introdução

Em junho de 2018, uma área ocupada na região fronteira entre a cidade de Imperatriz e a cidade de João Lisboa (ambas localizadas no sudoeste do Maranhão, na fronteira com o estado do Tocantins), foi demarcada em notícia do jornal G1MA como “uma das maiores áreas de invasão em Imperatriz”, ou “invasão do Bom Jesus”. A repercussão da luta por moradia na região denominada pelos moradores como “Vila Jackson Lago” e “Vila Esperança” saía das disputas judiciais pela “reintegração” de posse da área à Construtora BrDU Urbanismo e passava às disputas pelas representações sociais.

De modo similar, outros territórios² na cidade de Imperatriz seguiram a mesma delimitação pela imprensa, rotulados como “invasões” em contraposição aos bairros. Entende-se que tais represen-

1 Mestre em Sociologia (PPGS-UFMA) pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Direito Processual Civil e Especialista em Direito Constitucional (IBMEC/SP). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora na Faculdade Santa Terezinha-CEST e advogada. Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/4509916774102212>

2 Neste artigo, optou-se pelo sentido de territórios, dentre outros motivos, pois Burgos delimita como pertinente ao conceito de território algumas características que historicamente são associadas às favelas como “desenvolvimento de organizações socioculturais fortemente enraizadas na vida local, [...] elementos de uma ordem jurídica singular, com a existência de autoridades informais locais, validadas por identidades coletivas territoriais, que também servem de base para a negociação política de acesso a bens públicos da cidade.” (BURGOS, 2005, p. 191).

tações não são apenas meios para categorizar certas realidades, mas devem ser observadas como fatos sociais com certa autonomia, seguindo Durkheim (MYNAIO, 1995), sem olvidar a concepção de recíproca influência observada por Weber (2006): tanto os domínios da cultura são “economicamente condicionados” quanto a existência de determinada cultura é “economicamente relevante” para a configuração das necessidades materiais³.

Assim, partindo dos conceitos clássicos sobre representação social, compreende-se que a formulação dessas representações não se trata de escolha irrelevante de palavras, ou seja, quando um bairro é denominado invasão e uma dada população é culturalmente designada como invasora, é preciso observar os fenômenos sociais jacentes nessas concepções. Desse modo, abandona-se a ideia de que os fatos expostos nas mídias em geral não apenas são selecionados para serem noticiados, como também são construídos.

Isto posto, o questionamento e objetivo central desse artigo é compreender o papel da imprensa na construção e delimitação da representação social dos territórios na cidade de Imperatriz - MA. Partindo-se disso, é preciso observar as categorizações de bairro e “invasão” (território) pela mídia, avaliar se há estigma quanto aos indivíduos que têm endereço nos territórios e observar, através da veiculação em mídia, o “efeito de clube”⁴ nos bairros que se avizinhm aos territórios. Para tanto, será utilizada a pesquisa descritiva através do recurso da pesquisa bibliográfica e documental.

3 Partindo da explanação exposta por Minayo (MINAYO, 1995, p. 89-111), trabalharemos as concepções clássicas de representação social em paralelo aos conceitos contemporâneos de representação social através da mídia. Importante observar que em Weber (2006) a utilização da palavra economia quer dizer da vida material, ou seja, a realidade material.

4 (BOURDIEU, 2008, p. 165)

2 Representação social: bairro e “invasão” na mídia imperatrizense

Inicialmente, delimita-se o conceito de representação social como categorização de determinada realidade, ou seja, um recorte, uma delimitação explicativa de determinado contexto, a fim de justificar ou criticar o mesmo (MINAYO, 1995, p.89). Para Weber (2006, p.33 e 34), a representação social (compreendida pelo autor como ideias de valor com significação cultural) é mutuamente influenciada pela realidade social. Nas palavras de Weber (2006, p. 57), “o conhecimento das leis sociais não é o conhecimento do socialmente real”, sendo um dos meios auxiliares para o conhecimento do socialmente real e “nenhum dos acontecimentos *culturais* poderá ser concebido senão com base na *significação* que a realidade da vida [...] possui para nós” (grifos do autor).

De acordo com Minayo (1995), a concepção weberiana apresenta alternativa aos explícitos conceitos de representação social elaborados por Durkheim, ou seja, Weber contrapunha-se ao entendimento de que a representação social é um fato social institucional e coercitivo das condutas individuais. Desse modo, é possível observar que a construção das representações sociais (ou ideias de valor, concepções, mentalidade, usadas como sinônimo em Weber) não é dada somente de forma coercitiva e estrutural, porém, é tecida entre a realidade e as ideias, no cotidiano da vida social.

Compreenda-se que a cultura em Weber dispõe de papel central. O autor a designa como um atributo “da capacidade e da vontade de assumir uma *posição* consciente diante do mundo e de lhe conferir um *sentido*” (WEBER, 2006, p. 58, grifos do autor). Assim, ainda com o autor, esse sentido cultural influirá em nossas avaliações diante dos fenômenos da vida social e atingirá nossa tomada de po-

sição diante de tais fenômenos, compreendendo a realidade cultural como subordinada a pontos de vistas particulares (WEBER, 2006). Portanto, a representação de uma sociedade ou de determinado grupo social, carregada de significação cultural, sendo observada por essa via, não pode ser vista como natural ou imparcial, mas sim como construção social influenciada por concepções particulares.

A partir dessas referências, podemos observar o excerto a seguir, retirado do site do jornal online Imirante (2018):

A cidade de Imperatriz é constantemente **afetada com invasões**, seja de áreas públicas ou privadas. Estas **ocupações irregulares**, como a **invasão** do Bom Jesus, por exemplo, resultam em **surgimentos de bairros** sem infraestrutura mínima que as pessoas precisam para viverem.

É possível utilizar o texto acima para observar o que Burgos (2005, p.191) designa como configuração ecológica de “favela” e o conceito de territórios. Burgos privilegia a noção de território, em vez de “favela”, pois compreende a cidade como um conjunto de territórios atomizados (a cidade são cidades, divididas em territórios atomizados de classe alta, média e baixa):

[...] a categoria território apresenta vantagens analíticas importantes em face da categoria favela: é mais neutra e mais **precisa na identificação do fenômeno da fragmentação das cidades** e de seus efeitos sociais e políticos sobre o processo de construção da cidadania no mundo popular. A noção de **território** remete à idéia de um **microcosmo**, que inclui diferentes **formas de organização da habitação popular** – inclusive a favela – e que se diferencia da cidade, que é o domínio dos direitos universais, fonte da igualdade e da liberdade; em uma palavra, da cidadania. (grifo nosso)

Nesse excerto, podemos ver que a notícia contrapõe o termo “invasão”, “ocupações irregulares” e “bairros”. O que se compreende,

à primeira vista, um bairro deveria conter “infraestrutura mínima”, ou seja, segundo a representação apontada na matéria jornalística, se diferencia de uma invasão pela sua regularidade. Propõem-se aqui as reflexões de Vogel e Mello (1983) sobre a designação racionalista da apropriação do espaço a partir de “boa forma” urbana, com vistas a maximizar a utilização dos recursos naturais escassos e atingir fins urbanísticos genéricos e não determinados. Em verdade, trata-se aqui de uma construção cultural de categorização do que é devido e indevido, formal e informal, na intenção de rotular territórios e populações.

Ainda em Vogel e Mello (1983, p. 70):

Categories, entretanto, não existem a não ser como referência a recortes da realidade. Têm caráter denotativo. Indicam, apontam ou acusam. Nomeiam seus referentes. [...]. Vão além. Determinam a localização de elementos, ou conjunto de elementos dentro de um sistema. Isso equivale à montagem de uma lógica articulatória. Um sistema de espaços existe em conexão com um sistema de valores.

É preciso compreender que essas caracterizações são significativas, ou seja, são representações sociais do sistema de ideias vigente (em determinado local e tempo), ligadas à vida social, ao cotidiano. De acordo com Minayo (1995, p. 94) citando Weber, “cada sociedade para se manter necessita ter concepções de mundo abrangentes e unitárias e que, em geral são elaboradas pelos grupos dominantes”, como exemplo, atualmente a visão de mundo protestante preponderante é a de que adquirir riquezas é a finalidade do homem para alcançar a glória de Deus, concepção absolutamente contraditória com as visões a respeito da glória divina que eram construídas culturalmente pela Igreja em períodos históricos anteriores (WEBER *apud* MYNAIO, 1995, p.93), o que demonstra que tais conceitos são construídos culturalmente, de acordo com cada época e lugar.

Compreenda-se, assim, que a representação social, por se tratar de elemento construído culturalmente, não está circunscrita apenas à imprensa e não é confeccionada somente na mídia, mas que os meios de comunicação são influenciados pelo conjunto de ideias vigentes, além de contribuírem para a formação das representações sociais, em um ciclo mútuo e contínuo. Dessa forma, analisemos a seguir trecho de matéria jornalística veiculada pelo site do jornal Imirante (2015) intitulada “Rildo Amaral denuncia ‘indústria da Invasão’ em Imperatriz” – frise-se que Rildo Amaral (Solidariedade), vereador por dez anos em Imperatriz, hoje ocupa a vaga de deputados estadual:

O vereador Rildo Amaral (SDD) movimentou hoje a Câmara Municipal de Imperatriz durante pronunciamento sobre a “indústria da **invasão**”. Ele denunciou que a **invasão** de terreno tem se proliferado nos últimos meses em diversos **bairros**, contribuindo para o **aumento dos problemas sociais em Imperatriz**. “Tenho raiva de **invasão**; fato que condeno qualquer mau-caráter dessa cidade que queira atribuir minha imagem a **invasão**”. (grifo nosso)

Como caracterizam Mello e Simões (2013), bairro se opõe a “favela” no sentido em que nos bairros se segue a forma e organização estipuladas pela municipalidade. No trecho acima destacado, podemos observar que um representante da Câmara de Vereadores de Imperatriz, eleito com a finalidade de expressar os anseios sociais e proteger os direitos e garantias da população, incluso nestes o direito a moradia, demonstra imenso repúdio ao que chama de “invasão de terreno”. Interessa observar que vereador de oposição – Hamilton Miranda (PMDB), elogiou o posicionamento do colega de Câmara. Com tais afirmações, pode-se observar que a representação social não se fixa, nem é construída apenas pela mídia e imprensa.

Portanto, apoiando-se na ideia de que os meios de comunicação são partícipes na construção das representações sociais, tais

meios são também construídos pela “visão de mundo” vigente. Ainda assim, é preciso destacar que não se trata de questão jurídica, pois, como se pode observar em algumas matérias jornalísticas, os meios de comunicação modificam as representações quando interesses de grupos dominantes não estão em risco. Note-se o trecho abaixo coletado do site da Câmara Municipal de Imperatriz (2018):

A Câmara Municipal avançou nas tratativas e obteve do Executivo Municipal o compromisso de **expedir títulos definitivos de propriedade** a mais de 450 famílias que residem na Vila Santa Luzia, comunidade adjacente da Grande Vila Cafeteira. [...] O veedor e advogado Fábio Hernandez, que presta assessoria jurídica à associação de moradores, afirmou que não acredita em medida em desfavor de seus representados, observando que **a área estava abandonada** e o direito público está acima dos interesses privados. (grifo nosso)

A situação jurídica da área da Vila Santa Luzia não difere da situação jurídica da área da Vila Esperança e Vila Jackson Lago: em ambas havia uma área abandonada e nas duas áreas houve ocupação do espaço por um quantitativo numeroso de famílias. Portanto, as representações sociais de “invasor” e “morador” veiculadas nos meios de comunicação se constroem a partir dos interesses envolvidos na realidade social. Sendo assim, vejamos outro trecho da mesma matéria no site da Câmara Municipal de Imperatriz (2018):

O advogado Agostinho Noletto, ex-proprietário de uma imobiliária que intermediou a venda de lotes do loteamento original que existia na área, disse que a maioria deles foram vendidos, porém **os proprietários nunca tomaram posse nem tampouco providenciaram os registros definitivos em cartório**. “Entendo que não pode haver reintegração de posse a herdeiro do antigo proprietário porque os lotes foram vendidos e os compradores nunca sequer tomaram posse”, argumentou. (grifo nosso).

Perceba-se que, se a realidade social muda, também mudam as representações. Porém, tal reflexão não se apresenta de modo cartesiano, tendo em vista que, mesmo que algumas localidades na cidade não apresentem mais a “boa forma” urbana ou passem a apresentar infraestrutura deficitária, não voltarão à representação social de “invasão”, podendo, no entanto, se apresentar como “periferias” em contraste com a representação dos bairros “nobres”. Tal discussão será melhor apresentada em título posterior. Por agora, observem-se transcrições de trechos retirados do telejornal “Bom dia Mirante”:

[...] no **bairro** dos Três Poderes [...] um **bairro de alto padrão** aqui em Imperatriz, mas que **também enfrenta problemas de infraestrutura** como outros bairros. (G1, 2019, grifo nosso).

E você sabe **o que as comunidades consideradas nobres têm em comum com aquelas comunidades mais afastadas** do centro de Imperatriz? Os buracos. [...] **a falta de infraestrutura** nas ruas tem provocado prejuízos e transtornos [...] no bairro Três Poderes, área nobre de Imperatriz [...]. (Globoplay, 2019, grifo nosso)

Ora, se existe ausência de infraestrutura tanto nas áreas “nobres”, como nas comunidades mais afastadas (periferias, invasões), como se classifica um bairro como periférico e outro como nobre? Por quais motivos algumas “invasões” devem ser combatidas e a outras “comunidades” se deve emitir títulos definitivos de propriedade? Pensando assim, é importante voltar a Mello e Simões (2013), ao observar que os espaços físicos são determinados socialmente pelas representações sociais dos moradores, citam Chombart de Lauwe (MELLO e SIMÕES, 2013, p.67) quando diz que “um bairro urbano não é determinado apenas pelos fatores geográficos e econômicos, mas pela representação que seus moradores e os de outros bairros têm dele”. Um bairro (ou uma invasão) são categorizados diante da representação social de seus moradores (ou invasores).

Tal categorização como “nobres” de alguns bairros, por óbvio, não é natural, nem se trata de classificação a priori, mas denota os interesses existentes sobre os meios de comunicação e interesses da própria mídia. Segundo Patrick Champagne (2008, p. 63), os “mal-estares sociais não têm uma existência visível senão quando se fala deles na mídia, isto é, quando são reconhecidos como tais pelos jornalistas”, porém, logo no mesmo parágrafo, o autor assevera que os “mal-estares sociais” que são midiáticos sofrem “deformações” quando tratados jornalisticamente, pois os jornais não são meramente os meios de propagação de uma “visão de mundo”, ao contrário, também são construtores com interesses próprios, particulares (CHAMPAGNE, 2008, p.63).

Champagne (2008) denomina como “dominados” aqueles que não têm influência sobre a representação social construída com a participação da mídia por serem “desprovidos de cultura, e além disso incapazes de se exprimir nas formas requeridas pela grande mídia” (CHAMPAGNE, 2008, p. 68). Por isso, aqueles que não podem influenciar os meios de comunicação, tal como os “invasores” (dominados), permanecem depreciados quando figuram em matérias jornalísticas.

A partir das análises dos textos jornalísticos acima alocados, pode-se compreender que as representações sociais não são a realidade social, mas são influenciadas por essa, bem como a influenciam e a constroem, num processo mútuo e contínuo. Além disso, as representações sociais dos territórios na mídia não advêm apenas das condições espaciais do local, mas principalmente pelas condições sociais dos “moradores” (ou “invasores”). É importante ainda observar que a categorização de determinado local como “invasão”, “bairro”, “bairro nobre”, “periferia” não surge de classificações imparciais e desinteressadas, ao contrário, são construídas por influência dos

“dominantes” (aqueles que influenciam e constroem as representações midiáticas), em prejuízo aos “dominados”.

3 Reflexões sobre estigma e desviantes sociais

A partir dessas referências, podemos observar o excerto a seguir, retirado do site do jornal online Imirante (2018):

IMPERATRIZ – Uma medida judicial determinou a desapropriação da **invasão** do Bom Jesus, em Imperatriz, que foi **invadido** em 2015. Segundo a Justiça, o terreno foi **invadido** por **oportunistas** que se aproveitaram da situação para ocupar e comercializar ilegalmente lotes da área. (grifo nosso).

Evidencia-se acima a necessidade de repetição da palavra invasão para reforçar a condição dos moradores da Vila Esperança como desviantes sociais, utilizando-se conceito assinalado por Goffman (2008, p. 157). Como dito pelo autor, não há um conjunto de indivíduos estigmatizados em contraposição a um conjunto de indivíduos normais, o que há é

[...]um **processo social de dois papéis** no qual **cada indivíduo participa de ambos**, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O **normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas** que são **geradas em situações sociais** [...], **em virtude de normas não cumpridas** que provavelmente atuam sobre o encontro. [...] atributos estigmatizadores específicos não determinam a natureza dos dois papéis, o normal e o estigmatizado, mas simplesmente a **frequência** com que ele desempenha cada um deles. (GOFFMAN, 2008, pp.148-149, grifo nosso).

Desse modo, a frequente categorização de territórios como invasão pela imprensa faz parte de um processo de construção de representações sociais estigmatizadoras. Como vimos em Goffman

(2008), o estigma não faz parte da “essência” de qualquer indivíduo, em vez disso, é perspectiva frequente que se apresenta quando regras sociais não são cumpridas, em determinadas situações. Portanto, se a mídia reforça a representação social de “invasão” e de “invasores” ao indivíduo que habita aquele lugar, pode ser necessário utilizar “manipulação de informação” (GOFFMAN, 2008) para não ser prejudicado pelo estigma lançado pela representação social, ou como afirmam Mello e Simões (2013, p.67), “o morador de uma favela sabe que a informação acerca de seu local de residência é um capital que pode influenciar boa parte de sua trajetória social.”.

Nessa senda, pesquisa recente realizada em Havard buscou demonstrar a influência que o local de moradia exerce sobre a empregabilidade de um indivíduo. A matéria jornalística intitulada “Emprego é mais difícil para morador da Maré, diz pesquisa de Harvard” (G1 RIO, 2014) demonstra, estatisticamente, a grande diferença do retorno de empregadores diante de currículos fictícios, nos quais só se modificou o local de moradia, entre a favela da Maré (favela não pacificada), outras favelas pacificadas e os bairros “não favelas”⁵.

Goffman (2008, pp. 156-157) compreende dois tipos de “des-toantes” nas sociedades: os desviantes intergrupais (não será tratado desse tipo neste estudo, quais sejam as minorias étnico-raciais) e os desviantes sociais, sendo esses os indivíduos que, fazendo parte de uma “comunidade desviante”, são membros do que se denomina uma “classe baixa”, pois “trazem a marca de seu *status* na linguagem, aparência e gestos, e que, em referência às instituições públicas de nossa sociedade, descobrem que são cidadãos de segunda classe.” (GOFFMAN, 2008, p. 157).

5 Tais termos foram reproduzidos aqui pois são os mesmos utilizados na pesquisa referenciada. “Pacificação”, como consta na matéria citada, é termo que significa instalação de UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) (G1 RIO, 2014).

Valladares (1991), em seu artigo sobre imagem e representação da pobreza urbana no Brasil durante o século XX, observa no título que trata sobre transição da representação entre favela e periferia (VALLADARES, 1991, p.104) uma delimitação entre o que foi o “favelado” e o que passa a ser o morador de periferia. Assim como se discutiu em título acima, neste artigo, apesar de o espaço da “favela” ter sofrido urbanização, como assinala Valladares (1991, p. 103), “o custo de moradia na favela, com o mercado de aluguéis se desenvolvendo, acompanhando a inflação, praticamente inviabilizou a permanência de muitos”, não houve modificação na representação social do favelado. Porém é possível observar o surgimento de outras categorizações.

Observe-se o trecho a seguir:

Esta nova territorialidade da pobreza colocou em evidência o chamado morador de periferia em detrimento do “favelado”, reificado pela teoria da marginalidade e até então conhecido como o pobre urbano por excelência. **A nova categoria**, mais comumente referida como “**morador**” traz como novidade o fato de remeter não apenas a uma forma de morar que é distinta da favela (nos loteamentos predominam a baixa densidade; a distância do centro implica inúmeras horas gastas em transporte coletivo para chegar ao trabalho e ter acesso aos equipamentos coletivos) mas de **remeter também a um modo dos indivíduos procederem enquanto sujeitos e atores sociais** [...]. (VALLADARES, 1991, p. 104, grifo nosso).

É possível perceber que a representação social do indivíduo é tecida em conjunto com a representação social da sua territorialidade, reforçando-se os estigmas e as designações de desvios sociais. De modo similar, a categorização e oposição entre “trabalhadores pobres” e “bandidos” (VALLADARES, 1991, p.106) também é construída socialmente. Nesse sentido, em análise sociológica sobre a morte de um jovem na Cidade Alta (Rio de Janeiro) e sua repercussão na

mídia, Conceição (2013) verifica que a oposição entre “bandido” e “trabalhador” é a discussão essencial para a “opinião pública” determinar se uma execução arbitrária é justa ou não. Ou seja, se houve uma limpeza moral e o assassinado figura na categoria de trabalhador, então há uma injustiça, caso contrário, o bandido eliminado, mesmo que de modo contrário às regras estabelecidas em sociedade, o caso é legitimado socialmente (CONCEIÇÃO, 2013, p. 05).

Assim, como assinala Goffman (2008, p. 155), a representação estigmatizada dos criminosos se firma na ideia de que essas pessoas estão “engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social”, que são pessoas “incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; [...] falta-lhes moralidade”. A observação aqui é que essa categoria de bandido não se firma na representação social das áreas “nobres”. De modo contrário, seguindo o que deduz Champagne (2008, p. 68-69), nas “favelas”, “periferias”, “invasões” ou “subúrbios”, “a maioria dos jornalistas tendem a se concentrar na violência, a mais espetacular, e por isso, excepcional.”, não importando qual seja o cotidiano social, a “vida comum”, nesses territórios.

4 O Normal e o “Efeito de Clube”

No intuito de buscar compreender o papel da mídia na construção das representações sociais dos territórios, voltamos a Goffman (2008, p. 148) compreendendo que a existência das categorias de normal e estigmatizado é “um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida”. Portanto, o normal é aquele papel em que o indivíduo está seguindo as regras sociais, em determinadas circunstâncias.

Nessa senda, o que é normal em uma circunstância (ou território) não será em outra. Como se vê em Conceição (2018, p. 250):

A fusão entre a identificação do espaço e o sujeito nele inserido não é uma novidade. Entre os jovens participantes dos circuitos de bailes funks da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, é comum o nome do bairro se tornar uma espécie de segundo nome. [...] percebi, mais que a busca por um personalismo, os meus informantes [...] queriam, ao relacionar o condomínio à sua identidade, [...] principalmente, desfiliar-se do estigma da favela e suas consequências.

Percebe-se então que o normal em determinadas conexões e territórios (jovem no baile funk associar seu nome a um local) passa a ser estigma em outras (informante diante de pesquisador buscando se dissociar da representação de “favelado”). Conceição (2018, p. 250), em nota de rodapé, afirma que existe uma “prática de moradores de favela que colocam endereços de parentes ou amigos no currículo para não apresentar o verdadeiro endereço”, atentando-se para as representações estigmatizadas que recaem sobre indivíduos que habitam em determinados locais.

De modo inverso, como designa Bourdieu (2008, p. 166):

De fato, **certos espaços**, e em particular os mais fechados, **os mais “seletos”**, [...] proporcionam capital social e capital simbólico, pelo *efeito de clube* que resulta da **associação durável** (nos bairros chiques ou nas residências de luxo) **de pessoas e de coisas que**, sendo diferentes da grande maioria, têm em comum não serem comuns, isto é, **na medida em que elas excluem**, em direito, [...] **todos os que não apresentam todas as propriedades desejadas** ou que apresentam uma (pelo menos) das propriedades indesejáveis. [...] **O bairro chique, como um clube baseado na exclusão ativa de pessoas indesejáveis, consagra simbolicamente cada um de seus habitantes**, permitindo-lhe participar do capital acumulado pelo conjunto dos residentes [...]. (grifo nosso)

Assim, se o indivíduo mora em um bairro “chique” (ou “nobre”), tal indivíduo carrega consigo o *status* da normalidade, um capital social da adequação, transmitido e construído socialmente, reforçado nos meios de comunicação. Oliveira (2017, p. 145) dispõe que, em 1976, o jornal imperatrizense “O Progresso” já designava o Jardim Três Poderes como área nobre de Imperatriz, com a lista de nomes e sobrenomes dos compradores de lotes naquele local, pois segundo delimita o jornal as pessoas que ali morariam seriam garantia de “um ambiente sadio e agradável [...] a elite de Imperatriz. Não só a vantagem da certeza de que nos Três Poderes só fixarão residências as pessoas de destaque do mundo social” (OLIVEIRA, 2017, p. 204).

Não aproveitam a mesma representação social os bairros considerados periféricos. Nas “invasões”, os indivíduos que ali vivem são vistos como “oportunistas que se aproveitaram da situação para ocupar e comercializar ilegalmente lotes da área” (NASCIMENTO, 2018). Em sua Dissertação de Mestrado, Carvalho (, p. 122) expõe a situação do Condomínio Residencial Cristo Rei em que a autora observa o que denomina “arquitetura do medo”, pois os bairros que se avizinham dos territórios, periferias, “invasões” não querem ser identificados como fazendo parte do mesmo lugar estigmatizado:

No entanto, com a expansão da cidade, muitas ocupações irregulares foram surgindo nas proximidades do loteamento, que foi ficando cada vez mais centralizado e valorizado. **Com receio da vizinhança de menor poder aquisitivo** e da crescente violência de uma cidade em expansão, **os moradores do Cristo Rei tiveram a iniciativa de construir um muro** e, assim, **isolar-se do seu entorno**, e, por conseguinte, **formou-se o condomínio, que hoje conta com imóveis muito bem avaliados** pelos corretores imobiliários. **“Nossas casas ficavam vizinhas às invasões, e lá tinha muita marginalidade [...] Diante desse problema de invasões, nós resol-**

vemos então fazer um muro em torno. [...] **lá eram um padrão de classe média, bancários, alguns servidores do CEFET, fazendeiros** [...] Por isso resolvermos erguer o muro e formar o condomínio [...] (moradora do Condomínio Cristo Rei) (grifo nosso)

Segundo Bourdieu (2008, p.166), essa é a outra face do “efeito de clube”:

[...] o **bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam e que, em troca, o degradam simbolicamente**, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão a sua comum excomunhão [...] os mais afastados das exigências constitutivas da existência “normal” [...] (grifo nosso).

A excomunhão é o que há de normal entre os moradores das periferias, entre os “invasores”, entre aqueles que são surpreendidos com ordens de despejo nas quais a maioria das famílias não sabem para onde ir (Globo.com, 2013). Dito isso, a partir das observações acima expostas, pode-se compreender que o “efeito de clube” é delimitado pelas regras sociais de frequência de determinados locais, com a possibilidade de determinadas conexões entre pessoas “selecionadas”, ao mesmo passo em que se delimita pela exclusão de determinadas pessoas, representadas socialmente como estigmatizadas.

5 Considerações finais

As representações sociais de “bairro” e “invasão” são construídas, não são *a priori*, nem dizem respeito a designações puramente jurídicas, ou urbanísticas. No contexto social de Imperatriz, cidade de porte médio ao sudoeste do Maranhão, as representações observadas nos meios de comunicação fazem parte de um esquema social

em que a mídia veicula o que foi tecido nas relações de interesses entre os indivíduos e grupos sociais.

Os territórios são apresentados a partir dos estigmas que frequentemente são representados por seus habitantes, reforçam a perspectiva de um lugar de excluídos, ou, como visto no desenvolvimento desse artigo, são representados na grande imprensa como um lugar de “oportunistas”, “invasores”, enfim, de desviantes sociais, cidadãos de classe mais baixa. São excluídos também desse processo de construção da representação social, pois não têm suporte para influenciar os meios de comunicação.

Bairros considerados “nobres”, pretendendo maior valorização, desenvolvem-se a partir de relações entre indivíduos que se associam a partir da ideia de que são “seletos” e diferenciados, diante da marginalidade das “invasões” que se amontoam ao seu redor. O “efeito de clube” se reforça em dois âmbitos: na maior associação dos selecionados e maior dissociação dos excluídos. O reforço do que é normal reforça o que é estigma.

O papel da mídia, ao contrário do que pode parecer distraidamente, não é apenas reproduzir as realidades sociais e exprimir os fatos. Nem é apenas o trabalho de selecionar o que é fato jornalístico daquilo que não é. Os meios de comunicação selecionam, reproduzem e constroem representações sociais, a partir da realidade social, contribuindo para as categorizações dos espaços estigmatizados e, de modo contrário, recepcionando as influências dos “dominantes”, cunhando em conjunto com os outros atores sociais, designando aquilo que é normal, adequado e “nobre”.

Referências

BAIRRO nobre sofre pela falta de infraestrutura em Imperatriz. Bom dia Mirante. **G1**. 29 ago. de 2019. 02min11s. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/videos/v/bairro-nobre-sofre-pela-falta-de-infraestrutura-em-imperatriz/7880152/>>. Acesso em: 22 de jun. de 2020.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de Lugar. *In*: _____. (org). **A miséria do Mundo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008. p. 159-166.

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, territórios e cidadania. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 189-222, mar. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16, mai, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582005000100007>.

CARVALHO, Sheryda Lila de Souza. **Autossegregação urbana em Imperatriz/MA**: um estudo a partir dos condomínios horizontais do bairro Santa Inês. 2016. 212 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2016.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão Mediática. *In*: BOURDIEU, Pierre. (org). **A miséria do Mundo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008. p. 63-79.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “Qual dos três é melhor de se morar?”: uma análise de hierarquias habitacionais em um bairro popular carioca. *In*: R. K. Lima; M. A. S. Mello; L. L. Freire (orgs.). **Pensando o Rio**: políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar. Niterói: Intertexto, 2015. pp. 75-96.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “Quem disse que ele era bandido?”: Biopolíticas de controle e de extermínio em um episódio da

violência urbana carioca. *In*: GT 36 – Violência e Sociedade. **XVI Congresso de Sociologia**. Salvador. 2013. pp. 1-23. Disponível em: <https://www.academia.edu/6026153/_Quem_disse_que_ele_era_bandido_Biopol%C3%ADticas_de_controle_e_de_extern%C3%ADnio_em_um_epis%C3%B3dio_da_viol%C3%AAncia_urbana_carioca_artigo_2013_>. Acesso em: 25 de ago. 2020.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “**Sossega, moleque, agora você mora em condomínio**”: segregação, gestão e resistências nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro. Curitiba: Appris, 2018.

FARJADO, Vanessa. Emprego é mais difícil para morador da Maré, diz pesquisa de Harvard. **G1 Rio**. Rio de Janeiro, 10 de abr. de 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/emprego-e-mais-dificil-para-morador-da-mare-diz-pesquisa-de-harvard.html>>. Acesso em: 28 de jun. de 2020.

GABY, Carlos. Câmara Municipal realiza audiência pública para debater regularização fundiária da Vila Santa Luzia. **Câmara Municipal de Imperatriz**. Imperatriz, 14 de nov. de 2018. Disponível em: <<http://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/index.php/noticia/925>>. Acesso em 21 de jun. de 2020.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. Boston: Northeastern University Press, 1986.

MARCONCINE, Mari. Violência cresce e assusta moradores dos bairros. **Câmara Municipal de Imperatriz**. Imperatriz, 28 de out. de 2015. Disponível em: <<http://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/noticia/639>>. Acesso em 23 de ago. de 2020.

MELLO, Marco Antonio da Silva; SIMÕES, Soraya Silveira. “Onde você mora?”: propósitos e implicações do endereço. *In*: DUARTE,

Cristiane; VILLANOVA, Roselyne de (org). **Novos olhares sobre o lugar**: ferramentas e métodos, da Arquitetura à Antropologia. Rio de Janeiro: Contra Capa; FAPERJ, 2013, p. 65-80.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. Lições da rua: O que um racionalista pode aprender no Catumbi. **Arquitetura Revisita**, v. 1, n. 1, p. 67-79, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (1994), “O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica”. In: JOVCHELOVITCH, S. & GUARESCHI, P. (orgs.), **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. pp. 89-111.

MORADORES reclamam de falta de infraestrutura em bairros nobres em Imperatriz. Bom dia Mirante. **Globoplay**. 19 mar. de 2019. 03min. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7466816/>>. Acesso em: 22 de jun. de 2020.

NASCIMENTO, Angra. Justiça determina desapropriação da invasão do Bom Jesus, em Imperatriz. **Imirante**, Imperatriz, 28 de jun. de 2018. Disponível em: <<https://imirante.com/imperatriz/noticias/2018/07/28/justica-determina-desapropriacao-da-invasao-do-bom-jesus-em-imperatriz.shtml>>. Acesso em: 20 de jun. 2020.

OLIVEIRA, Helbaneth Macêdo. **Verticalização Urbana e Segregação Socioespacial em Imperatriz-MA**: uma abordagem a partir dos bairros Jardim Três Poderes e Maranhão Novo. 2017. 204 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2017.

PINTO, Hemerson. Reintegração de Posse marcada para este sábado foi adiada. **Correio**, Imperatriz, 01 de jan. de 2019. Disponível em: <<https://www.correio.com.br/noticia/4242/reintegracao-de-posse-marcada-para-este-sabado-foi-adiada>>. Acesso em: 20 de ago.

2020. POLÍCIA cumpre ordem de despejo na periferia de Imperatriz. Bom dia Mirante. **Globo.com**. 01 out. de 2013. 02min19s. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/bom-dia-mirante/videos/t/edicoes/v/policia-cumpre-ordem-de-despejo-na-periferia-de-imperatriz/2858733/>>. Acesso em: 27 de ago. de 2020.

REIS, Hyana. IBGE aponta crescimento da população de Imperatriz. **Correio**, Imperatriz, 31 de ago. de 2018. Disponível em: <<https://www.correio.com.br/noticia/103/ibge-aponta-crescimento-da-populacao-de-imperatriz#:~:text=258.016%20pessoas%20vivem%20em%20Imperatriz,uma%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20254.569%20pessoas.>>. Acesso em: 07 de set. 2020.

RILDO Amaral denuncia “indústria da Invasão” em Imperatriz. **Imirante**, Imperatriz, 18 de nov. de 2015. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2015/11/18/rildo-amaral-denuncia-undefinedindustria-da-invasaoundefined-em-imperatriz/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

VALLADARES, Lícia do P. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. *In*: BOSCHI, R. R. (org). **Corporativismo e desigualdade** – A construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo, 1991. pp. 81-111.

WEBER, Marx. **A “objetividade” do Conhecimento nas Ciências Sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

PROGRAMA AXÉ CULTURA: DECOLONIZANDO A HISTÓRIA DA MÍDIA EM SÃO LUÍS-MARANHÃO

GERSON CARLOS P. LINDOSO¹

1 Introdução

No presente ano de 2021, em que são feitas inúmeras comemorações referentes ao bicentenário da imprensa no Maranhão, realizadas a partir de inúmeros dispositivos materiais e imateriais, tanto analíticos quanto de memórias, que se expressam na maioria das vezes por meio da escrita e também da oralidade, é de extrema importância assumirmos o compromisso, enquanto comunicadorxs, educadorxs, estudiosxs e leitorxs em geral, de quebrarmos determinados ‘pactos coloniais’, ainda vigentes nas mídias desse país e ‘reconstruir’ democraticamente o nosso sistema de comunicação social brasileiro e maranhense. É imprescindível que possamos refletir sobre esses duzentos anos de imprensa no Maranhão, a partir de uma perspectiva ‘descolonial’ ou ‘decolonial’, ou seja, a opção teórica decolonial implementada nesse ensaio propõe um ‘desprendimento’ das epistemologias ocidentais que colonizaram os saberes e as disciplinas e uma abertura a um pensamento-outro, inaugurando novas formas de pensar, de ser e das próprias relações de poder (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 32) e de gênero (LUGONES, 2014) nos processos enunciativos midiáticos e da comunicação social brasileira e, especialmente, a maranhense.

¹ Mestre em Ciências Sociais (Antropologia) pelo PPGSOC-UFMA; Especialista em Gênero e Diversidade Étnico-Racial na Escola (GDE-UFMA); Professor EBIT do IFMA, Campus São Luís - Centro Histórico; Vice - Presidente da Comissão Maranhense de Folclore-CMF.

É urgente e necessário persistirmos em um giro decolonial midiático, a partir da abertura a outras formas de pensar e de vidas (economias outras, teorias outras das políticas) não eurocêntricas; promovendo uma limpeza das nossas ‘colonialidades’ do ‘ser’, do ‘saber’, das ‘relações de poder’ e de ‘gênero’, desprendendo-se da retórica da modernidade e do seu imaginário imperial (MIGNOLO, 2005, p. 29). O papel de um discurso contra-hegemônico ou de uma mídia alternativa (WOITOWICZ, 2009); radical (DOWNING, 2002), comunitária, popular, periférica, entre outras categorias que expressem igualdade em prol da diversidade aliada às diferenças representadas a partir dos processos comunicativos e midiáticos; é uma das mais importantes formas de combater uma série de assimetrias, violências, racismos, intolerâncias e invisibilidades disseminadas por um sistema de comunicação tradicional, hegemônico, Cishe-terobrancocêntrico, elitista, aliado às classes dominantes, principais detentoras desse aparato tecnológico no país. O jornalista e escritor maranhense Manoel dos Santos Neto (2006, p. 36), em sua árdua pesquisa a respeito dos jornais no período imperial (1821-1888) no Maranhão e suas relações com o sistema escravocrata, destaca aspectos relevantes de como o histórico de surgimento dessa imprensa tem profundas raízes coloniais e está atrelado aos ideais de dominação colonialistas portugueses, a partir do surgimento do nosso primeiro jornal, O Conciliador Maranhense (1821).

O professor Sebastião Jorge (1987, p. 20), em seu estudo sobre a história da imprensa no Maranhão, fortalece essa assertiva ao pontuar que o jornal Conciliador Maranhense era favorável à constituição portuguesa, defendendo com radicalismo o seu cumprimento, recomendando fidelidade às ordens emanadas do estado colonizador português. Manoel dos Santos Neto (Id, p.37), baseado no estudo do professor Jorge (Id), assevera que essas raízes colonialistas da im-

prensa no Maranhão se estenderam também com o surgimento de outros jornais, depois do Conciliador Maranhense, pois eram medíocres e não manifestavam preocupação com as causas da população negra ou afrodescendente.

Destacamos que o objetivo principal desse trabalho foi o de analisar como o programa radiofônico Axé Cultura vem ao longo de suas (re) existências contribuindo para um possível processo decolonial da história da mídia em São Luís-MA. O programa de rádio Axé Cultura, surgido no início dos anos 2000, comandado pelo babalorixá Itabajara Borges, líder da comunidade de matriz africana Ilê Ashé Akorô D'Ogum, em paço do Lumiar, vem ao longo de quase duas décadas de (re) existências, a partir de um contradiscurso hegemônico, buscando espaço e visibilidade para os povos e comunidades tradicionais de matriz africana em nosso estado; servindo de ferramenta tanto de comunicação popular quanto de combate aos racismos, intolerâncias, xenofobias e, atualmente, alargando os debates de suas pautas acerca da discussão de assuntos variados como Educação, Cidadania, Segurança, Políticas Públicas, entre outros.

É interessante destacar que as relações dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana em São Luís-Maranhão, especificamente as vertentes da Umbanda e o Tambor de Mina, com os meios de comunicação de massa são registradas desde os anos 50 e tomam corpo especialmente nos anos 70 em que lideranças dessas religiões (Pai Ubaldo, José Cupertino, José Negreiros, Jorge Itaci) reconfiguram o campo afro-religioso maranhense, a partir de suas inserções discursivas em programas radiofônicos (LINDOSO, 2006, 2009). Ao longo de nossa trajetória no curso de Comunicação Social- Jornalismo (1999-2005) na UFMA através de um diálogo pós-estruturalista e decolonial, propomos uma profunda reflexão teórico-prática a respeito dos discursos midiáticos colonizados, dos

históricos estereótipos e estigmas dos meios massivos em relação a essas religiões; indo além, identificando as reordenações desses sujeitos sociais diante desse campo midiático hegemônico, a partir de seus lugares protagonistas de fala em programas próprios (Id, 2005, 2004, 2002).

O racismo estrutural no Brasil é ainda um dos sustentáculos da Branquidade/Branquitude e da Brancura (ALVES, 2010; PINHEIRO, 2014) nos atuais lugares de poder em nosso país nos mais variados setores, a exemplo da política, da economia, da educação e especialmente nos meios de comunicação, daí advêm variados contrapontos, dentre eles: como em um país miscigenado em que 56% da população brasileira se autodeclara preta/parda, de acordo com a Pesquisa Nacional por amostra de domicílio-PNAD/ IBGE (AFONSO, 2021) apresenta números tão irrisórios de pessoas negras em lugares de poder, protagonizando processos de lideranças nas mais variadas instâncias do trabalho e especialmente no universo midiático? E por qual motivo no Brasil e em São Luís-Maranhão os povos e comunidades tradicionais de matriz africana são tão invisíveis enquanto detentores de concessões midiáticas, liderando programas de rádio, de TV, na publicidade (propagandas) e mesmo, atualmente, nas mídias digitais?! Como as religiões desses povos e comunidades tradicionalmente pautadas na oralidade, atextuais sofrem transformações históricas, passando por diversas textualidades até a era das mídias digitais?

Um dos pressupostos da pesquisa antropológico-midiática não é de cumprir objetivos à risca e nem de dar respostas prontas para todos problemas elencados aqui, mas de gerar cada vez mais questionamentos e levantar debates a respeito dos fenômenos sociais e culturais em nossa sociedade, que tem como ponto central o universo da comunicação. Como forma de organizar nossas colocações,

dividimos esse ensaio em cinco momentos discursivos, que chamamos aqui de itens discursivos: no item 1, a introdução, fazemos uma apresentação do objetivo principal da pesquisa e parte de sua problemática, que tem como foco a decolonialidade e a mídia; no item 2, destacamos como é importante enquanto brasileiroxs (as/os) implementarmos na prática um processo decolonial da história do negro ‘nos’ e ‘pelos’ meios de comunicação em nosso país; no item 3, apontamos como as religiões de matriz africana no Brasil ainda passam por um discurso de ‘colonialidades’ emitido pelos meios de comunicação, a exemplo da Revista O Cruzeiro (1951) com a reportagem ‘As noivas dos deuses sanguinários’; no item 4, explicitamos como as religiões de matriz africana se relacionam com a mídia a partir de lugares de destaque e poder; e no item 5, analisamos o nosso objeto de estudo, programa Axé Cultura, a partir de uma perspectiva decolonial e fazemos um desfecho com as considerações finais e as referências bibliográficas.

Foi muito satisfatório atualizar informações e demais dados de nossa pesquisa, retornando ao programa de rádio Axé Cultura nesses dezoito anos de (re) existências, em que o babalorixá Itabajara ainda é o seu principal idealizador e apresentador, em que o programa passou por mudanças estruturais em face das adaptações que o rádio vai incorporar em face das novas tecnologias digitais ou mídias digitais. O Axé Cultura está sendo transmitido atualmente pela recente e inovadora rádio Guará, localizada na rua das Macaúbas, nº 2, bairro Renascença, São Luís-Maranhão, que tem como um dos seus diretores o jovem comunicador Danilo Quixaba.

Imagem 1: logotipo da rádio Guará.



Fonte: portalguara.com

2 A importância de um processo decolonial na história do negro através da mídia brasileira

Os meios de comunicação em nosso país, historicamente, foram apropriados por grupos empresariais e familiares ligados às classes dominantes, dominados por um regime cisheterobrancocêntrico de tentáculos patriarcais, racistas, monoculturais e eurocêntricos, resultando com o passar do tempo a consolidação hegemônica desses grupos a partir de verdadeiros conglomerados midiáticos. Sabemos que um dos papéis fundamentais dos meios de comunicação, muito mais do que transmitir informações em massa, é de influenciar, usualmente ditando regras e normas e estabelecendo padrões sociais,

políticos e culturais em sua totalidade, além de se configurar como um quarto poder (SODRÉ, 2012).

O professor Nelson Werneck Sodré (1999) diz que a história da imprensa no Brasil se confunde com a própria história do capitalismo e, em meio às aspirações e pressões das privatizações da imprensa, de acordo com os valores do capital, surgem os princípios da liberdade da imprensa (motivados por acontecimentos históricos como a Revolução Francesa e Americana). Como aponta Carla Rizzotto (2021), um dos papéis dos meios de comunicação social no Brasil, desde a segunda metade do séc. XX, é o de servir de instrumento de dominação capitalista; a imprensa empresarial surge como um mundo de negócios, fazendo do universo da informação uma indústria, homogeneizando, formatando, padronizando, criando tipos monoculturais a serem consumidos (cisheterobrancocêntricospatriarcais).

A partir dessas argumentações introdutórias, provocamos a problemática que intitula o primeiro item de nosso artigo, a importância de um processo decolonial na história da nossa população afrodescendente no Brasil através da real inclusão, participação e representatividades positivas e heroicas do negro ‘no’ e ‘pelos’ meios de comunicação brasileiros. É mais do que urgente e necessário redefinirmos e reorganizarmos frentes de lutas, movimentos e redes solidárias de reivindicação por mais leis e políticas públicas de inclusão midiático-digital, com acesso igualitário, democratizando e inserindo nossa população negra, afrodescendente e tradicional de matrizes africanas massivo e tecnológico tão racista e excludente.

Antes de mais nada, queremos apontar os sentidos e significados de alguns conceitos básicos referentes a esse processo que evidencia a decolonialidade do ser, do saber e das relações de poder (COSTA; GROSFUGUEL; MALDONADO-TORRES, 2019, p. 10) e de gênero (LUGONES, 2014) dentre eles o colonialismo, a

colonialidade, a descolonização e a decolonialidade, tendo a modernidade como elemento basilar para pensarmos todos os conjuntos de acontecimentos históricos, culturais, econômicos, políticos e de poderes diversos, decorrentes dos processos de colonização e colonialidade eurocêntrica. Para além das falsas promessas de progresso, desenvolvimento e ‘evolução’, o projeto moderno europeu de sociedade apresenta um lado totalmente obscuro, sangrento e violento que deixou marcas indeléveis em nossas comunidades tradicionais e culturais brasileiras, a exemplo dos povos originários indígenas e afrodescendentes, comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiros.

Para pensarmos as categorias-chave supracitadas (colonialismo/ colonialidade e descolonização/decolonialidade), vamos explicitar algumas definições teóricas estribadas em autores como Aníbal Quijano (2010) e Walter D. Mignolo (2005), quando definem o colonialismo como um período histórico derivado do processo de expansão territorial marcado pelas navegações e descobertas de novos continentes pelos colonizadores europeus, peça-chave para o projeto cultural de expansão capitalista e que teve origem no ocidente (continente europeu). O conceito de modernidade está implicado nessas elucubrações, como um processo histórico permeado por várias máximas de dominação violenta em sua totalidade; muitas vezes representado de modo mascarado por sentidos simplistas e comuns, dentre eles os de novas invenções, progresso, desenvolvimentos com avanços sociais, econômicos, culturais, científicos, tecnológicos, etc.

A colonialidade, de acordo com o filósofo peruano Aníbal Quijano (Id, p. 85), é um fenômeno histórico, cultural; filha do colonialismo (que se limita a um marco histórico temporal) e pode ser definida como um vínculo entre passado e presente, sustentado mesmo após a experiência violenta de dominação do próprio colo-

nialismo. Sua operacionalização é disseminada por meio da naturalização de certos padrões nas relações de poder e da naturalização das hierarquias raciais, culturais, territoriais, de gênero e epistêmicas (WALSH, 2013), especialmente nos meios de comunicação social, daí ser tão comum ou até mesmo natural termos um percentual irrisório de pessoas negras representadas de modo positivo/heroico e ‘pretagonista’ enquanto lideranças nos mais variados espaços midiáticos no Brasil.

Para quem pensou que o fim do processo de descolonização dos países latino-americanos, iniciado em meados do séc. XVII e concretizado no séc. XX, significou o fim do domínio europeu, é preciso de atenção para que compreenda os sentidos e significados das categorias descolonização e decolonialidade. Para o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2019), a noção de colonialidade decorre do fato de que os processos de descolonização não resultaram em mundos descolonizados, pois, segundo ele, a primeira descolonização iniciada no séc. XIX pelas colônias espanholas e no ano seguinte pelas inglesas e francesas foi incompleta.

O filósofo colombiano Santiago Castro Gomez & Grosfoguel (2019, p. 13) evidenciam que a decolonialidade é entendida como uma segunda descolonização sendo dirigida a um sistema de organização não hierárquico e que leve em consideração as múltiplas relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas e econômicas e de gênero que a primeira colonização deixou intacta. Urge mais do que nunca o que Nelson Maldonado Torres (2019) e Walter D. Mignolo (2010, p. 91) definem como ‘giro decolonial’, a implementação plena, prática e coletiva de um movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico em oposição à lógica da modernidade/colonialidade, tendo como base um amplo diálogo com os movimentos e comunidades tradicionais (a exemplo das populações afrodescen-

dentos, dos povos de matriz africana e as indígenas, entre outras no Brasil) em oposição a um punhado de teorias limitadas e restritas a determinados indivíduos nos muros das instituições educacionais (academia, universidades, institutos).

Maria de Fátima Jerônimo Marques (2013), em seu trabalho sobre a democratização dos meios de comunicação no Brasil, exemplifica que as empresas de comunicação em nosso país são predominantemente comerciais, regidas por uma lógica mercantil e do capital. A mesma autora (Id Ibid) destaca que, apesar dos meios de comunicação serem concessões públicas, os 'mass media' estão concentrados nas mãos de poucas famílias e grupos empresariais, constituindo um verdadeiro império produtor e monopolizador de informações.

Diante disso, podemos lançar olhares críticos a respeito da ambígua representação da população negra na história da comunicação brasileira (permeada por invisibilidades, estereótipos, estigmas, subalternização e inferiorização midiática), pois essa sub-representação está atrelada a um conjunto de causas de âmbito macro, ou seja, às indústrias midiáticas globais, dentre elas, destacamos: a concentração de propriedade, a propriedade cruzada dos veículos massivos e a mercantilização da informação.

Muniz Sodré (1999, p. 245-246) complementa essas discussões dizendo que essas sub-representações relacionadas ao negro através da mídia são fruto de racismo, suscitado por vários fatores como: negação, recalçamento, estigmatização e indiferença profissional, aliando tudo isso a um processo histórico do colonialismo/colonialidade, de preconceitos e discriminação contra o negro.

3 DESFOCANDO O ALVO - 'AS NOIVAS DOS DEUSES SANGUINÁRIOS - EM O CRUZEIRO': as colonialidades relacionais entre os meios de comunicação e as religiões de matriz africana no Brasil

Por quase duas décadas, temos nos debruçado de modo sistemático por meio de pesquisas junto à academia (LINDOSO, 2004, 2007, 2012), movimentos sociais e, especialmente, nas comunidades tradicionais de matriz africana no Estado (São Luís - capital e outras cidades maranhenses, a exemplo de Codó e Bacabal) as ambiguidades e as colonialidades presentes nas relações dos meios massivos brasileiros e as religiões de matriz africana no país. De como essas religiões fundamentadas na oralidade (sem a presença de um livro doutrinário comum e universalizado), desenvolvidas por meio da tradição da transmissão oral dos seus mitos, danças, cânticos, rituais em seus locais sagrados (Ilês, Abassás, Casas) foram historicamente tecnologizadas e sub-representadas por um sistema midiático hegemônico, elitista, racista, cisheterobranco-cêntrico e de sustentáculos cristãos ocidentais.

Se fizermos um exercício analítico para tentar compreender os sentidos e significados desse processo permeado de colonialidades, é necessário também fazer uma leitura ampla do processo bárbaro, desumano e assassino que nossos ancestrais foram acometidos ao longo de séculos por meio de um sistema escravocrata - braço direito da colonização europeia nas américas (DORIGNY; GAINOT, 2017, p. 52), tendo no Brasil a participação vital e fundamental da religião, a partir do catolicismo ou da igreja católica. Ilustrando esse processo de dominação violenta e total, o escritor e poeta martinicano Aimé Césaire (2010, p. 18) afirma que o 'pedantismo cristão' na

imposição forçada da religião do colonizador aos povos oprimidos e colonizados (povos originários-indígenas e africanos) se deu a partir da elaboração de equações mirabolantes e desonestas, resultando em consequências indeléveis e quase que indestrutíveis até os dias atuais.

As equações desonestas implementadas pelo Colonialismo mencionadas por Cesaire (Id, Ibid) descrevem categorias associativas interessantes e importantes para refletirmos sobre esse contexto violento que a população africana no Brasil colonial experimentou de não poder professar sua fé e cultuar seus deuses (orixás, voduns, inquices, etc.), sendo a ela imposta a religião do dominador: Cristianismo = Civilização; Paganismo = Selvageria. As consequências colonialistas desses atos racistas e abomináveis disfarçados de conversão (humanização?!) foram as piores possíveis, vitimando índios, amarelos e negros (Id Ibid), tendo continuidade até os dias atuais, a partir das crescentes violências, perseguições e tentativas de destruição dessas religiões em um país que se autoproclama e propaganda como sendo um Estado laico, de culturas diversas e plurais em meio ao ‘mito da democracia racial’ (FREYRE, 2006).

O professor Ricardo Freitas (2003, p.67), ao falar das relações entre o Candomblé e os meios de comunicação no Brasil, faz uma distinção temporal importante entre os séculos XIX e XX relacionada às transformações incorporadas por essas religiões, que passam de um caráter atextual (de predomínio oral) para religiões textuais, tecnologizadas (midiatizadas) e mais recentemente digitalizadas ou hipertextualizadas. É a partir do séc XIX que teremos a organização dessas religiões em territórios sagrados, a exemplo dos terreiros, casas, centros, abassás, ilês, ganzuás, etc e suas identificações em matrizes, a priori fixadas nos lugares de suas fundações, a exemplo do Tambor de Mina em São Luís-Maranhão; do Candomblé em Salvador-Bahia; do Xangô em Recife-Pernambuco; do Batuque no Rio

Grande do Sul e, posteriormente, já na primeira metade do séc. XX, é organizada e fundada uma religião mista de bases afro-indígenas, espirituais kardecistas e orientais no Rio de Janeiro, a Umbanda.

É interessante afirmar que o contexto sociocultural do séc. XX em que as religiões de matriz africana são alçadas a um caráter textual e começam a ser lidas e (in) visibilizadas (negativamente!) por um sistema de comunicação social brasileiro fundado nas colonialidades do ser, do saber e das relações de poder (COSTA; GROSFOGUEL; MALDONADO-TORRES, 2019, p. 10) e de gênero (LUGONES, 2014) é marcado por discussões e ações voltadas para a implementação de um projeto moderno de nação ou de estado nacional. Um contexto histórico profundamente marcado pelo racismo científico (o conceito de raça como elemento de classificação da humanidade, hierarquias, desigualdades) e pelas influências acentuadas das teorias raciais europeias do século passado, que passam a ser temas de discussões intelectuais mais intensas no Brasil pós-abolição (1888).

O médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1935, p. 378), ao fazer uma comparação das religiões de matriz africana no seu continente de origem e na diáspora, aponta que essas religiões no continente africano gozavam de maior reconhecimento, autonomia e proteção do que no Brasil, em que eram comumente classificadas como animismo, fetichismo, condenadas pela religião dos dominantes e abandonadas pelas leis. Além desses estigmas e situação caótica exemplificados, Nina Rodrigues (Id Ibid) lamenta que a imprensa baiana legitimasse aquele contexto degradante e excludente, disseminando por meio de seus textos a ideia de que os sabres dos soldados deveriam ter mais eficácia do que os chicotes dos feitores.

O discurso da mídia ou da imprensa na primeira metade do séc. XX também era fruto do contexto histórico da época, os meios de co-

municação, especialmente os jornais serviram como armas poderosas para o combate das religiões de matriz africana, ora oferecendo espaço para denúncias, perseguições, invasões, destruições, ora provocando o braço de ferro do Estado, a polícia para que tomasse providências (SOUSA JÚNIOR, 2018, p. 24). Como bem expressa o antropólogo Wilson Caetano (Id Ibid), a imprensa em grande parte das vezes parecia ser mais combativa do que as próprias autoridades policiais e as delegacias de costumes valiam-se disso para transformar o resultado de suas batidas em ‘acontecimentos sensacionalistas’, nos jornais.

Os sensacionalismos, as espetacularizações e a folclorização dessas religiões são marcas da colonialidade, que ainda estão muito vivas na mídia brasileira, desde o século XIX de modo mais intenso em que elas são fundadas e agrupadas em territórios sagrados - terreiros. A revista O Cruzeiro (fundada pelo jornalista, político e magnata das comunicações naquela época, Assis Chateaubriand), no ano de 1951, publicou uma matéria intitulada **‘As Noivas dos Deuses Sanguinários’** assinada pelo repórter Arlindo Silva (in memorian) e com trinta e oito fotografias do fotógrafo José Araújo Medeiros (1921-1990), chocando todo o povo de santo brasileiro a partir das fortes imagens dos rituais de iniciação de três noviças ou futuras iaôs no Candomblé em Salvador-Bahia.

José Medeiros (2009, p. 6) relatou as dificuldades para a elaboração dessa matéria ‘jornalística’ em face das casas de Candomblé, especialmente as mais ‘tradicionais’ (Casa Branca, Opô Afonjá, Casa de Oxumarê, entre outras) negarem tal intento, pois uma exposição desmedida como essa dos interditos e segredos da religião atrairia muitas coisas ruins. Diante disso, Medeiros (Id Ibid) foi levado a um terreiro de Candomblé menor e mais afastado, em um subúrbio ferroviário soteropolitano, junto aos bairros da Plataforma e Ilha Amarela, o terreiro de Oxóssi, liderado por Risolina Eleotina dos

Santos, mais conhecida como mãe ‘Riso da Plataforma’, que naquele momento estava preparando três filhas de santo para passarem pelos rituais de iniciação na religião.

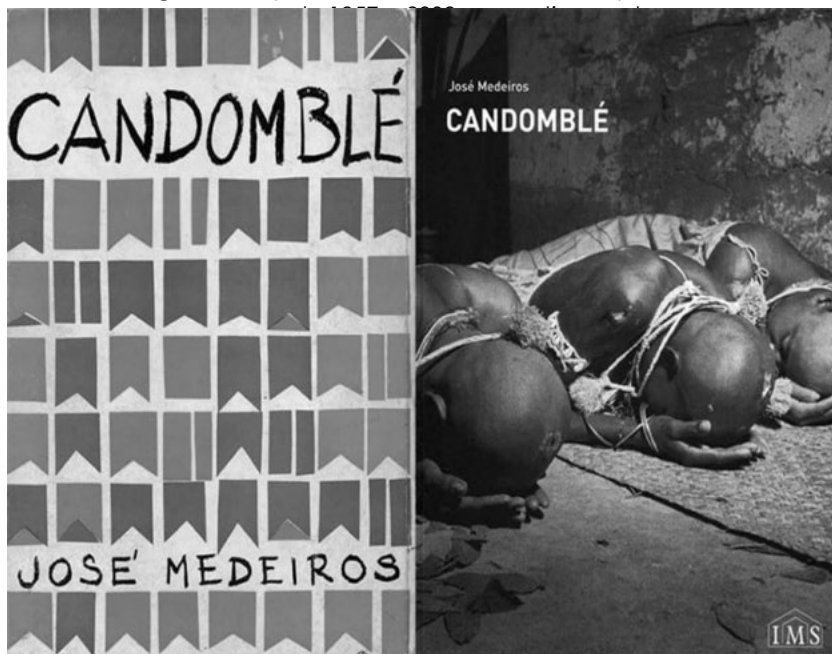
Em troca de despesas para custear os rituais de iniciação, Mãe Riso aceitou que a matéria fosse feita pela revista O Cruzeiro e que o ritual fosse documentado e fotografado. O ineditismo e o sensacionalismo da reportagem causaram um grande escândalo dentro da religião, mas trouxeram muitos lucros para a revista, entretanto, as consequências para o terreiro de Oxóssi foram devastadoras, como aponta Freitas (2003, p. 69):

Uma das recém-iniciadas se suicidaria um ano mais tarde, outra seria internada em um hospital psiquiátrico e a mãe de santo de nome Riso seria apedrejada e assassinada, também um ano depois. Seis anos mais tarde, a empresa gráfica O Cruzeiro, resolveu publicar a matéria, agora, em forma de livro, intitulado Candomblé, contou com sessenta fotografias e eximiu-se do título da matéria originária (FREITAS, 2003, p. 69).

Como explicita o professor Ricardo Freitas (Id Ibid), após o triste fatídico com as envolvidas, essas imagens de caráter privativo afro-religioso foram publicadas em uma reportagem na revista O Cruzeiro (1951/ Edição 048) com o seguinte título **“As Noivas dos Deuses Sanguinários”**, posteriormente em um livro de autoria apenas de José Medeiros (1957; 2009), intitulado apenas ‘Candomblé’. Atualmente, esse conteúdo imagético pode ser consultado nos arquivos do Instituto Moreira Sales (<https://ims.com.br/sobre-o-ims/>), que abriga atualmente todo o acervo desse fotógrafo piauiense.

Por questões éticas, morais e de respeito aos nossos povos e comunidades tradicionais de matriz africana não reproduziremos tais imagens nesse artigo.

Imagem 2: Capas do Livro de José Medeiros, publicado



Fonte: Portal Editora Olhavê, 2022

Esse triste acontecimento de massificação na e pela mídia de um dos rituais das religiões de matriz africana no Brasil, nos anos 50 em Salvador-Bahia, nos revela a vulgarização e a clichêização do universo simbólico do próprio Candomblé, e que seria combatido tanto pelas comunidades de santo quanto por uma configuração científica a partir de estudos etnográficos e antropológicos.

4 DESCOLONIZAÇÃO/DECOLONIALIDADE E A HISTÓRIA DA MÍDIA BRASILEIRA: inserções, programas e contradiscursos afro-religiosos.

O contexto social global, com destaque para a nossa realidade brasileira, pode ser caracterizado a partir da concentração do conglomerado tecnológico dos meios de comunicação; das desigualdades sociais, culturais e midiáticas acentuadas por um processo de globalização contínuo. Em meados dos anos 80, o setor comunicacional global passa por grandes transformações com processos de privatização, desregulamentação e constituição de novas formas e instâncias de regulação (BOLAÑO, 2003).

Mais uma vez, ponderamos que a história do sistema midiático brasileiro está muito ligada as nossas heranças colonialistas de dominação (colonialismos), visto que esses veículos massivos já nascem privados (comerciais) em sua maioria, e, atualmente, ainda estão concentrados nas mãos de pequenos grupos elitistas/empresariais/de mercado, facilitando a inserção do capital internacional, a concentração e a monopolização das comunicações, ou seja, a mercantilização da informação (MARQUES, 2013). Além desses pressupostos, explicitamos que o setor midiático nacional é composto por forças políticas poderosas e dominantes, que decidem o que e como a população deve ser informada, contrariando o artigo 220, parágrafo 5º da Constituição brasileira de 1988, que diz que os meios massivos brasileiros não podem, de modo direto ou indireto, ser objeto de oligopólios (Id Ibid).

Diante de um complexo histórico colonialista de como surgem e são operacionalizados os meios de comunicação social no Brasil, queremos chamar a atenção para um conjunto de estratégias, alternativas, brechas, contraposições aos discursos manipuladores e dominantes de

um conglomerado midiático, regido pela lógica mercantil capitalista homogeneizante a que estamos fadados. É nosso dever pensar como as comunidades de matriz africana, em nosso país, passaram por mudanças, (re) existiram e produziram contradiscursos em face de um sistema midiático acentuadamente racista e excludente?!

Não pretendemos esgotar ou mesmo elaborar, aqui, um quadro analítico descritivo exaustivo de todas as matrizes afro-religiosas no Brasil e seus desdobramentos para contradizer essa ótica massiva dominante, mas temos como intuito provocar, por meio de alguns protagonismos heroicos e contradiscursos dessas religiões, as estratégias elaboradas; e de como foram produzidas vozes afro-religiosas dissonantes, alternativas e radicais, tendo como pressupostos básicos a intensificação e implementação de possíveis projetos decoloniais para a mídia nacional. As sociabilidades tecnologizadas construídas por uma comunicação alternativa, radical, contra-hegemônica e decolonial advindas das comunidades tradicionais de matriz africana no Brasil e/ou afro-brasileiras podem ser apontadas e identificadas historicamente a partir da primeira metade do séc. XX com o nascimento da Umbanda, religião tipicamente brasileira (ORTIZ, 1999, p. 14).

Como evidencia Renato Ortiz (Id, p. 16), a Umbanda é uma religião que, apesar de ter traços africanos, vai concentrar também elementos culturais diversos (indígenas, espíritas kardecistas, orientais) configurando-se como uma religião que vai corresponder à integração das práticas afro-brasileiras em um projeto de sociedade moderna. No ano de 1933, com o título ‘O Espiritismo, a Magia e as Sete Linhas de Umbanda’, de autoria de Leal de Sousa, fruto de uma coletânea de matérias jornalísticas iniciadas por ele no ano de 1917, é publicado o primeiro livro a respeito dessa religião.

Ainda nos anos 30, já são publicados pequenos impressos e folhetos sobre essa religião, através do órgão noticioso e doutrinário da

União Espírita de Umbanda, que nos anos 50 publica o seu Jornal da Umbanda. Em 1952, o saudoso radialista e umbandista carioca Átila Nunes Pereira vai criar o primeiro programa de rádio sobre essa religião, intitulado ‘Melodias de Terreiro’, que atualmente tem setenta anos de existência. Com grande projeção na mídia nacional, no rádio, na televisão e na indústria fonográfica (lp’s de cânticos umbandistas), tem-se o fenômeno ‘Seu Sete da Lira’, o ‘Exu das Sete Encruzilhadas’- Rei da Lira, entidade espiritual e guardião da saudosa e famosa médium carioca Cacilda de Assis de Sousa, que segundo o advogado e umbandista Cristian Siqueira (2020), atraía milhares de pessoas para os seus trabalhos de cura e caridade entre os anos sessenta e oitenta.

Nessa mesma época supracitada (entre os anos 60 e 80), mãe Cacilda apresentou um programa na rádio Metropolitana, na cidade do Rio de Janeiro. No início dos anos 70, mãe Cacilda, incorporada com Seu Sete da Lira, participou de dois programas de auditório na televisão muito famosos na época, o programa Buzina do Chacrinha (Rede Globo) e o programa de Flávio Cavalcanti (na extinta Rede Tupi), causando muito alvoroço em face das energias emanadas por sua entidade espiritual (SIQUEIRA, 2020, p. 189-190).

Em São Luís-Maranhão, destacamos alguns importantes líderes umbandistas e mineiros midiáticos imprescindíveis para a elaboração da História decolonial dos meios de comunicação no Estado. Podemos apontar o nome do finado pai de santo, umbandista e político José Cupertino de Araújo, que comandou um programa de rádio de bastante sucesso na antiga Rádio Gurupy (entre os anos 60 e 70); e os saudosos pais de santo Ubaldo (rádio Educadora) e o pai de santo José Negreiros/ Rádio-programa ‘Vozes’- ‘Voz Bom Jesus dos Navegantes’ (SANTOS, 2017, p. 21). Como aponta a pesquisadora Reinilda Santos (2014, p. 14-15) José

Negreiros foi um pai de santo maranhense muito ‘afamado’ (anos 50-70), de ‘grandes amizades’, e que teve uma projeção midiática ‘diferente’ na época, inclusive sendo citado na música ‘Coco de Juliana’, composta por um dos seus ilustres amigos, o saudoso cantor paraense Ary Lobo (1930-1980). Apontamos como referências midiáticas valorosas no Tambor de Mina, o saudoso babalorixá Jorge Itaci de Oliveira ou ‘Jorge Babalaô’ (Terreiro de Iemanjá- bairro Fé em Deus, SL-MA.) que comandou um programa de rádio no início dos anos 70 (1972), intitulado ‘Timbira na Ronda dos Orixás’ (Rádio Timbira), que também fez muito sucesso, interagindo com o público por meio de cartas. Além dele, é de extrema importância citarmos o babalorixá José Itaparandi Amorim, líder do Ilê Ashé Otá Olé (Terreiro de Mina Pedra de Encantaria), localizado no conjunto Maiobão, município de Paço do Lumiar/Maranhão. Esse líder afro-religioso apresentava o programa ‘Cultura Mística’, na rádio Cultura FM 106,3 também no município luminense. Indiscutivelmente não podemos deixar de citar o nome do pai de santo e também político já falecido Sebastião de Jesus Costa (Sebastião do Coroado), que começou no rádio (década de 70) e migrou para a televisão, apresentando o programa pioneiro (idealizado por ele mesmo) intitulado “Viva a Oxalá”, a partir dos anos 80 com intervalos ou paradas de exibição nas décadas de 90 e anos 2000.

A matriz afro-religiosa do Candomblé que tem relações muito profundas com a Bahia, pois os primeiros Ilês (casas) ou terreiros das mais variadas nações étnicas (Ketu, Nagô, Congo/Angola; Angola, Ijexá, Jeje-Mahis, entre outras) dessa vertente foram fundados por africanas (os) nesse Estado no séc. XIX. É inegável que as relações do povo de santo no Candomblé e dessa religião com variadas instâncias sociais, culturais e políticas, no país fizeram com que ele se tornasse um dos mais conhecidos sistemas de práticas e tradições

religiosas de origem africana no Brasil, contando inclusive com a mídia como mola propulsora.

É fato que o Candomblé, no início do séc.XX, passou a ser objeto de uma série de publicações bibliográficas e investigação científica, a exemplo dos estudos pioneiros do médico e antropólogo maranhense Raimundo Nina Rodrigues com o 'Animismo Fetichista dos Negros Bahianos' (1900) e os 'Africanos no Brasil' (1932), embasados pelas teorias evolucionistas na época ao tentarem relacionar os males da nação ao seu processo civilizatório e sua formação miscigenada (FREITAS, 2003, p. 67). A migração de importantes lideranças do Candomblé (Iyalorixá Davina Maria Pereira- Ilê Ogunjá; Joãozinho da Gomeia-Candomblé Angola e João Lessengue-Candomblé Angola-Bate Folha) da Bahia para o Rio de Janeiro em 1940 foi fundamental para que essa vertente afro-religiosa fosse difundida para além da mídia impressa (jornais e revistas) (Id Ibid).

Destacamos, entre esses nomes dessas lideranças candomblecistas supracitados, a figura de Joãozinho da Gomeia, o rei do Candomblé e rei da Mídia (Id, 2020, p. 94), o pai de santo baiano que extrapolou os limites do universo afro-religioso brasileiro, promovendo por meio de sua presença recorrente na mídia um diálogo positivo entre o Candomblé e a sociedade mais ampla; combatendo sérios racismos e intolerâncias religiosas e consolidando um projeto de valorização da cultura nacional no Brasil e nas américas.

Concordamos com o professor Ricardo Freitas (Id, p. 100), ao classificar Joãozinho da Gomeia como um agente da mídia radical alternativa de seu tempo, criador de conteúdos, um influenciador midiático analógico (influenciador digital de hoje!), formando opiniões positivas da religião, criando contranarrativas por meio da estética e plasticidades. Ele criou contradiscursos e contrainformações a respeito do negro no Brasil racista.

Imagem 3: Capa de Lp gravado por Joãozinho



Fonte: Portal Carta Capital, 2022

5 PROGRAMA AXÉ CULTURA: interseccionando (in) visibilidades, lutas e (re) existências

Falar mais uma vez do programa de rádio Axé Cultura é muito mais do que refletir a partir de um olhar científico a respeito de um veículo massivo e do seu processo comunicacional e interacional com os seus públicos e a sociedade em geral, mas é de rememorar toda uma trajetória árdua de caminhada, de lutas e de reivindicações políticas a favor da produção de uma pesquisa livre e democrática, a princípio no Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão-UFMA embasada em uma perspectiva decolonial. Reiteramos que a decolonialidade abre discussões para fazermos uma leitura desconstrutiva da modernidade, que, apesar de ser um conceito

plurissignificativo, aqui é entendida como um conceito eurocêntrico (que teve seu ponto de partida no continente europeu, propagando uma série de violências e desigualdades em meio às diferenças e à diversidade cultural de outros povos), um processo histórico orientado por diversas perspectivas dominantes (DUSSEL, 2000). Reforçamos que o estudo de um programa radiofônico, de cunho afro-religioso em São Luís-Maranhão, além de ter como um dos intuitos enegrecer a história da imprensa maranhense, visa combater um conjunto de posturas e comportamentos atrelados às colonialidades do ser, saber e das relações de poder (MALDONADO-TORRES, 2000) e de gênero (LUGONES, 2014), que estão estruturalmente e culturalmente enraizadas nos meios de comunicação brasileiros.

No início dos anos 2000 (ano de 2003), tomamos conhecimento da existência do programa de rádio Axé, Cultura, apresentado pelo babalorixá Itabajara Coelho Silva Borges, líder da comunidade de matriz africana Ilê Ashé Akorô D'Ogum, localizada na Avenida Hilton Rocha, quadra 17, nº 7, Loteamento Santa Clara, na cidade de Paço do Lumiar-Maranhão e passamos a pesquisá-lo de maneira sistemática (projeto de pesquisa de Iniciação científica PIBIC (2003-2004)) através do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, orientado pelo antropólogo (in memoriam) Sérgio Ferretti.

O programa nasceu em uma rádio comunitária chamada Conquista (fundada nos anos 2000), no bairro ludovicense Coroado e sua frequência era FM 95,5MHz, não tendo ainda naquele instante incorporado totalmente as mudanças e formatos das novas tecnologias da era digital, a partir do largo desenvolvimento da internet com as Webrádios (NEUBERGER, 2012).

De acordo com o professor Ed Wilson Araújo (2011, p. 151), em seu estudo sobre as rádios comunitárias no Maranhão, esses veí-

culos contribuem de maneira significativa para descobertas, que vão além do direito de expressão e à livre manifestação do pensamento, identificando o alto potencial de saberes e conhecimentos desses agentes da comunicação (novas epistemologias), ‘epistemologias do Sul’, que são usualmente excluídos pelos padrões modernos ocidentais, eurocêntricos, hierarquizados de conhecimentos, como muito bem pontua o professor Boaventura Sousa Santos (2009, p. 30). Em desacordo com essas funções vitais de uma rádio comunitária, de liberdade de expressão e pensamento, relação dialógica de troca de conhecimentos, promoção de educação e politização na busca de direitos com as comunidades de entorno, o pai Itabajara teve dificuldades na época, enfrentando problemas relacionados com a liberdade de expressão e discurso dentro da rádio Conquista, levando a sua saída e retirada do programa dessa rádio comunitária, como ele mesmo postula (BORGES, 2021):

Por incrível que pareça eu tive problemas com o que eu vou falar só com a rádio Conquista, por incrível que pareça, que é uma rádio comunitária! Por incrível que pareça foi a única rádio que quis me conduzir! Por isso que eu me retirei, porque no começo estava tudo bem, mas depois eles quiseram me conduzir; e aí não deu mais para a gente ficar (ENTREVISTA SOBRE O PROGRAMA AXÉ CULTURA COM PAI ITABAJARA BORGES, 19/07/2021).

Esse pretense controle discursivo em relação ao teor crítico, objetivo e reivindicatório das falas de Pai Itabajara, ainda na rádio comunitária Conquista, não foi enfrentado em outras rádios em que o programa foi apresentado ao longo de sua existência, a exemplo da rádio Timbira, no ano seguinte de 2004, ganhando mais espaço. A respeito desse suposto controle, Araújo (2011, p. 192) menciona que na rádio comunitária Conquista havia um fórum permanente de controle social formado por pessoas físicas e entidades, constituintes da Associação de Difusão Comunitária e Popular (ADCP),

entidade responsável por avaliar as programações, propor mudanças/reforço de temáticas e formatos radiofônicos.

Com a mudança para a rádio Timbira, o Axé Cultura ganhou naquele momento mais espaço e tempo, sendo veiculado sob a frequência 1290 KHz AM em dois dias, segundas e quartas-feiras, com uma hora de duração.

Basicamente, desde a sua idealização, o programa Axé Cultura apresentava a seguinte composição: Itabajara Borges (apresentador), uma auxiliar do apresentador (filha de santo do terreiro) e o operador de áudio (pessoa que maneja a mesa de som no estúdio de rádio); exibindo um repertório musical específico, voltado para músicas do universo afro-religioso maranhense (o Tambor de Mina) e também de outras matrizes (a exemplo do Candomblé), além de outras de temáticas afins. Um dos pontos fortes do programa é a questão da interatividade com o público, a partir das chamadas e cumprimentos no ar, de pessoas amigas tanto das religiões afro - povo de santo maranhense, quanto fora desse métier; usualmente o programa recebe pessoas convidadas para debates e entrevistas (a priori sobre questões das religiões afro); contando ainda, desde o seu início, com: leituras de textos explicativos e matérias jornalísticas sobre as religiões afro; debates; críticas e conversas com ouvintes no ar (interatividade, no começo era utilizado o telefone; atualmente, através das redes sociais- WhatsApp).

Para entendermos melhor as interseccionalidades provocadas pelo programa Axé Cultura, que nos traz sentidos e significados importantes, é necessário estarmos atentos (as/os) às lutas constantes empreendidas pelo agente comunicador popular Itabajara Borges na busca por espaços e visibilidades em um cenário midiático brasileiro colonizado, historicamente de negações e invisibilidades pretas; segue abaixo aqui uma linha do tempo desse programa:

LINHA DO TEMPO DO PROGRAMA AXÉ CULTURA

| RÁDIO-LOCALIZAÇÃO-FREQUÊNCIA/ LINK/ FORMATO | CIDADE DE FUNCIONAMENTO | ESTIMATIVA DE TEMPO NO AR/ANO |
|---|--|---|
| 1) INÍCIO: Inserção/ participação de Pai Itabajara nos meios de comunicação a convite da radialista Helena Leite. Rádio Capital AM 1180; Link: capital1180.com.br (atualmente a rádio está fora do ar). Formato: comercial. | São Luís - Maranhão, bairro Renascença. | Participação/ colaboração na programação da rádio de quase dois anos. A partir do ano de 2002. |
| 2) Rádio Conquista: nascimento do programa de rádio Axé Cultura. Formato: comunitária Situação atual: fora do ar. | São Luís - Maranhão, bairro Coroado | O programa ficou no ar nessa rádio mais ou menos dois anos. A partir de 2003. |
| 3) Rádio Capital: retorno de pai Itabajara para essa rádio. | São Luís - Maranhão, bairro Renascença. | Participação/ colaboração na programação dessa rádio; programas de Frank Matos e Helena Leite. Tempo: cerca de oito meses |
| 4) Rádio Timbira Nova 1290 AM: a convite na época do antigo diretor Raimundo Filho, o programa Axé Cultura voltou ao ar; Link: http://radiotimbira.ma.gov.br/ ; Formato: comercial Situação atual: no ar. | São Luís - Maranhão, Bairro Centro de SL - MA. | Durante o período de quatro anos e meio que o Axé Cultura foi transmitido na Timbira, a rádio funcionava em outro endereço- bairro Cohafuma (CEASA). |
| FORA DO AR | FORA DO AR | FORA DO AR - por mais de 01 ano |
| 5) Rádio Guará: fundada no ano de 2020- Música e informação sem alienação. Formato: comercial; Link: https://portalguara.com/radio-guara/ Situação atual: no ar | São Luís - Maranhão, Bairro Renascença | O programa Axé Cultura retorna ao ar a convite de um dos diretores dessa rádio, Danilo Quixaba. Adequações do programa às novas tecnologias digitais. |

Imagem 4: logotipo do programa.



Fonte: portalguaara.com

Imagem 5: Pai Itabajara.



Fonte: portalguaara.com

Como podemos observar acima nesse quadro explicativo, foi desenhada uma linha do tempo do programa radiofônico Axé Cultura com o objetivo de apresentar de modo interseccional (AKOTIRENE, 2019, p. 21) as variadas opressões sistêmicas interligadas de forma horizontal, a que as populações negra e afro-religiosa no Maranhão são acometidas, especialmente, quando atravessadas e representadas pelos meios de comunicação e suas tecnologias ao longo da história. Interseccionando (In) visibilidades, lutas e (Re) existências, o Axé Cultura abre ‘brechas’ em um sistema de comunicação social tradicional, fortemente colonizado, fechado, de bases cisheterococêntricas; patriarcal e especialmente indiferente ao protagonismo de valores e vozes culturalmente subatnizadas e excluídas de uma potente rede midiática e tecnologicamente organizada por demandas e lógicas de um mercado capitalista e neoliberal.

Entre idas e vindas, o programa Axé Cultura persiste, resiste e dá continuidade aos seus discursos e valores culturais tradicionais afro-diaspóricos ao longo de duas décadas de existência, por conseguinte também teve que passar por mudanças, transformações em seu formato estrutural (face às incorporações atuais das novas tecnologias digitais); além de adequações necessárias passando por algumas rádios (Capital, Conquista, Timbira e atualmente, Guará) na cidade de São Luís. Como vocês podem perceber em nossa linha do tempo (quadro acima), fizemos estimativas temporais relacionadas a essas (re) existências do programa, nos baseando tanto em nossa pesquisa antropológica midiática quanto nos depoimentos da memória oral do apresentador Itabajara Borges.

Por mais de uma década, desde a sua criação no ano de 2003, o programa Axé Cultura apresentou um formato físico e estrutural (convencional/analógico a partir de modulações/frequências e canais abertos), que já apontava para que, em um futuro não tão distante,

incorporasse as transformações e evoluções dos meios de comunicação com a era digital ou das mídias digitais. Após mais de um ano fora do ar, mas não no esquecimento, o pai Itabajara Borges é convidado por um dos diretores da atual rádio Guará, Danilo Quixaba, para fazer parte da grade programação desse veículo.

Fundada em 22 de maio de 2020, a Guará já nasce atendendo essas demandas das mídias digitais ou das novas tecnologias ligadas aos avanços e desenvolvimento da internet, configurando-se como uma webrádio- exclusivamente do ambiente virtual, tendo como um dos diferenciais a questão da transposição de fronteiras com acessibilidade livre, podendo a rádio ser acessada de qualquer lugar do mundo com um simples clique! Como aponta Rachel Neuberger (2012, p. 126), as rádios na internet ou webrádios configuraram com os avanços das novas tecnologias digitais a possibilidade de termos um aparelho de rádio fora dos padrões convencionais, apresentando agora um caráter multimídia, assumindo tanto características sonoras quanto visuais nas páginas da internet, diversificando e enriquecendo mais essa estrutura, gerando novas narrativas e discursividades (Id Ibid).

Outra potencialidade das rádios online é a autonomia oferecida aos ouvintes para acompanharem determinada programação desses veículos de forma extemporânea por meio de gravações e publicações das mesmas a partir de podcasts (programas de rádio na internet, que podem ser ouvidos a qualquer hora e lugar). De acordo com Danilo Quixaba (ESTREIA RÁDIO GUARÁ, 2021), a proposta da rádio está afinada com a oferta de conteúdos inovadores, com alto padrão de qualidade, mas de um jeito diferente, tendo como pressuposto a maior liberdade de expressão:

A nossa tentativa é fazer uma rádio profissional, competitiva com uma alternativa de conteúdo completamente inovadora, que ao mesmo tempo tenha o mesmo padrão de qualidade, que vocês já acompanham no mercado, só que de um jeito diferente, com maior liberdade e com comunicadores, que vão realmente mostrar a sua essência. É música e informação sem alienação! (QUIXABA, ESTREIA RÁDIO GUARÁ, 2021).

É interessante chamar a atenção para algumas características inovadoras da Guará, evidenciadas por seu diretor, a estrutura online e multimídia da rádio, a importância da liberdade de expressão e a identidade cultural dos comunicadores, tais elementos discursivos podem ser atrelados a um possível modelo ou perfil ligado às imagens representativas da cultura popular maranhense em consonância com estilos musicais variados, perpassando pelos vários tipos de programas jornalísticos, informativos, de entretenimento, diversão, de memórias, etc. Como emissora irmã, a TV Guará apresenta suas especificidades, que, segundo pai Itabajara, não interferem ou mesmo atrapalham em nada as identidades aspiradas pela rádio.

A era das mídias digitais tem sido um desafio que está sendo superado pelo produtor e apresentador Itabajara Borges, que iniciou o programa ainda de forma analógica, que segundo ele hoje os apresentadorxs (as/es), além de sua função, têm que também concentrar conhecimentos e operacionalizar o aparato tecnológico radiofônico.

Imagem 6: cartão de divulgação do programa.



Fonte: Arquivo Pessoal Pai - Itabajara

6 Considerações Finais

É de suma importância que as vozes do axé, negras e brancas, dissidentes, (in)visibilizadas e periféricas das comunidades tradicionais de matriz africana e afro-brasileiras (leia-se povo de santo bra-

sileiro/maranhense) representadas, de modo especial nesse ensaio, pelo programa radiofônico Axé Cultura, idealizado e apresentado pelo babalorixá Itabajara de Ogum, possam ser cada vez sentidas e incorporadas no sentido de obterem mais espaço e visibilidades favoráveis, resultando em um processo democrático, promotor de mudanças/ transformações de cunho radical e decolonial em um país cada vez mais racista e desigual, especialmente no universo midiático. O racismo estrutural, as nossas raízes coloniais e, atualmente a falsa abolição; a desumanizada integração do negro na sociedade brasileira; a tomada de um projeto moderno de país, negando nossas origens não-europeias e a demonização das religiões de matriz africana são alguns dos pontos que contribuíram para a perpetuação das nossas colonialidades em um sistema de comunicação desigual, excludente e hegemônico na era digital.

São cada vez mais constantes os contradiscursos oriundos das comunidades tradicionais de matriz africana no Brasil em pleno séc. XXI (era da internet/ mídias digitais), desafiando, resistindo e buscando políticas públicas em prol de relações mais democráticas, tanto de acesso quanto de protagonismos ‘nos’ e ‘pelos’ meios de comunicação de massa, a exemplo da luta dos inúmeros coletivos políticos, dos movimentos sociais e do povo de santo brasileiro. Essa luta de resistências contínuas, que ultrapassam o tempo, apesar de ser árdua e desigual, sempre teve como protagonistas as nossas lideranças afro-religiosas, pais e mães de santo em todo o Brasil e no Maranhão, nomes como o de pai Jorge Itaci de Oliveira, José Cupertino de Araújo, Sebastião do Coroadó, Pai Ubaldo, Pai José Itaparandi, Pai Itabajara, Mãe Cacilda de Assis, Pai Joãozinho da Gomeia, Átila Nunes, entre outrxs (as/os) são configurados por nós como agentes midiáticos populares, radicais, alternativos e decoloniais de vital importância. Essas personalidades, além de extrapolarem os limites dos seus territó-

rios afro-religiosos, atuando em um forte universo de colonialidades midiáticas, combateram e lutam contra todas as cargas de racismos estruturais, religiosos, de intolerâncias promovidas por um sistema de comunicação tradicional, digital e excludente no Brasil.

Referências Bibliográficas

AFONSO, Nathalia. **Dia da Consciência Negra: números expõem desigualdade racial no Brasil.** Agência Lupa, 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/> Acesso em: 02/07/2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

ALVES, Luciana. **Significado de ser branco: a brancura no corpo e para além dele.** São Paulo: s.n., 2010.

ARAÚJO, Ed Wilson Ferreira. **Rádios Comunitárias no Maranhão: história, avanços e contradições na luta pela democratização da comunicação.** São Luís: Edufma, 2011.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BOLAÑO, Cesar Ricardo Siqueira. **Mercado Brasileiro de Televisão.** São Paulo/ Aracaju: Editora UFS, 2004.

BORGES, Itabajara Coelho Silva. **O programa Axé Cultura na era digital.** Entrevista concedida a Gerson Carlos P. Lindoso (pesquisador) em 19/07/2021.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2006.

CAPAS DO LIVRO DE JOSÉ MEDEIROS. Portal Olhavê. Disponível em: <https://olhave.com.br/2015/08/jose-medeiros-e-imagens-que-nao-deveriam-existir/> Acesso em: 16/09/ 2022.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2010.

DORIGNY, Marcel; GAINOT, Bernard. **Atlas das Escravidões: da antiguidade até os nossos dias**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2017.

DOWNING, John. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global Editora, 2006.

FREITAS, Ricardo Oliveira de. **Joãozinho da Goméia: Rei do Candomblé e Rei da Mídia**. Revista Periferia, v 12, n 3 p. 94-128, set/dez 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/54777>

_____. **Candomblé e Mídia: Breve histórico da tecnologização das religiões afro-brasileiras nos e pelos meios de comunicação**. Acervo Revista do Arquivo Nacional, v 16, n 2, p. 63-88, jul-dez 2003. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/148>

JORGE, Sebastião. **Os Primeiros Passos da Imprensa no Maranhão**. São Luís: PPPG/ EDUFMA, 1987.

LINDOSO, Gerson Carlos Pereira. De Terra do Feitiço e Capital da Magia Negra à Cidade de Deus: na encruzilhada discursiva midiática sobre as religiões afro em Codó-Maranhão. In: **Neabi em Foco - diálogos entre as diversidades no IFMA**. São Luís: Edifma, 2017.

_____ “O Pai de santo dos Políticos”: Bitá do Barão na cidade de Codó, capital mundial da feitiçaria?! In: FERRETTI, Sérgio (Org.) et al. **Missa, Culto e Tambor**: os espaços da religião no Brasil. São Luís: Edufma/ Fapema, 2012.

_____ Religiões Afro-Maranhenses nas ondas do rádio: um pouco da história da comunicação afro-religiosa em São Luís-MA. In: Woi-towicz, Karina Janz (Org.). **Recortes da Mídia Alternativa**: Histórias e Memórias da Comunicação no Brasil. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009.

_____ **Vozes que Ecoam e não se Calam**: o Programa de Rádio Axé, Cultura como ferramenta no combate às intolerâncias Afro-Religiosas. In: IV Encontro Nacional de História da Mídia. São Luís: UFMA, 2006.

_____ **Religiões afro-maranhenses nas ondas do rádio**: um pouco da comunicação afro-religiosa em São Luís. In: III Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Novo Hamburgo: Rio Grande do Sul, 2005.

_____ **Ilê Ashé Iemowá**: um estudo etnográfico-midiático sobre um terreiro de Tambor de Mina em São Luís. Monografia de Conclusão de Curso em Comunicação Social (jornalismo) na Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2004.

_____ **Os meios de comunicação no universo afro-religioso maranhense**: Cultura Mística e Viva a Oxalá. In: XIV Seminário de Iniciação Científica. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2002. LUGONES, María. “Rumo a um feminismo descolonial”. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em 16/09/2022.

MARQUES, Maria de Fátima Jerônimo. **Democratização da Comunicação no Brasil**: limites à efetivação do direito à informação

no capitalismo contemporâneo. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luís: UFMA, 20 a 23 de agosto de 2013.

MEDEIROS, José. **Candomblé**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2009.

MIGNOLO, Walter. **A Colonialidade de Cabo a Rabo**: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. Buenos Aires: Clacso, 2005.

NEUBERGER, Rachel Severo Alves. **O Rádio na Era da convergência das mídias**. Bahia: Cruz das Almas, Editora da UFRB, 2012.

ORTIZ, Renato. **A Morte Branca do Feiticeiro Negro**: Umbanda e Sociedade Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PINHEIRO, Ana Carolina. **Joãozinho da Gomeia, o rei do Candomblé**. Portal Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/joaozinho-da-gomeia-o-rei-do-candomble/> Acesso em: 12/12/2022.

PINHEIRO, Adevanir Aparecida. **O espelho quebrado da branquidade**: aspectos de um debate intelectual, acadêmico e militante. São Leopoldo: Casa Leiria, 2014. v.1. (Coleção NEABI digital: refazendo laços e desatando nós).

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIXABA, Danilo. **Estreia Rádio Guará**. Canal Danilo Quixaba-Youtube, São Luís, 22/05/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vbGMQdQF2Qc&t=21s>. Acesso em: 21/07/2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de Fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento Justificando, 2017.

RIZZOTTO, Carla Candida. **Constituição Histórica do Poder na Mídia no Brasil:** o surgimento do quarto poder. Revista de Estudos da Comunicação, [S.l.], v. 13, n. 31, nov. 2012. Acesso em: 02/07/2021.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

SANTOS NETO, Manoel. **Jornais do Império e o Cativo no Maranhão:** os quilombos e o abolicionismo no séc. XIX. São Luís: FUNC, 2006.

SANTOS, Reinilda de Oliveira. José Negreiros: pulava e brincava, rufava o pandeiro. Boletim da Comissão Maranhense de Folclore-CMF, nº 56, Junho de 2014.

_____. Gente da “Alta Sociedadade” na Casa de Zé Negreiros. Boletim da Comissão Maranhense de Folclore-CMF, nº 63, Dezembro de 2017.

SIQUEIRA, Cristian. **O fenômeno Seu Sete da Lira:** Cacilda de Assis, a médium que parou o Brasil. Porto Alegre: Besouro, 2020.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação:** diversidade, descolocização e redes. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 2012.

_____. **Claros e Escuros:** identidade, povo e mídia no Brasil. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Mauad, 1999.

SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano. **Corujebó:** Candomblé e Polícia de Costumes (1938-1976). Salvador: Edufma, 2018.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

A LINGUAGEM E DISCURSOS DOS JORNAIS MARANHENSES NO INÍCIO DA GUERRA DO PARAGUAI 1865: UMA POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO TEÓRICA

JOHNY SANTANA DE ARAÚJO¹

Introdução

Em janeiro de 1865, o Império do Brasil entrou em conflito contra a República do Paraguai, guerra essa que até hoje é considerada a maior da qual o país participou, tanto no nível internacional quanto em duração e perdas humanas. O conflito, paradoxalmente, marcou o apogeu e o declínio do Estado Monárquico, mas mostrou que o Império teve capacidade de travar uma guerra com características novas, obrigando o país a mobilizar recursos humanos e materiais, numa escala não vista antes.

Segundo José Murilo de Carvalho, “A Guerra do Paraguai foi o fator mais importante na construção da identidade brasileira no século XIX. Superou até mesmo as proclamações da Independência e da República.”²

No que se refere à ampla mobilização do governo para a guerra, foi possível identificar que a primeira onda de recrutamento ocorreu de dezembro de 1864 a maio de 1865, e foi capaz de fornecer um

1 Doutor em História Social pela UFF, com Pós-doutorado em História Cultural pela PUC-SP. Professor do Departamento de História (DH) e do Programa de Pós-graduação em História do Brasil (PPGHB) da UFPI.

2 CARVALHO, José Murilo de. Brasileiros, Univos In: *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 332.

contingente que foi suficiente para expulsar as forças paraguaias do Rio Grande do Sul e completar a invasão do Uruguai pelas forças do Exército Imperial.

Vitor Izecksohn afirma que: “[...] o entusiasmo dos voluntários impressionou as autoridades [...]. Afinal, a invasão do território brasileiro, sem uma declaração de guerra, gerou revolta e alimentou demonstrações patrióticas em muitas regiões do Império”³.

Para Salles, o decreto dos Voluntários da Pátria: “[...] era uma tentativa de efetivamente motivar o povo a participar do esforço de guerra, seja através do incentivo ao voluntariado, seja através de recompensas àqueles que viessem a participar do conflito [...]”⁴

A discussão da dinâmica de ação do governo provincial com a finalidade de estabelecer o alistamento e organização dos dispositivos militares maranhenses representa uma possibilidade de compreender como a linguagem dos jornais foi utilizada pelo estado imperial com fins de reforçar a construção do Exército Brasileiro em guerra contra o Paraguai no período entre 1865-1866.

A formação dos Voluntários da Pátria para a guerra, bem como a influência do discurso nacionalista do governo incitando o voluntariado, têm sido uma temática em crescimento, o que fez com a que a historiografia sobre o assunto tivesse um crescimento significativo.

Só para citar alguns: o trabalho de Francisco Fernando Monteoliva Doratioto⁵, *“Maldita Guerra: Nova História Da Guerra Do Paraguai”*, em que se privilegia a diversidade de fontes documentais, como infor-

3 IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai Brasil e Estados Unidos na década de 1860. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 27, 2001.

4 SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. São Paulo: Paz e Terra, 1990, p.82.

5 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova História Da Guerra Do Paraguai*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002.

mações comerciais, dados demográficos, cartas diversas e a iconografia. Dá-se uma “nova cara” ao episódio; dentro da questão da linguagem é possível destacar o trabalho de Mauro César Silveira⁶, intitulado “*A batalha de papel: a Guerra do Paraguai através da Caricatura*”, que avulta a questão das charges dos jornais, produzidas na época do conflito.

Com uma abordagem nova no campo da história cultural, “*Os Involuntários da Pátria: A Bahia na Guerra do Paraguai*”, Marcelo Santos Rodrigues⁷ discute a participação da Bahia na guerra do Paraguai, tendo como objeto o recrutamento para a guerra, uma vez que a Bahia foi a província do norte do império que mais organizou batalhões, no estudo as fontes hemerográficas tiveram uma importância fundamental para a compreensão do processo.

Uma perspectiva de entendimento teórico dos jornais

Dentro do viés da história sócio-cultural, é possível observar que os Corpos de Voluntários da Pátria no Maranhão constituíram-se, desde homens livres, mas de pouca condição financeira, aos oficiais, filhos de famílias tradicionais, ambos componentes de uma sociedade que tinha acesso aos jornais. Dessa forma, através de uma abordagem sócio-cultural, é possível compreender que o processo de propaganda e arregimentação de homens para a guerra do Paraguai na Província do Maranhão, nos anos de 1865-1866, por meio da imprensa, foi eficiente.

Tomando como referência Jim Sharpe, ao afirmar que “Durante as duas últimas décadas, vários historiadores, trabalhando uma

6 SILVEIRA Mauro César. *A batalha de papel: A guerra do Paraguai através da caricatura*. São Paulo: L&PM Editores, 1996.

7 RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os Involuntários da Pátria: A Bahia na Guerra do Paraguai*. Salvador: UFBA, 2001. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2001.

ampla variedade de períodos, países e tipos de história, conscientizaram-se do potencial para explorar novas perspectivas [...]”⁸, concordamos que o olhar do passado, “[...] pode preencher duas possibilidades importantes. A primeira é servir como corretivo à história da elite [...]”⁹. Assim, podemos mostrar que a Guerra do Paraguai envolveu desde o mais alto comandante ao mais simples soldado, além do que se pode entender de que forma as imagens e representações construídas nos discursos ideários da imprensa local e nacional foram capazes de mobilizar grande parte da população em torno de uma causa comum.

A segunda possibilidade é de utilizá-la como abordagem alternativa que pode permitir uma compreensão mais rica da história que privilegie a experiência do cotidiano das pessoas com as temáticas mais tradicionais da história.

Por observar sua preocupação em investigar as massas, Thompson chama-nos a atenção no que se refere ao conceito de cultura:

[...] não podemos esquecer que ‘cultura’ é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume sob formas específicas das relações sociais e de trabalho¹⁰.

Entende-se que os propósitos da história são variados, mas um deles é prover aqueles que a escrevem ou a leem num sentido de identidade, de origem. Em nível mais amplo, este propósito pode

8 SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 40.

9 Ibid. p. 53.

10 THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.22.

tomar a forma do papel da história, na fisionomia ideária de uma identidade nacional. Assim, pode-se compreender que a história vista de baixo desempenha um papel importante neste processo, recordando-nos que nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais¹¹.

Thompson nos faz perceber uma excelente abertura dessa perspectiva, pois

Precisaríamos de mais estudos sobre as atitudes sociais dos criminosos, soldados e marinheiros e sobre a vida de taberna; e deveríamos olhar as evidências, não com os olhos moralizadores [...], mas com olhos para os valores Brechtianos - o fatalismo, a ironia em face das homilias, do establishment, [...].¹²

Há então uma possibilidade para se pensar e compreender como as camadas populares articularam a cultura oral e escrita para construir uma prática política cotidiana, que pode incorporar ou não os padrões culturais que as camadas dominantes apresentaram. Assim, no pensamento de Barreiro:

É possível que uma abordagem de tal natureza estimule pelo menos a reflexão sobre o que foi a prática política das 'camadas populares' brasileiras a partir do resultado da complexa combinação entre suas formas menos estruturadas de pensamento [mitos, ideias simples, tradição] com [...] sistemas 'mais estruturados' de ideias [direitos do homem] etc.¹³

A nossa preocupação maior foi procurar reconhecer a influência dos jornais num contexto histórico específico, o da formação da

11 SHARPE, Jim. op. cit, p. 59-60

12 THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 v. 1, p.61.

13 BARREIRO, José Carlos. E.P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projetos. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 12, outubro/1995, p.57-75.

ideia de nação, e analisar como se procedeu a formação de contingentes para lutarem em uma guerra e tentar realizar uma interligação entre os campos da história cultural, da sociedade e da política na constituição e descrição do nosso objeto, por considerarmos a cultura como redes ou teias formadas por diferentes processos interativos e dinâmicos de comunicação¹⁴.

Culturalmente, Weber pode ainda esclarecer uma possibilidade de entendimento do que sejam essas teias, visto que a sua definição de poder se resume como “a possibilidade de que uma pessoa ou um número de pessoas realizem a sua própria vontade numa ação comum, mesmo contra a resistência de outros que participam na ação”¹⁵.

A imprensa maranhense e a construção da guerra contra o Paraguai.

Este texto tem o objetivo de fazer uma reflexão sobre os mecanismos de divulgação e propaganda da guerra do Paraguai nos jornais de São Luís, cidade onde circulavam 05 jornais representantes dos principais grupos políticos formados a época do Império do Brasil durante a década de 1860. Eram os jornais *O Paiz*, órgão ligado à Associação Comercial do Maranhão e, paralelamente, *A Coalizão e A Situação*.¹⁶

No período abordado, a Província do Maranhão era controlada politicamente pelos membros dos partidos Liberal e Progressista. Eles controlavam quase todos os cargos políticos da esfera local. Um dos principais mecanismos de propagação de seu poder eram os jor-

14 GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

15 WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 16.

16 Havia ainda o jornal *Publicador Maranhense*, que era o órgão oficial do governo provincial, cujo editor naqueles anos era o jornalista João da Mata de Moraes Rego.

nais que reproduziam os seus discursos, uma vez que eram oriundos da camada dirigente, e, ao fazê-lo, se beneficiavam do lugar de poder que ocupavam.

Politicamente, a cidade também congregava elementos do partido Conservador, cujas lideranças eram exercidas por diversos políticos que atuavam na Corte. Os periódicos reproduziam notícias dos principais jornais do Rio de Janeiro. O *Paiz* comentava sobre a guerra, sem, no entanto, criticar o Império, enquanto *A Coalizção* fazia uma crítica moderada, *A Situação* fazia interpretações mais duras. São Luís, onde os jornais circularam, era, na segunda metade do século XIX, considerada uma das cidades mais ativas culturalmente, conhecida até como “Atenas Brasileira”, com inúmeras instituições de ensino e uma elite intelectual bastante expressiva.



Figura 1: Frontispício do jornal *A Coalizção*. JORNAL: *A Coalizção*, São Luís, Maranhão, 21/01/1866, BN, Hemeroteca Digital Brasileira: *A Coalizção* – 1866. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704377&pagfis=1413> Acessado em: 19/06/2021.

Os dois primeiros pretendiam ser porta-vozes do governo Provincial e Imperial durante a Guerra do Paraguai, os dois últimos

se constituíam como porta-vozes dos partidos opositores, eram os remanescentes da liga progressista e do partido conservador.

A primeira percepção com a finalidade de melhor entender as características da imprensa piauiense foi observar outros jornais da época, especialmente os do Rio de Janeiro, como uma tentativa de avaliar qual era o padrão de escrita jornalística, sobretudo a narrativa jornalística de cobertura da guerra e da propaganda patriótica. Sobre esta, hoje já se sabe que foi forjada a partir da própria construção e linguagem dos jornais e periódicos típicos do século XIX.¹⁷

Tendo em consideração que os jornalistas maranhenses conseguiram acumular certa experiência editorial obtida ao longo dos anos da primeira metade do século XIX, a imprensa e os jornalistas maranhenses atingiram um relativo grau de maturidade, o que garantiu a sua aceitação e instalação definitiva, como uma entidade institucionalizada e bem-conceituada junto à sociedade em São Luís do Maranhão.¹⁸



Figura 2: Imagem de São Luís vista da ponta de São Francisco. Desenho de Manoel Ricardo Couto. 1864 In: SÃO Luís Ilha do Maranhão e Alcântara. *Guia de arquitetura e paisagem/SAN Luis Isla de Marañón y Alcántara. guía de arquitectura y paisaje.* - Ed. bilingüe. - Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008, p. 20.

17 Ver: POBLETE, Juan. Introducción: Cambio cultural y lectura de periódicos en el siglo XIX en América Latina. *Revista Iberoamericana*, [S.l.], p. 11-15, mar. 2006. ISSN 2154-4794. Disponível em: <<https://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/view/55/58>>. Acessado em 09/07/2020.

18 Ver: LOPES, Antônio. *História da Imprensa no Maranhão 1821-1925*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

Os jornais *O Paiz*, *A Coalizão* e *A Situação* usavam em seus editoriais termos em latim, figuras da mitologia greco-romana e da história universal, pois em grande medida eram dirigidos a leitores cultos, mas seus discursos acabavam por atingir um público muito mais amplo das camadas populares.

Consideramos a importância dos jornais como fontes fundamentais tomados em sua dimensão de produto social e cultural, ou seja, como resultado de um trabalho exercido de forma regular e profissional por diversas pessoas entre proprietários, editores, redatores, um grupo socialmente reconhecido, o jornal seria o espaço para onde convergem e de onde partem expectativas, posições e concepções específicas de um determinado contexto social e histórico.¹⁹

A imprensa em geral e a maranhense em particular são elementos valiosos para estudos da produção cultural e de suas relações com a política, graças à capacidade que possuem de conduzir o leitor à compreensão das representações comuns na sociedade de então.

Para Richard Morse²⁰, os jornais da época fizeram com que fosse despertada, em parte da população, particularmente a de São Paulo, uma reação favorável à guerra, ao ponto de atenderem à convocação do governo. Jerônimo de Viveiros²¹, em *História do Comércio do Maranhão*, aponta a importância dos jornais para a divulgação da guerra em São Luís.

Por ser também um espaço privilegiado para o debate de ideias políticas da época, os jornais são fontes de informação plenas de

19 SOARES, Pedro Paulo. *A guerra da imagem: iconografia da guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003, p. 6.

20 MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 195-197.

21 VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão 1612 – 1895*. São Luís: Associação Comercial, 1954, p. 359.

significados, uma vez que, juntamente com os fatos, ajudariam a moldar e a representar o mundo social e a identidade nacional no Brasil do século XIX. Como nos indica René Remond,

[...] os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas [...]. Certas situações ampliam o campo do político: em tempo de guerra, o que não é político?²²

Dentro da conjuntura da guerra, é possível observarem-se duas características. A primeira é que o conflito com o Paraguai consolidou a formação do Estado nacional brasileiro em seu viés de política internacional, ao mesmo tempo que buscou unificar todas as províncias do império em torno da ideia de Estado nação. Para Hobsbawm, no período da segunda metade do século XIX, um dos critérios para um povo ser reconhecido firmemente como nação era exatamente dar uma prova de capacidade para a conquista militar²³.

A segunda característica era que se fazia necessário um mecanismo de convencimento da população para lutar na guerra, sendo, para isso, utilizada a imprensa, cujo sentimento de nacionalidade foi amplamente trabalhado através de matérias jornalísticas, publicação das conclamações do governo para exaltação dos ânimos da população, divulgações de notícias a respeito de conflitos no exterior e da possibilidade de intervenção brasileira no Uruguai e de conflito com o Paraguai. Dessa forma, os jornais colaboraram com a ideia de criação de um sentimento nacional unificado em torno de uma causa comum: vencer um inimigo do Império.

22 REMOND, René. *Por uma história política*, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ e FGV, 1996, p. 441- 443.

23 HOBBSAWM, Erich J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, São Paulo: Paz e Terra, 2ª Ed. 1996, p. 49.

É possível entender que grande parte das massas populares tinha acesso ao que era divulgado nos jornais, conseguia intercambiar as informações a respeito da guerra, via e ouvia as informações e sabia sobre a divulgação do conflito que aparentemente só chegava às camadas letradas.

De certa maneira, os conceitos emitidos pelos Jornais *O Paiz*, *A Coalizção e A Situação* chegavam para as camadas populares. Mais ainda, como importante campo de vivência cultural, analisar a forma como a propaganda da guerra do Paraguai atingia as camadas populares é importante para se compreender como o erudito e o popular se cruzam.



Figura 3: Frontispício do jornal *O Paiz*. JORNAL: *O Paiz*, São Luís, Maranhão, 14/07/1866, BN, Hemeroteca Digital Brasileira: *O Paiz* – 1866. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704369&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=821>. Acessado em: 19/06/2021.

Ao tratarmos de jornais, é possível levar em consideração aspectos importantes, a linguagem, a leitura e a recepção que é um ponto significativo na análise, pois o problema da instrução e do analfabetismo de grande parte da população leva-nos à questão da difusão das palavras, que, por sua vez, remete-nos à importância de um conjunto de fatores responsáveis pelo processo de formação de

opiniões, cujos fatores seriam a sugestão, a afirmação, a repetição e o prestígio²⁴. Dessa forma, de acordo com Soares:

[...] a sugestão se apresenta ao público pela escolha de certas fórmulas que farão parte da estrutura dos discursos [...] a afirmação e a repetição funcionam como poderosos agentes na criação e propagação de mensagens. Repetir com frequência uma ideia, ou uma fórmula é transformá-la em crença. A repetição é o complemento necessário a afirmação. Pelo exemplo reafirmamos a força da sugestão, destacando o modelo a ser seguido, enquanto o prestígio reforça os laços de solidariedade, dando sentido à mensagem. Por intermédio do contágio – fenômeno psicossocial que conduz o indivíduo à aceitação mais ou menos involuntária de opiniões e crenças – a mentalidade individual assume uma forma coletiva. O contágio é produzido pela relação direta entre as pessoas e também por meio de palavras, multiplicados pelos meios de comunicação. A sugestão, a afirmação, a repetição e o prestígio constituem parte importante do processo de produção e difusão da propaganda na imprensa. A propagação dessa propaganda era possível graças à existência de redes de comunicação formadas pelos jornais da época, redes incipientes, mas com abrangência nacional.²⁵

Podemos intuir ainda que existem outros elementos que ajudam na compreensão do discurso propalado pelo jornal, o próprio ato da leitura, quanto a isso pode-se afirmar que a leitura faz parte do pacto implícito que o jornal faz com o leitor, conformando a sua leitura pública dentro de uma circularidade, em contrariedade à prática da leitura particular, tornando a projeção da notícia muito maior.

Nas guerras a produção de discursos de exaltação, sobre os objetivos a serem atingidos pelo estado, sempre foram condição *sine qua non* para justificar as decisões dos governos, fossem elas corretas

24 VERON, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cutrix, 1984, p. 36.

25 SOARES, Pedro P. op. cit., p. 6.

ou catastróficas. Não é possível separar os agentes e seus atos dos discursos que eles têm de si próprios e dos inimigos e da linguagem utilizada para isso.

É possível entender ainda que, quando o jornal assume citações de diversas fontes e as incorpora em um mesmo discurso, nesse momento ocorre então uma transformação na operação de divulgação, o que acaba positivando a operação política do Estado Imperial.

Concordamos ainda com Mariani, ao afirmar que: “O discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário [...] o discurso jornalístico integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade.”²⁶

É plausível então considerar que os referidos periódicos da Província do Maranhão ocuparam posições-sujeito diferenciadas, muito embora tenham uma mesma concepção de discurso, pois contribuíram para edificação de elementos patrióticos.

A compreensão das razões que levaram os governos imperial e provincial a fazerem uso dos jornais com o intuito de divulgar o conflito e ao mesmo tempo realizar a propaganda de guerra para incentivar o voluntariado torna este trabalho significativo, na medida em que possibilita o entendimento das práticas de poder exercido pelo Estado.

Essa comprovação tem a ver com o reconhecimento da importância da imprensa como referencial de interação de um contexto típico da época. O jornal pode ser então considerado uma “fonte documental (na medida em que enuncia discursos e expressões de

26 MARIANI, Bethânia – *Os Primórdios da Imprensa no Brasil* (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória) in *Discurso Fundador – A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas (SP). Pontes, 2003, p. 33.

protagonistas) e de agentes históricos que intervêm nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como simples ‘reflexo’.”²⁷

O estudo de Rodrigues dá uma grande contribuição para a compreensão desse processo de construção de um discurso patriótico, pois leva em consideração uma série de dificuldades, dentre elas, as estratégias de convencimento e arregimentação, que o próprio governo teve que enfrentar em cada província, inclusive no Maranhão, onde a divulgação pelos jornais da invasão Paraguaia ao Mato Grosso teria causado à população de São Luís uma aparente reação favorável à guerra.

Observamos a possibilidade que foi aberta pela quantidade de fontes hemerográficas sobre o tema, estas encontram-se disponíveis no arquivo público do estado do Maranhão, na medida em que possibilitou, por um lado, a compreensão dos mecanismos utilizados para convencer a população, na capital, São Luís, e no interior, da “boa causa” da guerra através da propaganda feita pela imprensa e dos motivos que levaram o governo provincial a formar os Batalhões de Voluntários da Pátria para participarem do conflito.

Conclusão

O estudo nos possibilitou, por meio de sua análise e interpretação, compreender os elementos que fundamentaram a propaganda nos jornais a favor da guerra, a organização dos Batalhões dos Voluntários da Pátria, isto é, o seu processo de arregimentação e organização dos Voluntários da Pátria do Maranhão.

Na conclusão apresentada neste artigo, procuramos evidenciar a importância da análise dos periódicos oitocentistas em São Luís do Maranhão e da possibilidade de compreensão de seus significados.

27 MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 9.

Para além dos textos que caracterizaram a propaganda jornalística em favor da guerra dotada de uma intrincada rede de significados, pudemos verificar as marcas de uma prática jornalística que, embora diversa, também era concêntrica. Esperamos, assim, contribuir no campo teórico para uma reflexão metodológica mais abrangente sobre os periódicos do século XIX.

Uma questão importante é a que trata sobre o suporte do jornal que se traduz nas infinitas possibilidades de seu lugar e linguagem e pode ser observado quando se percebem os usos contagiosos do espaço do periódico, para dar conta de uma prática surgida ali, a narrativa detalhada e contínua do conflito no calor da hora, permitindo que esse suporte múltiplo demonstrasse a viabilidade do jornal como expressão de ideias e vontades políticas e administrativas, e que nos faz perceber o quão ardilosa era a imprensa do século XIX.

Além de servir de fonte de pesquisa para historiadores da cultura, as notícias, as divulgações constituem uma grande e intensa miscelânea, que, para além de representar a linguagem do estado imperial, serve para compreender a dinâmica dos mecanismos de sedução e representação de uma sociedade típica dos oitocentos.

O presente texto pretendeu servir de apontamento, com indicação material para o historiador que possivelmente desconheça a natureza dessa produção nos jornais maranhenses, ao tempo em que servirá também aos historiadores que se dedicam aos estudos no campo da linguagem, pois, ao buscar as fontes indicadas (jornais), poderão observar as várias transformações nos termos do uso da própria linguagem.

Há uma carência de outras pesquisas que levantem e aprofundem a temática da construção ideária da guerra do Paraguai na literatura e no jornalismo maranhense. Em linhas gerais, é urgente compreender que o principal papel dos jornais no império durante o conflito com o Paraguai foi necessariamente reforçar uma ideia,

a de que o Estado Imperial era dotado de mecanismos para além dos coercitivos que operavam “corações e mentes” por meio de um suporte gráfico: o jornal. Na história da imprensa durante a segunda metade do século XIX, podemos acrescentar, ainda, que sua “principal questão hermenêutica é a de ajustar a interpretação dos textos à sua forma histórica contingente”.²⁸

Esperamos, de alguma forma, contribuir para outras pesquisas, sobretudo aquelas que tomem os jornais aqui citados como fonte primária para estudos que levem em consideração as práticas de escrita jornalísticas de um Maranhão oitocentista.

Bibliografia

BARREIRO, José Carlos. E.P. Thompson e a historiografia brasileira: revisões críticas e projetos. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 12, outubro/1995.

CARVALHO, José Murilo de. Brasileiros, Univos In: *Pontos e bordados*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: Nova História Da Guerra Do Paraguai*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2002.

DORATIOTO, Francisco Fernando M. *O Conflito do Paraguai: A grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HOBSBAWM, Erich J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, São Paulo: Paz e Terra, 2ª Ed. 1996.

28 PÉCORA, Alcir. “Velhos textos, crítica viva”. In TIN, Emerson. (Org.) *Arte de escrever*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2005, p. 11.

IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai Brasil e Estados Unidos na década de 1860 *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 27, 2001.

JORNAL: A Coalição, São Luís, Maranhão, 21/01/1866, BN, Hemeroteca Digital Brasileira: A Coalição – 1866. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704377&pagfis=1413> Acessado em: 29/06/2020.

JORNAL: O Paiz, São Luís, Maranhão, 14/07/1866, BN, Hemeroteca Digital Brasileira: O Paiz – 1866. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=704369&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=821> Acessado em: 19/06/2021.

LOPES, Antônio. *História da Imprensa no Maranhão 1821-1925*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959.

MARIANI, Bethânia – *Os Primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)* in Discurso Fundador – A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional. Campinas (SP). Pontes, 2003.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

PÉCORRA, Alcir. “Velhos textos, crítica viva”. In TIN, Emerson. (Org.) *Arte de escrever*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2005.

POBLETE, Juan. Introducción: Cambio cultural y lectura de periódicos en el siglo XIX en América Latina. *Revista Iberoamericana*, [S.l.], p. 11-15, mar. 2006. ISSN 2154-4794. Disponível em: <<https://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/view/55/58>>. Acessado em 09/07/2020.

- REMOND, René. *Por uma história política, Rio de Janeiro*: Ed. UFRJ e FGV, 1996.
- RODRIGUES, Marcelo Santos. *Os Involuntários da Pátria: A Bahia na Guerra do Paraguai*. Salvador: UFBA, 2001. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2001.
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- SÃO LUÍS Ilha do Maranhão e Alcântara. *Guia de arquitetura e paisagem/SAN Luis Isla de Marañón y Alcántara. guía de arquitectura y paisaje*. - Ed. bilingüe. - Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008
- SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992
- SILVEIRA Mauro César. *A batalha de papel: A guerra do Paraguai através da caricatura*. São Paulo: L&PM Editores, 1996.
- SOARES, Pedro Paulo. *A guerra da imagem: iconografia da guerra do Paraguai na imprensa ilustrada fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 v. 1.
- VERON, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cutrix, 1984.
- VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão 1612 – 1895*. São Luís: Associação Comercial, 1954.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

IMPrensa E REPRESENTAÇÕES: COBERTURA DOS JORNAIS SOBRE A GREVE DA MEIA PASSAGEM DOS ESTUDANTES EM SÃO LUÍS-MA (1979)

JORGE LUIZ FEITOZA MACHADO¹

1 O jornalismo como domínio de produção de representações

Desde que a imprensa estabeleceu suas bases de afirmação através dos jornais impressos, dinâmica que ganhou impulso a partir do século XIX no Maranhão, este se tornou o veículo mais notório e reconhecido de acesso público aos acontecimentos tidos como relevantes, uma vez estampados e publicados nos editoriais de maior circulação. Nesse sentido, o fazer jornalístico sempre implicou em certa medida o processo laborioso de produção de versões para “fatos” ou a “verdade” acerca de determinados eventos ou temas candentes na sociedade. Assim, as coberturas nos jornais podem ser pensadas como filtros de percepção, logo, como artefato simbólico de construção da “realidade”, que só é possível por

1 Professor Adjunto do curso de Licenciatura em Ciências Humanas / Sociologia do Centro de Ciências de Bacabal da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em Ciências Sociais pelo PPGCSoc/UFMA (2019). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (2012). Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2009). Na área de sociologia, desenvolveu pesquisas com incidência sobre as seguintes abordagens: 1) Sociologia do catolicismo; 2) ordens religiosas e; 3) modalidades de engajamento e militância. Recentemente, apresentou pesquisa concentrada na apreensão sociológica dos princípios de construção de memória, da identidade, além de outros mecanismos de consagração social e cultural, presentes nas estratégias de legitimação de agentes religiosos ligados à Ordem dos Frades Menores no Maranhão.

intermédio de operadores especializados inscritos no domínio da imprensa jornalística.

É imprescindível ainda que seja considerado o dado de que os empreendimentos dedicados à produção de jornais constituem uma rede de relações sociais e interesses objetivos, que perpassam questões as mais diversas com reflexos no âmbito social, político, econômico, cultural, etc. Nesse caso, a prática do jornalismo, tomado em seu caráter de domínio profissional, reúne uma espécie de “intérpretes”, cuja *expertise* direcionada para o trabalho de apuração, seleção, classificação, descrição e análise de acontecimentos/temas considerados relevantes revela-se determinante como princípio legítimo de construção e de consagração da “realidade maranhense”.

O jornalismo, ou a imprensa como domínio de inscrição social e profissional, figura como um agente dos mais decisivos no campo da produção das representações, atuando objetivamente no engendramento das percepções coletivas que circulam socialmente nesses artefatos impressos. Acerca dos efeitos simbólicos, assim como da “força das representações” que estão implícitos na produção jornalística, de modo similar ao que ocorre com os discursos científicos, devemos levar em conta que

Ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, o efeito simbólico exercido é tanto mais inevitável quanto, em meio às lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento, os chamados critérios “objetivos” são utilizados como armas: eles designam os traços sobre os quais pode fundar-se a ação simbólica de mobilização com vistas a produzir a unidade real ou a crença nessa unidade (BOURDIEU, 2008, p. 113).

Nessa linha, a imprensa detém um tipo particular de monopólio sobre a produção da notícia, logo, por essa razão, reconhece-se nela o agente social capaz de concentrar e lançar mão dos recursos

simbólicos, pela “força da representação” que costuma imprimir em virtude do seu ofício, concernentes à consolidação de versões legítimas em torno de distintos acontecimentos. Em consequência dessa lógica inerente à imprensa jornalística, podemos atribuir a esses veículos de comunicação uma espécie de autoridade social justamente por conta da legitimidade socialmente angariada pelos jornais na condição de reprodutores da “realidade” ou de “porta-vozes” de temas ou questões relevantes para a sociedade. Nessa direção pensamos esses meios de comunicação como grupos detentores de um poder específico, graças ao qual são alçados ao trabalho reconhecido de produzir representações, como o trecho a seguir sugere:

[...] na verdade, como toda linguagem veiculada por um grupo é uma linguagem autorizada, investida da autoridade desse grupo, ela autoriza o que designa e ao mesmo tempo o exprime, extraindo sua legitimidade do mesmo grupo sobre o qual exerce sua autoridade e para cuja produção enquanto grupo contribui oferecendo-lhe uma expressão unitária de suas experiências (BOURDIEU, 2008, p. 119).

Conforme o que assinalamos, a imprensa jornalística deve ser observada em sua dimensão coletiva enquanto um grupo, nem sempre dotado de coesão, mas que se atribui a tarefa, ou quem sabe a “missão”, de registrar o que de mais importante acontece, e, de certo modo, notabiliza as principais questões no âmbito social. Com efeito, as engrenagens das notícias que conformam os princípios de construção ou consagração da “realidade” que os jornais estampam têm sua base, como indicado anteriormente, na autoridade socialmente reconhecida e imputada a esses veículos, o que lhes confere a função igualmente creditada a agentes inscritos em outros domínios sociais marcados pelo trabalho de produção simbólica. Desta maneira, os diferentes jornais que dedicaram cobertura sobre os desdobramentos da greve dos estudantes em São Luís, a partir de 1979,

ou para os eventos relacionados aos conflitos de terra na década de 1980, encontram-se inscritos num circuito singular de produção que tem como um de seus objetivos descrever a “realidade”, sendo essa “descrição” jornalística uma condição *sine qua non* para o ato ou propriedade de prescrição sobre a “realidade”, a “sociedade”, a “política”, a “cultura”, assim como outras dimensões da vida social maranhense.

Deste modo, elencaremos para exame as coberturas jornalísticas compreendidas como elaborações discursivas, que são perpassadas por representações sociais e expressam, através das manchetes dos jornais, visões e percepções legítimas sobre o que acontece no estado. Convém observar outras duas dinâmicas intrínsecas ao domínio de produção jornalística, que têm relação direta com os dois acontecimentos dos quais trataremos: a primeira delas tem a ver com a capacidade inerente ao trabalho da imprensa de dar notabilidade às questões socialmente relevantes, inserindo-as assim, ou pelo menos criando as condições potenciais para sua emergência no debate público. Funcionando como uma espécie de correia de transmissão da notícia, temáticas ou causas relevantes ao conhecimento público e ao tratamento dessas questões pelo estado, mecanismo imprescindível ao reconhecimento de uma “causa”, como a questão da terra ou o direito à meia passagem ao grupo social dos estudantes.

É através do trabalho da imprensa também que esses mesmos acontecimentos, ou as representações elaboradas sobre eles, passam a figurar, com o passar do tempo e a partir de interesses situados *a posteriori*, como memória consagrada. Deste modo, o trabalho de produção de representações e discursos objetivados em jornais cumpre uma função polivalente: ao passo que pode ser encarada como um artefato de descrição e, conseqüentemente, um instrumento que se presta a prescrever uma “realidade”, um “fato”, um “acontecimento”, um “evento”, a imprensa jornalística, ou, mais precisamente,

os efeitos da produção simbólica do seu trabalho, contribui para o fenômeno da consagração de cada um desses elementos. Podemos, portanto, considerar essas funções como lógicas atinentes ao trabalho jornalístico no domínio das representações acerca da sociedade, operando objetivamente como mecanismo de construção da memória. O exame dessas dimensões será desenvolvido no desdobramento do texto.

2 Tramas de um enredo grevista: uma questão de direito e a gestação do conflito

As manifestações da greve estudantil e suas representações posteriores configuram um repertório de episódios notáveis na imprensa da capital a partir dos últimos vinte anos do século XX. Trata-se de um conjunto de acontecimentos de ampla ressonância que envolveu segmentos da sociedade ludovicense, apresentando características peculiares de um conflito urbano, como foi noticiado por diversas manchetes da imprensa local.

As notícias estampadas sobre a greve dos estudantes acentuaram grande repercussão, suscitando variadas opiniões, tomadas de posição, ou mesmo esforços de interpretação com enredos articulados sob matizes diversos. Pensar a greve de 1979, na capital maranhense, requer um olhar cuidadoso, atento às circunstâncias e particularidades da época em que as ações e os “episódios” são enquadrados como notícia passível de destaque, bem como as ressonâncias que são capazes de produzir tempos mais tarde.

Alguns elementos importantes devem ser considerados para o entendimento do que aconteceu em São Luís. Convém destacar os esforços de segmentos específicos da sociedade civil em torno de reivindicações que refletiam as dificuldades do período, ao passo que demar-

cavam ainda o maior engajamento e envolvimento de tais segmentos, possibilitando uma participação ativa na vida política da cidade.

Os últimos anos da década de 1970 podem ser percebidos nas manchetes jornalísticas como um tempo de insatisfação de segmentos sociais marginalizados, que se viam prejudicados pela conjuntura político-econômica e ingerência do regime de exceção vigente. Em São Luís, observou-se uma constante atuação das chamadas *frentes*, constituídas por movimentos, entidades e lideranças políticas que aglutinavam forças, muito embora fossem portadores de reivindicações específicas. A estratégia era eleger uma bandeira, uma causa que concentrasse esforços, propiciando assim maior poder de barganha junto ao governo. Na cidade ocorriam manifestações contra a carestia, pois o custo de vida sufocava os segmentos mais populares, além de mobilizações pela anistia, paralisações de categorias profissionais, como a greve de taxistas da capital, ocupações urbanas irregulares etc. Enfim, uma série de eventos que denotaram claramente a debilidade do governo local em atender às demandas necessárias dos segmentos em questão.

O movimento estudantil universitário tem papel destacado neste período por reunir um contingente de jovens atuando, quer seja no interior da instituição acadêmica, ou nas questões relevantes do cotidiano da cidade de São Luís. O movimento dos estudantes que deu dinâmica à greve pela meia passagem representou aspirações diversas, que apontavam para um tempo de entendimento, participação popular, liberdade de expressão e organização, elementos estes que sugeriam a rápida transição política para o regime democrático de direito.

Em 1977, tem-se a atuação dos estudantes da Universidade Federal do Maranhão através de sua representação, o DCE – Diretório Central dos Estudantes, no sentido de estabelecer uma vivência acadêmica intensa, a despeito dos mecanismos de vigilância instalados

nas instituições superiores de ensino, a exemplo da ASI (Assessoria de Segurança e Informação), ou das limitações advindas do atrelamento das entidades estudantis à Universidade/MEC, despolitizando-as e impedindo que se constituíssem em “autênticos espaços de representação dos interesses do segmento estudantil” (BORGES, 1998, p. 6).

Considerando-se as condições adversas do período em questão, que se revelaram limitadoras da atuação estudantil, a representação que iniciou sua gestão neste mesmo ano (1977), segundo um jornal da época, desempenhou um bom trabalho, como observamos no trecho noticiado a seguir:

O DCE teve uma participação efetiva na vida política maranhense quando aderiu ao primeiro dia nacional de luta, realizado em todo Brasil, realizou várias assembleias gerais em prol da meia passagem; mantinha uma certa independência de acesso ao restaurante universitário e impulsionava a cultura e o saber através de seminários, concursos, e contatos com autoridades responsáveis pela educação brasileira, como foi o caso da visita ao ministro da educação em 1977, também desafiou a posição do reitor quando este proibiu a realização da 2ª semana dos calouros, que acabou acontecendo fora do Campus (O IMPARCIAL, 1978, p. 5).

O processo de reconstrução da UNE3, entidade máxima da representação estudantil no país, foi um evento fundamental para a consolidação e vigor do movimento estudantil em São Luís. Entre os delegados maranhenses que participaram do 31º Congresso Nacional dos Estudantes, em maio de 1979, na cidade de Salvador, estiveram Joãozinho Ribeiro, Agenor Gomes e Juarez Medeiros, jovens líderes que desempenharam, meses mais tarde, papel destacado na condução do movimento grevista pelo direito à meia passagem. No ano anterior ao congresso na capital baiana, a Universidade Federal do Maranhão passou por eleições para escolha da nova representa-

ção estudantil. Concorreu ao pleito para o DCE neste ano de 1978, com o apoio da gestão anterior, o *Grupo Unidade*. A referida chapa sagrou-se vitoriosa. Tinha em sua composição jovens oriundos de um segmento progressista da Igreja Católica, muito influente entre os estudantes recém-ingressados na instituição.

A atuação dos estudantes ensejava um potencial de mobilização peculiar a outros movimentos reivindicatórios espalhados pelo país. Muitas eram as causas, diversos os atores, mas os enredos das histórias pareciam os mesmos. Uma realidade social difícil, acentuada pelos desdobramentos políticos e econômicos dos governos militares se constituiu em terreno propício ao sentimento de insatisfação, demandando dos agentes investimentos, como ações engajadas pela (re) conquista de direitos negligenciados ou suprimidos.

Em São Luís, um dos reflexos destacados desta realidade foi o episódio da greve estudantil pela meia passagem. Os contornos específicos do referido acontecimento foram gestados em meio a um possível descaso ou má vontade política do governo no atendimento à reivindicação dos estudantes e uma inclinação aos interesses dos empresários do setor de transportes coletivos da capital. Na medida em que esse impasse perdurava, maturava-se um desfecho indesejado e até previsível que se confirmou nas manchetes da imprensa, em 1979.

Desde 1977, havia entre os estudantes uma grande mobilização em torno da questão da meia passagem, quando a reconstrução dos movimentos e entidades estudantis foi colocada na ordem do dia. O empenho dos estudantes na busca de uma solução para sua reivindicação pode ser verificado no trecho a seguir:

Em 12 de setembro de 1978, o DCE da UFMA e DAs da UEMA fizeram o lançamento oficial da campanha pela meia passagem para os estudantes nos transportes coletivos urbanos de São Luís. Desde então, iniciou-se o processo de mobilização, começando com um

abaixo assinado onde reuniram mais de 34 mil assinaturas solicitando ao prefeito a implantação da medida. Em 09/11/78, um Ato Público na Praça Deodoro, com cerca de 500 pessoas, celebra a entrega deste documento à prefeitura da cidade (BORGES, 1998, p. 11).

A estratégia do abaixo-assinado junto aos estudantes dos estabelecimentos de 2º grau (atual ensino médio) foi fundamental para a divulgação da causa, ao passo que a mobilização nas feiras, mercados e bairros também angariava simpatia. No entanto, mesmo com o respaldo das milhares de assinaturas colhidas na cidade, a entrega do documento não produziu o efeito esperado, no sentido de uma decisão favorável aos estudantes. A atitude de sensibilização que as assinaturas poderiam despertar nas autoridades responsáveis se traduziu na mais frustrante morosidade ou confirmação da má vontade política com o caso, através de uma emperrada burocracia da qual não se tinha respostas. Os aumentos sucessivos nos transportes coletivos verificados naquele ano podem ser entendidos como o produto da relação estreita entre o poder público municipal e os responsáveis pelos serviços dos coletivos urbanos. A dinâmica desta relação foi analisada desta forma por João (“Joãozinho”) Ribeiro, militante estudantil na época:

[...] continua havendo nas cidades brasileiras e, de uma forma geral, os empresários ainda são quase que sócios das prefeituras e mexer nos lucros deles é uma questão de sacrilégio do ponto de vista (...) e da atividade que eles desenvolvem do poder que eles tem político perante as prefeituras e naquele tempo muito mais ainda porque eles financiam campanha de prefeitos e geralmente levam a fatura e pra implantar a meia passagem aqui foi (...) uma guerra muito grande, já que o governo sempre foi financiado por eles, embora naquela época não houvesse eleição pra prefeito, mas a gente sabe da relação promíscua e (...) imoral que sempre existiu entre esses

concessionários do serviço público, que o transporte é um deles [...]. (João Ribeiro, em Entrevista)

Na Universidade Federal do Maranhão, o que se verificou foi uma reação automática dos estudantes, numa atitude de repúdio à medida de aumento anunciada pelo prefeito. A mobilização estudantil foi noticiada em edição de um periódico local da época.

No final do dia realizaram assembleia geral na Praça do Campus reunindo cerca de 1000 estudantes, que decidiu no final prosseguir o movimento hoje e, na segunda-feira promover panfletagem e comícios relâmpagos na cidade, e nos colégios de modo geral para tentar adesão de todos os estudantes e da população, para uma concentração às 18:00h na Praça Deodoro, pela meia-passagem. (O ESTADO DO MARANHÃO, 1979, p. 3)

Com relação ao posicionamento da instituição sobre as primeiras manifestações dos estudantes (realização de piquetes, paralisação das aulas e a organização de boicotes) em reação ao aumento das tarifas, observou-se a postura de cautela do Pró-Reitor de extensão e assuntos estudantis da UFMA, Aldir Melo, diante deste fato, que se dirigiu aos estudantes a fim de convencê-los que a ação do boicote não resolveria a situação (O ESTADO DO MARANHÃO, 1979, p. 3).

Uma questão importante a ser pensada sobre o episódio diz respeito à reação dos estudantes diante da iniciativa de Aldir Melo, representante da universidade, ao tentar ajudar na resolução do problema. De acordo com a fonte supracitada, a opinião do pró-reitor teria sido recusada pelos manifestantes por estes entenderem que aquela instituição “participava da luta através da omissão”, ou seja, que a Universidade não tomou partido incisivamente pela causa dos estudantes. Notícia sobre o mesmo fato, veiculada em outra fonte analisada (JORNAL PEQUENO, 1979, p.1), informa que os es-

tudantes, orientados pelo pró-reitor, reconheceram que a luta não deveria ser travada contra a Taguatur (empresa de transporte urbano responsável pela linha do Campus). Segundo Melo: “às autoridades é que deve ser levado o problema”.

Algumas indagações podem ser consideradas acerca do discurso observado nos dois periódicos, ao noticiarem o mesmo fato. *O Estado do Maranhão*, ao evidenciar a atitude de ataque dos estudantes em relação à postura omissa da instituição nas lutas, estaria sugerindo um caráter rebelde da organização dos estudantes, que ganhava força diante da precipitação dos fatos? Em que medida a representação para os fatos neste periódico guardava relação com o receio de prejuízos políticos para os seus dirigentes, uma vez que os detentores do poder local na época tinham este “canal” a serviço dos seus interesses?

Outras percepções emergem, ao se verificar na notícia veiculada pelo *Jornal Pequeno* a supressão de qualquer ideia de desentendimento ou mal-estar entre os estudantes e o Pró-Reitor Aldir Melo. Nota-se, já no princípio das mobilizações dos estudantes pela meia passagem, uma inclinação deste periódico à causa estudantil. A representação de um movimento organizado e coeso em torno de uma causa, como estampado nas páginas deste jornal com o desenrolar dos acontecimentos, denotava seu caráter de oposição ao grupo estabelecido no poder, sendo este o responsável pelo periódico rival.

A preocupação com o momento pelo qual passava a cidade foi expressa em assembleia por vários estudantes, entre eles, Renato Dionísio, Juarez Medeiros, Agenor Gomes e outros, ao manifestarem o argumento de que o sistema econômico implantado pelo regime militar a partir de 64 faliu, e não caberia ao povo arcar com o ônus da falência. Afirmaram, ainda, que o sistema exclui a maioria da população brasileira de participar nas decisões nacionais e defenderam

uma “sociedade sem explorados ou exploradores” (O ESTADO DO MARANHÃO, 1979, p. 3).

Os desdobramentos das reivindicações dos estudantes já ecoavam pela cidade, e conforme avançavam os dias do mês de setembro, a tensão e o desencontro entre o governo e o comando de greve se acirravam mais. Todos os esforços possíveis pareciam ter sido empreendidos no sentido de que se evitasse o conflito. A causa dos estudantes contou inclusive com a iniciativa da “bancada emedebista” na Assembleia Legislativa, que encaminhou um ofício ao governador solicitando o atendimento das reivindicações estudantis (O ESTADO DO MARANHÃO, 1979, p. 2).

Essa ausência de entendimento parecia permear, também, o centro das decisões políticas governamentais, pois, conforme ressaltou o deputado Guterres, não houve sintonia entre o chefe do Executivo e seus auxiliares. O deputado também retomou o episódio da solicitação da casa legislativa em favor da concessão da meia passagem, ocasião em que o documento não teria sido entregue ao governador. Diante desses fatos, Guterres afirmou o seguinte: “estão sabotando o Governador João Castelo e assim não dá mais para entender o que realmente está se passando no Palácio dos Leões” (O ESTADO DO MARANHÃO, 1979, p. 2).

Por iniciativa das lideranças do comando de greve, foi dirigido um novo documento ao palácio do governo. Com uma fundamentação calcada na percepção particular do segmento acerca dos “acontecimentos”, o documento elaborado pelos estudantes foi recebido pelo serviço de protocolo da sede do executivo estadual. A motivação que ensejava o discurso dos estudantes durante todo o processo de greve, instrumento que contemplava suas reivindicações, é apresentada no trecho a seguir:

[...] No citado documento, a Comissão Central de Luta Pela Meia-Passagem destaca inicialmente ao Governador João Castelo que as condições socioeconômicas da população maranhense têm colocado o povo constantemente sob as ameaças do subdesenvolvimento, da miséria e da marginalidade. Sabemos, frisam os estudantes, que a educação representa um dos fatores primordiais que pode decisivamente contribuir na libertação desse povo, bem como proporcionar um futuro mais nobre e uma pátria mais justa. Sabemos da deficiência dos nossos sistemas educacionais, aqui e em outros pontos do país, devido ao pouco empenho das autoridades afetas ao problema e a reduzida aplicação de recursos em área tão prioritária para o desenvolvimento. Sabemos muito mais ainda, das impossibilidades que o povo tem em custear a educação de seus filhos. Continuando a exposição de motivos, os estudantes destacam ocorrer que a instável economia nacional impõe, a classes populares, alterações bruscas no seu parco orçamento. Assim é que aos constantes espasmos da crise energética mundial e à descalabrosa ascensão do custo de vida, a nossa população tem vivido em estado de sobrevivência marginal [...] (O ESTADO DO MARANHÃO, 1979, p. 2).

O documento enviado ao governador, destaque nas manchetes da imprensa local na época, sintetiza a dimensão da necessidade da meia passagem para milhares de jovens de São Luís. Daí, a partir de uma análise atenta ao discurso dos estudantes, torna-se mais nítida a percepção das dissonâncias que marcaram a relação entre o governo local, representado pela figura simbólica do “governador biônico” João Castelo, e os segmentos da sociedade civil ludovicense que se colocaram ao lado dos jovens estudantes.

3 Por um lugar na memória: todos se sagraram vencedores

É importante considerar que as representações como resquícius da lembrança sobre o “evento”, no caso da greve de 1979, têm o

mesmo objetivo daquelas construídas no calor dos acontecimentos: afirmar uma postura defendida, tida como a mais coerente diante das circunstâncias. A reafirmação disto posteriormente cumpre com o intento de determinado segmento em galgar um lugar destacado na memória. Dessa forma, são produzidas as mais distintas versões, portadoras cada uma de suas “verdades”. Trata-se, portanto, da elaboração de novos discursos com uma característica comum: a evocação da vitória.

Nesse sentido, mais uma vez os meios de comunicação local (mídia impressa) tiveram papel fundamental na produção e difusão dos discursos que anunciaram o desfecho da greve, comemorado tanto pelo governo como pelos estudantes. Esses registros documentais são o suporte material que reúne as representações cujo propósito é inscrever na memória os “atos bem-sucedidos” dos sujeitos dessa história. Sendo assim, as notícias veiculadas nas páginas dos periódicos não levaram apenas informações à população, mas vestígios mnemônicos, materializados em discursos com uma pretensão bem definida: difundir lembranças e operar a manutenção de uma memória.

A estratégia de inscrição das “experiências” vivenciadas por indivíduos e segmentos sociais no episódio da greve pela meia passagem conformam imagens de um enredo particular, significativo aos sujeitos que buscam eternizar momentos. Dessa forma, a memória seria o terreno fértil a acomodar tais elaborações, carregadas do subjetivismo de quem as produz, projetando-as neste domínio. Jaques Le Goff (1996, p. 423) diz que “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Assim, acionando as representações desse passado, é possível reencontrar os “fatos” marcantes de cada experiência vivida, devendo-se pontuar que a memória apresenta como característica de seu processamento o aspecto da seletividade. Assim, “o processo de memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios” (CHANGEUX apud LE GOFF, p. 424).

As recordações de alguns “fatos” pertinentes à greve fizeram parte da comemoração dos estudantes pela vitória. “Com a participação maciça de universitários e secundaristas, a Praça Deodoro viveu momentos de grande festa”, destacou um jornal da época. A festa dos estudantes, embalada ao som do “forró democrático” e das “rodas de samba”, teve outro momento, como relata o periódico:

[...] por volta das 10 horas, os universitários encenaram uma peça, na qual rememoravam todos os acontecimentos na luta pela meia-passage. No ato teatral, feios bonecos (fofões) representavam a polícia militar, os quais munidos com armas de madeira malhavam os estudantes. Estes, por outro lado, repetiam as frases que pronunciavam durante as manifestações. A peça atingiu seu topo quando os estudantes chegaram próximo ao Palácio dos Leões e Prefeitura, e são duramente castigados pela Polícia. Aí então, começa a pancadaria de parte a parte [...] (JORNAL PEQUENO, 1979, p. 6).

De acordo com a nota jornalística, o propósito dos estudantes consiste em “atualizar impressões” de acontecimentos ainda recentes, porém significativos para o segmento e, por esta razão, enfaticamente rememorados. A questão da repressão policial ainda estava viva nas lembranças e, mesmo tendo representado uma espécie de *trauma coletivo*, foi evocada. Nesse caso, ainda sob o calor da hora, os estudantes inscreviam na memória, ao destacar a repressão, sua própria imagem de sujeitos que resistiram e venceram. Foi esta a

visão que os estudantes projetaram sobre si mesmos, sendo também esta a natureza de outras representações posteriores.

A confirmação do direito à meia passagem aos estudantes também foi saudada como um grande triunfo pela bancada parlamentar de oposição na Capital. O MDB, através dos deputados Bete Lago, Carlos Guterres e Haroldo Saboia, manifestou seu apoio às reivindicações estudantis. “Grande vitória dos estudantes e do povo maranhense”, foi a expressão utilizada por Saboia para representar o desfecho da greve anunciado pelos jornais. A exaltação à vitória manifestada pelo deputado foi assim noticiada: “Louvamos a bravura e a coragem dos estudantes de São Luís que souberam manter-se firmes mesmo nas horas mais negras de repressão e, também, a determinação de suas lideranças que com habilidade conduziram a luta em suas diferentes fases” (JORNAL PEQUENO, 1979, p. 6).

É interessante observar que, simultaneamente às comemorações de estudantes e oposicionistas, o Governador João Castelo também é congratulado por correligionários políticos, que destacam seu papel fundamental na condução do processo, tendo mesmo ele figurado, em tal discurso, como “o maior responsável” pela resolução da questão. O Deputado Federal Luiz Rocha manifesta seus préstimos de estima a Castelo, saudando-o pela “vitória”. Em telegrama enviado ao Governador maranhense, Rocha diz:

No final de mais uma difícil etapa do seu governo, congratulo-me com vossa Excelência pela maneira inteligente e digna com que foram conduzidos os entendimentos com nossa briosa e brava classe estudantil. Mais uma vez Vossa Excelência dá prova do desempenho do cargo de Governador. Fico alegre e feliz com a vitória. Saudações (O ESTADO DO MARANHÃO, 1979, p. 1).

Ao se analisar os discursos colocados pelos jornais que noticiaram a maneira como foi recebida a confirmação da meia passagem,

percebe-se com bastante clareza a articulação das versões produzidas, a intenção que entremeia as falas, as convicções subjacentes ao que se diz. Nesse sentido, os periódicos portadores de tais representações discursivas estão despidos de qualquer princípio de imparcialidade. Ao se observar o viés escolhido para noticiar o mesmo “fato”, tem-se que as inclinações políticas de ambos (*Jornal Pequeno* e *O Estado do Maranhão*) desvelam-se por completo neste momento. Pode-se afirmar, desta forma, que a construção da memória se dá de modo comprometido ou inclinado a uma ou outra versão.

Em referência aos *lugares de memória*, tem-se que a Praça Deodoro, lugar significativo de tantas experiências à época da greve, não poderia escapar às lembranças daqueles que inscreveram momentos de suas histórias naquele espaço. Sendo assim, este *lugar* de afetividade para os manifestantes de 1979 figurou também nas manchetes como palco da celebração da “vitória” dos estudantes. Com a nota de chamada “Estudantes festejam decisão do Governo”, um jornal à época assim relatou o clima de festa estudantil na Praça:

[...] mais de cinco mil estudantes, entre universitários e secundaristas, reuniram-se ontem pela manhã na Praça Deodoro para comemorar a *vitória* na luta pela conquista do desconto de cinquenta por cento nos preços das passagens dos transportes coletivos de São Luís. Era grande a euforia dos estudantes, aplaudindo a atitude do governador João Castelo, que domingo à noite afirmou que “o Governo reimplantar o sistema de meia passagem”, e repetindo a cada instante que, “a festa é nossa, com o estudante não há quem possa” (O ESTADO DO MARANHÃO, 1979, p. 5).

A partir da nota jornalística, convém refletir sobre como se processa a inserção dos espaços na *memória coletiva*, tendo-se em conta as percepções acerca da representação da Praça como uma referência espacial que remete ao “triumfo” grevista. Nesse sentido, Maurice Halbwachs afirma que

[...] assim, não há *memória coletiva* que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 143).

Dessa forma, a memória coletiva que abarca as experiências estudantis no espaço da Praça Deodoro evoca inevitavelmente a ideia de reciprocidade, engendrando a noção de “mapas subjetivos”, pelos quais “sensibilidades individuais e coletivas” são rastreadas, remontando, assim, a assertiva de Halbwachs (1990, p. 133) de que “o lugar recebeu a marca do grupo e vice-versa”.

Pensado essa relação de identidade do grupo (segmento estudantil) com o espaço, tem-se que tais marcas indelévels, uma vez reatualizadas, podem dotar de um caráter subversivo a memória na medida em que esta suscita recordações “perigosas”, remetendo a situações de “ameaça” e “desordem”. Pode-se inferir tal impressão, ao se perceber nos jornais de um ano após a greve a preocupação do governo com as comemorações dos estudantes pela vitória na Praça Deodoro. A repercussão sobre este “dia festivo”, por ocasião do primeiro aniversário da “conquista da meia passagem”, foi assim noticiada por um jornal da época:

O presidente do Diretório Central dos Estudantes, Jomar Fernandes, disse ontem que o próximo dia 17, quando se pretende comemorar na *Praça Deodoro*, a greve pela meia passagem, passará a ser considerado o dia do estudante maranhense pois “a história ou vive-se ou

perde-se no esquecimento”. Para este dia o DCE marcou além do ato público na Deodoro, uma feira de música, Poesia, Selos Show, Teatro, Assembleia, pretendendo também afixar uma placa no coreto da Praça, marcando o dia da vitória. Embora a programação do dia 17 ainda não esteja delineada, Jomar acrescentou que esta deverá recordar em toda a sua plenitude a grandeza do Movimento grevista de setembro passado, como o mais significativo do Maranhão em todos os tempos (DIÁRIO DO POVO, 1980, p. 5).

Tal episódio apresenta características de algo que poderia ser definido como uma espécie de disputa pela memória sobre o desfecho da greve. Retomando-se a frase de Jomar Fernandes de que “a história ou vive-se ou perde-se no esquecimento”, tem-se que as impressões acerca de determinado “evento” estão suscetíveis a reatualizações ou supressões, de acordo com as conveniências dos indivíduos ou grupos que dele participaram, rerepresentando-as, assim, sob um enredo altruístico a ser apreciado em um tempo posterior. Nesse sentido, poderia aqui ser reiterado que o processo de construção (apropriação ou manipulação) da memória em história opera-se segundo procedimentos arbitrários, conforme expectativas vividas no “presente”.

Os momentos que antecederam o dia 17/09/1980 teriam representado talvez uma necessidade (ou estratégia forçosa) de intervenção na memória. A justificativa para a não realização das comemorações na Deodoro foi anunciada pelo Secretário de Segurança Pública do Estado, Raimundo Marques, através de um jornal:

[...] temendo que aquela concentração estudantil se redunde em tumultos, haja vista a inevitável penetração de pessoas estranhas ao movimento dos estudantes, movidas por ‘interesses desconhecidos’, que a exemplo do ano passado poderiam levar a população ao pânico e provocar grandes prejuízos ao patrimônio público e privado. Por isso desde as primeiras horas da manhã de ontem foi colocado o policiamento ostensivo nas principais artérias de São Luis e nos

pontos mais estratégicos como preventivo a quaisquer eventualidades (O ESTADO DO MARANHÃO, 1980, p. 3).

As representações evocadas, exaltando a “vitória” pela concessão da meia passagem, partiram dos mais variados discursos articulados segundo a fala de alguém e veiculados de forma escrita pela imprensa. Convém destacar, porém, a importância de uma estratégia discursiva diferente, que também figurou nos jornais ludovicenses, e que, de forma similar, foi portadora de representações da “vitória” dos estudantes; a fotografia.

De acordo com Yuri Costa (2005, p. 13), para ajudar a compor um “documento”, as fotografias devem aparecer como reproduções precisas, instantâneas, como imagens de um determinado modelo como ele realmente era num momento específico. Devem produzir o “efeito de realidade”.

O efeito de realidade designa o efeito produzido no espectador pelo conjunto dos índices de analogia em uma imagem representativa (quadro, foto ou filme, indiferentemente) [...]. O espectador induz um “juízo de existência” sobre as figuras da representação e atribui-lhes um referente do real, ou seja, o espectador acredita não que o que vê é o real propriamente, mas, que o que vê *existiu, ou pôde existir, no real* [...]. O efeito do real é também interpretável como regulação, entre outros possíveis, do investimento do espectador na imagem (AUMONT, 1993, p. 111 apud COSTA, 2005, p. 13).

Sendo assim, tem-se que o discurso exteriorizado pela fotografia nos jornais impressos estabelece uma relação direta com a percepção daqueles que recebem a imagem e como as interpretam conforme suas pré-noções. Pode-se destacar, assim, que uma imagem estampada num periódico cumpre com o seu propósito discursivo na medida em que é entendida enquanto referencial de um “fato”. Dessa forma, a memória da greve pela meia passagem pode ser reatualizada através

das ilustrações capturadas dos “acontecimentos” e veiculadas destacadamente para a apreciação e interpretação dos leitores.

A concessão do direito aos estudantes ludovicenses em 1979, festejada na Praça Deodoro, teria sido retratada como a imagem de uma vitória legítima.

Foto 1 - Composição de imagens sobre a comemoração dos estudantes.



Fonte: O Estado do Maranhão (1979)

Com a sobreposição de fotografias distintas, a estratégia nesta edição do jornal foi compor apenas uma *imagem*, que, formando um conjunto articulado, destacasse o aspecto da concentração de indivíduos presentes à Praça, despertando, assim, a atenção para a notícia. A intenção do jornal, ao expor as fotografias conjugadas, engendrou uma dimensão singular para a cena, recomposta assim como única. Em outra fotografia, referente às comemorações estudantis pela conquista da meia passagem, um efeito verificado na *imagem* analisada é o enfoque destacado sobre um ponto específico.

Foto 2 – Destaque dado a lideranças comemorando no coreto da Praça.



Fonte: A Revolta da Meia Passagem (2004)

O enquadramento dos líderes estudantis num plano mais aproximado da imagem, com a concentração de estudantes mais distanciada, induz a uma *percepção* (representação) de comando,

unidade, coesão na luta, enfim, de vitória incontestável a ser inscrita na memória. O propósito do autor, ao destacar a fotografia, provavelmente foi enfatizar a ideia de que a efusão comemorativa correspondia à “grandeza” da causa reivindicada e conquistada pelos estudantes.

Evocando mais uma vez as considerações de Yuri Costa (2005, p. 18), este atribui às fotografias uma estreita relação com a ideia de representação. Neste aspecto, as teorizações de Roland Barthes sobre a fotografia aproximam a noção de significado, inerente às representações, à ideia de referente fotográfico por entender ser a fotografia forma representacional peculiar.

O Referente da Fotografia não é o mesmo que o dos outros sistemas de representação. Chamo de “referente fotográfico”, não a coisa facultativamente real a que remete uma imagem ou um signo, mas a coisa *necessariamente* real que foi colocada diante da objetiva, sem a qual não haveria fotografia. A pintura pode simular a realidade sem a tê-la visto [...]. Ao contrário dessas imitações, na Fotografia jamais posso negar que a coisa esteve lá (BARTHES, 1984, p. 115 apud, COSTA, 2005, p. 18).

Um aspecto importante a ser destacado em toda essa discussão é observar o quanto a memória pode sofrer ressignificações. Aquilo que alguém falou sobre determinada coisa, tempos depois já não tem mais consistência. As representações que sustentaram uma ideia ontem podem ser lembradas mais tarde por um viés completamente oposto. Assim os acontecimentos são representados, cabendo ao exercício de interpretação atribuir sentidos ao que é enunciado.

Para ilustrar essas considerações, expomos uma nota jornalística de dez anos após a greve da meia passagem, relembando o dia 17/09/1979 como “um dia de cão em São Luís”. O editorial destaca que

No dia 17 de setembro de 1979, o centro de São Luís lembrava uma praça de guerra. Contrário ao movimento estudantil que defendia a instituição da meia passagem, o então Governador João Castelo mandou a polícia sitiá-la a cidade, espancar e prender estudantes. A violência de um Governador prepotente não impediu, contudo, que o movimento se tornasse vitorioso e pudesse comemorar, hoje, o resultado de uma luta sem precedentes na história da organização estudantil no Maranhão (O ESTADO DO MARANHÃO, 1989, p. 3).

Dessa forma, destaca-se que os eventos históricos, além de construções alegóricas elaboradas a partir de interpretações distintas, são também objeto de manipulação da memória sempre suscetível de apropriação, servindo aos interesses imediatos de quem processa determinados “fatos” de acordo com suas conveniências. A greve pela meia passagem em São Luís é mais um dentre tantos exemplos de recorte temático da história que se torna alvo de disputa da memória.

As diversas representações sobre os eventos de 1979 estabelecem um leque ampliado de considerações, análises, inferências, hipóteses e conclusões acerca dos aspectos correspondentes aos “fatos”. Cada representação engendra um enredo particular. Nesse sentido, as articulações discursivas podem reservar sentidos que implicam intenções de autoconsagração de um grupo ou personagens, assim como na detração de outros. Ao se sagrarem vencedores com o desfecho da greve, todos os sujeitos envolvidos pleitearam abertamente inscrever na memória sua experiência altruística e os jornais com suas manchetes possibilitaram isso, notabilizando as estratégias discursivas dos agentes.

4 Considerações Finais

Em linhas gerais, buscou-se explorar no artigo como se apresentam as dimensões das memórias e das representações constituídas em torno de um “evento” específico. A partir das coberturas jornalísticas sobre a “greve da meia passagem dos estudantes”, em São Luís/MA, buscou-se apresentar a estreita relação que o trabalho de interpretação ou descrição dos “fatos”, trabalho este efetuado pela imprensa escrita, mantém com um princípio de construção de uma memória social baseada nas representações que certos jornais veiculam.

Nesse sentido, a “greve da meia passagem” se revela uma temática emblemática desta dinâmica, uma vez que é tido como um dos “acontecimentos” políticos e sociais locais que foi perenizado no tempo, em que o trabalho de gestão de sua memória teve suporte imprescindível na lógica de produção midiática. Deste modo, a imprensa, especialmente a de circulação de jornais, como meio de comunicação predominante durante os anos 1980/90, efetuou objetivamente um trabalho bem mais efetivo do que fazer circular as notícias, contribuiu assim para a construção de imaginários coletivos sobre “eventos” como a greve e outros mais.

Como veículo produtor e massificador de representações sociais, a imprensa maranhense atuou como instrumento de interpretação, operando uma seleção de representações distintas e dando notabilidade a outras, consagradas enquanto “fatos imparciais”. Quando, na realidade, deveriam ser tomadas na condição de versões selecionadas segundo critérios intervenientes sobre a necessidade de predição da “realidade”.

Em suma, a contribuição relevante do texto consiste em acen-tuar as conexões quase indissociáveis, pelo menos em determinado momento, entre o trabalho de consolidação da memória sobre um

“evento” – com base em um repertório heterogêneo de representações – e os princípios efetivos de realização da imprensa, em particular, o modo de atuação das coberturas jornalísticas. Compreendendo essa lógica de interdependência, é possível identificar na imprensa um instrumento privilegiado de construção de percepções/interpretações do que acontece no estado. Deste modo, o que é tido como relevante e goza de algum reconhecimento, provavelmente, foi objeto de exposição nos principais jornais, que atuam como porta-vozes da sociedade.

Referências Bibliográficas

AUMONT, Jaques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora USP, 2008.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BORGES, Arleth Santos. **A Construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

COSTA, Yuri. **Atos de justiça coletiva**: representações da violência na mídia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

MATIAS, Moisés. **A revolta da Meia Passagem**: A história da greve estudantil em 1979. São Luís: Estação Produções, 2004.

PERIÓDICOS E OUTRAS FONTES CONSULTADAS

DIÁRIO DO POVO, 1980 (edição do dia (04/09/1980, p. 5).

JORNAL PEQUENO, 1979 e 1980 (edições dos dias 25/9/1979, p. 6 e no dia 12/09/1980)

O ESTADO DO MARANHÃO, 1979 (edições dos dias (5/9/1979, p. 3); (15/9/1979, p. 1); (15/9/1979, p. 3); (19/9/1979, p. 2); (25/9/1979, p.1); (27/9/1979, p. 3)

O IMPARCIAL, 1978 (edição de (01/04/1978, p. 5)

ENTREVISTAS

João Batista Ribeiro, presidente do DCE/FESM em 1979. (Atualmente é advogado e exerceu a função de Secretário de Cultura do Estado).

ANÁLISE DAS NOTÍCIAS SOBRE PIQUIÁ DE BAIXO NO JORNAL NOSSA VOZ, DE AÇAILÂNDIA-MA

MICHELY DA SILVA ALVES¹

ROSEANE ARCANJO PINHEIRO²

NAYANE CRISTINA RODRIGUES DE BRITO³

Introdução

O objetivo desta pesquisa, realizada no Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP), do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA-Imperatriz), é analisar as notícias publicadas pelo jornal *Nossa Voz* sobre as ações empreendidas pela comunidade de Piquiá de Baixo⁴ na defesa dos seus direi-

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA-Imperatriz). Integra os Grupos de Pesquisa: Jornalismo, Mídia e Memória (Joimp) e Núcleo de Pesquisa em Comunicação, Gênero e Feminismos (Maria Firmina dos Reis). Email: michely_alvessilva@hotmail.com.

2 Professora adjunta do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz, e do Mestrado Acadêmico em Comunicação Social (PPGCom). Doutora em Comunicação pela PUCRS. Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo e coordenadora do grupo de pesquisa JOIMP – Jornalismo, Mídia e Memória. Vice-coordenadora do GT de História da Mídia Imprensa do XIII Encontro Nacional de História da Mídia – 2021. Graduada em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo na Universidade Federal do Amazonas. E-mail: roseane.ap@ufma.br.

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJor/UFSC). Mestra em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Docência do Ensino Superior pelo ESEA. Membro dos seguintes grupos de pesquisas: Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (GIRAFÁ), Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP) e Grupo de Pesquisa Rádio e Política no Maranhão (RPM). E-mail: nayanebritojornalista@gmail.com.

4 A grafia do nome da comunidade inicialmente era grafada com i, porque Piquiá se refere a uma árvore da Amazônia utilizada na indústria moveleira. Com a chegada das siderúrgicas, a palavra também começou a ser grafada com e, possivelmente em alusão ao termo “Petroquímico Pequiá”.

tos contra os problemas socioambientais gerados pela instalação do parque siderúrgico no bairro, a partir dos anos 1980. O bairro de Piquiá de Baixo, localizado na cidade de Açailândia-MA, é um dos mais antigos do município. As primeiras famílias chegaram nos anos 1960 e a escola mais antiga do local foi fundada em 1974. A partir de 1970, a localidade se expandiu com a vinda de novos moradores atraídos pelas oportunidades de emprego nas serrarias e agricultura. Nos anos 1980, as indústrias siderúrgicas se instalaram no bairro e os moradores iniciaram as mobilizações contra os impactos socioambientais.

A cidade de Açailândia, emancipada em 1987, tem o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão, segundo a base de dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC)⁵, e a economia local é impulsionada pelo setor siderúrgico. A instalação das siderúrgicas foi consequência da Estrada de Ferro Carajás, uma das maiores mineradoras do mundo, que leva o minério de ferro da Serra dos Carajás, no estado do Pará, para o Porto de Itaquí, em São Luís - MA. Essas indústrias escolheram a cidade e o bairro por diversos motivos, principalmente por causa da localização estratégica.

O jornal *Nossa Voz* começou a circular em 2006, época na qual a comunidade recebeu o apoio da Missão Comboniana, ligada à Igreja Católica, para defender as reivindicações dos moradores. O impresso era direcionado às comunidades urbanas e rurais circunscritas aos trabalhos da paróquia São João Batista, sede da Missão Comboniana, e aos movimentos sociais. O informativo foi inicialmente elaborado pela Associação Frei Tito, em Piquiá de Baixo, mas depois passou a ser produzido pela paróquia citada. Durante oito

5 Disponível em: http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/PIB_Municipal_2010-2014_divulgacao.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2021.

anos (2006-2014), o jornal, com tiragem de mil exemplares a cada edição, cumpriu com o objetivo de colaborar nas causas socioambientais nos bairros de Açailândia.

No caso de Piquiá de Baixo, o jornal *Nossa Voz* pautava a luta cotidiana que os moradores travavam contra os impactos ambientais, a falta de saneamento e de serviços básicos e todas as demais histórias de dificuldade do local. O impresso colaborou para dar visibilidade à mobilização dos moradores, ajudando na construção de uma história de luta e vitória.

Para o artigo foram realizadas análises de nove edições do jornal dos anos 2007, 2008, 2009 e 2010, somando um total de 24 matérias. A escolha do estudo e a análise do informativo durante esses quatro anos foram, justamente, por ser um período de grande expansão em relação à comunicação alternativa diante dos discursos oferecidos pelo bairro, movimentos sociais e a pela igreja católica contra os interesses por parte das siderúrgicas. As problemáticas sofridas pelos moradores de Piquiá de Baixo ganharam espaço tanto no Jornal impresso *Nossa Voz* quanto no programa *Kairós* transmitido pela Rádio Marconi FM, ambos relacionados à Missão Comboniana, importantes espaços para ecoar as reivindicações da comunidade.

As análises das edições do jornal foram feitas com base na metodologia de Análise de conteúdo. Segundo a definição de Bardin (2011), é “um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2011, p. 15). Logo, se caracteriza como um estudo de natureza descritiva, ao buscar classificar e interpretar os fatos através dos seus parâmetros estatísticos. Utilizamos também a técnica de Análise documental na verificação dos exemplares do *Nossa Voz* disponibilizados no acer-

vo digital organizado pelo Grupo de pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP)⁶, uma observação bastante panorâmica para a compreensão dos fatos históricos. Dessa forma, a técnica de pesquisa pode ser aplicada no discurso, entrevistas, colunas, matérias, ou seja, tudo que compõe os veículos de comunicação.

Para a Análise de conteúdo estabelecemos as seguintes categorias de análise: enquadramento, gêneros e fontes jornalísticas. O enquadramento é sobre o enfoque escolhido pela publicação para narrar o acontecimento e potencializar os aspectos de contextualização. A segunda categoria analisada, os gêneros jornalísticos, integra um sistema de organização do trabalho cotidiano, a partir das estruturas para cada forma, os quais incluem aspectos textuais e distribuição dos formatos (MARQUES DE MELO, 2010, p.48). E a última categoria foram as fontes jornalísticas, que repassam os detalhes dos acontecimentos. Para Schmitz (2010, p. 10), as fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências, envolvidas direta ou indiretamente em fatos e eventos.

Jornalismo a partir dos movimentos sociais

O Jornal *Nossa Voz* tornou-se uma das estratégias para mobilizar a opinião pública e sensibilizá-la para a defesa dos interesses da comunidade de Piquiá de Baixo. Conforme Cook (2011, p. 203), o jornalismo influencia o debate público e pode provocar mudanças na sociedade. “O jornalismo deve ser considerado não só como uma instituição, mas também como instituição política; em outras palavras, os jornalistas são atores políticos”.

6 O projeto recebeu recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA, entre 2015 e 2017). O endereço é www.joimp.ufma.br

O processo de utilizar os meios de comunicação para atender às necessidades da sociedade acontece desde a metade do século XX, quando, de alguma forma, passaram a ocupar espaço por meio da popularização – em função do surgimento e desenvolvimento que os jornais vêm oferecendo ao longo dos anos.

Além de buscar refletir sobre esses fatos, o estudo também discute diferentes movimentos que fizeram com que o jornal analisado dedicasse a cada edição um aprofundamento diferente sobre o caso de Piquiá de Baixo. Dênis de Moraes, no texto “O papel da mídia na batalha ideológica da América Latina” (2016), analisa que uma sociedade de massa utiliza os meios institucionais de comunicação, demonstrando a capacidade de fixar sentidos e ideologias, sendo necessário que novos espaços tragam as vozes que estão marginalizadas para que os direitos possam ser respeitados.

O conceito de liberdade de expressão que está indissociavelmente vinculado aos direitos públicos e às aspirações coletivas, sem qualquer subordinação a interesses privados ou ambições particulares, torna-se essencial para pluralizar os processos comunicacionais. (MORAES, 2016, p. 27).

Na compreensão de Peruzzo (2004, p. 67), o jornal pode ser caracterizado como uma mídia alternativa pelo trabalho desempenhado na denúncia e solução dos problemas da comunidade, pautas que tinham pouco ou nenhum espaço nos meios de comunicação tradicionais de Açailândia. Conforme a autora, “democracia, no poder de comunicar, é condição para ampliação da cidadania”. Logo, o jornal *Nossa Voz* fortaleceu o exercício da cidadania e tornou-se espaço de resistência para Piquiá de Baixo.

Esse exercício da cidadania nos meios de comunicação é o gerenciamento dos atos públicos, diante dos aspectos sociais e econô-

nicos. No periódico *Nossa Voz* havia vários espaços discursivos para a população, entre eles a editoria de *Cultura*, uma página inteira destinada para os muitos teatros utilizando a representação dos impactos ambientais das siderúrgicas na população.

É importante ressaltar que grande parte das produções do jornalismo comunitário constituem materiais sobre direitos humanos e a chegada do acesso a esses direitos para a sociedade. No caso do jornal *Nossa Voz*, a interpretação dos fatos dos jornalistas que faziam parte da construção dessas matérias era conhecer as razões das dificuldades enfrentadas e discutir possibilidades perante as ações conjuntas, problematizar os conflitos e dilemas vivenciados no cotidiano.

Construção da memória social

Ao analisarmos a produção jornalística do *Nossa Voz* sobre Piquiá de Baixo, estamos contribuindo para a valorização da memória dos moradores, ou seja, para a memória coletiva. As notícias são pistas que ajudam a sociedade atual a compreender o contexto do passado, ainda relacionado ao presente, pois a luta dos moradores do bairro ainda está em curso, mesmo que as obras do reassentamento já tenham começado para a construção do novo bairro, o que ocorreu no final de novembro de 2018. Para Bosi (1994, p. 55), “na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens, ideias de hoje, as experiências do passado”. Esse é caso do Jornal *Nossa Voz*, que retratou histórias de vida e promoveu a discussão dos problemas sociais.

Na construção de uma sociedade, principalmente, na elaboração de um jornal comunitário a partir dos acontecimentos sociais, é necessário libertar a memória de cada pessoa, de cada urbanização. A história se faz com o presente a partir das percepções do passado.

No entanto, a memória individual é uma manifestação singular do coletivo.

Isso implica dizer que, para entender com propriedade determinado meio de comunicação, obviamente, precisamos enaltecer a construção de uma memória coletiva, foi o caso do Jornal *Nossa Voz* com a comunidade de Piquiá de Baixo; caracterizar um jornal comunitário é uma grande chance de reescrever nos veículos de comunicação a história de um determinado ciclo concêntrico.

Para Michael Pollack, a memória é seletiva, nem tudo fica gravado, nem tudo é registrado. O trabalho do jornalista é orientar-se e interpretar os fatos para a elaboração de uma notícia a partir das perspectivas de vida de cada cidadão. Há estratégias no jornalismo comunitário para lidar com essa construção de identidade, a memória social foi uma das técnicas mais aplicadas pelo Jornal *Nossa voz*.

[...] a memória é constituída por pessoas, personagens. Podemos aplicar o mesmo esquema, ao falar de personagens realmente encontradas no decorrer da vida. [...] Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela (POLLACK, 1992, p. 2).

Ao trabalharmos com a análise de um jornal que tinha apenas tiragens de 1000 exemplares a cada edição, era quadrimestral e que todo o processo de produção era custeado pelas ações da igreja e dos padres, estamos dando, sem via de dúvidas, uma nova chance de construir a história, ou seja, estamos viabilizando os fatos para que futuramente sejam contínuas para outras retrações sociais. Com isso, o jornalismo faz parte da expansão da memória coletiva, atribuindo os fatos aos seus respectivos colaboradores sociais.

O bairro de Piquiá a cada dia, com toda resistência e luta, está ganhando mais visibilidade diante dos processos de comunicação alternativa. Por exemplo, a Rede Justiça no Trilho – criada em 2007 com o objetivo de exigir compensações ambientais das políticas públicas a partir das instaurações das siderúrgicas e promover todas as pessoas que vivem às margens da Estrada de Ferro Carajás – tem sido o espaço mais favorável para dar lugar ao povo. Essa ONG atualmente assume o papel do jornalismo comunitário, que tem grande atuação dos habitantes do local e tamanha disponibilidade de retratar para a Rede Justiça nos Trilhos as condições situacionais.

O jornal *Nossa Voz* foi um dos principais meios de jornalismo para recriar a memória de Piquiá de Baixo, contribuiu para que os moradores compreendessem a logística da comunidade e toda sua história antes da chegada das siderúrgicas, durante e, proeminentemente, como será a vida dessas pessoas depois da construção do reassentamento.

Desde 2005, a Associação Comunitária dos Moradores do Piquiá (ACMP) tem se mobilizado frente a essas violações e encaminhado denúncias a distintos órgãos a respeito da grave situação decorrente dos altos índices de poluição. Depois de dez longos anos lutando para garantir uma vida digna a todos os moradores da comunidade, no dia 17 de setembro de 2018 os representantes do bairro conseguiram uma liminar para o tão sonhado reassentamento. O novo bairro receberá o nome de Piquiá da Conquista, nome escolhido em votação popular; a verba destinada ao projeto de reassentamento é do programa Minha Casa Minha Vida e prevê a construção de 312 casas no novo território.

Nasce a voz do povo – jornal *Nossa Voz*

A cidade de Açailândia-MA é um dos lugares mais desejados por siderúrgicas, justamente, por ter uma conexão ferroviária de grande acesso e uma boa localização para a fabricação de carvão e ferro. Desde os anos 1980, o bairro de Piquiá se vê na luta diária por condições básicas de sobrevivência – saúde e moradia digna. Ainda na década de 1980, sete siderúrgicas foram instaladas na cidade, interligando com as vias ferroviárias do estado do Pará. Desde então, a população começou, de todas as formas, a se mobilizar contra as políticas públicas e as grandes empresas.

A primeira movimentação foi a criação da Associação de Moradores de Piquiá (ACMP), fundada no ano de 2005. Surgiu no intuito de denunciar a gravidade da situação com os altos índices de poluição atmosférica, no mesmo ano nasceu o periódico *Nossa Voz*, que era produzido quadrimestralmente e custeado pela ação Comboniana – missionários da igreja católica. O impresso buscava por visibilidade diante do estado de calamidade ambiental, inicialmente, destinado ao bairro de Piquiá de Baixo, em Açailândia-MA. O slogan e as tiragens eram uma tradução dos jornalistas e missionários da igreja católica sobre as políticas públicas para essa comunidade.

Com o passar dos anos, especificamente em 2009, quando as siderúrgicas estavam ganhando cada vez mais espaço na cidade e nas áreas rurais, pelo ponto estratégico da Estrada de Ferro Carajás, a produção jornalística do *Nossa Voz* expandiu seu enfoque em outras áreas, ao incluir notícias de povoados vizinhos.

O jornal, que era quadrimestral, tinha capa colorida, oito páginas e formato 13x18,5 (2006) e 13x18,5 (2010). Apresentava as seções *Editoriais*, *Notícias Metalúrgicas*, *Igrejas vivas*, *Coluna do Bocudo* e *Personagem em destaque*. Entre os anos de 2005 a 2008, o

impresso tinha o seguinte slogan: “O primeiro jornal informativo de Piquiá”. A partir do ano de 2009, o impresso, com base na necessidade de inserir outras localidades nas pautas, foi definido como: “Jornal Informativo da Paróquia São João Batista”. Isso porque as siderúrgicas estavam ganhando mais espaços na região de Açailândia e expandindo-se em outros povoados como de Jacu, Jardim América, entre outros.

Análise do conteúdo jornalístico

Na análise do conteúdo do jornal *Nossa Voz*, elencamos as seguintes categorias de análise: enquadramento, fontes e gêneros jornalísticos. O impresso apresenta ter o **enquadramento** com base nas experiências humanas da comunidade. Em **fontes jornalísticas**, verificou-se um papel importante de construir a veracidade do jornal e seus elementos cognitivos a partir da concepção de proximidade. E quanto aos **gêneros jornalísticos**, destacam-se apenas o informativo e opinativo, embora o jornal trabalhasse muito com o interpretativo, mas em notícias que não faziam parte do ciclo de análises sobre Piquiá.

Analisando a estrutura ideológica da elaboração do Jornal *Nossa Voz*, é perceptível que parte das notícias tem um enquadramento negativo diante da participação dos processos governamentais da cidade de Açailândia-MA em relação aos interesses econômicos e descaso das siderúrgicas com a população. Havia no jornal um caderno chamado *Direitos em dia*, que basicamente era um espaço que o periódico oferecia para as manifestações sociais da população, tinha como conteúdo o posicionamento do bairro Piquiá de Baixo em relação aos seus direitos constitucionais e à moradia digna.

Figura 1 – Crítica: manchete do caderno *Direitos em dia*.



Fonte: Acervo digital – JOIMP

Nota-se que a composição do periódico *Nossa Voz*, embora tivesse uma busca constante em denunciar os impactos ambientais e mostrar, detalhadamente, os riscos que Piquiá de Baixo e povoados vizinhos estavam passando, não existem entre os anos de 2007 a 2010 registros de fatalidades (mortes) apontadas no jornal. Isso se deve não pela falta de ocorrências de mortes, mas pelo fato de que os meios de comunicação alternativos não têm recurso financeiro para possíveis contra-acusações por parte das siderúrgicas. Dessa maneira, essas mortes estavam nas entrelinhas das matérias em que o impresso deixava subentendido que as grandes causas de fatalidade eram essas indústrias.

O jornal *Nossa Voz* trabalhava abordando as políticas públicas e sua relação de interesse com as sete siderúrgicas instaladas em Açailândia-MA, mas fundamentado através das perspectivas do bairro. De acordo com as notícias sobre políticas públicas, a maior aliada das movimentações econômicas da cidade de Açailândia-MA, a partir das percepções dos jornalistas e dos principais colaboradores (padres, pesquisadores e moradores) e o modo que era enquadrado nos textos jornalísticos do periódico, era a siderúrgica Gusa Nordeste. Isso porque a assessoria da Gusa, juntamente com a prefeitura de Açailândia-MA, contribuiu, por diversas vezes, com ligações externas e benefícios públicos. Havia comportamentos contraditórios da siderúrgica Gusa Nordeste em relação aos bairros afetados, tratavam com descaso muitos fatores ambientais e, em

período sazonais, como períodos eleitorais, conduziam uma “falsa ideia de sustentabilidade”.

Como por exemplo, na edição de 1º de setembro do ano de 2008, no caderno *Direitos em dia*, foi publicada uma matéria sobre a Gusa Nordeste e sua apropriação dos meios cívicos da comunidade. Dados apontam que essa siderúrgica tinha participado de uma campanha no ano de 2008 com o governo de Açailândia para a conscientização do meio ambiente e parcerias com escolas públicas da região, onde foi destinado um prêmio ao melhor aluno que elaborasse redações sobre os impactos ambientais e como tratá-los, uma “propaganda e agenda ambiental” dessas grandes empresas.

Figura 2 – Manchete do caderno *Direitos em dia* sobre a urgência reassentamento.



Fonte: Acervo digital – JOIMP

A população da região se revoltou diante do falso posicionamento da siderúrgica, juntamente com o apoio do governo de Açailândia-MA, e começou rapidamente uma luta emergencial, cujo jornal *Nossa Voz* foi o principal porta-voz do povo naquele momento de desespero e desmoralização social, conforme pode ser verificado

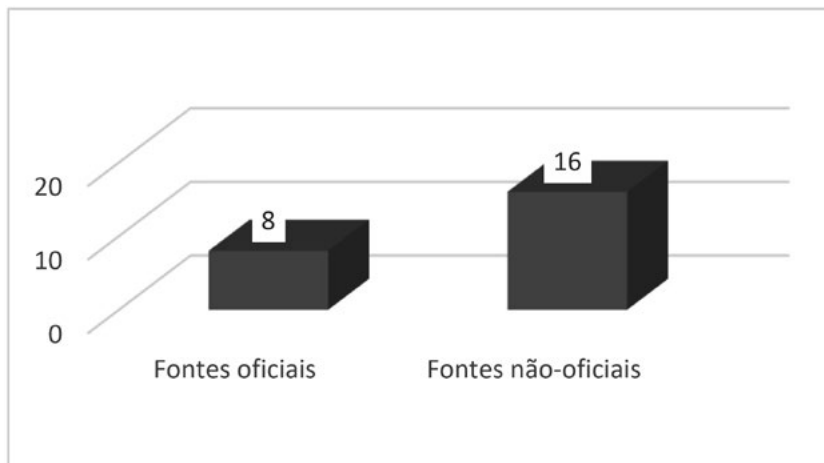
na Figura 2. Nos processos colaborativos para o desenvolvimento da edição havia uma linha jornalística que buscava interpretar os fatos e resumir de forma simples e clara para que houvesse compreensão por parte dos consumidores do jornal – os moradores. O jornalista, coordenador da rede Justiça nos Trilhos e ex-colaborador do jornal Nossa Voz, Mikael Carvalho afirma que o trabalho do jornalismo comunitário é ampliar a comunicação de pequenas comunidades e dar visibilidade aos processos sociais:

O que tentamos fazer na região de Carajás é atuar juntos das comunidades e fortalecê-las para que haja uma maior visibilidade e esses setores possam ser mais acessíveis. Isso é um problema que temos enfrentado, mas continuamos insistindo e buscando pautar as lutas comunitárias. É um trabalho diário⁷.

Entre os anos de 2007 e 2010, havia um acompanhamento das conquistas da comunidade e das reivindicações pelo impresso. Sobre a movimentação do jornal, observa-se que foram ao todo nove edições publicadas, por tratar-se de um jornal quadrimestral, e dentro dessas nove edições há um total de vinte e quatro matérias que retratam o bairro de Piquiá de Baixo e a luta diária por sobrevivência dentro das limitações em que as siderúrgicas o impuseram. O posicionamento do veículo fez com que as rotinas produtivas adotassem, principalmente, fontes jornalísticas colaborativas. Os moradores tinham um papel importante dentro do jornal *Nossa Voz*, pelo fato de contribuírem com pautas democráticas, diante das condições situacionais.

7 Entrevista concedida a autora Roseane Arcanjo, no dia 13 de setembro de 2018.

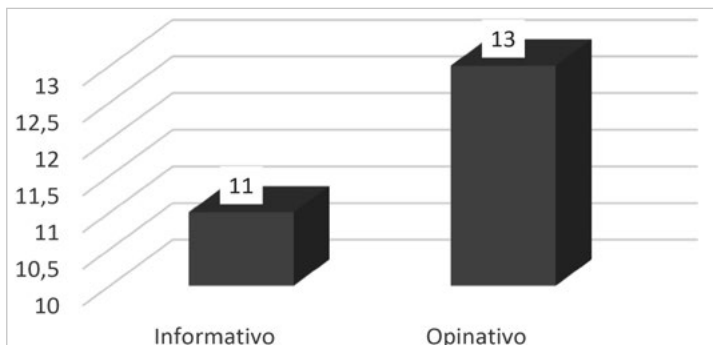
Gráfico 1 - Principais fontes jornalísticas



Fonte: produções analisadas do jornal Nossa Voz.

Percebe-se, no Gráfico 1, que as fontes oficiais (8) tiveram menos espaço no jornal do que as fontes não oficiais (16) - compostas por moradores, pesquisadores da região e missionários da igreja católica. De acordo com Schimitz (2010), essas fontes não oficiais podem ser caracterizadas, com base na classificação do autor, como testemunhal, por ter uma participação empírica no bairro de Piquiá. Levando em consideração que o jornalismo comunitário é voltado para os direitos da população, na composição de cada pauta havia um sistema editorial, entregue pelo próprio jornal, de gerar mais notícias categorizadas como *do povo* (espaço oferecido como ferramenta do exercício da cidadania).

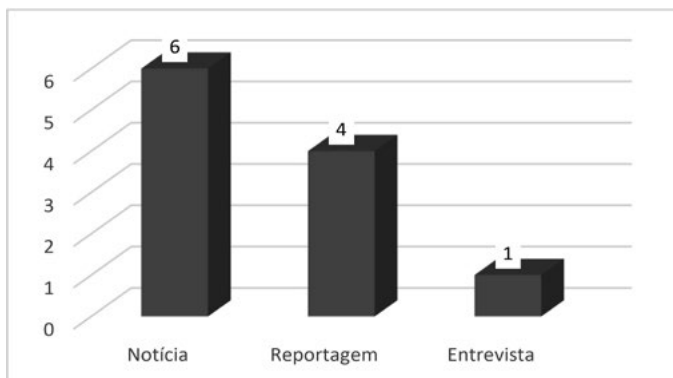
Gráfico 2 - Gêneros Jornalísticos



Fonte: produções analisadas do jornal *Nossa Voz*.

Quanto aos gêneros jornalísticos, o Gráfico 2 apresenta a predominância de matérias opinativas, treze ao todo, embora os textos informativos tenham apresentado número próximo, onze, ficando em segundo lugar. Dados indicativos de que o periódico priorizava o jornalismo opinativo. Esse fator está relacionado com a proximidade do jornal com movimentos sociais de Açailândia-MA e a publicação de notícias sobre questões sociais, ambientais e sindicais.

Gráfico 3 - Gênero Informativo



Fonte: produções analisadas do jornal *Nossa Voz*.

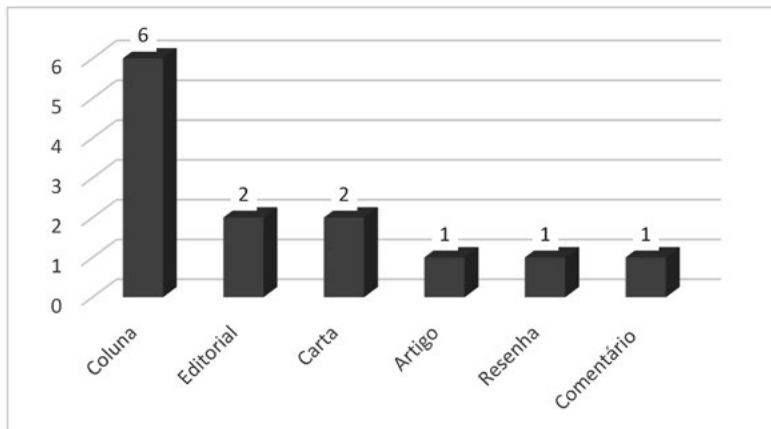
Nas narrativas quanto ao gênero informativo, as notícias e reportagens aparecem com frequência: foram seis notícias e quatro reportagens. As notícias veiculadas tinham como principal temática as movimentações dentro de cada siderúrgica. Na coluna *Notícias siderúrgicas*, as informações publicadas estavam relacionadas com as ações das siderúrgicas no local, principalmente economicamente e ambientalmente. Um exemplo é a edição de outubro de 2009, com a seguinte notícia: “Notícias siderúrgicas: Dois caminhões gigantes com capacidade de transporte de 400 toneladas chegam pelos trilhos até Carajás”. O objetivo do texto jornalístico era situar os moradores do bairro quanto à logística de cada produção de minério e todas as decisões de entrada e saída tomadas pelas siderúrgicas. Em certos casos, para as empresas as comunidades passam a ser vistas como empecilhos para o desenvolvimento da região.

Quatro reportagens (4) se referem aos riscos ambientais e informações sobre a problemática das siderúrgicas no local. Essas reportagens eram compostas pelas falas dos moradores, representantes da missão Comboniana e alguns grupos de estudiosos como: médicos e assistentes sociais que desenvolviam um trabalho coletivo, para conscientização dos impactos ambientais e todos os problemas de saúde causados pelas siderúrgicas. Portanto, a ideia de trazer à tona as problemáticas da população e dar voz às frustrações do povo envolvia uma preocupação com as escolhas dos conteúdos para compor esse formato jornalístico.

Quanto à entrevista, entre os anos de 2007 e 2010 verificou-se apenas uma realizada com o padre Dario Bossi. Um sacerdote comboniano que movimentava de todas as formas possíveis as reivindicações contra as siderúrgicas e o descaso da prefeitura de Açailândia-MA com os bairros atingidos. Na entrevista, o padre relata as situações das comunidades, as chegadas de grandes polos industriais

e a emergência e grave violação de direitos humanos à flexibilidade de um programa governamental.

Gráfico 4 - Gênero Opinativo



Fonte: produções analisadas do jornal *Nossa Voz*.

Conforme o Gráfico 2, o gênero opinativo predominava no jornal *Nossa Voz*. No Gráfico 4, verifica-se que nesse gênero estavam presentes as colunas (6), editorial (2), carta (2), artigo (1), resenha (1) e comentário (1). Entre os dois editoriais verificados no jornal, na edição publicada em junho de 2008, com o título *SIDERÚRGICAS: fumaça no ar e nas palavras*, há uma referência direta à instalação das empresas na comunidade e o enorme processo de poluição. A intenção era abordar as contradições estabelecidas pela siderúrgica Gusa Nordeste. Na mesma edição do jornal, constatou-se um comentário da equipe do jornal em relação às diretrizes das siderúrgicas nos bairros: “Essas modernas empresas olham para o futuro, e isto é bom, mas deveriam antes saber consertar um passado desastroso” (JORNAL NOSSA VOZ, 2008, p. 1).

A *Coluna do Bocudo* era uma base do jornal, uma das colunas mais comentadas e não tinha um assinante fixo. Logo, todo final de

edição a assinatura era do próprio jornal. Desenvolvia um trabalho abordando as premissas de uma resistência relacionadas ao número de denúncias ambientais. Normalmente contava histórias de vidas, incluindo ações sociais, personagens e todo contexto sobre a comunidade. Na mesma linha das produções do jornal existiam outros adicionais como: *Igrejas vivas* e *Personagem em destaque* – que tinham a intenção de mostrar a solidariedade das igrejas católicas e assistência em ajudar o bairro e os personagens, geralmente, eram os padres que faziam parte do ciclo de colaboradores sociais.

Com relação ao artigo presente no jornal, perante as análises dos gêneros jornalísticos há uma descrição direta sobre a opinião dos missionários da igreja sobre a saúde pública da comunidade e o pedido por socorro no espaço discursivo que o jornal cedia para a voz coletiva. As duas cartas encontradas faziam parte de uma carta aberta à cidade de Açailândia e às autoridades sobre a nova aciaria em construção no Piquiá e a única resenha do jornal fazia parte de uma crítica dos jornalistas e médicos que apresentavam um conteúdo sobre a poluição em Piquiá feito por um pesquisador.

Considerações finais

Observa-se que o jornal *Nossa Voz* destacava as notícias sobre Piquiá de Baixo predominantemente relacionadas às desigualdades sociais a partir das situações em que as siderúrgicas o submetiam. Nesse contexto, configurou-se que o jornal era a linha de atuação para chamar a atenção da opinião pública, colaborando com o exercício da cidadania, baseado nas problemáticas sociais, econômicas e ambientais dos bairros atingidos pelas indústrias. O jornal proporcionou a valorização da atuação coletiva e a transformação comunicacional da comunidade.

Entre os anos de 2007 e 2010, o impresso produziu a história da luta de Piquiá de Baixo, construindo relatos sociais sobre a chegada das siderúrgicas e a convivência dos moradores com a poluição. Caracterizado como jornalismo opinativo, o informativo atuava com a concepção de que a resistência faz sentido e que os meios de comunicação têm uma essencialidade para possibilitar espaços para as vozes marginalizadas. É importante ressaltar que a produção do jornal foi de suma importância para o trabalho coletivo da comunidade e a luta por saúde e moradia digna era o mais preservado na predominância do periódico. Outra questão abordada era o trabalho dos missionários e padres combonianos.

Das 24 matérias analisadas, percebe-se que 10 são caracterizadas como um serviço midiático ao povo. O impresso contava com a colaboração de movimentos sociais para a criação de conteúdo jornalístico e uma boa percepção do leitor, como coberturas jornalísticas dos movimentos teatrais que levavam para as pautas de cultura a situação de caos vivida pelas comunidades. Essa forma de fazer comunicação popular tinha um bom alcance, a plateia sempre se via dentro das cenas apresentadas e isso facilitava a compreensão de toda a problemática sofrida por essas comunidades.

O impresso analisado ouvia as fontes ligadas ao poder público, como políticos e autoridades, que entram na concordância de fontes oficiais. Mas todas essas fontes eram apenas para ter um equilíbrio seletivo do jornal. Embora as matérias geralmente os criticassem por conta das dificuldades enfrentadas. Havia uma predominância das fontes não oficiais, que eram compostas por moradores, os padres, médicos e pesquisadores. O objetivo era ter uma discussão social dentro do jornalismo sobre as classes minoritárias e propagar o combate à violação dos direitos.

Entre os gêneros jornalísticos, o estudo mostrou que as publicações tinham mais matérias opinativas. Quanto ao gênero informa-

tivo, as notícias e reportagens mostram a importância de cobrir os fatos e orientar-se da atuação das siderúrgicas nos bairros, ou seja, o jornal concretizou a finalidade de dar espaço para as comunidades, especialmente para a problemática em Piquiá de Baixo.

Destaca-se que o Jornal *Nossa Voz* utilizava os trabalhos dos missionários combonianos para a atuação no campo político, as histórias de vida dos moradores e todo o processo judicial diante do reassentamento para com as siderúrgicas eram retratados no impresso. Predominavam os interesses de cunho opinativo dentro das suas produções e era valorizada a atuação coletiva na transformação da sociedade.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Coimbra: Almedina, 2011.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.6, 2011.

MARQUES DE MELO, José. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**, 2010.

MORAES, Dênis de. O papel da mídia na batalha ideológica da América Latina. **Observatório Latino-americano y Caribeño**. Buenos Aires, vol. 1, n.1, 2017.

PERUZZO, Cicília. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Revista ECO-Pós**. Rio de Janeiro, v.12, n.2, maio-agosto 2009.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

SCHMITZ, Aldo Antonio, **Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo**. 1. ed. São Paulo: Combook, 2011.

JORNALISMO, POLÍTICA E MEMÓRIA EM IMPERATRIZ-MA: ANÁLISE DA COLUNA VITRINNE, DO JORNAL O CAPITAL

GESSIELA NASCIMENTO DA SILVA¹

WILLIAM CASTRO MORAIS²

Introdução

Os meios de comunicação exercem papel fundamental na formação da opinião pública. Além da sociedade, os grupos ou personalidades políticas observam esses meios de forma singular, como conceitua Traquina (2015), as mídias são objetos transformadores, vistos de forma instrumentalista, ou seja, expressam certos interesses políticos.

A ligação da mídia com a política, no Brasil, vem desde a instauração da imprensa, com o primeiro jornal, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808. No breve percurso histórico, temos a Proclamação da República, quando o governo restringiu os impressos a publicarem apenas conteúdos políticos e literários. Seguido do Estado Novo (1930) e do Regime Militar (1964 – 1975), fases nas quais diversos veículos tiveram suas portas fechadas, pois suas ideias fugiam dos princípios do governo. Até chegarmos aos séculos XIX e XX, em que os jornais passaram a circular livremente. Neste resumo da memória política do Brasil, nota-se a presença da mídia.

1 Mestra em Comunicação (PPGCOM UFMA/Imperatriz). Integra os Grupos de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP/UFMA) e Rádio e Política no Maranhão (RPM/UFMA). Email: gessielan@gmail.com.

2 Doutorando em Jornalismo (PPGJOR UFSC) e Mestre em Comunicação e Sociedade (UFT). Integra o Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (NepJor/UFT) e do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP/UFMA). E-mail: jorwilliamcastro@gmail.com.

Em meio a esse percurso, temos Imperatriz, localizada no oeste do Maranhão e a segunda maior cidade do estado, fundada em 1852, pelo Frei Manoel Procópio. Na região, o jornalismo teve seu início em 1932, com *O Alicate*, e em seguida, outros três periódicos surgiram, *A Luz* (1936), *O Astro* (1949) e o *Correio do Tocantins* (1964), compondo a imprensa local. Assunção (2011) classifica a imprensa imperatrizense em três fases: “Primórdios da Imprensa: os primeiros jornais de Imperatriz (1932-1964)”; “A Expansão da Imprensa: os jornais em tempo de mudança (1970-1989)”; “A Consolidação da Imprensa: novos protagonistas em cena (1990-2010)”.

O artigo direciona o olhar para o *Jornal O Capital* de 1998, pertencente à terceira fase. O periódico teve sua fundação em 1994, encerrando as atividades em 2010, devido às questões econômicas. Ele pertencia ao *Sistema Tucanu's de Comunicação*, de propriedade do empresário Conor Pires Farias, que também englobava a Rádio Capital (inativa) e TV Capital (ativa). *O Capital* possuía editorias de política, política, cidade, esporte e outras. A coluna *Vitrine*, por exemplo, enquadrava-se como variedades, e deveria abordar assuntos referentes a eventos e vida social, no entanto, a pauta sobre política também era presente, o que despertou interesse para o estudo em questão.

Com isso, a proposta central do artigo delinea-se no questionamento: quais são as formações temáticas e atores políticos em destaque na coluna *Vitrine*? A coleta da pesquisa abrangeu os meses de junho a julho (antes da eleição) e outubro a novembro (depois da eleição) de 1998, para compreender a estrutura da coluna, mapear os temas centrais relacionados à política, classificar e identificar os principais atores políticos presentes. Para chegar aos resultados, utilizaram-se as técnicas quantitativa e qualitativa, além da Análise de Conteúdo, sem esquecer-se da pesquisa bibliográfica e documental. O presente artigo não busca fazer comparações com outros periódicos.

cos, seja no âmbito temporal, local ou temático, e sim, identificar o posicionamento político do jornal, por meio das notas publicadas e dos atores políticos destacados.

Perspectiva teórica sobre a política no Capital

Política é advinda do Grego *politikos*, que faz referência aos homens da *pólis*³ ou do Estado. Desde a sua instauração, o objetivo estava voltado para cumprimento da ordem na cidade-Estado. Segundo Maar (2013, p. 30), o “termo “política” foi cunhado a partir da atividade social desenvolvida pelos homens da *pólis* [...]”, esta política grega, por sua vez, acrescenta “a referência à cidade, ao coletivo da *pólis*, ao discurso, à cidadania, à soberania, à lei”.

A sua finalidade se perpetuou por anos e a política acabou sendo difundida pelos meios de comunicação. “A política passou a ser uma prática social definitivamente mediada [...] pelos meios de comunicação de massa” (MOTTA, 2015, p. 9). Esses meios de comunicação serviam de instrumentos políticos, mantendo uma relação estreita entre jornalismo e política. “Os jornais eram acima de tudo porta-vozes do Estado ou de grupos políticos que os financiavam em parte ou na totalidade” (RIBEIRO, 2003, p. 2). Em outras palavras, o jornalismo não deve ser considerado apenas uma instituição, mas também, uma instituição política (COOK, 1989).

A pesquisa está voltada para esse contexto, do jornalismo e da política, no qual os debates em torno dessa questão têm contribuído para a compreensão da imprensa no que diz respeito ao jornalismo político. Por volta de 1950 a 2000 – período que abrange o ano do jornal pesquisado, o jornalismo político era bastante evidente, pois os periódicos eram marcados pelo partidarismo e

3 Referência às antigas cidades gregas.

engajamento eleitoral. Para entender essa abordagem, faz-se uso da Teoria de Ação Política, fundamentada por Traquina (2005). De acordo com a Ação Política, os meios de comunicação servem aos interesses políticos, sendo de direita ou esquerda. No entanto, tais posicionamentos não serão enfatizados, focando apenas no contexto geral da teoria, a política.

Assim, nas teorias de ação política, os *media* noticiosos são vistos de forma instrumentalista, isto é, servem objetivamente a certos interesses políticos [...]. Seja de esquerda ou de direita [...] as notícias são distorções sistemáticas que servem os interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos que utilizam a notícia na projeção da sua visão do mundo, da sociedade, etc (TRAQUINA, 2005, p. 163).

Traquina (2005) destaca que as mídias, em especial os impressos, opinam e direcionam a população sobre determinado assunto e isso faz dela um agente transformador ou influenciador da sociedade. Herrmann (2015) reitera que, por vezes, o posicionamento da mídia ocorre por conta de interesses privados, privilegiando órgãos políticos, ou seja, “a mídia não só é uma arena de expressão das forças políticas existentes, mas é também um ator político por direito próprio”, e se torna esse ator político “na medida em que participa da construção da esfera pública”, mesmo que em “alguns casos, seu caráter de empresa privada que busca pelo lucro pode fazer com que os interesses privados tenham prioridade sobre suas tarefas públicas” (HERRMANN, 2015, p. 23).

Na concepção da mídia como agente influenciador na tomada de decisões, identificou se o impresso estudado – *O Capital* - conduziu as escolhas da sociedade para um caminho específico, devido ao seu posicionamento político. “A mídia é também uma fonte importante de poder político, econômico e social e pode ser utilizada

para concentrar poder”, e a seleção dos materiais, a forma que são apresentadas as ideias e confrontados com a realidade empírica, “fazem com que a mídia seja mais do que um veículo de expressão da opinião pública, ela participa ativamente na sua formação” e a posição da mídia “tem então consequências políticas muito importantes” (HERRMANN, 2015, p. 23). Vale ressaltar que, no Brasil, em 1998, o cenário político era de grande disputa, pois ocorriam as eleições gerais que contemplavam os cargos para presidência da república, senadores, governadores e câmara dos deputados.

A Vitrine no Jornal O Capital de 1998

O dia 02 de setembro de 1994 é marcado como o ano de fundação do jornal *O Capital*, sendo o segundo mais antigo de Imperatriz (ASSUNÇÃO, 2011). Instituído pelo empresário e jornalista Connor Pires Farias, o jornal possuía circulação diária, de terça a domingo, e pertencia ao *Sistema Tucanu's de Comunicação*.

Imagem 1 - Jornal *O Capital*, 1998⁴



Fonte: Acervo de Jornalismo - UFMA/Imperatriz

4 Exemplar do jornal *O Capital*, ano III, de 01 de julho de 1998.

O jornal era composto por 16 páginas, dividido em três cadernos – A, B e C. Editorias referentes à cidade, polícia, esporte, social, variedades e outras compuseram o periódico. Porém, o enfoque será na coluna *Vitrine*, pertencente à editoria de variedades. Assinada pelo jornalista Roberto Oliveira, a coluna era diária, opinativa e tratava de vários assuntos, no entanto, a temática predominante estava relacionada à política. Essa foi a característica que despertou atenção dos pesquisadores para realizarem a análise.

No decorrer do ano de 1998, o noticioso passou por algumas mudanças. A coluna, que antes encontrava-se na página 4 do caderno B, a partir do segundo semestre, no mês de outubro, foi alocada na página 5 do caderno A, mudando também a sua nomenclatura para *Vitrine Capital*. Apesar dessas mudanças, a coluna permaneceu abordando a política como temática principal. Abaixo estão as edições do *Capital* de 98, com as mudanças citadas. No Acervo Setorial de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão/Imperatriz – Centro de Ciências de Imperatriz – CCIIm, estão presentes edições dos anos de 1996 a 1999 e de 2007, 2008 e 2010. O ano de 1998 conta com 217 exemplares.

Caminho metodológico

Nos jornais, a política sempre teve espaço, esses meios são vistos como um local de debates e disputa de informações. “Os primeiros jornais foram marcados pelo partidarismo e eram em geral fundados por intelectuais e personagens políticos, que escreviam em suas páginas, defendendo posições e opiniões” (PAIVA, 2007, p. 12).

A finalidade desta pesquisa é identificar e mostrar a frequência com que assuntos relacionados à política são publicados na

coluna *Vitrine*, do jornal *O Capital*. Para a realização da análise, foram utilizadas como ferramentas metodológicas a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, análise quantitativa, qualitativa e de conteúdo.

Para Fachin (2002, p.27), “o método é um instrumento do conhecimento, que proporciona aos pesquisadores [...] orientação geral que facilita planejar uma pesquisa, formular hipóteses, coordenar investigações, realizar experiências e interpretar os resultados”. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, fazendo um levantamento sobre os livros e artigos usados para embasamento do tema. A pesquisa documental também tem sua importância. No livro *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, Gil (2002, p. 46) menciona que “há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”.

Para estudo dos dados coletados, utilizou-se a análise quantitativa, com testes de correlação e qualitativa, por meio da análise de conteúdo, pois assim foi possível uma maior compreensão do material pesquisado. Por fim, utilizamos como referência a autora Laurence Bardin (1979), para quem “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1979, p. 38).

A Análise de Conteúdo possui várias técnicas e nesse estudo utilizou a análise temático-categorial. Essa técnica considera o texto por completo, passando por uma classificação e quantificação. “Funciona por operações de desdobramentos do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (BARDIN, 1979, p. 153).

Na descrição do conteúdo presente na coluna *Vitrine*, foram utilizadas as três fases, que Bardin (1979) classifica em: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, a inferência e interpretação. A primeira fase, pré-análise, consiste basicamente em escolher, organizar e ler o material analisado, fazendo uma formulação de objetivos, hipóteses e/ou afirmações. A segunda fase compreende a exploração do material, que foi previamente organizado e selecionado. Na última fase, apresentamos os resultados e, por fim, a interpretação dos mesmos.

Análise do material

Como já mencionado, em 1998, ocorreram as eleições gerais no Brasil. No Maranhão, candidatos como Roseana Sarney (PFL), Eptácio Cafeteira (PPB) e Domingos Dutra (PT) concorriam ao cargo de governador(a) do estado. Já para o posto de senador, João Alberto Souza (PMDB) e Haroldo Saboia (PT) estavam na disputa. Nice Lobão (PFL), João Castelo (PSDB), Paulo Marinho (PSC), dentre outros, também almejavam os ofícios de senadores. É nesse cenário pela disputa de poder que se concentra a pesquisa.

Ao analisar a coluna, busca-se identificar os principais atores políticos e a quais assuntos os mesmos estão ligados, fazendo um recorte temporal para os meses de junho a julho e outubro a novembro de 1998, pois nos dois meses antecedentes às eleições – agosto e setembro – a coluna deixou de ser publicada, retornando em outubro do mesmo ano. Os quatro meses analisados foram divididos em dois grupos. O grupo 1 representa o período que antecede as eleições e o grupo 2 corresponde ao momento posterior. Para melhor compreensão do material selecionado, fez-se uso de duas categorias, sendo elas, ator político – que se refere ao personagem

político encontrado na coluna – e temática – que menciona o assunto político abordado.

Ao todo, foram analisadas 64 edições do *Capital* que correspondem a 100% do material. No entanto, para delimitação do *corpus*, foram destacados apenas os três mais citados de cada categoria. Outros atores não destacados surgem em três notas que se referem a 4% do material, duas notas (2%) ou, até mesmo, em uma nota (1%). O mesmo também acontece com as temáticas, as menos destacadas são citadas em três notas (4%), duas notas (2%) e em uma nota (1%). Não seria viável para esse artigo a listagem completa dos atores e assuntos mapeados – representando os 100% do material, mas sim a exposição dos dados selecionados, pertinentes para análise.

O primeiro grupo compreende os meses de junho e julho de 1998 e nele foram destacados os três atores políticos e as temáticas com maior frequência na coluna. Roseana Sarney (PFL), candidata à reeleição ao cargo de governadora do Maranhão, é o ator político mais presente, mencionada em 19 notas (23%) das 34 edições analisadas. Nesse período, Roseana era citada em uma nota por publicação, porém, na edição do ano III, de 23 de julho de 1998, o ator político destacado foi citado duas vezes, compondo assim as 19 notas referentes aos 23%.

Lula (PT), candidato à presidência da república, foi mapeado como o segundo ator político em destaque, tendo menções em cinco notas (6%). André Paulino (PMDB), vereador local, também recebeu destaque na categoria, citado em quatro notas, condizente com 5%. Na categoria temática, assuntos relacionados à candidatura estão presentes em treze notas, sendo esses os 15% do total, temas envolvendo saúde aparecem em oito notas (10%). Reeleição é o terceiro assunto em destaque, com seis notas (7%) do material.

Tabela 1 - Os principais atores políticos e temáticas da coluna *Vitrine*.⁵

| Ator Político (ap) | Notas | % | Temática (t) | Notas | % |
|---------------------------|--------------|----------|---------------------|--------------|----------|
| Roseana Sarney | 19 | 23% | Candidatura | 13 | 15% |
| Lula | 5 | 6% | Saúde | 8 | 10% |
| André Paulino | 4 | 5% | Reeleição | 6 | 7% |

Fonte: Os autores (2021).

Já no segundo grupo, que corresponde aos meses de outubro e novembro do mesmo ano, foram analisadas 30 edições. Na categoria temática, conteúdos que tiveram notoriedade estavam relacionados a cargos políticos, pertencendo a oito notas, condizente a 12%. Notícias sobre os candidatos eleitos também foram destaque na coluna, com seis notas, referente a 9% do material. A denúncia foi um assunto relatado com frequência, citado em quatro notas, que corresponde a 6%.

Mais uma vez, Roseana Sarney (PFL) foi destaque na categoria ator político, mencionada em oito notas, que corresponde a 12% do material analisado. Luís Carlos Noleto Chaves (PSTU), candidato ao cargo de senador do estado, foi citado em cinco notas, representando 7% e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi apontado em cinco notas, relativo a 7% do material.

Tabela 2 - Os principais atores políticos e temáticas da coluna *Vitrine*.⁶

| Ator Político (ap) | Notas | % | Temática (t) | Notas | % |
|---------------------------|--------------|----------|---------------------|--------------|----------|
| Roseana Sarney | 8 | 12% | Cargos | 8 | 12% |
| Luís Carlos Noleto | 5 | 7% | Eleito (a) | 6 | 9% |
| Fernando Henrique Cardoso | 5 | 7% | Denúncia | 4 | 6% |

Fonte: Os autores (2021).

5 Dados coletados dos exemplares do jornal O Capital, ano III, de: 02 de junho de 1998 a 31 de julho de 1998.

6 Dados coletados dos exemplares do jornal O Capital, ano III, de: 03 de outubro de 1998 a 28 de novembro de 1998.

Como já citado, buscamos identificar os principais atores políticos e os assuntos a que os mesmos estão ligados. É notável que, nos dois grupos, Roseana Sarney (PFL) foi o ator político com mais destaque, sendo assim a utilizaremos como referência. A temática “saúde”, pertencente ao grupo 1, surgiu em oito notas, referente a 10% do material, sendo todas atribuídas a Roseana Sarney. Abaixo uma nota, do ano III, de 01 de julho de 1998, referente à temática.

Saúde

Pouco ainda resta de órgãos não vitais dentro de nossa governadora, depois de tirar as trompas, útero e ovário, agora a nossa frágil governadora teve parte do intestino retirado, a cirurgia foi neste final de semana.

A candidata ao Governo Estadual também é mencionada em temas relacionados à “reeleição”, das seis notas sobre esse conteúdo, quatro a citavam. A edição do ano III, de 14 de julho de 1998, destaca:

Parceria

Nunca se viu na política maranhense tanto apoio de igrejas evangélicas a candidatos. Somente este ano a Assembléia de Deus e a Igreja Universal participaram com o maior número de fiéis nas convenções de São Luís; eles foram manifestar apoio a Roseana Sarney à reeleição.

No grupo 2, as eleições já haviam sido realizadas e Roseana foi reeleita governadora do Maranhão. Nesse mesmo período, houve um equilíbrio nas menções feitas, pois das oito notas relacionadas a “cargos políticos” e das seis notas a “eleição”, apenas duas notas de cada temática faziam referência ao ator político em destaque. Na edição do ano III, de 08 de outubro de 1998, a coluna comunica a reeleição da governadora:

Eleições

A meia noite de ontem, saiu o resultado oficial das eleições 98 no Maranhão, o juiz eleitoral Ney Beto divulgou a vitória de Roseana Sarney ao governo do estado e João Alberto ao senado, a lista com os eleitos sai na sexta feira.

Os cargos políticos ainda não estavam definidos pela governadora, é o que menciona a edição do ano III, de 22 de outubro de 1998.

Indefinição

A governadora Roseana Sarney ainda não definiu um secretário para seu segundo mandato, em entrevista ela disse ter poucas mudanças, vale saber se algum nome da nossa cidade será chamado para compor o primeiro escalão do governo.

É perceptível que Roseana Sarney foi destaque em todo o período analisado. Porém, a categoria “saúde”, pertencente ao grupo 1, despertou atenção. Das oito menções, correspondentes a 10% do material, todas estavam relacionadas ao ator político. Os termos utilizados para referenciá-la a retratavam como uma mulher frágil – por conta de sua saúde – mas de fibra, que, apesar dos problemas, sua preocupação maior, era com a sociedade. A maneira como a coluna refere-se ao ator político faz com que se tenha uma aproximação da população com a vida política. “A política deixa então de ser algo distante e inacessível para fazer parte da rotina da sociedade, através dos meios de difusão de informação” (MELO, 2013, p.11).

Considerações

Como já assinalado, o objetivo da pesquisa estava voltado para o mapeamento dos principais atores políticos aos quais os mesmos estavam ligados, identificando também o posicionamento político

do jornal, tendo como embasamento a teoria de Ação Política, pois a mesma afirma que os meios de comunicação, sendo de direita ou esquerda, servem aos interesses políticos (TRAQUINA, 2005).

Diante da análise, por meio dos atores políticos citados e dos temas mapeados, é possível afirmar que o jornal *O Capital* influenciou a população na tomada de decisões. Tal direcionamento é perceptível nos dois grupos. No grupo 1, período anterior às eleições, o jornalista destaca o ator político fazendo menções a sua saúde e reeleição.

As notas relacionadas à saúde passavam a imagem de Roseana Sarney, uma mulher forte e guerreira, que, apesar da saúde fragilizada, estava sempre a pensar no melhor para a sociedade. Destacava também que todos, até as entidades religiosas, a apoiavam, caracterizando este como o tipo de representação que o Estado deveria ter. Essa mensagem era enfatizada durante todo o período eleitoral. A mídia estava participando ativamente na formação da opinião pública (HERRMANN, 2015).

Já no grupo 2, correspondente ao momento posterior às eleições, foi notável que o jornal contribuiu para a reeleição de Roseana Sarney ao governo do Maranhão – por meio das notas que enfatizavam suas ações e personalidade. Após reeleita, houve uma diminuição nas menções feitas, havendo um equilíbrio nas notas. Nesse momento, é possível afirmar que o jornal serviu aos interesses políticos – característica da Ação Política.

A tomada de decisões da mídia resulta em consequências importantes (HERRMANN, 2015). Com isso, o estudo nos permite concluir que o posicionamento do jornal estava voltado para a reeleição de Roseana Sarney e, após alcançá-lo, não se viu necessário citá-la com frequência. Tal afirmativa é feita devido ao tratamento que o ator político recebia do jornal. Não afirmando que houve ma-

nipulação, mas, de maneira indireta, uma influência sobre a população – detentora dos votos. A mídia, sendo um ator político, exerceu influência sobre a escolha dos cidadãos e o jornalista utilizou as notas para projetar sua opinião sobre o assunto.

Referências

ASSUNÇÃO, Thays. **Imprensa em Imperatriz-MA: uma proposta de periodização dos jornais impressos (1932-2010)**. 2011. 80 f. Tese Graduação em Comunicação Social/Jornalismo – Universidade Federal do Maranhão. Imperatriz, 2011.

BARBOSA, Marialva Carlos. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

COOK, Timothy. **Making laws & making news: media strategies in the U.S. House of Representatives**. Washington: Brookings, 1989.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Ad Ilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERRMANN, Julián Durazo; GUAZINA; Liziane Soares. PEREIRA, Fábio Henrique (org.). **Novos questionamentos em mídia e política**. Florianópolis: Insular, 2015.

- LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MAAR, Leo Wolfgang. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- MARQUES DE MELO, José. **História Social da Imprensa**. 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: a história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1998.
- MELO, Rostand de Albuquerque. O cotidiano da política no jornalismo: espetáculo e debate público na esfera midiática. In: **Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Mossoró**. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0276-1.pdf>. Acesso em 20 jun. 2021.
- PAIVA, Letícia Carpanez de. **Jornalismo e Política na Imprensa de Interior: A Questão da Autonomia na Cobertura de Ações da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis**. Monografia de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Juiz de Fora, Rio de Janeiro, 2007.
- PESQUISA Brasileira de Mídia**. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, p. 147-160, ago. 2003. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186/1325>. Acesso em: 14 jun. 2021.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Por que as notícias são como são?** Construindo uma teoria da notícia. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. 2002.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

O DESENHO DE UMA TRAJETÓRIA: DESIGN EDITORIAL NOS JORNAIS DIÁRIOS DE IMPERATRIZ (MA), DE 1979 A 2013

YARA MEDEIROS¹

RHAYSA NOVAKOSKI CARVALHO²

1 Introdução

Pensando na importância da comunicação visual para a percepção humana e para o desenvolvimento dos veículos de imprensa ao longo dos anos, este trabalho apresenta os resultados do estudo sobre a trajetória do design editorial nos impressos diários de Imperatriz, Maranhão, desde a década de 1970. Seguindo o conceito adotado pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), que define um jornal diário como aquele publicado no mínimo em quatro dias da semana, os periódicos escolhidos para a pesquisa foram *O Progresso* (1970), *Jornal de Imperatriz* (1985), *Jornal Capital* (1994), *Folha do Dia* (1998) e *Correio Popular* (2011).

-
- 1 Professora na Universidade Federal do Maranhão, no curso de Jornalismo, em Imperatriz, na área de Imagem e Estética. Possui Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, mestrado em Geografia e graduação em Jornalismo (2000) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2007). Tem experiência com jornalismo visual e design editorial, jornalismo ambiental e movimentos socioambientais. Atua principalmente com criatividade, educação, pesquisa e elaboração de projetos visuais para jornais, sites, livros e revistas para mídias diversas. Líder do grupo de pesquisa Love (Laboratório de Comunicação Visual e Edição Criativa). E-mail: yara.medeiros@ufma.br.
 - 2 Doutoranda e mestra em Comunicação na linha de Imagem, Estética e Cultura Contemporânea no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Jornalista formada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão, em Imperatriz (2016). É pesquisadora do Siruiz - Grupo de Estudos em Comunicação e Produção Literária, e do Love (Laboratório de Comunicação Visual e Edição Criativa). Já atuou em pesquisas sobre o imaginário, internet e design editorial em publicações impressas. E-mail: novakoski.rhaysa@gmail.com.

Para documentar o percurso estético dos jornais imperatrizenses, o recorte de análise foi determinado com base nas mudanças mais significativas implementadas a partir da década de 1970 até 2013. Os resultados, obtidos por meio da análise visual dos impressos e dos dados sobre suas rotinas produtivas, mostraram uma trajetória com períodos de grandes transformações intercaladas por momentos de estagnação e até mesmo retrocesso no campo visual.

Esta pesquisa leva em consideração que a aplicação de técnicas e conceitos das artes gráficas às páginas impressas de veículos de comunicação se tornou necessária para a melhor assimilação do conteúdo noticioso. O design editorial é uma especialização do design gráfico voltado a dar forma às publicações, sejam jornais, revistas, livros ou catálogos. Caldwell e Zapatterra (2014, p. 10) consideram que o “[...] design de material editorial cumpre diferentes funções tais como dar expressão e personalidade ao conteúdo, atrair e manter os leitores e estruturar o material de forma clara”. Segundo as autoras, o design nesse campo age como “um instantâneo cultural vivo da época em que é produzido”. Desse modo, o estudo dos elementos desses projetos revela indícios importantes sobre as transformações ocorridas no universo da imprensa. Investimentos e processos de profissionalização midiáticos podem ser conhecidos a partir de um olhar sobre o design editorial.

Em tempos de alta especulação sobre o destino dos jornais impressos, teoricamente ameaçados, sobretudo pelo estabelecimento da internet como fonte de informação e principal plataforma de leitura, diversos pesquisadores e especialistas refletem sobre soluções para a sobrevivência de um dos meios de comunicação mais antigos do mundo. Nesse cenário, o design editorial é um dos elementos de configuração e reconfiguração da maneira de comunicar desses veículos e a apresentação visual é um mecanismo de atração do público

leitor. À vista disso, assim como em diversos lugares, em Imperatriz a aproximação entre o jornalismo impresso e o design editorial não foi um processo simples.

Tendo em vista essas questões, considera-se fundamental para esta pesquisa a análise visual dos impressos selecionados, destacando suas características estéticas e históricas. Damasceno e Gruszynski (2014, p. 124) explicam que “[...] diferentemente de outras perspectivas metodológicas, o campo do design não fornece caminhos nitidamente traçados, métodos de investigação pré-estabelecidos”. Assim, a metodologia aplicada aqui é uma síntese baseada em autores da comunicação visual e pesquisadores de design editorial em jornalismo, aliada à investigação das rotinas produtivas dos jornais, por intermédio de entrevistas em profundidade com profissionais que já trabalharam em algum momento nos periódicos estudados.

A análise das publicações permitiu a construção de uma linha do tempo, contando a história do jornalismo impresso local sob um olhar diferenciado, tendo como foco o design das páginas, as tecnologias que influenciaram as rotinas de produção e impressão e os elementos visuais como componentes da unidade discursiva de cada um dos impressos.

2 Jornalismo e Design

A forma como as notícias são organizadas na página merece atenção especial quando se quer ter êxito na comunicação da informação. Pivetti (2006, p. 177) afirma que “[...] a linguagem jornalística compõe-se, na mesma medida, de comunicação visual e verbal”. Dessa maneira, o design da página assume o papel fundamental no estabelecimento do contrato de comunicação entre o público e o periódico (GRUSZYNSKI, 2012).

No trato jornalístico, existem parâmetros que definem o valor dos fatos de acordo com determinadas variantes – critérios de importância e noticiabilidade, ou valores-notícia (WOLF, 1999). Assim como esses parâmetros indicam o fato que é considerado mais importante noticiar no jornalismo, no design jornalístico “[...] a articulação entre os elementos gráficos procura estabelecer materialmente a correspondência a esses valores do conteúdo noticioso”, ou seja, o design da página é responsável por traduzir visualmente o valor noticioso dos elementos dispostos ao longo do impresso (DAMASCENO; GRUSZYNSKI, 2014, p. 117).

Apesar de a importância do planejamento editorial gráfico parecer óbvia em um contexto atual, nem sempre foi assim. Desde seu surgimento, o jornalismo impresso sofreu uma série de modificações, resultantes tanto da transformação da sociedade quanto do aprimoramento tecnológico. Diante de novas realidades, os jornais tiveram que buscar inovações, principalmente no campo visual, para que sobrevivessem aos desafios de um mundo em constante metamorfose. As alterações gráficas mais significativas ocorreram primeiro nas revistas ilustradas. Os jornais não usavam maquinário adequado para diariamente reproduzir imagens e nem havia pessoal treinado para operar grandes inovações na era tipográfica.

Na década de 1950, o jornal *Última Hora* promove mudanças estéticas, inovando com grandes manchetes na capa, ares de jornal popular e fotos sequenciadas. O projeto gráfico é do paraguaio Andrés Guevara, ilustrador, pintor e designer de grande importância para a modernização dos jornais no Brasil. Além de usar cor no logotipo do *Última Hora*, implantou a folha milimetrada para composição das páginas mudando o modo de planejar a diagramação e influenciando redações de todo o país. O *Jornal do Brasil*, em 1956, começou uma ampla reforma gráfico-editorial, que condensa uma

série de inovações da época e cria suas próprias, tornando-se referência nacional (MEDEIROS, 2020).

Nas décadas seguintes, os periódicos brasileiros passaram por grandes transformações, possibilitadas, também, pela evolução das tecnologias ligadas ao planejamento visual, à diagramação e à impressão em grande escala (FERREIRA JÚNIOR, 2003). Aliado a isso, com a informatização das redações, Ferreira Júnior (2003) explica que os jornais impressos passaram a se parecer, cada vez mais, com as revistas e a televisão. Já nos últimos anos, “a importância do design para os jornais foi revigorada e impulsionada por quedas de circulação no setor e pela configuração midiática contemporânea, marcada pela presença das tecnologias digitais” (DAMASCENO; GRUSZYNSKI, 2014, p. 109-110). Na segunda década do século XXI, os jornais vivem uma virada em suas rotinas produtivas relativas ao design editorial, priorizando o campo digital e substituindo diagramadores por programadores (MEDEIROS, 2020).

2.1 O impresso em Imperatriz

Apesar da diversidade e do aprofundamento acerca do tema, as pesquisas sobre design editorial em jornalismo ganharam fôlego no Brasil somente na primeira década do século XXI. Essa perspectiva é ainda mais restrita em Imperatriz, uma vez que a profissionalização do planejamento gráfico no município foi lenta e este estudo foi o primeiro sobre a temática realizado na cidade.

De acordo com a pesquisa de Assunção (2011), tanto a chegada de veículos de comunicação impressos quanto a preocupação gráfica com a apresentação da página foram tardias na cidade, visto que o município foi fundado em 1852 e os primeiros periódicos locais apareceram somente na década de 1930, mais de 80 anos depois. A

expansão desses meios, por sua vez, só aconteceu após 40 anos de seu aparecimento, a partir da década de 1970. A seguir, é realizada uma breve apresentação dos jornais analisados.

2.1.1 *Jornal O Progresso*

O jornal *O Progresso* é o periódico mais antigo do município, fundado em 3 de maio de 1970 pelo empresário José Matos Vieira e pelo advogado e jornalista Jurivê de Macedo. Inicialmente, a publicação apresentava quatro páginas e tinha circulação semanal. Em 1973, enquanto diversos outros lugares do país aderiram ao *offset* como forma de modernização de suas publicações, *O Progresso* se equipava com modelo já ultrapassado. Com a chegada da linotipia ao jornal, a diagramação totalmente manual passou a ser mecânica, e os exemplares começaram a ser impressos duas vezes por semana (FRANKLIN, 2005).

Ao longo do tempo, o então semanário passou por mudanças tanto gráficas quanto administrativas (ASSUNÇÃO, 2011). Em outubro de 1975, o periódico é vendido e fica sob o comando de Sérgio Antônio Nahuz Godinho. A pesquisa de campo revelou que o jornal passou a circular de terça-feira a domingo no dia 1º de setembro de 1979, com a novidade informada na edição. A partir daí, foi identificado que *O Progresso* mostra uma apresentação simples e predominantemente verbal, com conteúdo voltado para o cotidiano da região e do estado.

Em 1986, os administradores decidiram comprar novas máquinas. Inicia-se, então, o processo de implantação do sistema *offset* e digitalização da redação. Segundo Franklin ([2016?], p. 1), “[...] a clichéria dá espaço à fotomecânica, e as velhas linotipos, aos computadores. O prelo é aposentado para dar lugar às impressoras digitais”.

Franklin afirma, ainda, que as mudanças tecnológicas influenciaram diretamente na alteração visual do periódico, assim como no modo de fazer jornalismo.

Em 1987, que a gente já tinha dinamizado mais o jornal, nós passamos a ter colunistas de fora, de renome, como Joel Mibete, simultâneo com a Folha de São Paulo. Naquele tempo a gente ainda não tinha internet, [...] o material chegava por Telex. A gente também se associou com a Agência Brasil, que fornecia o informativo nacional, passava o dia chegando, selecionava. A gente tinha uma qualidade jornalística tanto nacional, quanto local, em primeiro nível (FRANKLIN, 2016, não paginado).³

Após essa década, são poucos os avanços e investimentos realizados pelo *O Progresso*, tanto em material humano quanto em máquinas e equipamentos. Mesmo com a presença de alterações visuais com alguma relevância, como a inserção de cores primárias nas principais páginas, o periódico não apresenta grandes inovações gráficas. A exceção quanto ao período de estagnação do jornal ocorreu com a compra de máquinas bicolores em 2012, possibilitando a impressão totalmente colorida de algumas áreas nobres do periódico, recurso já utilizado em outros veículos locais, desde a década anterior.

2.1.2 *Jornal de Imperatriz*

Em 1º de dezembro de 1985 surgiu o *Jornal de Imperatriz*. Apesar da curta duração, em torno de um ano, ele se destacou por ser o primeiro diário impresso em *offset* do município (SANCHES, 2003). A implantação desse sistema garantiu o aceleração da produção do jornal, uma vez que otimizou a reprodução de imagens e

3 Informação verbal. Entrevista concedida pelo historiador e jornalista Adalberto Franklin (1962-2017), em 20 de janeiro de 2016, para este estudo.

tons de cinza, alcançando alta velocidade de impressão (FREIRE, 2009).

De acordo com a entrevista realizada com o jornalista Edmilson Sanches (2016), o *Jornal de Imperatriz* foi idealizado pelo empresário José Maria Quariguasi. O fundador era dono da gráfica na qual o periódico seria impresso. Ele reuniu uma equipe de oito pessoas, formada por jornalistas, colaboradores e o diagramador.

A quantidade de páginas do veículo variava entre seis e dez a cada publicação, e seu horário de fechamento ocorria mais tarde do que os outros periódicos da época. Vale ressaltar que o *Jornal de Imperatriz* foi o primeiro concorrente direto de *O Progresso*, que implementou o sistema de impressão em *offset* no ano seguinte ao surgimento do pioneiro.

2.1.3 *Folha do Dia e Jornal Capital*

Merecem destaque, no período correspondente à década de 1990, os jornais de interesse geral com circulação diária, como o *Jornal Capital*, criado por Conor Pires Farias, em 2 de setembro de 1994. O periódico foi um dos jornais com maior tempo de circulação em Imperatriz, com 16 anos de existência. Inicialmente, apresentava 16 páginas, distribuídas em três cadernos.

O *Jornal Capital* foi um dos precursores no processo de informatização das redações no município. De acordo com Assunção (2011, p. 45), “[...] nos anos 2000, a quantidade de páginas do *Jornal Capital* é reduzida, passa a apresentar 12 páginas. Ainda, observou-se a frequência de erros nos textos e na impressão desse periódico”. Algumas das demais características do veículo foram as constantes mudanças gráficas ao longo dos anos e a falta de uma identidade visual totalmente definida. Mesmo com essas problemáticas, o *Capi-*

tal, como também era chamado, teve uma existência longa e fechou as portas no início de 2010.

Com a primeira publicação em 10 de outubro de 1998, o *Folha do Dia* foi o primeiro jornal a apresentar cores em quatro páginas e fotografias coloridas. O jornal foi fundado pelos empresários Chafi Braide Júnior, Sérgio Macedo e o ex-prefeito de Imperatriz, Ildon Marques (ASSUNÇÃO, 2011). O jornal trouxe um design diferenciado, possibilitado pelo uso de máquinas e equipamentos modernos no campo gráfico e digital. Segundo o jornalista Gil Carvalho, um dos 15 funcionários que trabalhavam na redação e diagramação, o *Folha do Dia* adquiriu o que se considerava de mais moderno na época. “O que tinha de mais moderno em parque gráfico nós tínhamos em Imperatriz para o jornal. Os computadores eram todos zerados, de ponta” (CARVALHO, 2016, não paginado)⁴.

Por esses motivos, o periódico foi considerado pelo jornalista Edmilson Sanches (2003) como um jornal inovador. “[...] cores em quatro páginas (primeira e última página), coluna fixa de correção de erros e a mais completa estrutura editorial e industrial do jornalismo imperatrizense até aquela época” (SANCHES, 2003, p.175). Apesar das contribuições que o *Folha do Dia* trouxe para a imprensa local, o jornal circulou por um curto período, de cerca de três anos. Durante esse tempo, não passou por grandes mudanças gráficas.

2.1.4 *Correio Popular*

Nos últimos anos de estudo, o periódico diário *Correio Popular* ganhou espaço no jornalismo impresso local. Com a primeira publicação datada em março de 2011, o jornal substituiu o *Correio*

4 Informação verbal. Entrevista concedida pelo jornalista Gil Carvalho, em 27 de janeiro de 2016, para este estudo.

de Imperatriz, que circulou no ano anterior como um semanário de 12 páginas (ALMEIDA et al., 2015). Possuía apresentação visual atrativa, com cores vibrantes e a escolha de fotos que marcam o jornalismo sensacionalista (RIBEIRO, 2014). A capa, contracapa e páginas centrais eram totalmente coloridas. O primeiro diagramador do periódico foi Luciano Oliveira, que já tinha emprego na gráfica e cuidava da composição do antigo *Correio de Imperatriz*. Luciano explica que

No caso do *Correio Popular*, eu estive por trás de tudo desde zero. Como a ideia era criar um jornal formato tabloide, [...] procurei usar tipografias sem serifas, em busca de transmitir essa nova cara que o jornal queria passar aos leitores. Foi algo totalmente diferente do que, até então, vinha sendo feito na cidade por outros jornais, que sempre tinham a característica de serem clássicos e tradicionais (OLIVEIRA, 2016, não paginado)⁵.

Em pouco tempo, o periódico aumentou de tamanho. No início de 2013, o *Correio Popular* implementou mudanças visuais significativas, como atualização do logo e de alguns recursos gráficos das páginas. Elementos típicos do jornalismo sensacionalista ganharam menos destaque. Durante as transformações, houve investimento, também, na área profissional, com a contratação de mais jornalistas, valorizando o conteúdo (ALMEIDA et al., 2015).

Mesmo depois de ter empreendido grandes mudanças internas e ter influenciado a concorrência e o jornalismo local, o *Correio Popular* encerra suas atividades em dezembro do mesmo ano, sem maiores explicações e em um momento em que sua credibilidade estava em alta entre os leitores e a população imperatrizense (ALMEIDA et al., 2015).

5 Entrevista concedida pelo diagramador e designer Luciano Oliveira, em 28 de janeiro de 2016 (via e-mail), para este estudo.

3 Desbravando o design gráfico nos jornais de Imperatriz

Desde que os jornais assumiram a condição de produto e passaram a usar técnicas publicitárias na exibição das notícias, foi necessário profissionalizar e aproximar o departamento de arte ao da redação. A herança dessas mudanças influencia o mercado do impresso até hoje. Damasceno e Gruszynski (2014) afirmam que

Na medida em que o design coloca-se a serviço do jornalismo, temos formas gráficas que visam ser a expressão visual dos conteúdos. No entanto, existe uma pluralidade de maneiras de expressá-lo que está diretamente atrelada à natureza dos diversos segmentos do jornalismo (DAMASCENO; GRUSZYNSKI, 2014, p. 117).

A escolha e a aplicação de determinados elementos, em meio a essa pluralidade de técnicas, usadas para traduzir a essência citada pelas autoras, formam a identidade do periódico, lhe atribuindo suas próprias características estéticas. Desse modo, a análise visual proposta e desenvolvida procurou englobar elementos básicos que compõem a página impressa dos veículos.

Uma vez que um dos principais objetivos do trabalho é documentar a trajetória do design dos periódicos de Imperatriz, foram analisados um exemplar completo de cada um dos cinco jornais por década – ou até o seu fechamento. Durante a captação dos jornais, na medida em que fossem identificados elementos visuais significativos, mas que não estavam presentes nas edições selecionadas, eles passavam a integrar a pesquisa como subsídios complementares do estudo.

Quadro 1: Exemplares selecionados para análise.

| DÉCADA | EDIÇÕES SELECIONADAS |
|--------|---|
| 1970 | O Progresso: 1º de setembro de 1979 |
| 1980 | O Progresso: 1º de janeiro de 1987 |
| | Jornal de Imperatriz: 2 de setembro de 1986 |
| 1990 | O Progresso: 3 de maio de 1996 |
| | Jornal Capital: 2 de maio de 1995 |
| | Folha do Dia: 14 de outubro de 1998 |
| 2000 | O Progresso: 3 de maio de 2005 |
| | Jornal Capital: 2 de setembro de 2007 |
| | Folha do Dia: 1º de fevereiro de 2001 |
| 2010 | O Progresso: 7 de setembro de 2013 |
| | Jornal Capital: 19 de maio de 2010 |
| | Correio Popular: 20 de novembro de 2013 |

Fonte: elaborado pelas autoras.

Com o intuito de sistematizar a análise dos cinco jornais definidos como objetos da pesquisa, foi adotado um padrão para a captação de exemplares de cada um dos periódicos. Foram visitadas a Biblioteca Municipal, a Academia Imperatrizense de Letras e o acervo do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), todos espaços públicos. Para construir uma amostragem regular, foi determinado o diagnóstico superficial de um exemplar a cada quatro meses, desde a data da fundação do veículo, para os jornais com mais de um ano. Nos impressos com menos de um ano, uma edição foi examinada a cada três meses, resultando em quatro jornais no ano. No total, foram observados cerca de 116 periódicos, que serviram como base da seleção final para análise.

Após a observação inicial, os exemplares foram selecionados de acordo com o período que compõe o recorte de pesquisa (ver Quadro 01). Os critérios que guiaram a escolha das edições foram a

identificação das características pontuadas durante a pesquisa documental e que melhor exemplificavam as evoluções ou particularidades de cada período. No total, 12 edições foram estudadas conforme os conceitos de comunicação visual e diagramação.

Quadro 2: Guia para análise visual

| GUIA PARA ANÁLISE VISUAL DE IMPRESSOS | | |
|--|-------------------------|--|
| CARACTERÍSTICAS GERAIS | Formato/tamanho | Germânico, tabloide, <i>standard</i> , outro. |
| | Número de páginas | 4, 8, 12, 16 |
| | Tiragem | Número de cópias realizadas em cada edição. |
| | Modo de impressão | Litografia, <i>offset</i> , digital |
| ELEMENTOS DA COMPOSIÇÃO VISUAL | Topo (cabeçalho) | Quantidade de elementos, uso de logotipo, nome do jornal, interferências estéticas (linhas, quadros, pontos, etc.) |
| | Logotipo | Tamanho, uso de cores, posicionamento |
| | Leiaute | Classificações, composição simétrica e assimétrica, hierarquia, padrões |
| | Chamadas | Quantidade, posição, elementos de destaque |
| | Tipografia | Hierarquia, tamanho, estilo, quantidade |
| | <i>Grid</i> (colunagem) | Quantidade de colunas, padrão, uso |
| | Cor | Policromia, preto e branco, detalhes |
| | Imagens | Classificações, tamanhos, tipos de imagens, fotos, artes |
| | Recursos visuais | Capitular, linhas, "olho", boxes, retículas, índices, símbolos, ícones de localização e hierarquia |

Fonte: Elaborado pelas autoras.

De maneira geral, os elementos que constituem a essência de um projeto editorial “[...] compreendem o formato – ligado a especificações do suporte – e o espaço gráfico que dele deriva (número de páginas e sua encadernação), que é organizado segundo um diagrama (*grid*) [...]” (GRUSZYNSKI, 2012, p. 97-98). Nesse espaço são dispostos os demais elementos que compõem a identidade gráfica do impresso, como textos, imagens e recursos de apoio, como fios e texturas, que têm na cor uma característica fundamental.

A partir disso foi criado um quadro com os principais atributos, posteriormente observados na amostragem (Quadro 2). A análise foi desmembrada em três etapas, começando pelas características gerais de cada periódico, como o formato/tamanho, número de páginas, tiragem e modo de impressão (sistema de impressão). De acordo com Dondis (2007), um design é criado “[...] a partir de inúmeras cores e formas, texturas, tons e proporções relativas; relacionamos (os comunicadores visuais) interativamente esses elementos; temos em vista um significado” (DONDIS, 2007, p. 30), o resultado disso, segundo ele, é a composição, a intenção do profissional que o criou.

Os elementos enumerados por Dondis receberam maior atenção a partir do segundo item da tabela. A segunda etapa de avaliação compreendeu a capa do periódico. Nesse momento, todo o leiaute da página foi levado em conta. A análise contemplou a posição, o equilíbrio, as cores, o tamanho e o posicionamento de elementos como o logotipo, topo (cabeçalho) do jornal e as chamadas. A terceira parte da tabela correspondeu à análise dos elementos dispostos no miolo (páginas internas) do periódico. Alguns dos itens presentes na capa se repetem, mas elementos como seções e paginação são introduzidos.

Mesmo que cada item seja avaliado em seu aspecto individual, deve-se, também, considerar o conjunto de todos eles. O designer André Villas-Boas (2008) afirma que um projeto gráfico é composto

por um todo, formado pela relação estabelecida entre um conjunto tipográfico e por elementos visuais, como fotos e ilustrações, que estão reunidos em uma mesma área ou suporte. Esse posicionamento em relação ao produto reforça a ideia de unidade nas páginas dos periódicos e a necessidade de se pensar na análise como um todo.

3.1 Influências das rotinas produtivas

Baseando-se na ideia de que “[...] um trabalho que se propõe a estudar o design deve cumprir a tarefa de contextualizar sua atuação, pois, muitas vezes, um olhar analítico sobre um produto acabado pode esconder uma série de processos que o configuraram” (DAMASCENO; GRUSZYNSKI, 2014, p. 122), a pesquisa sobre a trajetória gráfica dos jornais imperatrizenses foi além da análise visual. A exemplo do caminho metodológico sugerido por estas autoras, 16 profissionais de diferentes áreas de atuação dentro dos jornais foram entrevistados. Os perfis foram selecionados a partir de um mapeamento, baseando-se nos dados expostos no trabalho de Assunção (2011). Os nomes dos diagramadores, que dificilmente aparecem em outros trabalhos acadêmicos e na literatura específica, foram obtidos durante as primeiras entrevistas.

De maneira geral, a partir dos dados e das experiências descritas durante esta fase da pesquisa, foi possível identificar os “porquês” e compreender melhor o visual apresentado nas páginas de impressos diários das quase cinco décadas estudadas, assim como os processos que os desencadearam, sejam eles tecnológicos, profissionais ou sociais.

4 O desenho de uma trajetória

Levando em consideração a capacidade e necessidade de mutação dos veículos à medida em que a sociedade e os recursos tecnológicos que ela produz mudam, foi possível delinear, com base na análise visual e na rotina produtiva dos principais jornais de Imperatriz, uma linha do tempo, mostrando, de maneira objetiva, a trajetória que os impressos diários percorreram ao longo do período analisado.

Assim como Freire (2007) aponta no trabalho em que detalha o percurso estético do jornal *O Estado de São Paulo*, a tecnologia de produção gráfica é uma das principais variáveis no processo de reformulação visual dos periódicos ao longo dos tempos. Em Imperatriz não foi diferente. Semelhantemente à categorização realizada pelo autor (fase tipográfica, litográfica e digital), a linha do tempo do design editorial dos impressos locais pode ser dividida em três grandes eras, delimitadas, principalmente, pelo avanço tecnológico empreendido nas redações dos jornais estudados. Os períodos foram nomeados como **era textual**, de 1979 a 1985; **era iconográfica**, de 1985 a 1997; e **era policrômica**, de 1998 até os dias atuais (Figura 1).

Após avaliar as particularidades levantadas durante a análise, constatou-se que a primeira fase, a **era textual**, foi caracterizada pela escassez de elementos gráficos nas páginas e pela predominância do conteúdo textual. O único diário a circular nessa época, que compreende o fim dos anos de 1970, indo até 1985, foi o jornal *O Progresso* (ver Figura 2). Nesse período, apesar de já se identificar a presença de fotografias, as imagens não ocupavam espaços de relevância na página impressa, e as linhas eram os principais recursos visuais empregados na composição dos leiautes, em sua maioria simples e quadrados. Durante esse período, os jornalistas foram alheios à construção visual das publicações, sendo estritamente separadas a

parte de redação da área gráfica. O tipógrafo, ou diagramador, seguia modelos pré-esquematizados pelo editor, que geralmente acumulava uma série de funções dentro da redação, e não se viam muitas variações na forma de organização dos elementos.

Figura 1: Infográfico elaborado a partir dos resultados de pesquisa.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A soberania do texto sobre a imagem começou a se desfazer com a chegada da **era iconográfica**, marcada pela implantação do sistema de impressão em *offset* nos impressos imperatrizenses. A análise mostrou que o *Jornal de Imperatriz* inaugurou essa fase, que durou de 1985 a 1998, mas foi *O Progresso* que, mesmo posteriormente, desenvolveu de forma mais incisiva as possibilidades de modernização trazidas pela inovação tecnológica. Os programadores não eram jornalistas e, em sua maioria, haviam aprendido o ofício por meio da prática. Esse é o caso de Ana Duarte, que começou a trabalhar no jornal em 1988.

Eu comecei no *Progresso* em 1988, como revisora. Depois que fiz o curso, fui digitar as matérias [...]. Fiquei abusada de digitação. Então, eu quis diagramação. Nessa época era o Johnny (que diagramava), ele trabalhava numa máquina que fazia todo o processo de impressão e de formatação. Eu comecei a observar o Johnny trabalhar. Todo mundo ia embora e eu ficava diagramando, só eu mesma. Eu aprendi só no olhar, não fiz curso, nem nada disso. [...] Aí eu fui operar a Forma. (DUARTE, 2016, não paginado)⁶.

Juntamente com o novo sistema de impressão, veio o processo de informatização das redações, que permitiu a melhor organização da página impressa, por meio do rigor e da precisão de programas de editoração eletrônica – implantados, em Imperatriz, em meados da década de 1990.

Figura 2: Capas de *O Progresso* (01/09/1979) e *Jornal de Imperatriz* (02/09/1986).



Fonte: As autoras.

6 Informação verbal. Entrevista concedida pela diagramadora Ana Duarte, em 13 de janeiro de 2016, para este estudo.

As imagens começaram a ganhar maior destaque e a dialogar com os demais elementos na página, que passaram a ser mais diversificados. Aliás, outra característica dessa era é a desordem visual causada pelo processo de adaptação e integração de diagramadores às novas tecnologias de montagem das páginas e disponibilidade de novos recursos, que foram usados em excesso durante algum tempo, inclusive até o início do próximo período. A essa altura há uma combinação mais equilibrada entre o verbal e o não-verbal, além do início de uma aproximação entre os jornalistas e a prática de composição dos periódicos, ocasionada, sobretudo, pela inserção do computador nas redações, fazendo com que os próprios profissionais tivessem que digitar e revisar o seu texto.

Figura 3: Página 7A, 8A e capa do Caderno B, Folha do Dia (01/02/2001).





Fonte: As autoras.

O último período identificado na análise, a **era policrômica**, teve princípio com o surgimento do jornal *Folha do Dia*, em 1998, e durou até o fim do recorte temporal deste trabalho (Figura 3). Com uma estrutura editorial diferenciada e cores em quatro páginas, incluindo as fotografias, o veículo, com apresentação visual mais profissionalizada, agregou ao jornalismo local as tendências nacionais de incorporação das características da internet, das revistas e da televisão. De acordo com o empresário Chafé Braide Júnior, um dos donos do veículo, os funcionários se envolveram de alguma forma na construção da identidade visual do *Folha do Dia*, que teve a contribuição, inclusive, de profissionais especializados. “Foi feito com jornalistas que participavam do grupo e o pessoal de design. Dois designers. A gente foi vendo como seria a configuração, as chama-

das. Foi definido em grupo de estudo” (BRAIDE JÚNIOR, 2016, não paginado)⁷.

Passando por um período de estagnação após o fechamento do jornal, os periódicos remanescentes empreenderam experimentações, sobretudo na apresentação de suas capas, mas as mudanças foram pouco significativas. Os jornalistas e os diagramadores passaram a dialogar melhor, ao passo em que um setor começou a influenciar o outro, com mais atenção na estética das páginas. “Tivemos praticamente uma aula de diagramação para poder entender isso (tamanhos de títulos e texto) e levar para o jornalismo. [...] Já pensávamos no esqueleto. Nós tínhamos uma sintonia” (CARVALHO, 2016, não paginado).

Figura 4: *Correio Popular* com tamanho expandido (09/11/2012).



Fonte: As autoras.

7 Informação verbal. Entrevista concedida pelo empresário Chafi Braide Júnior, em 12 de janeiro de 2016, para este estudo.

Em 2011, o impresso *Correio Popular* devolve o dinamismo para o jornalismo da cidade. Com inovações que aliaram o design ao conteúdo, as cores foram o grande trunfo do jornal, que acabou por obrigar o concorrente a mudar a forma de apresentação das notícias. Com base no que foi citado, as principais características dessa era são o uso das cores como recurso comunicacional, o equilíbrio entre forma e conteúdo e a busca por referências, sobretudo da internet.

Durante esse período, além do diálogo com os comunicadores visuais, muitos jornalistas já possuem conhecimento técnico de diagramação e acompanham de perto o trabalho dos profissionais dessa área. O redator-chefe do *Correio* na época destacou algumas particularidades do grupo, que “iniciou com uma equipe muito nova, tanto em idade, quanto no mercado e na experiência” (MACEDO FILHO, 2016, não paginado)⁸.

Quanto a isso, Maciel (2011) explica que, por dispor de equipe escassa, o jornal exhibe notícias curtas, factuais, muitas delas nacionais, indicando, dessa maneira, a falta de estrutura maior para as coberturas. Por conta disso, percebeu-se o uso mais criativo da página. Uma vez que o diagramador tinha mais espaço para criar diferentes composições, era comum observar fotos grandes e com recortes diferenciados, títulos grandes, boxes chamativos, entre outras subversões típicas de tabloides, e inusitadas, até então, para a imprensa local.

Após percorrer as páginas dos cinco jornais de maior relevância para a cidade, ao longo de cinco décadas, é possível afirmar que houve uma profissionalização no uso dos recursos gráficos e na sua combinação com os elementos jornalísticos indispensáveis para a formulação dos periódicos. No entanto, muitos aspectos dessa trajetória foram envoltos em controvérsias em alguns casos. Conforme

8 Informação verbal. Entrevista concedida pelo jornalista Jurivê de Macedo Filho, em 28 de janeiro de 2016, para este estudo.

foi identificado anteriormente, por ser um município de interior, Imperatriz não esteve, durante um bom tempo, no enalço das revoluções gráficas e transformações estéticas dos jornais de referência do país. Com base em autores como Azevedo (2009), Freire (2007) e Medeiros (2020), que esmiuçaram o percurso visual-gráfico de grandes jornais brasileiros, e entendendo as particularidades de cada local no desenvolvimento de sua própria história, a análise aponta um descompasso temporal de cerca de dez anos em relação às mesmas mudanças empreendidas em nível nacional.

Esse cenário só pôde ser parcialmente revertido com o advento da internet e a consolidação da digitalização das redações, a partir dos anos de 2010, mas sem demonstrar real compromisso de elevação, ou aproximação, da apresentação visual dos impressos locais ao nível profissional dos grandes veículos.

5 Algumas considerações

Diante de tudo o que foi exposto, pode-se reforçar que, por meio da ótica do design editorial, os projetos gráficos que permearam as páginas impressas dos jornais ajudaram a construir uma versão visual da história do jornalismo imperatrizense, contada pelas próprias páginas dos veículos, com a ajuda dos protagonistas na produção jornalística ao longo dos tempos.

Em consequência dos resultados da investigação, foi ratificado o conceito inicial de que o design de jornais vai muito além da ideia comum de simples atração visual (o que já é importante) e embelezamento da página, sendo reconhecido como um instrumento poderoso de transmissão de informações, por meio das diferentes escolhas de organização dos elementos na página. A pesquisa, de maneira geral, possibilitou o entendimento de como o projeto grá-

fico influencia o trabalho jornalístico, e vice-versa, como ferramenta intrinsecamente informativa.

Ao levantar a memória e apreciar aspectos peculiares sobre a prática do impresso na atualidade, o trabalho se colocou como uma viagem no tempo, saudando e problematizando a experiência do impresso ao longo das décadas que integram o recorte de análise, ao mesmo tempo em que aponta caminhos e desafia a busca por novas práticas para perpetuação e reinvenção da atividade. O resgate dos jornais fez com que a história do impresso em Imperatriz fosse retirada de estantes e armários empoeirados, para ser apresentada ao mundo, iluminada, ainda, por uma nova perspectiva.

Referências

ALMEIDA, D. A. de. *et al.* Fim das páginas impressas do jornal *Correio Popular* em Imperatriz. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 17, 2015. Natal. **Anais** [...]. Natal: Intercom, 2015.

ASSUNÇÃO, T. S. **Imprensa em Imperatriz – MA**: uma proposta de periodização dos jornais impressos (1932 – 2010). 2011. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, 2011.

AZEVEDO, D. A evolução técnica e as transformações gráficas nos jornais brasileiros. **Revista Mediação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 9, p. 81-97, jul./dez. 2009.

BRAIDE JÚNIOR, C. **Depoimento**. [Entrevista concedida a] autora 1. Imperatriz, 2016.

CARVALHO, G. **Depoimento**. [Entrevista concedida a] autora 1. Imperatriz, 2016.

CALDWELL, C.; ZAPPATERRA, Y. **Design editorial**: jornais e revistas/mídia impressa e digital. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

DAMASCENO, P. L. **O design editorial da cultura**: um estudo do projeto gráfico do Segundo Caderno do jornal Zero Hora. 2012. 306 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Porto Alegre, 2012.

DAMASCENO, P. L.; GRUSZYNSKI, A. C. Design de jornais – processos, rotinas e produto: um estudo do Segundo Caderno, suplemento cultural do Zero Hora. **Brazilian Journalism Research**. Brasília, DF. v. 10, n. 1, p. 108-127, 2014.

DONDIS, D. A. **Sintaxe da linguagem visual**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DUARTE, A. **Depoimento**. [Entrevista concedida a] autora 1. Imperatriz, 2016

FRANKLIN, A. **Depoimento**. [Entrevista concedida a] autora 1. Imperatriz, 2016

FRANKLIN, A. **Breve História de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 2005.

FREIRE, E. N. O *design* no jornal impresso diário. Do tipográfico ao digital. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.291-310, dez. 2009.

GRUSZYNSKI, A. C. O papel do design gráfico no estabelecimento de contratos de leitura de jornais impressos. **Estudos em Comunicação**, [S. L.], v. 1, p. 85-106, 2012.

MACEDO FILHO, J. **Depoimento**. [Entrevista concedida a] autora 1. Imperatriz, 2016

MACIEL, A. Z. Aqui Imperatriz!: perfis de pessoas comuns no jornal *Correio Popular*. In: Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, 13, 2011, Maceió. **Quem tem medo de pesquisa**

empírica? Maceió: Intercom, 2011. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2011/resumos/R28-0618-1.pdf>.

MEDEIROS, Y. **Jornalismo visual nas narrativas da grande reportagem brasileira**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

OLIVEIRA, L. **Depoimento via e-mail**. [Entrevista concedida a] autora 1. Imperatriz, 2016.

PIVETTI, M. **Planejamento e Produção Gráfica no Impresso: a linguagem jornalística e a experiência nacional**. 2006. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

SANCHES, E. **Enciclopédia de Imperatriz: 150 anos**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

VILLAS-BOAS, A. **Produção gráfica para designers**. Rio de Janeiro: 2AB, 2008.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Tradução: Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 5. ed. Lisboa: Editora Presença, 1999

CARGUEIRO MARIA CELESTE: PRÁTIS JORNALÍSTICA E CONFORMAÇÃO SOCIAL EM 1954

DIOGO AZOUBEL¹

Breves Comentários

O papel do jornalismo impresso na configuração social pode e vem sendo debatido a partir de teorias e conceitos plurais. Nesta reflexão, proponho a investigação sobre como agentes desse tipo de mídia plasam as marcas do tempo em que vivem em objetos históricos a partir de suas rotinas produtivas. Mais do que falar de si e para si, deixam padrões narrativos pungentes nas formas de que se valem para traduzir o mundo. A partir da cobertura do incêndio e sucessivas explosões do navio cargueiro Maria Celeste, com início em 16 de março de 1954, na costa maranhense, a ideia é discutir a conformação de fatos e/ou fenômenos à lógica vigente em um determinado aqui e agora.

A tragédia daquela embarcação é das mais emblemáticas na nossa história recente e provoca não apenas pela magnitude, mas pela cristalina hierarquização de existências que traz em seu bojo. Se, atualmente, “vidas negras importam”,² nem sempre foi assim, especialmente nas mídias tradicionais. Considerado o fato de que mais

1 Jornalista por formação, é professor da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (Seduc-MA) e doutor pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (COS | PUC-SP). Contato: diogoazoubel@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2839-5011>.

2 Ainda que conceitualmente, a referência é feita a movimentos sociais em prol de existências pretas e pardas, como o estadunidense *Black Lives Matter*.

de dois terços dos trabalhadores negros que embarcaram faleceram em decorrência da ação do fogo sobre a água ou em consequência disso, é inadmissível que vidas operárias sejam bidimensionalizadas laconicamente, como se não trouxessem consigo toda uma complexidade de existências e emoções.³

Por isso, nesta empreitada, parto dos resultados obtidos em uma investigação que vem tomando corpo, pelo menos, desde os sete anos mais recentes. Trata-se de uma incursão pelo universo das imagens técnicas estáticas dispostas em veículos jornalísticos circulados na segunda quinzena daquele fatídico mês, na capital São Luís, e em que tal tragédia é referenciada desigualmente em textos verbo-visuais-espaciais. A pergunta norteadora estabelecida diz respeito a como o fazer jornalístico pode servir de via para amoldamento de acontecimentos à forma de ver o mundo vigente no momento de sua referência em notícias.

Ora, se seres humanos são frutos do tempo em que vivem, suas ações comunicativas⁴ refletem – ainda que nem sempre de forma cristalina – os meandros de um complexo sistema de organização de fatos, fenômenos, ideias, objetos, sujeitos etc. Isso significa ter cuidado redobrado na abordagem de fontes documentais datadas de tempos outros que não o deste *hic et nunc* a fim de evitar as consequências de uma equívoca visita ao passado com os olhos do presente e sem que se elaborem os devidos recortes.

Sim, somos – você e eu – quem somos justamente por trazeremos conosco os efeitos das vivências acumuladas até este ponto

3 Sobre o assunto, recomendo fortemente a leitura de **Línguas de fogo em berços d'água**: a tragédia do navio cargueiro Maria Celeste em disputa, tese autoral apresentada ao COS | PUC-SP e da qual este capítulo se desdobra.

4 Das leis à moda, das pinturas rupestres às cartas pessoais, aos e-mails corporativos, cortes de cabelo, culinária, compreendo por "ações comunicativas" todo o enredado de meios pelos quais o fazer humano se faz ver às gerações futuras.

em específico, a leitura deste capítulo. A partir desta nossa interação assíncrona já não seremos quem fomos antes dela e, tal qual no rio de Heráclito, seus efeitos devem recair sobre a forma com que vemos o todo ao nosso redor e influenciarão mesmo a própria natureza do texto que agora você tem em mãos, estimada(o) leitora/leitor. Em outras palavras, pensamos como pensamos como espécie de reflexo daquilo que nos é facultado pensar. Logo, olhar para trás é – ou ao menos deveria ser em um plano ideal – um ato interpretativo dos traços deixados por todas(os) aquelas(es) que nos antecederam.

Uma vez que ao ontem não se pode retornar, é do hoje que se operam esforços compreensivos para problematização do que foi e tentativa de prever o que será. Especificamente sobre a tragédia do Maria Celeste, abordar a dor e o sofrimento daqueles jovens operários negros é desdobramento sensível das discussões estabelecidas sobre raça e privilégios, mas não apenas, bem como sobre limitações que às primeiras estão ligadas. Antes de pormenorizar esses argumentos, entretanto, penso ser necessário referir, ainda que minimamente, aspectos particulares daquele sinistro para situar o nosso diálogo. É o que faço a seguir.

Fatídico

A primeira vez que ouvi falar do Maria Celeste foi na graduação em Rádio e TV, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em idos de 2007, uma docente, que viria a se tornar a orientadora do meu TCC naquele curso, questionou-me sobre os registros fotográficos do fenômeno realizados pelo meu tio-avô, Dreyfus Nabor Azoubel (1919-2002). Desde então, aumentou – e segue aumentando – gradativamente o desejo de abordar o mais significativo incêndio náutico do qual se tem notícias no Brasil.

E por que não abordar os eventos das embarcações a motor Doña Paz, em 1987, Bateau Mouche IV, em 1989, Estonia, em 1994, Bukoba, em 1996, Costa Concordia, em 2012, Le Joola, em 2002, al-Salam Boccaccio 98, em 2006, ou mesmo do Titanic, em 1912? Diferentemente dos navios de travessia e/ou turismo – de luxo ou não –, o Maria Celeste era exclusivamente de carga e suas vítimas não foram nativos comemorando a chegada do ano novo, passageiros, turistas viajando sobre águas infestadas de tubarões.

Operários negros. Trabalhadores braçais, estivadores, habitua-dos ou “de primeira viagem”. Essas foram as vítimas do incêndio e ex-plosões da embarcação de 55,8m de comprimento e capacidade total de 1.089m². Para além do *timing* em relação a movimentos como *Black Lives Matter*, problematizar a tradução jornalística de tragédia en-volvendo majoritariamente jovens de baixa renda é também um dever cívico, dada a abordagem com que foram tratados pela imprensa local.

É nessa esteira que se colocam os questionamentos acerca do *modus operandi* midiático impresso, da *práxis* dos periódicos diurnos em operação na Capital Maranhense de outrora, do silenciamento dos poderes públicos durante as primeiras – e demais – horas daque-le fenômeno, do esfacelamento de núcleos familiares e mesmo do relato verbo-visual-espacial desequilibrado da dor e da morte alheias, mas que também são – ou ao menos deveriam ser – nossas.

Complexidades

O pensador multidisciplinar francês Edgar Morin nos ensina que a comunicação aproxima os sujeitos de si mesmos, dos outros e do meio que os circunda. Especificamente em *O Método 4*,⁵ em que

5 MORIN, Edgar. **O método 4**: habitat, vida, costumes, organização. Trad. de Juremir Machado da Silva, 4º Ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

trabalha a noção de noosfera não como espaço, mas como ambiente em que se criam vínculos, argumenta que a ciência, qualquer que seja, não dá conta da totalidade de seu(s) objeto(s). Para tanto, busca o entendimento da ecologia do processo comunicacional, em que o conhecimento complexo se situa nas relações do corpo com o eu; da sociedade com o outro; e das ideias com a cultura por meio do estabelecimento de códigos específicos.

Para ele, em toda particularidade reside também a universalidade. Isso quer dizer que, embora parcial por natureza, o conhecimento que se pretende científico traz em si traços da teia em que está entrelaçado, ou seja, rastros de uma coisa viva e em configuração. A noosfera se conforma, assim, como esfera de ideias, ideias essas que podem nos escapar em alguma medida. Em outras palavras, ideias em relação a ideias em camadas sobrepostas continuamente.

Justo por isso, Morin chama a nossa atenção para os conhecimentos histórica e socialmente colocados, uma vez que é a partir da experiência do indivíduo (mas não apenas) que se estabelecem essas relações, espécie de nó górdio que limita e fecunda, apresenta respostas ao mesmo tempo que as traveste de novas interrogações. Para o autor, o ato de pensar excede mesmo a experiência sensível do ser humano, uma vez que extrapola os limites senso-espaco-temporais que se impõem aos corpos físicos.

Esse entendimento é importante para situar como as complexidades se estabelecem. Para o que neste texto interessa, pensar o fotojornalismo do Maria Celeste nada mais é do que refletir e relativizar o fenômeno em si. Se há verdades, bem, creio que muitas mais do que se possa supor, sobretudo considerando a diversidade humana, sobre a qual incidem questões muitas, relacionadas também ao espaço em que seus cérebros nascem e se desenvolvem. Ora, sou filho desta terra. Será o caso de pensar uma abordagem diferenciada

àquela tragédia caso fosse eu natural de outro espaço geopoliticamente estabelecido? Creio que sim.

Os ideais de objetividade e de imparcialidade, tão caros ao ensino de Jornalismo, colocam-se como falaciosos na sua prática e o mesmo acontece na ciência. Pesquisar é apaixonar-se pelo(s) objeto(s) que passa(m) a ser seu(s) em algum momento da caminhada. Embora não haja hierarquia entre os tipos de conhecimento, é adequado considerar limitações como oportunidades para construção de conhecimento trans-meta-sociológico, aquele capaz de pensar a si mesmo a partir de perspectivas distintas que, embora técnicas em alguma medida, são contaminadas na noosfera, em que os mitos, a religiosidade e a racionalidade se entrelaçam.

Para melhor discutir a noção de complexidade, busco o axioma aristotélico segundo o qual “se x, logo y”. Ao contrário das chamadas ciências duras, causa e efeito não dialogam de maneira tão simples: é preciso considerar o mesmo *hic et nunc* de sua configuração, o que obviamente a modifica. Em termos práticos, o mesmo incêndio e explosões de navio com as mesmas cargas extremamente inflamáveis e na mesma costa, mas em 2021, certamente se apresentaria distintamente: ainda com as mesmas causas, com efeitos outros.

Desta feita, nos é franqueado o entendimento daquele referente já não como produto, hermético e estéril, mas como fruto de contradições que se erguem contra a lógica tradicional. Deste ponto de vista em que me dirijo àquela tragédia, limitações – inclusive ideológicas – relacionadas ao eu, ao outro e ao meio se fazem ver. Na academia, não raro, candidat_s ao mestrado e ao doutorado são questionad_s sobre o porquê disso e não daquilo; desta em vez daquela teoria e/ou conceito. Esse fato, apesar de generalizado, desvela a complexificação do ato de pensar e mesmo do saber.

Para o minerólogo russo Vladimir Vernadsky (1863-1945), a própria Terra deve ser entendida como organismo vivo. É ele quem cunha o termo noosfera, tão caro à Semiótica (ou Teoria) da Cultura. Já o geologista austríaco Eduard Suess (1831-1914) entende que as funções sociológicas são diretamente influenciadas pelas funções geológicas do Planeta. Enquanto a cientista cognitiva Lera Boroditsky compartilha, em uma fala amplamente difundida na Internet,⁶ em 2017, como o conhecimento de uma língua molda a maneira como pensamos. Finalmente, o biólogo estónio Jakob Johann von Uexküll (1864-1944), responsável pela criação do conceito de *umwelt*, estabelece que o comportamento de organismos vivos, bem como sua interação, faz parte de um mundo subjetivo particular a cada um deles.

É esse mundo subjetivo, são essas particularidades – articuladas do local de que falo/escrevo neste aqui e agora – sobre um aqui e agora fugidio que não devem escapar à sua leitura, também em relação ao seu aqui e agora subjetivo.

Apotegma

A busca por fontes credíveis é uma das bases para exercício do jornalismo como o conhecemos. Mais do que expressar o que pensamos, agentes jornalísticos devem primar pela tradução dos pontos de vista das pessoas/instituições consultadas em contraditório quando da produção de notícias em seus diversos formatos. Com exceção do jornalismo opinativo, em que a/o jornalista discorre, preferencialmente, sobre tema de sua especialidade, até mesmo no chamado

⁶ TEDWOMEN 2017. Lera Boroditsky: **How language shapes the way we think**. Disponível em: https://www.ted.com/talks/lera_boroditsky_how_language_shapes_the_way_we_think?language=pt-br. Acesso em: 03 jan. 2021.

jornalismo literário – aquele em que se descrevem fatos e fenômenos cena a cena, com riqueza de detalhes e em uma narrativa mais fluida – objetividade e imparcialidade são pontos cardeais ambicionados para essa *práxis* em seus múltiplos matizes.

O contraditório também deve ser resguardado para evitar os riscos que o jornalismo “caolho” representa, bem como os impactos de uma inserção “chapa branca” no corpo de um periódico, seja ele impresso, digital, audiovisual ou não. Em outras palavras, ouvir apenas um lado em qualquer contenda é prática desencorajada na teoria e no cotidiano produtivo deste campo do conhecimento. Igualmente mordaz é a intenção de travestir o texto institucional – aquele que mais se assemelha aos provocados por assessorias – em texto jornalístico, pois isso coloca em xeque a reputação do veículo, bem como de suas/seus profissionais.

Essas noções básicas são importantes para a construção que se segue a fim de garantir – ainda que parcialmente – o livre acesso ao conhecimento que se pretende construir. Considerar a diversidade da audiência é, aliás, outra das bases sobre as quais se assenta nossa profissão. Mas o que isso pode ter a ver com a tragédia do Maria Celeste?

Bem, em primeiro lugar, e por mais clichê que tal assertiva possa parecer, o público não é inocente. Ainda que não se dê conta das complexas engrenagens que se movem para construção de sentidos nas narrativas jornalísticas, sabe bem que a realidade traduzida nos telejornais da vida são recortes de uma outra realidade, mais ampla, obtusa, especialmente nesta nossa era de profusão de informações, em que a Internet ocupa papel de destaque na maximização do fluxo em que se dá a interlocução entre emissor_s e receptor_s. Isso significa que mesmo sem ser capaz de discorrer sobre as diferentes marcas narrativas que se estabelecem, as pessoas, em geral, estão a par das diferentes maneiras de contar o mundo.

Em seguida, é fundante reconhecer que os efeitos da mensagem sobre aquela(e) que a consome em muito destoam da noção ultrapassada segundo a qual diferentes sujeitos são igualmente impactados pelos mesmos enunciados. Ainda que não seja oportuno aprofundar o debate sobre as Teorias da Comunicação nesta reflexão, faz-se necessário estabelecer que as “balas mágicas” do pós-guerra já se encontram há muito superadas no que toca ao planejamento dos fluxos comunicativos na contemporaneidade. Mais do que isso, a própria noção de noticiabilidade e seus critérios ergue-se das dobras que têm posicionado aquelas teorias como, de fato, pertencentes a este campo.⁷

No que toca ao incêndio e sucessivas explosões daquele cargueiro na costa maranhense, a partir de 16 de março de 1954, interessa-me pensar como a construção de sentidos, via textos foto-jornalísticos, dá-se nas páginas de periódicos impressos produzidos e circulados em São Luís durante a segunda quinzena daquele mês sem considerar alguns pontos básicos. São traços conducentes ao entendimento de um momento histórico peculiar outro que não o do tempo presente, mas a partir da consciência que se estabelece deste aqui e agora específicos.

Dessa forma, o recorte operado é o mais amplo possível: 95 das 95 páginas identificadas nos nove periódicos analisados são o foco nesta inquirição. A este *corpus* me atenho para tensionar a hipótese segundo a qual há sensível parcialidade na narração daquele acontecimento pelos referidos jornais impressos, bem como para tentar apontar caminhos para contemplação do Maria Celeste em suas multifaces. Ainda que ao passado não se possa retornar, a nós, agentes da Ciência, cabe tentar – entre outros – organizar artefatos

7 Quando do seu surgimento, os estudos inaugurais da Comunicação incorporam teorias ditas de outras áreas do conhecimento humano, como a Matemática e a Psicologia.

que dele sobrevivem, seja para entender sua lógica produtiva privada, seja para tentar prever passagens que dela possam se abrir.

Ao retomar princípios das aulas iniciais de Jornalismo, faço-o a fim de cristalizar como, por exemplo, o pretense ideal de objetividade suplanta o de imparcialidade na cobertura do sinistro. Ora, considerando a extensa lista de ocupantes do navio naquela imprevisível manhã, é de se esperar ao menos a publicação de um ato dos poderes públicos para salvaguardar a vida daqueles trabalhadores, estivadores negros de baixa renda. Não é o que acontece. O ratifcado descaso com aquelas existências, aliás, está plasmado nas páginas de papel jornal com a reiterada chamada “não houve socorro” e suas variações, como compartilhado adiante. Antes, porém, uma breve caracterização dos nove periódicos.

No *Diário Oficial do Estado* (D.O.E.), por exemplo, não há imagens fotográficas. Usado como espécie de via de diálogo entre os três poderes estaduais, Executivo, Judiciário e Legislativo, é publicado em edições diárias, regulares e extras, como compêndio de leis, decretos, editais, chamamentos públicos e similares. Encadernado anualmente no período analisado,⁸ cada volume difere de tamanho dos que o precedem/procedem. Há uma seção reservada ao movimento cartorial no Maranhão e nela não foram identificadas quaisquer entradas sobre o fatídico. Distribuído gratuita e universalmente, o D.O.E. não obedece a uma lógica linear quando se trata da publicação dos atos referidos. Impresso diária e monocromaticamente em papel jornal de 22,5 cm x 31,5 cm, faz uso da simetria característica, de fonte regular sem serifa e veicula o brasão estadual em suas primeiras páginas. Traz três ocorrências relativas ao ocorrido, sendo duas capas e um miolo, todas relativas ao período estabelecido

8 Deste ponto em diante, afirmações como essa referem-se sempre aos arquivos e bibliotecas consultadas(os).

para análise,⁹ conforme segue:

Quadro 1 – D.O.E.

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
|-----|-----|-------|-----|------|------|-----|
| | | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| | | | | capa | capa | |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | |
| | | miolo | | | | |

Fonte: elaboração própria.

Já no *Diário Popular* há imagens tanto nas edições regulares quanto nas extras. Também impresso monocraticamente, sua grade é constituída sem dístico e assimetricamente em páginas impressas em 32 cm x 47 cm, vendidas por Cr\$ 1. São de três a seis colunas em que anúncios publicitários subvertem a distribuição visual do conteúdo, bem como sua simetria dia após dia. A tipografia escolhida varia de modelo e de tamanho de corpo, sendo majoritariamente sem serifa. As imagens ocupam, geralmente, de uma a duas colunas nas capas; os anúncios, mais, nos miolos. Há ocorrências de rodapés e de linhas verticais delimitando a grade e ditando o ritmo da leitura. Sinais gráficos como pontos simples e asteriscos são recorrentemente usados para composição de linhas horizontais.

Em termos editoriais, suas edições impressas de terça a domingo¹⁰ anunciam recorrentemente mais páginas do que as efetivamente veiculadas, bem como distorcem suas datas da capa ao miolo. Em 16, 18 e 19 de março, por exemplo, as primeiras páginas indicam

9 O que impede quaisquer tentativas de calcular médias de páginas, como nos demais exemplos, com exceção do *Jornal Tribuna do Povo*, do qual apenas uma página foi recuperada sobre o fatídico das duas edições semanais veiculadas na segunda quinzena de março de 1954.

10 Deste ponto em diante encontram marcados com "X" nos quadros desta reflexão os dias em que os periódicos não circulam.

tratar-se das edições dos dias 14, 17 e 18, respectivamente. Não o são. Há reiteração de imagens fotográficas posadas e as colunas “Voz do Parlamento” e “Carlos Cardoso” são veiculadas com os retratos de seus autores como parte da identidade visual criada. Embora não seja o único, o *Diário Popular* reúne características de *house organ* e traz outras cidades na capa. Com seis páginas em média, suas edições¹¹ somam 84 páginas no período analisado, das quais oito contêm referências ao Maria Celeste, o que totaliza cerca de 0,5 página por dia dedicada àquele acontecimento. Ainda que a média de páginas com fotografias por edição chegue à 2,5, zero é o total de ocorrências de textos fotojornalísticos sobre o mesmo referente, a seguir:

Quadro 2 – *Diário Popular*

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
|-----|-----|-----|-------------------------|-------|------------|-----|
| | | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| | | | capa (2x) miolo (2x) | miolo | miolo (2x) | |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| | X | | miolo | | X | |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | |
| | X | | | | | |

Fonte: elaboração própria.

As edições do *Jornal do Dia* contemplam imagens técnicas impressas bicromaticamente (preto e azul) em capas e contracapas, de terça a domingo, em páginas de 32 cm x 42,5 cm, até janeiro de 1954; e de 35,5 cm x 53 cm daquele mês em diante. Sua grade é constituída por sete colunas, das quais de uma a seis podem ser ocupadas por anúncios publicitários e fotografias, que subvertem essa ordem, bem como a simetria na distribuição do conteúdo. Anúncios de rodapé são os únicos a preencher todas as colunas. A tipografia

11 A de 26 de março de 1954 não foi localizada.

sem serifa usada varia de tamanho de corpo, podendo ser acionada em itálico e/ou em negrito. Comumente publicadas com problemas de paginação durante o período analisado, como no caso do dia 21 de março, as edições do *Jornal do Dia* são vendidas por Cr\$1 e veiculam linhas verticais que ditam o ritmo da leitura. Apesar disso e do uso de letras do alfabeto latino como pistas, essa chega a ser confusa em alguns miolos.

O dístico “Alma e pensamento da Cidade” estabelece marca editorial dialogal, sendo recursiva a veiculação de corpos femininos em imagens provocantes, particularmente nas capas. O anúncio “Chame 1822” é iterado diariamente. Cumpre destacar que, em 1º de maio de 1973, esse impresso passa a ser chamado de *O Estado do Maranhão*¹² e, posteriormente, de *O Estado*. Com média de oito páginas por edição, pode chegar a 16 páginas nas edições de domingo, como em 21 de março. Das 124 páginas possíveis, nove referem-se ao Maria Celeste, o que totaliza menos de uma página por dia no período analisado. Na mesma direção, embora veicule dois terços de suas páginas com imagens fotográficas, menos de 0,5 do total trata do incêndio e explosões, em seguida:

Quadro 3 – *Jornal do Dia*

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
|-----|-----|-------|---------------|-------|---------------|---------------|
| | | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| | | | capa miolo | miolo | capa miolo | capa miolo |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| | X | | | | miolo | |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | |
| | X | miolo | | | | |

Fonte: elaboração própria.

12 NOVA era da informação e conectividade, A. **Jornal O Estado**, São Luís, ano 60, n. 20.540, p. 2, 1º de maio de 2019.

O *Jornal do Povo*, como o próprio nome sugere, dialoga com as classes sociais mais populares. Esse periódico veicula imagens técnicas, majoritariamente nas capas e contracapas. Fundado por Bandeira Tribuzi (1927-1977) e José Sarney, apresenta uma grade constituída por seis colunas distribuídas nas lâminas de papel jornal de 31 cm x 45,5 cm. Anúncios publicitários e fotografias subvertem essa ordem, bem como a sua simetria, podendo ocupar todas elas, no caso dos primeiros quando dispostos nos rodapés; e de uma a cinco colunas, no caso das segundas. A tipografia, majoritariamente sem serifa, varia de tamanho de corpo, podendo ser acionada em itálico ou em negrito. Há ocorrência de linhas horizontais e de quadros destacados na mancha gráfica. Apesar disso, e do uso de letras do alfabeto latino, a leitura como pistas das páginas chega a ser comprometida em alguns miolos.

Seu cabeçalho é estruturado visualmente como que um balanço nas capas. Sob o dístico “Contra a injustiça e a opressão social”, em muito difere editorialmente do seu sucessor, circulado atualmente. Com inserção repetida de fotos de mulheres, especialmente na seção dita de assuntos “femininos”, antes dos “mundanismos”, essas ocupam os miolos. Já as colunas de “Lago Burnett” e de “Othelino Nova Alves” são veiculadas com os retratos de seus autores, tal qual no *Diário Popular*. Impresso monocromaticamente, de terça a domingo, o *Jornal do Povo* é vendido por Cr\$ 1 e suas edições têm oito páginas, em média, podendo chegar a ter de duas a quatro quando impresso em edições extras. Das 104 páginas possíveis, 20 remetem à tragédia, ou seja, cerca de 1,25 página por dia, no período analisado. Seis é a média de páginas veiculadas com textos fotojornalísticos, sendo menos de 0,4 aquelas relativas ao drama do cargueiro, como em 17 de março, em que a foto é inserida na coluna sem, entretanto, remeter ao ocorrido, mas ao esporte, conforme segue:

Quadro 4 – *Jornal do Povo*

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
|---------------|-----|---------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| | | | capa miolo (2x) | capa miolo (3x) | capa miolo (2x) | capa miolo (2x) |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| capa miolo | X | capa miolo | miolo | | | capa |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | |
| | X | miolo | | | | |

Fonte: elaboração própria.

No que toca ao *Jornal O Combate*, quase não há imagens técnicas veiculadas. Constituído em uma grade de seis colunas dispostas por dois, três ou quatro blocos bem marcados – ao contrário dos demais jornais –, este impresso tem a leitura direcionada pela inserção de anúncios e de fotografias inconstantes. Há ainda linhas horizontais e verticais a organizar o todo que, embora assimetricamente colocado, apresenta o cabeçalho em forma de quadro flutuante sobre três linhas, o que significa que esse ocupa locais diferentes conforme a configuração das próprias capas. A tipografia escolhida, sem serifa, varia de modelo e de tamanho de corpo, podendo ser acionada em negrito. A técnica de impressão usada é a monocromia no espaço de 31 cm x 46,5 cm.

No miolo, não constam letras do alfabeto latino a organizar a leitura, mesmo assim ela flui inequivocamente. O dístico “A vida é combate, que aos fracos abate, que aos fortes, aos bravos, só pode exaltar – Gonçalves Dias” determina que se trata de um periódico destinado às classes mais letradas da sociedade. Vendido por Cr\$ 1, traz fotografias nas capas e contracapas, majoritariamente. São registros posados, tanto quanto no *Diário Popular*. Impresso de segunda a sábado, apresenta 84 páginas possíveis, sendo 11 relativas ao fatídico. São edições de seis páginas, em média, das quais menos

de uma é destinada ao Maria Celeste. O mesmo total é reservado às ocorrências de textos fotojornalísticos, sendo zero o total daqueles que se relacionam com o evento dantesco, a seguir:

Quadro 5 – Jornal O Combate

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
|-----|-----|---------------|---------------|---------------|---------------|-------|
| | | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| | | capa miolo | capa miolo | capa miolo | capa miolo | miolo |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| X | | | | miolo | | capa |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | |
| X | | | | | | |

Fonte: elaboração própria.

O *Jornal O Imparcial* veicula imagens em profusão. É, ao lado do *Pacotilha – O Globo*, o que mais faz isso, ambos em monocromia. Organizado em grade de sete colunas, apresenta manchete antes do próprio cabeçalho, bem como rodapé na capa, sendo essa primeira comumente grafada com corpo de fonte menor do que o segundo. Ainda sobre a tipografia, essa é sem serifa e varia também de modelo, podendo ser acionada em itálico e/ou negrito. Anúncios “flutuam” dia após dia na mancha gráfica, da mesma forma que as fotografias. Há linhas horizontais e verticais para organização do conteúdo disposto, além de letras do alfabeto latino determinando o ritmo da leitura que, mesmo assim, chega a ser confusa em alguns miolos.

Vendido por Cr\$ 1, organiza-se assimetricamente no espaço de 35,5 cm x 55 cm sob o dístico “O Jornal mais antigo e de maior circulação no Maranhão”, o que em partes se confirma até hoje no que toca à idade dele. Com edições de oito páginas¹³ em média, pode chegar a 18 nas edições de domingo e, ainda que veicule o total de

13 A de 19 de março de 1954 não foi localizada.

páginas nas capas, repete equívocos quanto a essa contagem, como em 28, 29 e 30 de março. Das 128 páginas possíveis, impressas de terça a domingo no período delimitado, 18 remetem ao espetáculo do fogo sobre a água, o que totaliza a média de pouco mais de uma página por dia. Desse mesmo total, de três a seis páginas diárias contam com textos fotojornalísticos, sendo menos de 0,5 delas sobre o cargueiro.

Quadro 6 – *Jornal O Imparcial*

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
|--------------------|-----|-------|--------------------|--------------------|-------|--------------------|
| | | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| | | | capa miolo (2x) | capa miolo (3x) | X | capa miolo (3x) |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| capa miolo (3x) | X | miolo | | miolo | miolo | |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | |
| | X | | | | | |

Fonte: elaboração própria.

O Jornal Pacotilha – O Globo veicula imagens em suas edições, que são publicadas de segunda a sábado. Exemplo é a capa de 22 de março, que veicula fotos do esporte que se relacionam parcialmente ao evento.¹⁴ Com ocorrência de rodapés, suas capas são as menos previsíveis dentro do universo desta investigação. Há anúncios e fotografias que “flutuam” na mancha gráfica, estabelecida em 36,5 cm x 54,5 cm, o que compromete a simetria. Monocromático, há, tanto quanto no caso anterior, linhas horizontais e verticais a determinar o ritmo da leitura, além de quadros bem estabelecidos, como no próprio cabeçalho e os romances seriados impressos nas suas capas. A tipografia sem serifa varia de modelo e de tamanho de corpo, podendo ser acionada em itálico e/ou negrito.

¹⁴ Trata-se de inserções sobre uma partida de futebol organizada para angariar ajuda às famílias dos estivadores mortos por ocasião da ação do fogo sobre a água.

Com média de quatro páginas por edição, sendo três com imagens técnicas, essa é a mais constante entre os veículos analisados e nela os textos fotojornalísticos são bastante comuns, especialmente os esportivos. Ainda que a venda de volumes avulsos não seja anunciada, a assinatura anual é concedida por Cr\$ 120, o que faz deste o periódico mais barato entre os ora problematizados,¹⁵ chegando a custar menos de um terço do Cr\$ 1 dos demais. Circulando sob o dístico “O vespertino de maior veiculação no Maranhão”, constitui-se na grade de sete colunas sobre três grandes blocos de texto, em que imagens de personalidade são comuns. No período analisado, não constam quaisquer registros imagéticos em suas segundas páginas, sendo a do dia 30 exceção. Das 56 páginas possíveis, 17 tratam do incêndio e explosões, o que posiciona este periódico no topo da lista dos que mais cederam espaço à tragédia. Mesmo assim, pouco mais de uma página por dia refere-se ao ocorrido, e aproximadamente 0,5 com ocorrências fotojornalísticas sobre o mesmo referente, conforme segue:

Quadro 7 – *Jornal Pacotilha – O Globo*

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
|-----|-----------------|------|------------|-----------------|------------|------|
| | | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| | | capa | capa miolo | capa miolo (2x) | capa miolo | capa |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| X | capa miolo (2x) | | miolo | capa miolo | miolo | |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | |
| X | miolo | | | | | |

Fonte: elaboração própria.

15 Não é demais lembrar que o D.O.E. tem circulação gratuita.

Em relação ao *Jornal Pequeno*, esse é veiculado quase que inteiramente sem imagens técnicas: elas existem vez ou outra, mas apenas nos miolos, especificamente nas terceiras páginas, e são bem discretas. A exceção é a do dia 26 de março. Não há ocorrência de rodapés, embora exista de cabeçalhos. Já a grade é constituída por quatro colunas sobre, geralmente, três blocos de texto simétricos. O nome do periódico dá uma pista de seu formato, 23 cm x 32 cm, impresso em monocromia, mas diferentemente dos demais, desconsiderando o D.O.E. e o *Jornal Tribuna do Povo*. Há linhas verticais e horizontais a ditar o ritmo da leitura, ainda que inexistam quadros marcados. Sobre a tipografia, e mesmo que ela possa variar de tamanho de corpo, bem como ao uso de negrito, essa é acionada sem serifa.

Veiculado sem dístico e por Cr\$ 0,50, é o segundo jornal mais barato entre os analisados. Com média de quatro páginas por edição, pode circular com apenas duas, ou seja, uma lâmina de papel jornal impressa em frente-e-verso quando da publicação de edições extras, que são bastante comuns, a exemplo do próprio dia 16 de março, em que se iniciam incêndio e sucessivas explosões. Das 56 páginas possíveis, nove referem-se ao infortúnio, ou seja, pouco mais de 0,5 página por dia analisado. Especialmente sobre os títulos de suas sessões, esses beiram às ilustrações, dado o cuidado com que são traduzidos visualmente. Quando se trata de textos fotojornalísticos que remetam à tragédia, o total é de zero, número igual à média de imagens por edição, a seguir:

Quadro 8 – *Jornal Pequeno*

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
|-----|-----|---------------|---------------|---------------|------|-----|
| | | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| | | capa miolo | capa miolo | capa miolo | capa | |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| | | | | capa | capa | |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | |

Fonte: elaboração própria.

Finalmente, sobre o *Jornal Tribuna do Povo*, trata-se de um semanário no qual não há qualquer menção ao preço de volumes avulsos, bem como de seus pacotes de assinatura. O tamanho das edições varia de quatro a oito páginas. Em comum, elas quase não trazem imagens técnicas, especialmente fotografias. Quando isso acontece, os tamanhos adotados variam sobre o espaço de 27 cm x 39,5 cm e mancha gráfica impressa bicromaticamente (preto e vermelho) em uma grade simétrica de cinco colunas por três blocos.

No que toca à sua organização visual, essa se dá de maneira rígida, com tipografia sem serifa de tamanho de corpo variável, podendo ser acionada em negrito. Embora inexista rodapé, há cabeçalho, bem como linhas horizontais, verticais e quadros a determinar o ritmo da leitura, que ocorre de maneira confusa a despeito dos numerais romanos usados para indicar a ordem de cada parágrafo entre as páginas. Esse fato compromete sobremaneira a fluidez da experiência sensível, sendo complementado pela ausência de dístico.

Quadro 9 – *Jornal Tribuna do Povo*

| Dom | Seg | Ter | Qua | Qui | Sex | Sáb |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| | | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| | | X | X | X | X | miolo |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 |
| X | X | X | X | X | X | |
| 28 | 29 | 30 | 31 | | | |
| X | X | X | X | | | |

Fonte: elaboração própria.

De posse desses dados, é possível ter uma ideia de como se dá a construção de sentidos no sincretismo verbo-visual-espacial em cada um dos veículos citados. A despeito das tecnologias de impressão disponíveis naquela década, apenas dois dos nove periódicos dela se utilizam para narrar o Maria Celeste em fotografias: *O Imparcial* e *Pacotilha* – *O Globo*, produzidos no mesmo parque gráfico. Sendo esta uma investigação sobre a *práxis* fotojornalística, é na conjunção do texto (verbo) com a imagem (visual) – ainda que em flagrante desequilíbrio – sobre as lâminas de papel jornal (espacial) que são operados os arranjos para captar e manter a atenção da audiência, o que reflete no número de exemplares vendidos.

Isso posto, não é demais afirmar que tudo é texto e tudo é imagem¹⁶ quando discutimos casos como o do cargueiro. Isso indica mais do que considerar apenas os recortes isolados do ocorrido, mas a necessidade premente de avaliar o conjunto aos quais esses estão ligados. A ideia de coleção, aliás, reforça as possibilidades de entendimento de como as e os agentes jornalísticos envolvidos naquela

16 AZOUBEL, Diogo; MAKSSOUDIAN, Rogério. Fotojornalismo e sincretismo: reflexões sobre a relação verbo-visual-espacial. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 16., 2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SBPJor, 2018.

cobertura atuaram a fim de responder questões fundamentais, como o quê, quem, quando, onde, como e por quê.

O que se nota, entretanto, é um cuidado desproporcional na abordagem de cinco dos seis questionamentos frente ao isolado “quem”, que pouco parece importar àquela altura. Para não incorrer em achismos, procedi à busca de fontes complementares às páginas de papel jornal e o que encontrei confirma tal hipótese. Nas dobras de documentos como o Processo nº. 2.643/1954, do Tribunal Marítimo, no Rio de Janeiro, por exemplo, não está contemplada sequer uma passagem sobre a morte daqueles estivadores, sendo essa atribuída ao fortuito. Ainda que sua leitura seja comprometida em alguns trechos específicos, a análise simples da transcrição do documento via ferramenta de busca evidencia o inequívoco abandono.

Isso significa que, nas encurvas desfeitas do origami às avessas diante de nós, fala-se muito das características do cargueiro, da carga, dos perigos que representa, de seu histórico internacional¹⁷ e pouco dos seres humanos que tiveram suas vidas ceifadas pelo fogo sobre a água. Ainda que de seu sofrimento se faça uso para impactar, a complexidade da existência de cada operário negro em questão é reduzida, muitas vezes, ao primeiro nome de cada um deles. Sem sobrenome, sem história, sem identidade, os sentidos do público leitor são anestesiados diuturnamente a ponto de impedir que esse se questione sobre o que, de fato, acontece para além da bidimensionalidade das manchas gráficas.

Uma possibilidade de aprofundar essa narrativa foi a busca pelos laudos de necropsia, boletins de ocorrência e certidões de óbitos para tentar traçar um perfil mais compassivo daqueles mortos. Fato é que essa busca não frutificou, seja pela inexistência de documentos,

17 O processo citado está universalmente aberto ao público para consulta mediante solicitação àquele Tribunal por e-mail.

como nos dois primeiros casos, seja pela impossibilidade financeira de acessar as últimas. Isso significa que estou satisfeito e que esta investigação se encerra nestas linhas? Definitivamente não. A incompletude do relato diante dos seus olhos, cara(o) leitora/leitor, é o que me move a dar continuidade a esta caminhada. Para isso, o mínimo que desejo é que possamos compartilhar os nomes dos nossos – sim, nunca é demais repetir, nossos! –, operários negros mortos pela ação das chamas sobre as águas.

Lista de ocupantes do cargueiro na manhã do sinistro

Comandante – Ornilo da Costa Monteiro

Imediato – Luciano do Prado Maia

Contra-mestre – Garibaldi Matias

Almoxarife – Jonas Ribeiro dos Santos

Moço – Antônio Ivan da Silva

Moço – José Lourenço Santos

Moço – José Pedro Ataíde

1º Motorista – José Cândido

2º Mot. – Clidenor Migue

3º Mot. – Pedro Soares Bezerra

Eletricista – José Monte Belo

Carvoeiros – Hilário Cruz, Hermínio Ferreira do Nascimento e Edgard Quaresma da Silva

Outros serventes – Francisco da Silva, Severiano Gomes Nascimento, Claudionor Cândido.

Estivadores:

1. Aléxis Benedito Silva,
2. Ananias Basílio Nogueira,
3. Antônio Fernandes Condurú,
4. Apolônio Melônio, substituto de José Ribamar Moraes,
5. Bival João Coímbra,
6. Carlos Prado Ribeiro, substituído por Lourenço Araújo,
7. Saturnino Câmara,
8. Eusébio Freitas, substituído por Angelo da Guarda Costa,
9. Henrique Julião dos Santos, substituto
de Luiz Francisco Santiago,
10. Hermenegildo Tiburcio da Silva,
11. João Batista Paiva,
12. José Alves Bezerra, substituto,
13. José Carlos Penha, substituído por Alípio Augusto Durans,
14. José de Ribamar Moraes, substituído por Apolônio Melônio,
15. José Leão Ribeiro,
16. José Ribamar da Cruz,
17. Lourenço Araújo, substituto de Carlos Prado Ribeiro,
18. Luiz de Azevedo Gomes,
19. Luiz Francisco Santiago, substituído por
Henrique Julião dos Santos,
20. Luiz Gonzaga de Jesus, substituído por Pedro Rosa Santos;
21. Manoel Joaquim da Silva,
22. Manoel Santos Costa,
23. Manoel Tomaz da Silva,
24. Miguel Arcangelo de Azevedo, substituído
por José Ribamar Launé;
25. Raimundo Francisco Pinheiro,
26. Raimundo Nonato Lopes dos Santos,

27. Rodrigo Cordeiro dos Passos,
28. Teodoro Alves da Cruz,
29. Teófilo Alexandro Brito.

Brocardo

Minha contribuição com este capítulo, quero crer, é a de buscar caminhos que podem ou não ser percorridos como opções em vez de meras imposições. É por isso mesmo que ratifico o desejo de não achatar as dobras múltiplas que aguardam o momento de serem desfeitas para que novos questionamentos se possam tensionar, seja para confirmar, seja para negar o vasto mundo de argumentos que as antecede.

Isso posto, restam inexploradas algumas lacunas, outras precisavam ser ainda mais aprofundadas, o que nem de longe se assemelha a um ponto final nesta estrada que se abre. Alguns limites estão bem configurados. Ao encontro do evidente descaso com que os operários negros vitimados são tratados na cobertura local, por exemplo, é confirmada a resposta preliminar apontada no sentido de que falta apreço à agonia alheia na tradução verbo-visual-espacial de sinistros de grande impacto.

É mister estabelecer que o texto fotojornalístico, ou seja, aquela junção sincrética de verbo e imagem sobre a mancha gráfica, configura-se como artefato histórico a partir do qual podem se erguer questionamentos sobre um aqui e agora fugidivo e alcançável apenas a partir do questionamento das próprias bases que lhe dão sustentação. E a partir do assombroso cenário que se desenhou há quase sete décadas, resta inconfundível o traço de isolamento de um dos seis questionamentos basilares à prática jornalística frente aos cinco demais. Não se trata e nem nunca se tratou do “quem” quando

mortos, desaparecidos, feridos ou a salvo não fazem parte do conjunto que consideramos ser o “nosso”. A própria ideia de noticiabilidade confirma isso, ao indicar que esse quem precisa destacar-se dos demais para que seja objeto da tradução jornalística.

Isso significa que, do desdobramento do “quê”, do “quando”, do “onde”, do “como” e do “por quê”, nos conduz ao aprofundamento da dor alheia? Absolutamente. Esse funciona mais como argumento para justificar, por exemplo, o porquê alguns dos mortos naquele evento sequer são referidos além de seus primeiros nomes. Eis a razão pela qual se faz importante continuar investigando a questão.

Referências

AZOUBEL, Diogo. **Línguas de fogo em berços d’água**: a tragédia do navio cargueiro Maria Celeste em disputa. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – COS | PUC-SP. São Paulo, 2021.

AZOUBEL, Diogo; MAKSSOUDIAN, Rogério. Fotojornalismo e sincretismo: reflexões sobre a relação verbo-visual-espacial. *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 16., 2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SBPJor, 2018.

MORIN, Edgar. **O método 4**: habitat, vida, costumes, organização. Trad. de Juremir Machado da Silva, 4º Ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

NOVA era da informação e conectividade, A. **Jornal O Estado**, São Luís, ano 60, n. 20.540, p. 2, 1º de maio de 2019.

TEDWOMEN 2017. Lera Boroditsky: *How language shapes the way we think*. Disponível em: https://www.ted.com/talks/lera_boroditsky_how_language_shapes_the_way_we_think?language=pt-br. Acesso em: 03 set. 2021.

*Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional
conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.*

| | |
|--|---|
| TÍTULO | 200 Anos da Imprensa no Maranhão - Vol. 2 (O valor social da imprensa) |
| ORGANIZADORA | Marcos Fábio Belo Matos Roni César Andrade de Araújo Roseane Arcanjo Pinheiro |
| PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA | Francisco Batista Freire Filho |
| FORMATO | 155 x 220 mm |
| PÁGINAS | 412 |
| TIPOGRAFIA | Adobe Garamond Pro CORPO Balham e Aquiline Two TÍTULOS |
| EDIÇÃO | 1ª edição - Maio de 2023 |




Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ISBN 978-65-5363-266-0

